**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

JULIO CESAR ZORZENON COSTA

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESLOCAMENTO POPULACIONAL NO
PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1930 – 1945)**

São Paulo - 2007

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

JULIO CESAR ZORZENON COSTA

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESLOCAMENTO POPULACIONAL NO
PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1930 – 1945)**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Doutor em História Econômica, sob orientação do Prof. Dr. Benedicto Heloiz Nascimento.

São Paulo - 2007

Banca Examinadora:

Dedico esta tese:

À minha esposa Rachel, à Marília e ao Arthur;

À Maria Isabel, ao Pedro e ao Daniel;

Ao meu tio Jairo e à minha tia Glorinha.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a todos que direta, ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Foram tantas as pessoas que me possibilitaram oportunidades de diálogo, crítica e colaboração e, ao mesmo tempo, palavras e atitudes de incentivo que ficaria impossível nominá-las neste curto espaço.

Gostaria, contudo, de agradecer especialmente ao Prof. Dr. Benedicto Heloiz Nascimento pelo rigor, seriedade, empenho e paciência demonstrados ao longo de seu trabalho de orientação; pelo estímulo na superação das dificuldades surgidas ao longo da construção desta tese; pela sua incansável procura pelos caminhos do desenvolvimento brasileiro e pela sua dedicação aos estudos da História e da Economia brasileiras, que se torna, para nós, um constante incentivo para o estudo da realidade nacional.

Aos professores Dra. Sandra Lencioni e Dr. Nelson Hideiki Nozoe, pelas críticas, sugestões e possibilidades de encaminhamento para a continuidade do trabalho, apresentadas por ocasião do exame de qualificação e ao Prof. Dr. Wilson do Nascimento Barbosa pela hospitalidade intelectual proporcionada nesta minha estada na FFLCH.

Aos meus companheiros, participantes do Grupo de Estudo de Desenvolvimento Econômico, coordenado pelo Prof. Dr. Benedicto Heloiz Nascimento, que propiciaram, em nossos encontros, a construção de um verdadeiro ambiente de debates e reflexão.

Na Universidade Municipal de São Caetano do Sul - IMES, aos meus colegas do curso de Economia, em particular aos professores Fabiana Rita Dessoti Pinto, Francisco Rosza Fúncia, Ivan do Prado Silva e Marlene Cardia Laviola, sempre dispostos a debaterem temas vinculados às problemáticas da História Econômica brasileira. Aos funcionários da Biblioteca Central, aqui representados pela bibliotecária Cláudia Conceição Bueno dos Santos, sempre compreensivos com os atrasos na devolução de vários livros utilizados na elaboração deste trabalho e, também, sempre dispostos a possibilitar o encontro e o acesso a algumas importantes fontes de pesquisa.

À colaboração dos funcionários do Memorial dos Imigrantes. À profa. Ivone Antonio Corradi, pelas sugestões de revisão do texto e à Marília, pelo apoio nos assuntos relacionados à digitação e formatação do trabalho.

Não poderia deixar de agradecer, também, aos meus amigos e colegas de ofício: Luiz Carlos Seixas, Odair da Cruz Paiva, Valdir Mazzei, Maria Fernanda Marques Antunes, Maria Rosa Dória Ribeiro, Muryatan Santana Barbosa, Silvia De Bernardinis, Murilo Leal Neto,

Luis Fernando de Freitas Camargo e José Antonio da Costa Fernandes pela preocupação constante em separar e indicar textos e materiais que favorecessem o desenvolvimento de aspectos presentes nesta tese, mas, sobretudo, pelas constantes discussões que me levaram, cada vez mais, a aprofundar o interesse nos assuntos relativos às nossas problemáticas históricas e sociais e nas questões que envolvem a produção do conhecimento nas áreas das Ciências Humanas e Sociais.

Por último, agradeço à Reitoria da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - IMES, pela minha inclusão no Programa de Capacitação Docente, o que contribuiu com as condições materiais necessárias para a concretização deste trabalho.

Pouco a pouco uma vida nova, ainda confusa, se foi esboçando. Acomodar-se-iam num sítio pequeno, o que parecia difícil a Fabiano, criado solto no Mato. Cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles. Sinha Vitória esquentava-se. Fabiano ria, tinha desejo de esfregar as mãos agarradas à boca do saco e à coronha da espingarda de pederneira.

Não sentia a espingarda, o saco, as pedras miúdas que lhe entravam nas alpercatas, o cheiro de carniças que empestavam o caminho. As palavras de Sinha Vitória encantavam-no. Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era e nem onde era...

(Graciliano Ramos. **Vidas Secas**).

RESUMO

Esta tese discute a integração do mercado nacional, ocorrida no primeiro Governo Vargas (1930-1945), como importante fator para a construção de uma estrutura econômica de base industrial, que permitiu a entrada da economia brasileira em uma fase de grande desenvolvimento e crescimento econômicos. Enfoca, nesse processo, a função exercida pelos deslocamentos populacionais.

A integração do mercado nacional reclamava a construção de um novo padrão de deslocamentos populacionais no país. Embora as características dos deslocamentos populacionais já estivessem se modificando, o Estado interveio nesse processo, mediante a elaboração de políticas específicas, visando aprofundar e acelerar a integração do mercado, inclusive a do mercado de trabalho. As políticas relativas aos deslocamentos populacionais, praticadas e elaboradas no primeiro Governo Vargas, evidenciam a intencionalidade desse governo em apoiar e impulsionar o desenvolvimento de um novo padrão de acumulação urbano-industrial.

Mesmo que não tenham alcançado a concretização dos objetivos propostos, as políticas relativas aos deslocamentos populacionais, iniciadas no primeiro Governo Vargas, permitiram a constituição de bases sobre as quais se daria, embora com características relativamente diferentes, o significativo desenvolvimento econômico alcançado no pós-guerra.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento Econômico; Governo Vargas; Deslocamentos Populacionais; Mercado Interno; Intervencionismo Estatal; Política Migratória; Colonização;

ABSTRACT

This thesis argue the national market integration, that happened in the first government of Vargas (1930-1945), with great factor to the construction of economic structure of industrial base, that allowed the Brazilian economic into a time of great development and economic growth. In this process, the focus is on the work of the population displacement.

The national market integration claimed the construction of a new standard of population displacement in the country. Despite of the characteristics of the populations displacement was already in modification, the State mediate on this process, because of the creation of specific polices, trying to go deep and accelerate the market integration, including the work market. The relative politics to the population displacement, practiced and created during the first government of Vargas, shows the intention of this government to support and impulse the development of a new standard of urban industrial accumulation.

Even If they didn't achieve their objectives that were proposed, the politics related to the population displacement that started in the first government of Vargas, allowed the constitution of the bases that was going to be used, in spite of the characteristics relatively different, the significative economic development realized after the war.

Key-Words: Economic Development; Vargas Government; Population Displacement; Intern Market; State Interventions; Political Migration; Colonization.

ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

CAIC – Companhia Agrícola de Imigração e Colonização

CAN – Colônia Agrícola Nacional

CIC – Conselho de Imigração e Colonização

CIESP - Centro das Indústrias de São Paulo

CIFTSP - Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CMNP – Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná

CTNP – Companhia de Terras do Norte do Paraná

DESPS – Delegacia Especial de Segurança Pública e Social

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DTC – Divisão de Terras e Colonização

IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho

ITM – Inspetoria dos Trabalhadores Migrantes

NCBA – Núcleo Colonial Barão de Antonina

NSDAP - Partido Nacional-Socialista Alemão do Trabalho

SIC - Serviço de Imigração e Colonização

Este Trabalho contou com apoio material do Programa de Capacitação Docente da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – IMES.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

Parte I

O NOVO PADRÃO DE DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS E A INTEGRAÇÃO DO MERCADO 31

Seção 1: Novo modelo de desenvolvimento capitalista e a necessidade de um novo padrão de deslocamentos populacionais..... 32

1.1 A importância do mercado interno 34

Seção 2: Os deslocamentos populacionais como objeto de políticas de estado 38

2.1 Estado centralizado como resultado, e simultaneamente, como indutor da integração do mercado interno. 38

Seção 3: A centralização e o intervencionismo 48

Seção 4: A nova organização institucional: planificação, racionalização e estímulo à industrialização..... 56

Seção 5: O predomínio da cidade sobre o campo..... 65

Parte II

PRINCÍPIOS DE UMA POLÍTICA RELATIVA AOS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS..... 69

Seção 1: A interdependência entre a defesa da integridade territorial brasileira, o mercado interno e a industrialização 73

Seção 2: O Nacionalismo e a construção da nacionalidade..... 86

2.1 A Importância da Pequena Propriedade 88

2.2 erradicação do perigo estrangeiro..... 96

2.3 A valorização do trabalhador nacional nos processos de deslocamento populacional. 104

2.4 A construção de um mercado Nacional de trabalho 108

Parte III

POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DESENVOLVIMENTO E NOVO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL 110

Seção 1: O processo de ampliação das tarefas e da intervenção do Estado sobre as políticas migratórias: 112

1.1 O ponto de partida: a construção do mercado interno e do mercado de trabalho nacional..... 119

1.2 As primeiras medidas 121

Seção 2: O novo papel da agricultura e o movimento para o campo: 131

2.1 Subsídios para mão de obra agrícola 135

2.2 Migração para atividades agrícolas e industriais	140
Seção 3: As políticas colonizadoras: a importância da fronteira econômica	145
3.1 Novas Formas de Integração Econômica	145
3.2 A divisão do trabalho Colonizador – A colonização Privada.....	151
3.3 A colonização oficial	157
3.4 A colonização do Oeste e a Nacionalização.....	172
Seção 4:A Reorganização do mercado urbano de trabalho:	189
4.1 A Questão dos Estrangeiros:	193
4. 2 A Legislação Trabalhista: Atração e Controle dos Trabalhadores	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	205
BIBLIOGRAFIA:	214
ANEXOS:.....	221
Decreto 19482 - 12 de dezembro de 1930.....	223
Decreto 24.215 – 09 de maio de 1934.....	227
Decreto 24.258 – 16 de maio de 1934.....	231
Decreto-Lei 383 – 18 de abril de 1938.....	246
Decreto-Lei 406 – 04 de maio de 1938.....	249
Decreto 3010 – 20 de agosto de 1938.....	264
Decreto-Lei 868 – 18 de novembro de 1938.....	267
Decreto-Lei 948 – 13 de dezembro de 1938.....	269
Decreto-Lei 1.164 – 18 de março de 1939.....	271
Decreto-Lei 2009 – 09 de fevereiro de 1940.....	275
Decreto-Lei 3059 – 14 de fevereiro de 1941.....	284
Localização da Colonização Oficial em São Paulo.....	289

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo estudar os deslocamentos populacionais como importante elemento dos processos de integração e de ampliação do mercado brasileiro, a partir de 1930, no Primeiro Governo Vargas (1930-1945), bem como as políticas relativas ao controle e direção desses deslocamentos populacionais, formuladas e encampadas pelo governo brasileiro, no sentido de favorecer a objetivos evidentes, como os de possibilitar a construção de uma nova estrutura capitalista no Brasil, baseada no mercado interno e na industrialização.

A integração do mercado interno brasileiro reclamava a inserção de novas áreas nos circuitos econômicos, a fixação de uma maior relação de complementaridade entre as regiões brasileiras e o redimensionando do mercado de trabalho. Nesse sentido, os deslocamentos populacionais passaram a cumprir um papel fundamental: possibilitaram a percepção concreta do convívio de regiões de propulsão e de estagnação¹ econômicas que levaram à coexistência de áreas de atração e expulsão populacionais; permitiram o povoamento, a ocupação de regiões vazias e a sua integração aos processos econômicos que ocorriam no território nacional; criaram, ainda, as condições para a consolidação, nesse momento, de um mercado de trabalho de dimensões nacionais. Em suma, iniciaram a superação do caráter estanque e compartimentado da economia brasileira e a construção de um novo espaço econômico de dimensões nacionais.

A preocupação em estudar os deslocamentos populacionais e sua relação com o processo de integração e ampliação do mercado interno brasileiro originou-se da percepção de que os períodos em que a economia brasileira apresentou suas maiores taxas de crescimento sustentado foram, justamente, os períodos em que essa economia encontrou no mercado interno os fatores básicos de seu dinamismo.

De fato, foi a partir da década de 1930, mais precisamente a partir do ano de 1933, que a economia brasileira ingressou em uma etapa de desenvolvimento. Etapa marcada pelo avanço da industrialização, sustentada pela ampliação do mercado interno, por sua integração

¹ Os conceitos de efeitos de propulsão e de efeitos regressivos encontram-se desenvolvidos em MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2 ed. São Paulo: Saga, 1968, cap. 2. Segundo Paul Singer, os conceitos de efeitos propulsores e regressivos “referem-se ao movimento das atividades produtivas” ao passo que os conceitos de fatores de expulsão e atração “se referem aos movimentos de seres humanos”. Ver SINGER, Paul. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**. In: **Economia Política da urbanização**. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 39. Embora os conceitos de efeitos propulsores e regressivos e de fatores de expulsão e atração sejam diferentes, eles não são antagônicos e para os efeitos desse estudo encontram-se imbricados.

e por um forte intervencionismo estatal. Tal afirmação encontra-se respaldada por uma ampla gama de análises acerca da História Econômica brasileira.

Esse novo panorama do capitalismo brasileiro, no qual a indústria e as atividades voltadas ao mercado interno passaram a exercer o papel dinamizador, possibilitou o início de um período em que a economia brasileira conviveu com altas taxas de crescimento econômico, superiores às de qualquer outro país latino-americano e, até mesmo, da grande maioria das economias líderes mundiais².

É possível, portanto, afirmar que a introdução do Brasil em uma nova estrutura econômica capitalista permitiu, malgrado a depressão econômica que se desenrolou por praticamente toda a década de 1930, a sua inserção numa fase de grande crescimento. Como pode ser demonstrado pelo quadro abaixo:

QUADRO 1
CRESCIMENTO DO PIB PER CAPITA NO BRASIL – 1920-1984
1920 = 100

Ano	PIB per capita real	Ano	PIB per capita real
1928	134,9	1950	231,3
1930	123,5	1955	276,2
1931	117,4	1960	330,9
1933	130,4	1965	357,4
1934	139,1	1970	445,4
1938	164,3	1975	642,4
1942	161,6	1980	800,6
1945	175,3	1984	729,1

Fonte: ZERKOWSKI, Ralf M. e VELOSO, Maria Alice G. **Seis décadas de economia brasileira através do PIB**. Revista Brasileira de Economia, julho 1982, pp. 3331-338 e Banco Central e conjuntura Econômica. Extraída de CARDOSO, Eliana. **A economia brasileira ao alcance de todos**. 8ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 13.

Em nossa análise, o fator que deve ser investigado, como explicativo para esse fenômeno na economia brasileira, é o da construção de um mercado para a sua produção, que começou a ser alcançado, entre outros fatores, com a conquista e a integração de novas áreas, através da expansão das fronteiras econômicas. Tal processo foi impulsionado pelo desenvolvimento industrial, desencadeado no pós 1930.

² Ver TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de Importações ao capitalismo financeiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 59.

A idéia de novos mercados como fatores impulsionadores do crescimento da economia e de processos de acumulação capitalista foi desenvolvida por autores como Schumpeter³ e Rosa Luxemburgo⁴.

Pode-se objetar que as abordagens de tais autores referem-se a países centrais, não se adequando, portanto, à análise da realidade brasileira. Segundo Schumpeter, o acesso aos novos mercados seria fruto da ação de um agente muito específico, o empreendedor privado e o mercado referido por Rosa Luxemburgo seria o mercado externo de regiões mundiais ainda não totalmente integradas ao desenvolvimento capitalista, uma vez que suas observações relacionam-se ao fenômeno do imperialismo.

Por outro lado, muito já se discorreu sobre caráter empreendedor do Estado brasileiro, que seria responsável por inovações que impulsionaram o processo de acumulação industrial⁵. No que diz respeito aos processos expansionistas do capitalismo, em busca de mercados, a tese de que os processos internos de conquista dos enormes fundos territoriais brasileiros, quase intocados ao mercado capitalista, constituíram-se em sucedâneos para o avanço externo das potências centrais capitalistas já é bastante aceita⁶. Do mesmo modo, já se aceita, também, a idéia de que a política de avanço das fronteiras no Brasil, objetivando a coincidência entre fronteiras política e econômica, implementada no pós 1930, converteu-se, como afirmava Vargas, no “nosso imperialismo”⁷.

Ora, a investigação da expansão e da integração do mercado interno brasileiro, no pós 1930, e de suas influências no processo expansivo da acumulação no Brasil não pode apresentar-se de maneira desvinculada da investigação das novas formas de deslocamento populacional, que passaram a ocorrer no mesmo período, uma vez que a integração do

³ Ver SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988, cap. 2. Nesta parte o autor afirma quando trata dos fatores desencadeadores de longos ciclos de desenvolvimento econômico: [...] **Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes ou não** (grifo nosso).

⁴ Ver LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

⁵ Em relação a isso, este autor afirma o seguinte: “[...] *O Estado passa a desempenhar funções complementares e inovadoras em praticamente todos os setores da economia nacional. [...] É assim que se diversificam as atividades na indústria, agricultura, comércio e banco. [...] Dinamizam-se as migrações internas em todas as direções – campo-cidade, campo-campo, cidade-cidade, região-região, etc. – em conformidade com as exigências e tendências do mercado*”. Ver IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo**. 2 ed., rev. e amp. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 249/250.

⁶ Ver DINIZ Filho, Luís Lopes. **Território e destino nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1937-1945)**. Universidade de São Paulo: FFLCH (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana), 1993, cap. 4 e COSTA, Julio Cesar Zorzenon. **Política colonizadora, industrialização, desenvolvimento regional e o Núcleo Colonial Barão de Antonina (1930-1944)**. Universidade de São Paulo: FFLCH (Dissertação de Mestrado em História Econômica), 2000, cap. 2.

⁷ VARGAS, Getúlio. **Diretrizes Políticas do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 194(?), p. 285

mercado nacional passou, necessariamente, pela inclusão de áreas consideradas despovoadas ou não produtoras e consumidoras de mercadorias aos circuitos econômicos e, também, pela construção de um mercado de trabalho, em suas vertentes rural e urbana, adequado às novas necessidades do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Assim, a História da construção e unificação do mercado nacional, a par e passo com o desenvolvimento industrial que começava a se concentrar em São Paulo no pós 1930, é, simultaneamente, a História da constituição de um novo padrão de deslocamento populacional no Brasil, ou seja, os deslocamentos populacionais passaram a constituir-se como ferramenta fundamental para a unificação do mercado nacional, inclusive a do mercado de trabalho. Sendo assim, converteram-se em fator importante para a criação de condições para o estabelecimento de um longo período de crescimento e de desenvolvimento econômico brasileiro.

Neste sentido, portanto, é fundamental ressaltar a mudança ocorrida no padrão de deslocamento populacional existente no Brasil. Até a década de 1930, a ênfase dava-se, nos centros mais dinâmicos da economia, como no sudeste cafeeiro, na atração prioritária de trabalhadores estrangeiros para regiões produtoras de mercadorias de exportação⁸. Devido ao fato dessas atividades exportadoras encontrarem-se atreladas à demanda externa, esse padrão migratório possuía condições muito limitadas para induzir um processo consistente de unificação do mercado brasileiro. Com o deslanche industrial do pós 1930, esse quadro se alterou. O desenvolvimento econômico brasileiro passou a ser ditado por uma forte integração do mercado interno, a partir do processo de industrialização que começava a se concentrar em São Paulo.

Ao mesmo tempo, o trabalhador nacional, que já havia se tornado um agente destacado nos processos de deslocamento populacional durante a década de 1920, passou a ser o elemento preponderante, superando numericamente o estrangeiro, tanto no sentido campo/cidade – principalmente em direção à capital paulista - como no sentido campo/campo, em novas áreas de avanço da fronteira econômica.

Nesse momento, também, os contingentes tradicionais de imigrantes estrangeiros passaram a ser alvo de preocupações, na medida em que haviam se agrupado, muitas vezes,

⁸ Isto não quer dizer que não houve afluxo de trabalhadores nacionais para o complexo cafeeiro no período anterior a 1930. Apenas procura estabelecer que os mesmos foram numericamente minoritários. Segundo Wilson Cano, o número de imigrantes para São Paulo situa-se por volta de 2,5 milhões de pessoas, entre 1887 e 1930. Destes aproximadamente 280 mil corresponderam a brasileiros, sendo que a maioria, cerca de 156 mil, aqui chegou na segunda metade da década de 1920. Ver: CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930- 1970**. Campinas: Global/UNICAMP, 1985, p. 48.

em colônias homogêneas, preservando os hábitos culturais dos países de origem. Constituíam-se, no dizer da época, em verdadeiros quistos étnicos que, naquele momento de fortes disputas e de expansionismo territorial internacionais, eram identificados como ameaças à integridade do território brasileiro⁹. Esse fato, aliado à participação efetiva de trabalhadores estrangeiros na difusão de visões revolucionárias e na organização de movimentos sindicais e grevistas no período da República Velha, levou a que se implementassem políticas de quotas por nacionalidade e de assimilação dos imigrantes, visando diminuir a influência dos mesmos na sociedade brasileira, nos processos de deslocamentos populacionais e de integração do mercado.

Esse novo padrão relativo aos deslocamentos populacionais é coetâneo à emergência de um novo tipo de Estado no Brasil. As várias crises do início dos anos de 1930 – a crise econômica mundial, a Revolução de 1930 e o problema da superprodução do café - levaram à necessidade de criação de novos canais institucionais voltados ao controle de seus efeitos - atribuídos, muitas vezes, às práticas econômicas liberais vigentes anteriormente - e à administração de interesses conflitantes, uma vez que novas forças políticas e novos grupos sociais tiveram acesso aos mecanismos de poder, superando o domínio quase absoluto do aparelho de Estado pela oligarquia cafeeira em associação com outras oligarquias regionais e locais. É dessa maneira que no pós 1930, inicia-se no, Brasil, a construção de um Estado cada vez mais centralizador e interventor, tanto no que diz respeito aos assuntos sociais como econômicos.¹⁰

Tal quadro foi ainda complementado pela incorporação de fortes elementos nacionalistas e de inspiração positivista, expressos pelas lideranças mais destacadas que assumiram o governo, como é o caso evidente de Getúlio Vargas. Nessa perspectiva, a visão de desenvolvimento identificava-se com a industrialização.

Assim, consolidou-se, nesse período, a visão de que ao Estado cabia o papel de regulamentador da vida nacional. Criou-se, portanto, a idéia que os processos econômicos e sociais deveriam ser objeto de intervenção estatal, por meio de políticas que visassem encaminhá-los e controlá-los, no sentido de favorecer, na maior parte das vezes, o processo de desenvolvimento industrial.

⁹ Ver NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. **A ordem nacionalista brasileira**. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 28 e 29.

¹⁰ Ver FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 183 a 187.

Dessa maneira, é lícito imaginarmos que os deslocamentos populacionais passaram a ser, também, alvo de políticas que procuravam controlá-los e encaminhá-los objetivando à sua adequação às novas perspectivas de desenvolvimento e aos interesses defendidos pelo Estado pós-1930. Nesse sentido, a existência de políticas de nacionalização da mão-de-obra, tanto no campo quanto no meio urbano, instituída nesse período, nos oferece, a esse respeito, uma pista valiosa¹¹, na medida em que procuravam nacionalizar os processos de deslocamento populacional que ocorriam no país.

Considerando que um dos objetivos principais deste trabalho é discutir a intencionalidade do primeiro Governo Vargas - expressa por meio de políticas propositalmente formuladas - em dirigir e controlar os deslocamentos populacionais e utilizá-los como importante instrumento para se alcançar um desenvolvimento econômico baseado no mercado interno, os procedimentos adotados na elaboração deste trabalho caminharam do geral para o particular. Assim, o primeiro ponto abordado foi, justamente, a tentativa de explicitar a relação entre a estrutura capitalista que começou a emergir no pós 1930 e a necessidade de construção de um novo padrão de deslocamentos populacionais no Brasil.

Procurou-se, para tal fim, discutir, num primeiro momento, a idéia de que o alcance do desenvolvimento econômico brasileiro somente se tornou possível com o início do rompimento com a tradicional divisão internacional do trabalho que fixava a economia brasileira como exportadora de produtos primários e importadora de produtos industrializados. Assim, a entrada do Brasil numa etapa de desenvolvimento econômico foi induzida por um processo de industrialização que se apoiou em seu mercado interno, já que as possibilidades oferecidas pelo mercado externo, como fator de desenvolvimento econômico, eram limitadas.

Isto porque a especialização econômica na exportação de um pequeno número de produtos primários, que se encontrava submetida a mecanismos monopolistas de mercado - tanto no período colonial como após a consolidação do mercado mundial em meados do século XIX -, implicou em dificuldades para a acumulação endógena de capital, retardando-a drasticamente e reduzindo a sua intensidade. A participação subordinada da economia brasileira na divisão internacional do trabalho foi a forma pela qual, historicamente, se deu apropriação externa, pelas economias centrais, do excedente econômico aqui produzido.

¹¹ Segundo PAIVA, Odair da Cruz. **Brasileiros na hospedaria de imigrantes: a migração para o estado de São Paulo (1888-1993)**. São Paulo: Memorial dos imigrantes, 2001, p. 25.

Simultaneamente, à existência de uma divisão internacional do trabalho, o engajamento tardio da economia brasileira nos processos de industrialização¹² impediu que o mercado externo pudesse se comportar como fator favorável ao seu desenvolvimento, já que este se encontrava totalmente monopolizado pelas potências econômicas centrais. Assim, países com desenvolvimento econômico tardio, como é o caso brasileiro, têm reduzidas condições de se aproveitarem do mercado externo para promover a sua industrialização.

O ponto de partida aqui adotado, portanto, é que só podemos falar, verdadeiramente, em desenvolvimento econômico quando a economia, superando os limites impostos pela divisão internacional do trabalho e pela sua dinâmica primário-exportadora, fundamenta os seus processos de acumulação na industrialização. Esse processo, para ocorrer no Brasil, deveria necessariamente se basear no seu próprio mercado interno. Assim, a integração e ampliação do mercado interno tornaram-se, pois, requisitos indispensáveis para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Neste sentido, as perspectivas brasileiras eram generosas. Teoricamente, o mercado brasileiro possuía fortes possibilidades de crescimento devido às dimensões continentais de seu território. Contudo, era necessário que esse território fosse povoado, integrado e articulado ao centro de onde partiam os fluxos do desenvolvimento industrial. Tal fato era claramente compreendido à época de que estamos tratando, já que o recurso ao “nosso imperialismo interno” era constantemente utilizado pelas autoridades e pelo círculo técnico e intelectual que influenciava as políticas governamentais.

O início dessa mudança significativa na estrutura capitalista brasileira, não foi um acontecimento fortuito. Foi fruto de uma série de processos econômicos, sociais e políticos desenrolados ao longo dos últimos anos do século XIX e das três primeiras décadas do século XX, acelerados, em seu final, pelos impactos da grande crise econômica mundial iniciada em 1929 e que se prolongou por toda a década de 1930; pela Revolução de 1930, que superou a hegemonia liberal-oligárquica existente até então; e pelas mudanças institucionais e econômicas levadas a efeito pelo novo governo que, no entendimento aqui preconizado, possuía uma clara intencionalidade na implementação de políticas industrializantes.

São, portanto, pressupostos teóricos deste trabalho as idéias de que as contradições econômicas, sociais e políticas existentes no Brasil, no período compreendido entre o final do Império e a Primeira República, tornaram maduras as condições para a emergência de uma

¹² Ver CANO, Wilson. **O Brasil e a nova (des)ordem mundial**. Rio de Janeiro: Campus, 1995, 1º. capítulo

estrutura capitalista de base industrial, sustentada pelo mercado interno e, também, de que as ações do governo instituído pela Revolução de 1930, principalmente no período do Estado Novo, procuraram, intencionalmente, favorecer esse processo.

Ora, se pressupomos que no período compreendido por este trabalho ocorreu o início de uma mudança estrutural no capitalismo brasileiro; que essa mudança necessitava ser apoiada no mercado interno; que esse mercado interno precisava ser integrado; e que essa integração passava pelo povoamento e pela inserção de novas áreas nos circuitos econômicos; consequentemente pressupomos, também, que o desencadeamento dessa nova situação implicou em mudanças nas características que os deslocamentos populacionais haviam conhecido até então.

Se agregarmos a isso a presença, nesse momento, de interesses em se encaminhar um processo de industrialização sustentado no mercado interno e que o governo se engajou nessa tarefa, podemos “especular” que esses deslocamentos populacionais, passaram a ser objetos de preocupações governamentais e, por isso, tornaram-se alvos de novas políticas que procuraram instrumentalizá-los na construção uma nova estrutura capitalista nacional.

Objetivamente, as transformações ocorridas na economia e sociedade brasileiras em fins da década de 1920, já indicavam mudanças no padrão de deslocamentos populacionais. O que supomos, e procuramos verificar, é que, no transcorrer do primeiro governo Vargas, foram desenvolvidos instrumentos e instituições voltados a dirigir esses deslocamentos a objetivos bem definidos e conscientes, que favorecessem o processo de desenvolvimento econômico, como o de se garantir a integração do mercado nacional, inclusive o mercado de trabalho.

Entendemos, portanto, que a formulação de políticas relativas aos deslocamentos populacionais pelo governo brasileiro apresentava, à época, uma clara intencionalidade de se alcançar a integração do mercado interno como base de um desenvolvimento econômico nucleado pela industrialização, que se realizava de maneira concentrada no Centro-Sul, principalmente em São Paulo e que o governo procurou, efetivamente, implantar essas políticas.

O fato de muitas das medidas adotadas em relação ao assunto em pauta terem se revelado inócuas, incompletas ou limitadas não desmente a interpretação acima apresentada. Isso se deve, de acordo com o nosso entendimento, a duas ordens de fatores que se apresentavam inter-relacionados. Em primeiro lugar, às alianças políticas entre grupos sociais

que foram sendo constantemente reorganizadas, provocando redefinições de prioridades; segundo, às limitações de recursos financeiros e, principalmente, de tempo para que as políticas alcançassem os objetivos almejados.

Devemos ter em mente que o Positivismo, que influenciava o pensamento e as ações de Vargas, de vários membros do governo e de muitos intelectuais que apoiavam o regime, defendia a presença de um Estado autoritário e centralizador. Segundo a visão positivista, um governo racional, que aplicasse decisões técnica e cientificamente embasadas, voltadas a preservar a harmonia, a unidade e a hierarquia do organismo social, deveria permanecer no poder por um longo tempo. Acreditava, portanto, que uma “Ditadura Ilustrada” era o regime de governo mais apropriado para o país e que, quando instalado, deveria continuar indefinidamente.

Tal proposta levou o governo a estabelecer um horizonte político excessivamente amplo para a sua permanência no poder, muito mais amplo do que efetivamente ocorreu, pois acreditava na estabilidade das esferas de poder. Estabeleceu, assim, projeções de longo prazo, com medidas ambiciosas que demandariam recursos vultosos e um tempo muito extenso para a sua realização e maturação. Esse é caso de muitas das medidas aplicadas pelo governo nos assuntos referentes aos deslocamentos populacionais, especialmente em sua vertente colonizadora consubstanciada nas CANs (Colônias Agrícolas Nacionais).

Essas concepções políticas não eram, entretanto, necessariamente compartilhadas, em sua totalidade, pelas classes dominantes brasileiras, especialmente, no caso que nos interessa, pela fração que se vinculava mais diretamente aos interesses industrialistas. A sua debilidade frente ao contexto de radicalização social e política ocorrido no início da década de 1930 e a dependência de concessões e de intervenções econômicas que só poderiam ser decididas pelo Estado, impuseram a aceitação, por certo tempo, do fortalecimento do executivo e o enfeixamento de poderes e instrumentos em suas mãos. Tal fato ficará muito mais evidente a partir do golpe de novembro 1937.

O apoio ao fortalecimento do executivo, contudo, atendeu, muito mais, a necessidades práticas do momento do que a uma comunhão de visões de mundo e de concepções políticas. As classes dominantes¹³, principalmente às vinculadas ao capital industrial, aceitaram que o

¹³ Tais atitudes não eram exclusividade dos grupos mais diretamente ligados aos interesses industrialistas. Foram assumidas, também, por segmentos importantes do setor agrícola e exportador devido à dependência econômica das políticas de proteção aos preços dos produtos agrícolas praticada pelo governo. Ver SOLA, Lourdes. **O golpe de 1937 e o Estado Novo**. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 20 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 262.

Estado se fortalecesse e assim pudesse tomar algumas medidas que julgavam necessárias e que não podiam ser tomadas diretamente por elas próprias, em virtude de suas debilidades. Apoiaram o fortalecimento paulatino do executivo em busca de proteção, favorecimentos ou patrocínios¹⁴.

Dentre as medidas que se julgavam necessárias, podemos citar as seguintes: a pacificação política e social do país, com a conciliação e/ ou enquadramento dos participantes do conflito de 1930; a superação da polarização entre os grupos mais organizados politicamente, que ameaçavam a ordem capitalista - como era o caso da ANL - ou a modernização - caso da AIB; a resolução da problemática da concentração estrangeira em áreas importantes do território nacional; a eliminação de impostos e interestaduais e de barreiras que se antepunham ao comércio interno; a instalação de indústrias de base e extrativas que criariam as condições para o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de capital; a organização da legislação e de tribunais, principalmente, trabalhistas, que permitiriam maior controle sobre os trabalhadores urbanos e novas formas de regulação de conflitos; e o estabelecimento de novos tipos de acordos e relações internacionais¹⁵.

A maior parte dessas medidas começou a ser implantada no período do Governo Provisório, foram, contudo, intensificadas e aprofundadas no Estado Novo, principalmente durante os seus seis primeiros anos. É evidente que nem todas puderam ser completadas no intervalo de tempo correspondente ao primeiro governo Vargas, mas, em seu final, algumas foram, efetivamente, alcançadas e várias outras se encontravam bem encaminhadas ou em estágios próximos ao da maturação.

Assim, quando o Estado cumpriu ou pelo menos encaminhou e tornou de difícil reversão a maior parte das medidas reclamadas pelas classes dominantes e também quando as compatibilidades de interesses entre algumas de suas frações se tornaram mais perceptíveis, essas começaram a retirar o apoio até então concedido. As frações beneficiadas pelas mudanças, como é caso da burguesia industrial, passaram a ter interesses em assumir diretamente o poder de Estado, sem a mediação de um governo que oscilava, constantemente, entre formas burocráticas e personalistas de dominação.

O início da retirada do apoio ao governo, pela fração ligada aos interesses industriais, permitiu, por outro lado, que as frações descontentes - geralmente identificadas com o capital

¹⁴ Esta análise encontra-se desenvolvida, de maneira bastante interessante, em SOLA, Lourdes. op. cit, p. 264.

¹⁵ Ver NASCIMENTO. op. cit. p. 28 a 31 e SOLA, Lourdes. op. cit. p. 266 a 277.

comercial e financeiro – também começassem a se movimentar, expressando a sua oposição aos caminhos adotados.

Nesse sentido, o período que vai de meados de 1943 a 1945 foi de lenta desintegração do regime, o que levou, inclusive, a uma mudança de orientação por parte do governo que buscou maior aproximação com os trabalhadores urbanos, na procura de apoio político, o que levou a um aprofundamento de suas características personalistas ¹⁶. Essa alternativa provocou maior desgaste do Governo em relação aos grupos dominantes que passaram a criticar os excessos de estatismo e a intensificar as manobras para sua retirada do poder.

Esse também foi o período em que a vitória dos aliados, ao lado de quem o Brasil combateu na Segunda Grande Guerra, passou a ser evidente e no qual, também, os efeitos econômicos do conflito, tais como racionamento e inflação, passaram a ser mais sentidos. O desgaste político, provocado pela deterioração do ambiente econômico e pela vitória militar de alguns países organizados politicamente em democracias de estilo liberal frente a regimes considerados totalitários, além da pressão exercida pelos americanos, impactou a opinião pública urbana e ampliou o isolamento do regime ditatorial. Dessa maneira, o regime foi derrubado em outubro de 1945.

O processo descrito é um dos elementos que devemos levar em conta na avaliação das propostas e das ações levadas a cabo no primeiro Governo Vargas, no campo econômico. Enquanto algumas medidas encaminhadas pelo governo chegaram a se realizar, outras não se materializaram ou tiveram um desenvolvimento bastante incipiente e várias permaneceram inconclusas. Isto se deve, em parte, ao tempo de duração do governo, que apesar de extenso para os padrões políticos ocidentais, foi curto para a realização de ações e propostas bastante ambiciosas no campo econômico. Os recursos financeiros, apesar de terem se concentrado em escala nacional foram, em virtude do ambiente crítico da economia e do pequeno grau de desenvolvimento da acumulação capitalista do país, escassos e limitados para os projetos que visavam financiar. Em suma, muitos dos projetos que o regime procurava implantar eram de difícil execução dentro do tempo de duração que o próprio regime conheceu.

Mas, talvez, o mais importante é que as concepções que norteavam o grupo dirigente, fortemente influenciadas pelo positivismo, conduziam o país ao início de um processo de reconstrução por meio de um Estado centralizador e autoritário. Isto levava à crença de uma

¹⁶ Ver CORSI, Francisco Luís. **Política econômica e nacionalismo no Estado Novo**. In SUZIGAN, Wilson; SZMRECSANYI, Tamás (orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2 ed. rev. São Paulo: Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial, 2002, p. 14 e 15.

maior permanência, em termos históricos, do regime instalado, principalmente a partir do Estado Novo.

A própria concepção de que o Estado era criador da nação e de uma sociedade que se basearia nos princípios do organicismo social levava à idéia de um futuro administrado, com a possibilidade de controle das contradições sociais. Isto, no entanto, não foi assimilado pelas diferentes classes que compunham a sociedade brasileira e a realidade histórica acabou por se revelar muito mais complexa. O Estado, apesar de todo o desenvolvimento de seu aparelhamento ideológico e da ampliação da capacidade de intervenção, não conseguiu controlar a realidade social.

É fato que o Estado foi chamado para minimizar os conflitos entre as classes sociais. Disso decorreu a aparência de relativa autonomia frente às diferentes frações das classes dominantes e a procura de sua legitimidade junto aos trabalhadores, principalmente os urbanos. Entretanto, a partir do momento em que os conflitos entre os grupos dominantes começaram a ser melhor equacionados e as bases para o ulterior desenvolvimento capitalista começaram a se estabelecer, passou a ocorrer um interesse na amenização do estatismo. Novas formas de dominação puderam, então, se rearticular num regime de democracia burguesa em moldes mais liberais.

Assim, o período do primeiro governo Vargas deve ser entendido como importante interregno no processo de constituição de um capitalismo de novo tipo, de bases urbanas e industriais, no Brasil. As políticas levadas a efeito por esse governo não devem ser avaliadas, apenas, no que foi realizado no período de existência do próprio governo, mas principalmente naquilo que estabeleceu como base para o posterior desenvolvimento do país.

Se aquilo que se alcançou em termos de desenvolvimento industrial do país não permitiu que se adentrasse em um processo “completo” de industrialização, com o estabelecimento de um processo endógeno de acumulação que se auto-sustentasse a partir da articulação entre os departamentos produtores de bens de capital e de bens de consumo adequadamente constituídos, o que foi alcançado permitiu, contudo, que se assentassem as bases sobre as quais se daria o salto ocorrido no pós-guerra.

A questão relativa aos deslocamentos populacionais pode ser analisada de forma semelhante. Os resultados alcançados por muitas das ações empreendidas pelo Estado no assunto em questão também podem ser considerados incompletos em várias esferas, tais como nas esferas da integração do mercado, da constituição de um mercado nacional de trabalho e,

principalmente, da política colonizadora. Exemplo disso pode ser verificado na única experiência de colonização, do período, considerada bem sucedida: a do Norte do Paraná¹⁷. Essa, ao contrário do que representou o programa de colonização oficial do Oeste brasileiro, consubstanciado principalmente nas CANs, foi uma iniciativa privada, na qual o Estado teve uma participação limitada e indireta.

Para compreendermos as razões do maior sucesso alcançado por uma experiência colonizadora de caráter particular, temos de lembrar que a região do Norte do Paraná já era uma região de avanço pioneiro estimulado pelo capital privado e que a ação do Estado, nos mais diversos setores, não preconizava uma estatização da economia. O Estado intervinha em áreas e atividades de pequeno ou nenhum interesse para o investimento particular. Assim, do ponto de vista das ações relativas à colonização, havia, como praticamente em todos os outros setores econômicos, uma espécie de divisão do trabalho: as áreas que eram objeto de ações “espontâneas” do capital poderiam ficar a cargo da iniciativa privada, enquanto que as áreas não interessantes ao investimento privado, consideradas “adormecidas” ou “relegadas ao olvido”, eram atribuição ou objeto da ação do Estado¹⁸.

Por isso, o Estado, por meio de seu programa oficial de colonização, se preocupou com a região Oeste, onde, historicamente, as marchas pioneiras conduzidas pela cafeicultura não haviam chegado com grande intensidade; preocupava-se, também, com áreas consideradas intocadas na parte norte da atual região Nordeste e com áreas limítrofes da Amazônia ou razoavelmente próximas às capitais daquela região¹⁹.

Nestes casos, as distâncias a serem vencidas eram enormes, os investimentos em transporte e infra-estrutura eram muito pesados para os recursos financeiros, e até mesmo para os recursos humanos, disponíveis. Assim, as áreas de colonização oficial não vingaram em sua totalidade ou permaneceram, por muito tempo, isoladas e distantes dos mercados. O próprio contingente populacional dirigido a essas regiões dispunha de poucas condições financeiras e maiores dificuldades do ponto de vista das condições de saúde, por isso, necessitavam de formas de apoio muito mais intensas, que, por variados motivos, não chegaram a se realizar. Daí, a diferença de resultados entre as experiências de colonização privadas e oficiais, no período em questão.

¹⁷ Ver GRAHAM, Douglas. **Algumas considerações econômicas para a política migratória no meio brasileiro**. In: **Migrações internas no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1971. p. 22/23

¹⁸ GRAHAM, Douglas. op. cit., p. 23

¹⁹ Por isso a proposta inicial das CANs visava à instalação de 7 colônias situadas, nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Amazonas, Pará e Paraná.

A construção de um mercado de trabalho efetivamente nacional, embora tenha sido iniciada em tal período, somente se configurou em definitivo no pós-guerra, principalmente a partir da década de 1950, quando o fluxo populacional às regiões industrializadas tornou-se mais constante, regular e passou a assumir, praticamente, uma dinâmica própria. A questão da qualificação profissional voltada a gerar técnicas e disciplinas típicas das formas capitalistas de trabalho somente começou a se configurar nos últimos anos do período que nos ocupa, ganhando, também, dimensão mais significativa nos anos de 1950.

As medidas tomadas em relação aos deslocamentos populacionais durante o primeiro governo Vargas, seja na forma de intenções, de princípios, de legislação, ou de ações, demonstraram, entretanto, que havia, indubitavelmente, uma preocupação em se utilizar os movimentos populacionais como forma de integração do mercado interno, procurando, para isso, articular as diferentes regiões do país por meio de especializações produtivas e pela combinação dos seus graus diferenciados de desenvolvimento e, com isso, alavancar o desenvolvimento econômico e o processo de industrialização.

Isto significa que os principais aspectos pertinentes à geração de condições para o incremento de processos migratórios internos foram acionados no período. Definiram-se as áreas de atração, que seriam aquelas que receberiam os efeitos propulsores do modelo de desenvolvimento que se procurava implantar: a “região sujeito” da qual partiriam os influxos econômicos articuladores do território e as “regiões objeto”²⁰ que se incorporariam à primeira como regiões acessórias, voltadas a consumir mercadorias manufaturadas e a produzir gêneros destinados à economia urbana. Definiram-se, também, as áreas de repulsão, que sofreriam os efeitos de estagnação e, por isso, converter-se-iam em regiões fornecedoras de excedentes populacionais e de força de trabalho.

Como representantes do primeiro caso, teremos as regiões que passavam por acelerado crescimento urbano e industrial, exemplo específico de São Paulo, e das regiões que necessitavam ser povoadas e incorporadas à economia nacional, exemplificadas pelo Oeste. No segundo caso, o exemplo concreto se relaciona ao atual Nordeste, principalmente, em sua parte sul, região considerada cronicamente atrasada²¹.

²⁰ Os termos região sujeito e região objeto foram utilizados por Vargas, para explicar a forma de relação e integração entre o centro-sul industrializado e o Oeste brasileiro, em entrevista concedida à imprensa em 19 de fevereiro de 1938. Ver **Diretrizes da nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 194(?), p. 125.

²¹ Ver PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados: a migração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno**. Universidade de São Paulo: FFLCH (Tese de Doutorado em História Social), 2000, p. 176/194. Para esse autor tal visão acerca da região nordeste era estimulada pela construção de uma imagem do Nordeste

Mesmo que as medidas encaminhadas tenham, muitas vezes, alcançado apenas resultados limitados, inócuos ou inconclusos, foram experiências que permitiram o estabelecimento das bases para a efetiva ocupação do país no pós-guerra. Ocupação esta que se daria em moldes diferentes²², na medida em que as características do desenvolvimento também iriam se alterar, em virtude das mudanças na relação entre as diferentes classes sociais e, destas, com o Estado.

Dessa maneira, é possível apontarmos um objetivo secundário deste trabalho, como desdobramento de seu objetivo principal, e que se encontrará difuso em todo o seu desenrolar, qual seja: o de contribuir para uma caracterização do primeiro governo Vargas como um governo comprometido com os interesses do capital industrial.

Tal objetivo tem por suposição a idéia de que a análise das características dos deslocamentos populacionais e das políticas relativas ao assunto impressas pelo governo pode revelar o aprofundamento da subsunção dos movimentos migratórios ao desenvolvimento de um novo padrão de acumulação urbano-industrial. A dinâmica da acumulação capitalista urbana e industrial passou a subordinar as novas relações de trabalho no campo - introduzidas nas regiões de avanço da fronteira econômica e nas novas atividades agrícolas, que ganharam impulso em virtude da mudança na função da produção primária - e a reestruturação do mercado de trabalho urbano.

Pretendemos demonstrar que os processos de deslocamento populacional e as tentativas de controlá-los explicitam que se buscou uma integração do mercado e da nação comandada pelo centro dinâmico da economia nacional. Isso não somente aprofundou os desequilíbrios econômicos regionais, com a concentração do desenvolvimento econômico no Centro-Sul do país, como representou, também, a introdução de novas formas de exploração social, com a conversão dos trabalhadores em instrumentos da construção de uma nova ordem econômica nacional, nucleada pelo desenvolvimento urbano e industrial; pois, como afirma Robert de Moraes: o espaço não é o sujeito das transformações históricas e não se pode tomar os “*processos sociais como se fossem qualidades do espaço*”²³, o que, de certa forma, vai ao encontro do entendimento de Singer, segundo o qual a migração, antes de ser um fenômeno individual, é um processo social. Quem migra não são indivíduos abstratos, mas indivíduos

como uma região “*portadora de características culturais, sociais e econômicas negativas*”, fortemente afetada por flagelos naturais como a seca e na qual a “*única saída para aquelas populações afetadas era a migração*”.

²² Segundo Douglas Graham, a partir dos anos de 1950, a colonização do Oeste passou a se basear na grande propriedade rural em detrimento da pequena propriedade. Ver GRAHAM, Douglas. op. cit. p. 25

²³ MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ideologias geográficas**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 107.

pertencentes a uma classe social: “*a primeira e a mais atingida pelos processos de migração é a que vive do trabalho e que, portanto, não possui, ou já possuiu, direito de propriedade sobre o solo*”²⁴.

Assim, os processos de deslocamento populacional consistiram na construção de uma nova modalidade de exploração social, na qual os trabalhadores migrantes se converteram em elementos importantes de constituição de um novo padrão de acumulação.

O trabalho procurará apresentar os seus resultados a partir de um ordenamento dedutivo. Partir-se-á de uma caracterização mais geral a respeito das características econômicas e políticas do período que nos ocupa, procurando demonstrar como a inserção do Brasil em uma nova estrutura capitalista implicou na necessidade de mudança nos padrões de deslocamentos populacionais dominantes até então. Posteriormente, procurará a elaboração dos princípios que se encontram na base das políticas relativas aos deslocamentos populacionais para, na seqüência, analisarmos a aplicação concreta desses princípios e os resultados alcançados.

Dessa forma, o trabalho divide-se em três partes:

Na Primeira, após uma pequena digressão sobre desenvolvimento econômico e sobre a importância do mercado interno na determinação deste desenvolvimento em países subdesenvolvidos, como o Brasil, o trabalho versará sobre como a fixação do capitalismo no Brasil, a partir de uma economia primário-exportadora, criou, por meio de um processo contraditório, as condições para a emergência de um padrão de acumulação urbano e industrial, sustentado endogenamente. Procuraremos discutir que o momento crucial para a definição de tal processo se fez presente na virada das décadas de 1920 e 1930, em virtude do impacto da grande crise mundial e das alterações institucionais alcançadas com o resultado da Revolução de 1930. A inserção do Brasil em uma nova ordem levou a mudanças significativas no padrão migratório e ao surgimento da preocupação do novo governo em criar meios e instrumentos voltados a controlá-los e dirigí-los com objetivos claramente definidos, ou seja, de utilizá-los como ferramenta importante, embora acessória, para o desenvolvimento econômico nucleado pela industrialização. As fontes utilizadas nessa primeira parte foram, principalmente, secundárias, advindas do intenso debate ocorrido no campo das ciências humanas em relação aos assuntos em tela.

²⁴ SINGER, Paul. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**. In: **Economia política da urbanização**. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 51.

A segunda parte visa discutir os elementos que estiveram na base da formulação de políticas relativas aos deslocamentos populacionais, consoante com a preocupação em se dar curso a um desenvolvimento sustentado internamente. Assim, versará sobre a relação entre a conquista nacional do território e o processo de formação do mercado interno brasileiro, inclusive o mercado de trabalho. Nesta parte foram privilegiados documentos oficiais da época, principalmente artigos publicados em revistas e boletins e discursos feitos por Vargas, consolidados em textos, tais como a Nova Política do Brasil e Diretrizes da Nova Política do Brasil.

Na terceira parte, o trabalho procura verificar a aplicação concreta dos princípios básicos da política migratória e os resultados alcançados pelas mesmas, procurando distinguir o que foi possível realizar no momento e o que se consolidou como bases para uma política ulterior relativa ao assunto em questão. Nesta parte, os recursos utilizados como fontes também são artigos de época, acrescidos de instrumentos legais como decretos-lei, decretos e portarias e de alguns processos produzidos pelo SIC, DTC e Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Utilizar-se-á, também, a contribuição da extensa bibliografia produzida em torno do assunto.

Parte I**O NOVO PADRÃO DE DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS E A INTEGRAÇÃO DO MERCADO**

Seção 1

Novo modelo de desenvolvimento e a necessidade de um novo padrão de deslocamentos populacionais

O desenvolvimento econômico pode ser conceituado como um processo histórico de alteração qualitativa no sistema produtivo de uma nação. Alteração que se expressa por uma importante diversificação econômica e por uma redivisão interna do trabalho, na qual a participação relativa dos setores econômicos passa a pender favoravelmente ao crescimento industrial e a exigir maior especialização dos fatores e dos recursos. Em suma, o desenvolvimento econômico pode ser compreendido como um processo histórico de transformação de economias primário-exportadoras em economias industrializadas²⁵. Se aceitarmos tal conceituação, podemos afirmar que o período compreendido por este trabalho é, também, aquele no qual uma longa fase de mero crescimento econômico é substituída, no Brasil, por uma etapa de real desenvolvimento econômico²⁶.

Isto porque no período compreendido por este trabalho (1930-1945), a economia brasileira passou por uma de suas mais significativas mudanças. Foi nesse momento que o capitalismo brasileiro, cuja dinâmica se encontrava condicionada pela demanda externa por alguns poucos produtos primários de exportação, principalmente café, começou a ter no mercado interno e na indústria os fatores preponderantes de seu dinamismo e da acumulação de capital.

Este novo panorama da economia brasileira permitiu a sua entrada em uma longa fase expansiva, com taxas de crescimento muito maiores que as alcançadas por qualquer país latino-americano ou mesmo da maioria das economias centrais²⁷.

Ainda que se considere o mercado interno e a indústria como fatores indutores do processo de desenvolvimento econômico que se iniciou no pós 1930, é importante lembrar que o nascimento da indústria, no Brasil, remonta ao período precedente, quando a economia brasileira se compartimentava em vários complexos econômicos regionais que possuíam o seu centro dinâmico apenas no mercado externo. Isso explica o crescimento industrial mais acelerado e a concentração da produção industrial em São Paulo. Foi o complexo cafeeiro que

²⁵ Ver SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 28 e 29.

²⁶ IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo**. 2 ed., rev e amp. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 45 e 46.

²⁷ Ver RANGEL, Ignácio. **Crescimento, ciclos e tecnologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 20 e TAVARES, Maria da Conceição. op. cit. p. 59.

conheceu as transformações capitalistas de forma mais acelerada e no qual a indústria se revelou como componente fundamental de seu desenvolvimento. Este aspecto, aqui somente sinalizado, tem valor instrumental e será desenvolvido mais adiante quando tratarmos da importância da concentração industrial paulista na ampliação e integração do mercado interno nacional.

Embora a indústria tenha sido fortemente estimulada pela acumulação de capital que ocorria no complexo exportador cafeeiro, a mesma ainda encontrava-se subordinada ao capital cafeeiro. Essa proeminência do complexo cafeeiro nos processos de acumulação de capital, por sua vez, condicionava a existência de um padrão de deslocamentos populacionais que também se alterou com a emergência do desenvolvimento industrial, cujo centro se localizou em São Paulo no pós 1930.

A dominância da atividade exportadora nos processos de formação de capital não provocava, nem exigia um processo consistente de integração do mercado interno brasileiro. A economia brasileira era constituída por variado número de complexos regionais exportadores que se vinculavam diretamente aos mercados externos, o que dava à mesma um caráter compartimentado. Esse fato explica também, por sua vez, a inexistência de um mercado nacional de trabalho, o que ensejou, no complexo economicamente mais dinâmico, uma grande procura por uma força de trabalho estrangeira. A maior parte desses imigrantes originou-se de nações que passavam por acelerados processos de industrialização, que possuíam grandes excedentes populacionais e grandes interesses em construir “colônias” em outros países, como forma de ampliação do mercado externo para suas indústrias. Estes foram os casos primeiramente da Alemanha, da Itália e, posteriormente, do Japão²⁸. Tais processos contribuem para o entendimento do fato do trabalhador estrangeiro ter sido priorizado nos processos migratórios que se dirigiam às áreas mais dinâmicas da economia brasileira, no período anterior a 1930.

Com as transformações econômicas que se iniciaram na década de 1930, com o início do rompimento da antiga forma de participação do Brasil na divisão internacional do trabalho, com a dinâmica do crescimento voltando-se “para dentro”, a integração e crescimento do mercado interno passou a ser fundamental. Tal aspecto colocará em questão a necessidade de construção de um novo padrão de deslocamentos populacionais que passarão a se constituir em ferramentas fundamentais para a realização dessa tarefa. Esses deslocamentos passaram,

²⁸ A utilização de imigrantes como parte de uma política comercial de favorecimento às indústrias nacionais teve em G. F. List um dos seus principais propugnadores. Ver NASCIMENTO, Benedicto. op. cit. p. 29

então, a obedecer prioritariamente ao objetivo de favorecer a integração do mercado, em benefício do desenvolvimento industrial que se deslanchava.

Os deslocamentos populacionais converteram-se em instrumento fornecedor de recursos humanos indispensáveis à nova tarefa que estava sendo implementada; comportaram-se como construtores de novas “periferias” que iriam se integrar ao centro dinâmico, por meio de anexação de regiões anteriormente desconectadas dos circuitos econômicos – num verdadeiro esforço de conquista territorial; possibilitaram a reorganização das relações existentes entre as diferentes regiões do país; e participaram da formação de um mercado nacional de trabalho, qualitativamente diferente, associado às novas exigências do desenvolvimento industrial e urbano. Isso se deve ao fato de que o desenvolvimento econômico de um país, como o Brasil, não pode ocorrer de outra forma que não seja a de ter por base o seu próprio mercado interno.

1.1 A importância do mercado interno

A divisão internacional do trabalho, que prendia o Brasil à condição de nação exportadora de produtos primários, iniciou-se com os processos europeus de expansão marítimo-comercial no século XV e de colonização da América no século XVI. Ganhou uma nova dimensão com a Revolução Industrial capitaneada pela Inglaterra, em finais do século XVIII, adquirindo suas principais feições com a consolidação do comércio mundial em meados do século XIX²⁹.

Na configuração desse mercado mundial, as economias ricas puderam continuar crescendo e se desenvolvendo economicamente devido à constante conquista de novos mercados externos. Passaram a dominar a oferta de produtos industrializados às nações de economias primário-exportadoras, que deveriam permanecer como produtoras de matérias-primas ou gêneros alimentícios para a exportação, o que aprofundava o seu subdesenvolvimento.

Isso ocorreu de tal maneira que as nações centrais, principalmente a Inglaterra, passaram a difundir concepções econômicas que ressaltavam a importância e a excelência do livre comércio. Tais concepções objetivavam a manutenção de arranjos institucionais nas mais diferentes nações, que permitissem a manutenção do livre fluxo de mercadorias pelo globo terrestre e a manutenção da divisão internacional do trabalho.

²⁹ Ver CASTRO, Antonio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1968, vol. 1, introdução.

Esses esforços foram bem sucedidos. Em finais do século XIX e no início do século XX, o mercado mundial de produtos manufaturados era monopolizado por um pequeno número de países industrializados, liderados pela Inglaterra e secundados por outros países que conseguiram se engajar rapidamente nas transformações estruturais de suas economias, rumo à industrialização³⁰.

Esse monopólio no comércio de mercadorias industrializadas por parte das nações líderes foi reforçado, ainda, pelo enorme crescimento do poderio econômico de suas empresas e pela grande intensidade de inovações tecnológicas induzidas pelas transformações econômicas no final do século XIX.

Isso implica afirmar que a única alternativa possível para que uma economia subdesenvolvida, como a brasileira, alcançasse o desenvolvimento econômico seria a de um processo de industrialização que tivesse por base o seu próprio mercado.

Por outro lado, muito já se conhece a respeito da insuficiência dos mercados externos para promover o desenvolvimento de economias primário-exportadoras. Essa insuficiência é, basicamente, explicada pela conjugação de alguns fatores. Primeiramente, devido à pequena diversificação econômica, a rigidez na oferta de mercadorias torna o comércio internacional desses países refém de uma pequena gama de produtos que necessitam de constantes aumentos de volume de vendas para compensar ou contrabalançar o montante despendido com importações de manufaturados. Além disso, o caráter reflexo de suas economias, que dependem do comportamento de mercados externos, sofrendo com suas oscilações, e sobre as quais a capacidade de interferência é reduzida, impede um controle totalmente nacional sobre a atividade econômica. Por último, a contínua deterioração dos termos de intercâmbio provoca a apropriação do excedente econômico pelas economias centrais e industrializadas.

A combinação desses elementos, o monopólio do mercado mundial de mercadorias industrializadas pelas economias centrais e a insuficiência do mercado externo para a produção primário-exportadora como fator indutor do desenvolvimento, indicam que o desenvolvimento econômico e a industrialização brasileira, para ocorrerem, deveriam ter por base o próprio mercado interno brasileiro, que, a partir do momento que nos ocupa, precisaria ser mais firmemente integrado e constante expandido.

³⁰ Como exemplo podemos citar alguns países europeus - França, Alemanha e Itália -, os Estados Unidos e o Japão. É importante ressaltar que o desenvolvimento desses países não se baseou em um único modelo, pelo contrário, explicitou a existência de diferentes vias para a consolidação do capitalismo. Ver CASTRO, Antonio Barros de. Op. cit. introdução e MOORE Jr. Barrington. **Origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983, prefácio.

Foi isso que se sucedeu. A grande alteração da estrutura econômica brasileira foi o “*deslocamento de seu centro dinâmico*” para o mercado interno. Mercado esse que, devido a uma série de fatores internos e externos, tornou-se praticamente cativo de uma produção manufatureira de bens de consumo produzida nacionalmente e que se concentrava principalmente em São Paulo. Como já disse Wilson Cano:

“A crise de 1929 e sua recuperação provocariam o deslocamento do eixo dinâmico da acumulação, do setor agroexportador para o industrial. Desarticulado o comércio exterior, isto causaria forte reversão no abastecimento interno: as restrições às importações forçariam a periferia nacional a importar, agora, produtos manufaturados de São Paulo; este, por sua vez, deveria, crescentemente, importar mais matérias-primas e alimentos de outros estados. Passava-se, portanto, a integrar o mercado nacional sob o predomínio de São Paulo. À periferia, nada mais restava do que se ajustar a uma função complementar da economia de São Paulo, embora mantendo ainda sua antiga dependência do exterior, através de suas exportações tradicionais”³¹.

Assim, a redução do comércio exterior brasileiro, fruto do impacto da grande crise econômica iniciada em 1929, aliada à garantia da compra do café, permitiu que a produção industrial brasileira passasse a atender as necessidades internas.

O atendimento das necessidades internas de mercadorias industrializadas pôde se dar, primeiramente, pela capacidade ociosa das indústrias instaladas no país, principalmente daquelas que se originaram a partir acumulação de capital ocorrida no complexo exportador cafeeiro. Em seguida, pela possibilidade de importação de equipamentos industriais de segunda mão e por meio do comércio de compensação que se desenvolveu com a Alemanha. E posteriormente, ainda, pelo início da quebra das desvantagens relativas de se produzir internamente bens de capital anteriormente importados³².

É claro que esse processo de industrialização, iniciado no momento estudado, era ainda bastante incipiente: dependia, e muito, da manutenção da capacidade exportadora de bens primários para a aquisição de equipamentos industriais e possuía bases financeiras e tecnológicas bastante limitadas para encetar a industrialização mais completa do país. Por outro lado, nesse período iniciava-se no país um novo ciclo de crescimento sustentado internamente pela indústria.

Sem entrar nos pormenores da preponderância dos fatores internos e externos, devemos ressaltar a importância decisiva do Estado nos processos de desenvolvimento que tiveram início na década de 1930, no período do primeiro governo Vargas. O Estado

³¹ CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global / Campinas: Editora da Unicamp, 1985, p. 64.

³² FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000, cap. XXXII.

brasileiro passou, a partir desse período, por uma decisiva reestruturação que se notabilizou pela sua maior capacidade de intervenção e de articulação de medidas econômicas. Essas novas características do Estado brasileiro, sem sombra de dúvidas, pavimentaram o percurso para o desenvolvimento econômico, via o estabelecimento de condições para a defesa, ampliação e integração do mercado interno. Como veremos mais adiante, tais intervenções também se relacionaram ao estabelecimento de políticas relativas aos deslocamentos populacionais, que naquele momento já adquiriam novas características, procurando dirigi-los e controlá-los para o alcance de objetivos prévia e claramente definidos.

Seção 2: OS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS COMO OBJETO DE POLÍTICAS DE ESTADO

É praticamente consensual que no período pós-1930, o Estado brasileiro passou por importantes transformações tanto no que diz respeito à sua organização institucional quanto em sua relação com a economia e à sociedade. Transformações essas que se expressaram por meio da centralização do poder, do maior aparelhamento burocrático e pelo intervencionismo.

Do ponto de vista político, tais transformações decorreram dos desdobramentos das crises que se abateram em sua restrita e excludente estrutura oligárquica, principalmente durante a década de 1920, e que desembocaram no conflito armado de 1930.

Do ponto de vista social, essas transformações caracterizam-se pela emergência de novos grupos sociais, que passaram a representar novos interesses, numa sociedade que, por força de um desenvolvimento capitalista, ainda que limitado pelas suas características primário-exportadoras, tornava-se mais complexa. O desenvolvimento de um setor urbano, como decorrência do desenvolvimento de atividades acessórias à atividade exportadora, tais como o setor de serviços e industrial, deu origem a uma classe média mais numerosa, a um proletariado urbano e, até mesmo, a frações da burguesia que não se encontravam contempladas nos arranjos institucionais, na definição de prioridades e nos encaminhamentos do Estado existente na chamada República Velha.

Do ponto de vista econômico, que é o que nos interessa mais diretamente neste trabalho, as transformações conhecidas pelo Estado relacionam-se com as novas características assumidas pelo desenvolvimento econômico brasileiro que passaram a se assentar sobre o mercado interno e a indústria, como seus centros dinâmicos. É importante lembrar que se a maior ênfase no mercado interno como fator dinâmico da economia brasileira passou a exigir uma maior centralização de poderes na esfera federal de governo, a recíproca também é verdadeira, ou seja, a centralização do Estado nacional brasileiro foi fundamental para que esse mercado interno se consolidasse, unificasse e ampliasse. É o que procuraremos demonstrar.

2.1 Estado centralizado como resultado, e simultaneamente, como indutor da integração do mercado interno.

A organização inicial do Estado republicano no Brasil obedeceu aos fortes imperativos do momento em que se estabeleceu. A República brasileira foi implementada após uma série de transformações ocorridas no país ao longo da segunda metade do século XIX. Dentre essas transformações, podemos apontar o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho

livre, encaminhado nos processos paralelos de abolição e de imigração, que ocorreu de forma concomitante à ascensão de São Paulo como importante pólo econômico nacional, a partir do avanço da economia cafeeira ao oeste paulista; a acelerada urbanização da cidade do Rio de Janeiro, para qual contribuíram os capitais que se ligavam à prática do tráfico de escravos, liberados após a proibição do mesmo em 1850; e a ascensão dos militares como expressão política no Brasil, a partir da Guerra do Paraguai.

Os aspectos, aqui assinalados, tiveram importante participação na definição da estrutura política do país durante, e imediatamente após, os processos que culminaram com a mudança de sua forma de governo. Permitiram que dois fortes grupos disputassem a liderança política e a influência na definição das características do Estado republicano brasileiro: a burguesia cafeeira, fortemente fincada economicamente no Sudeste brasileiro, principalmente São Paulo, e os Militares, majoritariamente concentrados na capital do país³³.

Esses dois grupos, que se unificaram pelo interesse comum em derrubar a Monarquia, tinham objetivos distintos no que tange à organização do Estado Brasileiro. Os Militares, em sua grande maioria, influenciados pela doutrina positivista, preconizavam um Estado centralizado, enquanto a burguesia cafeeira, acompanhada por outras oligarquias exportadoras, cujos interesses econômicos encontravam-se no mercado externo, propunha um estado hiper federativo, com forte autonomia às diferentes unidades da federação para que essas pudessem estabelecer seus contatos econômicos com o exterior.

Após turbulento período de indefinição política, que ficou conhecido na História Nacional como o período da “República da Espada” (1889-1894), a forma republicana de governo consolidou-se no Brasil com a vitória dos interesses exportadores, liderados pela burguesia oligárquica cafeeira. Para tal, contribuíram a constituição promulgada em 1891, inspirada no modelo norte-americano, a implementação da política dos governadores pelo governo Campos Sales e o malogro do Golpe de Estado, tentado por militares, deputados e intelectuais de influência positivista, por ocasião da Revolta da Vacina, já no Governo Rodrigues Alves (1902-1906).

É possível afirmar que, além da maior capacidade e habilidade política dos setores oligárquico-exportadores, a estrutura fortemente descentralizada e hierarquizada da República Velha expressou, com grande coerência, as características econômicas do país. O processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, da forma como ocorreu, isto é, de maneira

³³ Ver CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, p. 32.

mais acelerada no sudeste cafeeiro e substituindo os trabalhadores escravos por imigrantes de origem européia, cortou, por um bom tempo, como disse Maria do Carmo Campello de Souza, o último liame que unia as diferentes regiões do país, ou seja, o comércio inter-regional de escravos.

*“O Brasil, marcado pelas características de seu desenvolvimento como colônia exportadora de matérias-primas, apresentava-se como um ajuntado de unidades primário-exportadoras em vários estágios de evolução, dependente cada uma dos embalos da demanda externa para a determinação de seu peso e importância na economia do país. Cada unidade produtora atrelava-se ao mercado internacional, indiferente à sorte da demais, independente delas. Quando o elo que as ligava – o mercado nacional de escravos – se desfez, resultou o país composto de pequenas seções justapostas, que conservavam entre si alguns frágeis vínculos, suficientes apenas para que a nação não se desintegrasse totalmente”*³⁴.

Dessa forma, sem o tráfico inter-regional e o comércio interno de trabalhadores escravos, que não foram substituídos pela formação de um mercado nacional de trabalho, e com a existência de um variado número de complexos econômicos exportadores regionais, que se relacionavam diretamente com o exterior, a participação do mercado interno brasileiro, no que se reporta aos assuntos econômicos, passou a ter um papel próximo ao da insignificância. Tal situação foi ainda intensificada pela instituição de uma série de impostos interestaduais e pela ausência de um sistema nacional de transportes, que dificultavam a circulação de mercadorias em território nacional. Todos esses aspectos podem, sem dúvida, ser considerados como importantes elementos para a definição de uma estrutura política fortemente descentralizada.

Sem querer reforçar uma abordagem de cunho economicista, uma vez que outros aspectos relevantes devem ser considerados³⁵, podemos afirmar que os aspectos acima indicados se refletiram na organização do Estado republicano. Durante as primeiras décadas do século XX, o Estado brasileiro comportou-se como uma República de hegemonias regionais, bem ao estilo compartimentado da economia nacional. A ausência de maior intercâmbio entre as regiões favoreceu o estabelecimento de um pacto oligárquico de poder, constantemente negociado entre lideranças políticas que tinham em sua base acordos regionais e locais.

Devido, também, às influências econômicas, esse Estado, embora descentralizado, apresentava, contudo, um caráter fortemente hierarquizado. Foi a oligarquia da região mais

³⁴ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **O processo político-partidário na Primeira República**. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 20 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 164.

³⁵ Os aspectos técnicos, financeiros, políticos também exerceram fortes influências na dificuldade de centralização de poder no Brasil. Ver BALAN, Jorge (org.). **Centro e Periferia no desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Difel, p. 15.

poderosa economicamente que logrou a direção da esfera federal de poder. Era a oligarquia cafeeira, que mesmo cedendo poderes às oligarquias regionais e locais, quem dirigia o Estado brasileiro.

Com essa articulação política e com a construção de sólidas bases de apoio em níveis regionais e locais, a burguesia cafeeira e as oligarquias regionais e locais associadas puderam, no início da República, neutralizar as forças políticas centralizadoras e constituir um modelo de Estado fortemente coerente com seus interesses vinculados ao mercado externo.

Tal estrutura estatal, embora bastante coerente com o quadro econômico brasileiro, revelou-se limitada para expressar o caráter cada vez mais complexo da sociedade brasileira. O crescimento do setor econômico externo provocou a expansão do mercado interno para lhe dar suporte. Esse setor interno, desde cedo, passou a ter uma base social e territorial urbana e começou a assumir características modernas, com novos agentes sociais e políticos, como a classe média e o proletariado.

Os novos agentes sociais eram os que mais sentiam os efeitos das práticas de socialização dos prejuízos que se desdobravam, como efeito colateral, das políticas de valorização cafeeira, instituídas desde 1906. O aumento constante dos produtos importados, as dificuldades de transporte e habitação em metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro que cresciam aceleradamente, e os problemas de abastecimento eram muitos mais sentidos pelos novos sujeitos sociais urbanos. A ausência de uma institucionalidade voltada a receber e a encaminhar as suas reivindicações de forma mais direta tornaram esses grupos, principalmente as classes médias, um público cativo às pregações tenentistas que, embora pouco substanciais, ao se expressarem no binômio Justiça e Representação, indicavam que a mudança das estruturas estatais, ou pelo menos dos homens na política, era um dos meios disponíveis para a superação dos dilemas urbanos enfrentados.

O próprio capital cafeeiro, responsável pela saliência política do grupo dirigente em nível nacional, diversificou-se e começou a dar origem a novas frações de classe que começaram a expressar interesses não contemplados na limitada estrutura estatal existente até então. Uma boa indicação disso pode ser observada no processo de organização, pelos interesses industrialistas, de associações e centros industriais, como o Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP), em 1921, e o Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP), Em 1928. O surgimento dessas associações classistas pelo capital industrial, mesmo que, inicialmente, muito próximas dos grupos políticos tradicionais, expressa a articulação de um poderoso instrumento urbano de pressão sobre o Estado e o seu organismo oficial, o PRP.

A isso devem ser somadas outras situações decorrentes das vicissitudes do jogo político da Primeira República, que deram origem importantes dissidências no seio do próprio grupo oligárquico. Tais dissidências foram provocadas, primeiramente, pela consolidação, no PRP, de uma burocracia partidária pouco permeável à influência de alguns setores ligados aos próprios interesses cafeeiros ³⁶. Posteriormente, pela resistência da oligarquia paulista em permitir uma maior participação de outras oligarquias estaduais, como a gaúcha, que pretendiam exercer maior influência na política nacional e, também, pela decisão do Governo Federal de não promover o tradicional rodízio oligárquico entre paulistas e mineiros nas eleições de 1930. Tais fatos levaram a várias fraturas nos grupos politicamente dominantes e explicam o surgimento do Partido Democrático em São Paulo, em 1926, e a aliança entre a oligarquia gaúcha e o Partido Republicano Mineiro, logo após a imposição de Júlio Prestes, como candidato presidencial, por Washington Luís.

Paralelamente à participação de novos sujeitos políticos, a economia brasileira também conhece razoáveis mudanças que implicarão a inadequação do aparelho estatal brasileiro para dar continuidade ao processo de acumulação no Brasil. A economia brasileira, mesmo funcionando em moldes compartimentados, passou a conhecer, ainda que de modo sutil, um impulso integrador. Tal fato deriva do maior dinamismo do complexo cafeeiro que, devido ao seu desenvolvimento mais acelerado, começa a ocupar espaços econômicos em outras regiões do país.

O complexo cafeeiro produziu uma grande possibilidade de diversificação econômica. Várias atividades complementares se desenvolveram com maior rapidez, em comparação com os outros complexos econômicos exportadores regionais, em virtude do crescimento mais acelerado do seu mercado interno e de sua urbanização mais intensa. Dentre essas possibilidades de diversificação podemos apontar a indústria e a agricultura, produtora de alimentos e matérias primas:

“O café exigiu a montagem de uma rede urbana no estado de São Paulo, compreendendo um sistema de transportes e uma rede de comércios e serviços para uma grande massa de trabalhadores. (...) Esse complexo envolvia, além da atividade principal, o café, uma série de outros importantes componentes, como a agricultura produtora de alimentos e de matérias-primas; o sistema de transporte ferroviário; o sistema bancário; as atividades do setor público e atividade industrial” ³⁷.

³⁶ Esse é principalmente o caso da chamada juventude cafeeira que reclamava do fechamento de espaços para a ocupação de cargos na estrutura partidária e no aparelho de Estado.

³⁷ NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880 -1990)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p.33.

Simultaneamente, a desorganização dos fluxos de comércio internacional, provocada pela Primeira Guerra Mundial, implicou a redução das exportações e importações. Nessa ocasião, a produção paulista, principalmente a industrial, ocupou parte do mercado nacional possibilitado pelo estrangulamento na oferta de produtos industrializados estrangeiros. Com o final da Guerra e a retomada da atividade econômica dos países centrais, a indústria paulista consegue, mais uma vez, destacar-se na concorrência que se estabeleceu entre as indústrias das diferentes regiões brasileiras.

*“Com o advento da I Grande Guerra, evidencia-se um sério estrangulamento no comércio externo do Brasil, com reduções tanto nas importações como nas exportações. Nesse momento, São Paulo, possuidor de uma indústria e de uma agricultura que se expandiam e se diversificavam, foi o maior beneficiário, abastecendo com seus produtos parte da demanda de diversos estados. Com o término da guerra e com a reabertura do comércio externo na década de 1920, São Paulo adianta-se de novo em relação às demais regiões, no que diz respeito à acumulação industrial: a onda de inversões industriais na década de 1920 vai provocar uma superinversão e, conseqüentemente, o aumento da concorrência entre indústrias de vários estados, em que o capitalismo industrial paulista leva vantagem”.*³⁸

Esse esboço de desenvolvimento de um mercado interno, que começava a se sediar em São Paulo, encontrava-se obstado pela estruturação fortemente federativa do Estado brasileiro. Por isso, não é exagerado afirmar que as transformações ocorridas no período vieram demonstrar que as características do Estado brasileiro, forjadas na virada dos sécs. XIX e XX, quando o capitalismo brasileiro era extremamente incipiente, não condiziam mais com as condições econômicas, sociais e políticas originadas do seu maior desenvolvimento e impediriam, caso fossem mantidas, a manutenção da velocidade que haviam conhecido até então.

Nesse sentido, é que podemos afirmar que a revolução de 1930, ou pelo menos o espaço aberto pelo movimento em questão, representa uma resposta à situação anteriormente descrita.

Assim, se é verdade que a mesma não significou a ocorrência de um movimento de características classistas, no qual uma classe tomou o poder com objetivos claros de estabelecer o seu projeto de sociedade, não é menos verdade que a sua eclosão demonstrou como eram apertados os anéis institucionais da república brasileira. Demonstrou como a limitada estrutura estatal exercia uma função de barreira ao pleno desenvolvimento capitalista nacional. Os seus espaços tinham de ser alargados e o movimento de 1930 foi fundamental para isso.

³⁸. NEGRI, Barjas. op. cit., p.33.

A crise de 1929 provocou um grave desajuste no comércio de exportação brasileiro. Já é sabido e bastante comentado que a acumulação de capital no Brasil dependia do desempenho exportador de nossos produtos primários, principalmente o café, que no momento em questão, respondia por, aproximadamente, dois terços da pauta brasileira de exportações³⁹. Também, já é conhecido que o café brasileiro, após uma fase de grande expansão na segunda metade do século XIX, quando praticamente alcançou o monopólio do comércio internacional, encontrava-se em crise crônica de superprodução desde 1896⁴⁰ e que seus preços internacionais só se mantinham à custa de planos artificiais de valorização, praticados desde 1906.

Esses planos, apesar de algumas alterações, mantinham os preços em bases satisfatórias aos exportadores por meio do equilíbrio entre a oferta e consumo, com a compra da produção excedente financiada por créditos internacionais. A evasão de recursos financeiros do país, as perdas de suas reservas financeiras e do crédito internacional, provocados pela crise, impediram a continuidade dos mecanismos tradicionais de valorização. A consequência foi que os grandes estoques represados invadiram os mercados⁴¹, provocando uma brutal redução dos preços do café⁴².

Como uma recuperação de monta na demanda pelo café no mercado internacional não era esperada no curto prazo, tal fato acabou por demonstrar os limites do mercado externo como agente indutor do processo de acumulação de capital. O que significa dizer que o capitalismo primário-exportador já se aproximava de uma situação de esgotamento no que concerne às suas possibilidades de induzir ao desenvolvimento, ou até mesmo ao crescimento, econômico no Brasil.

De acordo com visão de mundo das frações agrário-mercantis que dirigiam o país à época, alheio a essa questão, Washington Luís ainda procurou aprofundar uma política monetária restritiva, recusou-se a acatar os reclamos dos grupos ligados aos interesses cafeeiros. Tal fato que normalmente é utilizado para explicar o seu empenho em impor a candidatura Julio Prestes, em detrimento da candidatura mineira de Antonio Carlos de Andrada, rompendo com o rodízio tradicional de oligarquias, amplificou os efeitos da crise

³⁹ Segundo NEGRI, Barjas. op. cit. p. 31 e FONSECA, Pedro Cezar Dutra da Fonseca. op. cit. p.150

⁴⁰ FURTADO, Celso. op. cit. p. 186

⁴¹ Some-se a isso as plantações recordes de café no biênio 1927-1928, que fariam prever uma safra recorde nos anos de 1932 e 1933, momentos que seriam os mais graves da fase depressiva. Ver FURTADO, Celso. op. cit. p. 199 e FONSECA, Pedro Cezar Dutra da Fonseca. op. cit. p.151

⁴² Ver FURTADO, Celso. op. cit. p.199 e FONSECA, Pedro Cezar Dutra da Fonseca. op. cit. p.151

internacional sobre a economia brasileira e, ainda, conseguiu provocar uma postura de indiferença política entre os seus possíveis e principais apoiadores. Embora esses ainda tenham feito funcionar a máquina eleitoral em favor da candidatura oficial, não tomaram posturas mais aguerridas quando o processo encaminhou-se para o conflito armado.

A crise econômica mundial, ao fragilizar, ainda mais, a situação econômica do país, colaborou para aprofundar o descolamento do governo de sua base política tradicional de apoio e para enfraquecer a sua capacidade de reação frente às pressões dos grupos aliados de uma participação política mais efetiva e, também, aos interesses das oligarquias dissidentes.

Por outro lado, a eclosão da crise internacional passou a ser cada vez mais creditada às práticas políticas e econômicas liberais dominantes até então, tanto no que respeita às ações concretas dos governos quanto no que se refere às teorias econômicas vigentes. Tais questões que se tornarão mais visíveis durante o desenrolar da década de 1930, refletiram-se no Brasil, à época, numa expectativa de uma resposta mais decisiva do governo frente à gravidade da situação. Uma ação nesse sentido, com maior ênfase interventora, todavia, não era algo que se colocava na tradição política brasileira, marcada por forte liberalismo. Assim, a emergência de uma nova estrutura estatal, que apresentasse maior capacidade de intervenção, passou a ser aceita por uma ampla parcela da sociedade. Essas concepções, já anteriormente difundidas pela intelectualidade modernista, foram sendo incorporadas pelas classes médias urbanas, que passaram, com isso, a ampliar as suas posturas cada vez mais simpáticas a um desenlace de força que pusesse fim à antiga situação.

Desta maneira, a Revolução de 1930 não encerra em si mesma o seu significado. não deve ser entendida apenas em seu aspecto episódico. Representou um momento chave na História do país ao estabelecer-se como convergência de uma série de questões estruturais e conjunturais que se aceleraram com o desencadeamento das eleições presidenciais num momento de eclosão de uma crise econômica mundial de fortíssima intensidade. Notabilizou-se, muito mais, pelas transformações que desencadeou do que pela perspectiva imediata de seus protagonistas. Como afirma Otávio Ianni:

“No entanto, ocorreu a Revolução em 1930. [...] como os donos do poder não tiveram a flexibilidade indispensável à adoção progressiva de inovações, deu-se a revolução. [...] antes que houvessem amadurecido internamente as condições estruturais, revolucionários atônitos tomaram o poder de um presidente atônito. Sem programa definido, salvo os vagos ideais de democratização de algumas instituições. [...] Mas os acontecimentos históricos são irreversíveis. [...] o processo revolucionário foi ganhando novas dimensões com o correr do tempo. Explicitaram suas virtualidades também ao nível econômico-social, bem como no âmbito do aparelho estatal. Pouco a pouco tornou-se o que não era de início. Adquiriu o caráter de uma revolução burguesa definida, apesar de não sê-lo inicialmente [...].”

Lentamente, as transformações internas do poder público reintegravam-no à complexidade das forças econômicas e sociais em desenvolvimento”⁴³.

É certo, contudo, que a Revolução de 1930 não representou o total deslocamento das antigas oligarquias das instâncias de poder nem representou a transferência automática de poder a uma burguesia industrial. A ascensão de novos grupos com interesses diversos e, portanto, de forças políticas heterogêneas no comando do aparelho de Estado levou a que não se constituísse uma nova hegemonia que substituísse a anterior. Nesse sentido, o Estado se tornou palco de disputas, ou de compromissos, entre diferentes projetos de desenvolvimento para o país e, por isso, assumiu um papel importante no que se refere ao processo de desenvolvimento e de constituição de um novo padrão de acumulação capitalista.

Devido à existência de projetos diferenciados, muito dos quais até antagônicos, o Estado foi se aparelhando, ao longo do período que nos ocupa, com a criação de novos organismos: ministérios, autarquias, conselhos, diretorias, que passaram a ser ocupadas por uma burocracia que, também, foi se capacitando para arbitrar, por meio de uma série de instrumentos legais, interesses divergentes, a partir de uma concepção técnica e científica. Dessa maneira, a centralização e o intervencionismo estatal destacam como os aspectos mais aparentes, conforme se constata na seguinte afirmação:

“[...] É indubitável que entre os aspectos mais consensuais das análises está o reconhecimento da ampliação das tarefas do Estado no campo econômico. A extensão e o aprofundamento do intervencionismo evidenciam-se na burocratização, racionalização e centralização da tomada de decisões, tendo como pólo impulsionador o governo federal. Estas vão facilitando mudanças – econômicas, políticas e sociais – que se constituem verdadeiro processo de transformação capitalista”⁴⁴.

O fato de o Estado se aparelhar para dar conta de um complexo processo de conciliação entre forças políticas heterogêneas que expressavam interesses diversos não significa, no entanto, que o mesmo pode ser caracterizado como neutro. É evidente que nesse processo os grupos ligados aos interesses voltados à indústria e ao mercado interno foram conquistando várias vitórias. De tal maneira é possível afirmar que nesse processo o Estado passou, cada vez mais, a refletir o interesse desses grupos e a encaminhar, com certa intencionalidade, um processo de industrialização.

Pretende-se dizer com isso que o Estado brasileiro ampliou suas esferas de ação para dar curso a um processo de industrialização centrado nas indústrias que se concentravam

⁴³ IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo**. 2 ed. rev. e amp. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 123 e 124.

⁴⁴ FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. op. cit. , p. 183

naquele momento na região centro sul, mais precisamente em São Paulo. Como já foi dito, é evidente que tal processo tinha, necessariamente, que se basear no mercado interno nacional. Assim, o processo de integração e ampliação do mercado interno nacional, inclusive o mercado de trabalho, foi um dos principais objetos de intervenção estatal no período.

As ações do Estado, portanto, no pós 1930 passam a se encaminhar no sentido da integração do mercado nacional. O paulatino processo de centralização estatal foi testemunha do processo de integração do mercado interno nacional e da preocupação em torná-lo cativo à indústria brasileira, do mesmo modo que a descentralização republicana do pré 1930 expressava, entre outros fatores, a fragmentação econômica brasileira em diversos complexos econômicos regionais.

*“Como bem destacou Cano, ‘para prosseguir com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro havia, necessariamente que integrar o mercado nacional e, para tanto, não mais poderia o Estado permitir a supremacia de interesses especificamente regionais sobre os nacionais’. Durante 1930/55, O Estado passaria cada vez mais a converter determinados problemas regionais em questões nacionais e as propostas para as suas soluções também passariam a ser de âmbito nacional. Assim, a questão da industrialização brasileira passou a ser considerada uma prioridade nacional e, conseqüentemente, as medidas adotadas para o desenvolvimento industrial brasileiro passaram a ser centralizadas pelo Governo Federal. [...] Estes são aspectos importantes para que se possa avaliar o significado do desenvolvimento da indústria de São Paulo. Já não se tratava simplesmente de um crescimento industrial subordinado à dinâmica cafeeira e sim à lógica da expansão da economia nacional, que tinha em São Paulo seu centro dominante e onde se concentrariam os principais resultados da industrialização”*⁴⁵.

A ação estatal no sentido de integrar o mercado nacional, além de favorecer a industrialização, também se articulou a uma série de elementos presentes e expressivos do contexto da época, tais como a forte tendência de autarquização econômica, provocada pela crise econômica mundial, e a existência de um pensamento autoritário no Brasil, que vinculava a reconstrução nacional com a defesa de sua integridade territorial, o que estava na base de políticas de avanço da fronteira. Assim, é possível afirmar que o Estado que começou a se configurar no pós 1930 foi assumindo compromissos cada vez mais evidentes com a construção de uma estrutura capitalista urbana industrial que tivesse por base o seu próprio mercado interno.

⁴⁵ NEGRI, Barjas. op. cit., p. 63. a citação presente no trecho de texto acima é de CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930 -1970**. São Paulo: Global / Campinas: Editora da Unicamp, 1985, p. 185.

Seção 3

A centralização e o intervencionismo

O paulatino processo de centralização e de intervencionismo estatal que se tornou bastante visível no pós 1930 teve por base uma série de necessidades imediatas, tais como: a de responder rapidamente à crise econômica e diminuir a sua intensidade; a de acolher novos grupos sociais no aparelho de Estado; a de pacificar o país após um conflito armado de grandes proporções; a de responder a problemas de ordem política, como o Movimento paulista, e “natural”, como a seca nordestina, ambos de 1932; e, até mesmo, a de alcançar maior legitimidade política⁴⁶. Entendemos, contudo, que o fator fundamental, quiçá o mais importante, tenha sido o objetivo de impulsionar um novo tipo de desenvolvimento no Brasil, calcado na industrialização e no mercado interno.

É verdade que várias interpretações acerca do período em questão ressaltam a inexistência de uma ação deliberada por parte do novo governo em fomentar a industrialização no país, afirmando que a participação da indústria e do mercado interno na recuperação econômica, ocorrida a partir de 1933, ocorreu de forma inconsciente, muito mais como subproduto da política de defesa do café, que era a verdadeira preocupação do início do governo. Isso é o que, por exemplo, encontramos na clássica análise de Celso Furtado que, embora reconhecendo a importância da política anticíclica para o “*deslocamento do centro dinâmico*” da economia nacional, afirma:

*“... a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, **inconscientemente**, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados. [...] Explica-se, assim, que já em 1933 tenha começado a crescer a renda nacional no Brasil [...]. O impulso de que necessitava a economia para crescer já havia sido recuperado.*

*É, portanto, perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento **seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros**..”⁴⁷*

Esta interpretação é corroborada, ainda, por outras que afirmam que o governo procurava praticar, de início, políticas econômicas ortodoxas, que só foram abandonadas devido às crises do ano de 1932 – movimento constitucionalista paulista e a grande seca nordestina; que o governo não representava interesses industrialistas, pelo contrário, estava voltado a atender os interesses dos setores exportadores e que mudanças nesses

⁴⁶ Ver FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. op. cit., p.187 e NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. op. cit., p. 26

⁴⁷ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 205 e 206

encaminhamentos só podem ser observadas a partir de 1935, sob o efeito do aprofundamento das disputas entre os blocos imperialistas. Como podemos observar abaixo:

“A política econômica seguida [...]. Procurou sempre o equilíbrio orçamentário, reduzindo despesas; adotou a contração dos meios de pagamento como remédio à depressão, e conteve a desvalorização cambial [...]. Não fosse a ocorrência de eventos inesperados que fizeram aumentar grandemente a despesa do governo em 1932, talvez os efeitos da Grande Depressão tivessem sido mais profundos no Brasil.

*A partir de 1933, a ênfase da política econômica voltou a ser colocada sobre o equilíbrio orçamentário e estabilidade monetária e cambial”*⁴⁸.

*“O Governo provisório, a exemplo de outros governos, procurou enfrentar a crise implementando uma política que visava ao equilíbrio na contas públicas, a estabilização do câmbio e a contenção da base monetária. Ou seja, de início, o governo Vargas procurou seguir as receitas da ortodoxia econômica”*⁴⁹.

*Entretanto, em 1934 observam-se indícios de uma mudança na postura do governo Vargas no tratamento das contas externas. Nesse ano, foi celebrado um novo acordo acerca da dívida externa, o chamado “esquema Aranha”[...]. Apesar das mudanças representadas pelo esquema Aranha, as medidas referentes ao câmbio e à dívida externa sugerem que Vargas, nessa época, ainda não apostava na industrialização como uma possibilidade de desenvolvimento para o país. Parece que o governo acreditava que a superação da crise e o futuro do Brasil dependiam sobretudo da sorte das exportações de produtos primários”*⁵⁰.

*“Enfim, até meados dos anos 30, a política econômica do governo brasileiro, particularmente a política econômica externa, não expressava um projeto industrializante. Mudanças nesse sentido só seriam observadas, de forma mais nítida, a partir de 1935, quando por um lado, aprofundaram-se as disputas entre os blocos imperialistas e, por outro, as profundas transformações econômicas e sociais em curso na sociedade brasileira se fizeram mais visíveis. A partir desse momento, nota-se a necessidade de o Brasil desenvolver suas indústrias”*⁵¹.

Nas afirmações acima, encontra-se expressa a visão de que o desenvolvimento industrial decorreu de situações objetivas, muitas vezes originárias de desequilíbrios ou de situações externas adversas, que não demonstram nenhuma intencionalidade do novo governo, instituído no pós 1930, em favorecer o deslanche industrial, pelo menos até 1937, quando a partir do golpe de Estado se instala o Estado Novo. Essa visão, entretanto, é criticada por outros analistas do período.

Para Francisco de Oliveira, o Estado brasileiro, a partir do momento que nos ocupa, foi “capturado” por uma burguesia industrial, “levando-o a implementar sistematicamente

⁴⁸ SUZIGAN, Wilson; VILLELA, Annibal V. **Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)**. Rio de Janeiro: IPEA, 1973, p. 47 e 51

⁴⁹ CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000, p. 38

⁵⁰ CORSI, Francisco Luiz . op. cit., p. 44 e 45

⁵¹ CORSI, Francisco Luiz . op. cit., p. 49

*políticas econômicas cujos objetivos eram o reforço da acumulação industrial e cujos resultados, em grau surpreendente, corresponderam àqueles objetivos”*⁵².

Theotônio dos Santos compreende o desenvolvimento industrial do pós 1930 como resultado de ações levadas a cabo por uma liderança industrialista capaz de pressionar o Estado no sentido do alcance de seus interesses, ou seja, o da implementação de um capitalismo industrial no Brasil, ainda que dependente: *“a realidade é que nesse período tomaram-se todas as medidas que permitiram a uma burguesia dependente criar as bases de uma nova sociedade industrial”*⁵³. Segundo o autor, posições opostas a esse ponto de vista se baseiam em dois grandes erros de interpretativos: o primeiro é o de não perceber que a liderança da burguesia industrial lutava contra o liberalismo que impedia o seu desenvolvimento; o segundo é o de não se atentar para o fato de que, embora a burguesia industrial não demonstrasse como um todo uma clara consciência de seus objetivos, Vargas, Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi conseguiram liderar a classe, criando um aparelho institucional capaz de dar-lhe representação, inclusive ao pequeno e médio industriais: *“a elite industrial brasileira soube mobilizar com grande sutileza a sua classe em defesa dos seus interesses e manipulou muito bem o Estado e as debilidades das outras classes, sobretudo depois de 1937”*⁵⁴.

Uma crítica mais direta àquelas concepções anteriores pode ser observada em Pedro Cezar Dutra da Fonseca⁵⁵. Esse autor defende a intencionalidade da política industrializante conduzida pelo Estado no pós 1930, a partir da análise das instituições criadas no período. Afirma que a não identificação dessa intencionalidade, pelas interpretações que vêm o desenvolvimento industrial como subproduto ou reflexo inconsciente e imediato da política de proteção ao setor cafeeiro e que enfatizam a prática de políticas econômicas ortodoxas pelo Governo Vargas⁵⁶, deve-se ao fato de que essas teses enfocam a política instrumental do

⁵² OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 83

⁵³ SANTOS, Theotônio dos. **Evolução Histórica do Brasil**: da Colônia à crise da “Nova República”. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 50.

⁵⁴ SANTOS, Theotônio dos. op. cit., 51.

⁵⁵ FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. **Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930**. Revista de Economia Política, volume 23, no. 1 (89), janeiro-março de 2003. São Paulo: Editora 34, p. 133 a 148.

⁵⁶ Em seu texto, o autor comenta as interpretações de Celso Furtado. Entretanto, suas observações podem também ser dirigidas a outros autores, uma vez que o mesmo critica a tentativa de se compreender a ação do Estado por meio, apenas, de políticas instrumentais (políticas cambiais, monetárias e fiscais), que são políticas próprias e inerentes a objetivos imediatos de estabilização econômica e, por isso, não são as mais apropriadas para se perceber intencionalidades que se realizam no longo prazo.

governo (políticas cambiais, monetárias e fiscais) e que tais políticas não são as mais apropriadas para se perceber intencionalidades:

*“Entende-se que, se nem sempre estas políticas instrumentais são capazes de evidenciar intencionalidades, dificultando que de sua formulação ou execução se possam depreender claramente as intenções de seus formuladores, o mesmo não ocorre com instituições criadas, extintas ou alteradas. O exame destas pode mostrar-se valioso metodologicamente ao permitir, com maior facilidade e precisão, que sejam empiricamente reveladas intenções, planos e projetos, porquanto em geral resultam de atos deliberados, que precisam ser materialmente expressos não só “fisicamente” (caso de órgãos, institutos, ministérios, associações), como pela escrita (caso de leis, códigos e alguns símbolos) ou pela linguagem oral (caso de discursos e entrevistas, por exemplo)”*⁵⁷.

Aplicando uma visão ampla e histórica ao conceito de instituição, associando o mesmo a “*estruturas, organizações ou conjunto de leis, abarcando, portanto, por exemplo, a moeda, o sistema jurídico, as corporações, o sistema financeiro e os organismos econômicos internacionais*”⁵⁸, o autor conclui que uma observação detalhada sobre o conjunto de instituições criadas no primeiro governo Vargas, desde o seu início, não deixa dúvidas de que esse governo procurou intencionalmente criar as condições para o desenvolvimento de um capitalismo industrial no Brasil, que teria por sua base de realização o seu mercado interno. Embora ressaltando que se é verdade que esse projeto não nasceu pronto e acabado logo após a Revolução de 1930 foi se fortalecendo ao longo dessa década e, mais ainda, durante o Estado Novo.

Afirma que várias leis, órgãos, ministérios institutos que visavam ao longo prazo tinham por fim, direta ou indiretamente, o favorecimento consciente da industrialização no país:

*“[...] a industrialização brasileira na década de 1930 não pode ser reduzida a mero subproduto da defesa dos interesses cafeeiros, ou da política de valorização do café. Ao centrar-se nas políticas econômicas instrumentais – monetária, cambial e fiscal – Furtado não explorou a ação estatal em um sentido mais amplo, englobando a criação e/ou alteração de leis, códigos, órgãos ministérios, regulamentação de relações de propriedade, enfim, toda uma rede que pressupõe regras, normas e comportamentos que passaram a caracterizar toda uma época, em fim, instituições, que revelam a consciência e a intencionalidade do governo de direcionar a economia para o mercado interno, sob a liderança do setor indústria”*⁵⁹.

Assim, embora existam correntes que compreenderam o período inicial do primeiro governo Vargas como um período no qual não havia um claro projeto e uma tendência industrializante, é possível, inversamente, notar a existência de uma outra tradição de pensamento, que observa nesse governo a preocupação em reorientar a economia e dar curso,

⁵⁷ FONSECA, Pedro Cesar Dutra da. op. cit. , p. 134

⁵⁸ FONSECA, Pedro Cesar Dutra da. op. cit. , p. 135

⁵⁹ FONSECA, Pedro Cesar Dutra da. op. cit. , p. 147

via maior aparelhamento estatal, a um processo de construção de um padrão de acumulação urbano e industrial, sustentado em seu mercado interno.

O fato de algumas interpretações enfatizarem a prática de uma política econômica ortodoxa e a inexistência de objetivos industrializantes nos períodos iniciais do primeiro Governo Vargas relaciona-se, no nosso entendimento, fundamentalmente, a duas questões: as características do conflito armado que conduziu Vargas à Presidência da República e a subestimação do impacto das crises econômicas e políticas do período sobre as ações do governo em seus primeiros anos.

Se é verdade, como foi dito anteriormente, que a Revolução de 1930, não representou um movimento classista de tomada do poder por parte da Burguesia Industrial, isso não quer dizer que a mesma se alijou do processo após a definição do resultado do conflito armado. A inexistência de uma clara hegemonia política entre as classes e frações de classes gerou uma situação na qual o Estado passou a ser um palco de disputas entre diferentes grupos, que expressavam diferentes modelos de desenvolvimento para o país⁶⁰.

Assim, o fato da burguesia industrial não ter se comportado como um agente destacado na luta pela tomada do poder não impediu que esta fosse se infiltrando no aparelho de Estado, chegando a ocupar cargos-chaves na composição do novo governo. É indubitável que, no contraditório e complexo processo que se seguiu à instauração do novo governo, os grupos ligados à indústria e à produção para o mercado interno se organizaram⁶¹, alcançaram algumas vitórias e conseguiram fazer valer seus interesses.

Por isso, a tendência industrializante, que o Estado passou a encampar não quer dizer que o mesmo assumiu características clarívidas e todo-poderosas. As disputas e os conflitos de interesses que se estabeleceram no seu interior impuseram a necessidade de que as medidas a serem tomadas fossem constantemente negociadas e regulamentadas. Disso decorreu, a necessidade, também, de seu maior aparelhamento mediante a criação de instâncias burocráticas voltadas a administrar interesses conflitantes.

⁶⁰ Ver DRAIBE, Sônia Mirian. **Rumos e metamorfoses: as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 50.

⁶¹ Como exemplo disso podemos indicar a organização do empresariado industrial em uma série de associações e a participação de lideranças industriais em diferentes instâncias de poder e governamentais. Stanley Stein observa que, já em 1.931, os industriais Jorge Street e Manuel Guilherme da Silveira ocuparam importantes cargos no governo: no Banco do Brasil e na Divisão de Indústria do Ministério do Trabalho, respectivamente. Ver STEIN, Stanley. **Origens e evolução das indústrias têxteis no Brasil - 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 140.

Tal situação torna-se ainda mais evidente se contextualizarmos as disputas que ocorriam: estas se davam num momento de grave crise econômica, cuja magnitude obrigou ao governo a definir instrumentos e encaminhamentos destinados a domesticá-la e a impedir o seu aprofundamento. Nesse sentido, é compreensível que, primeiramente, se pensasse e se implementassem medidas de estabilização de curto prazo. Isso, associado à tensão política existente, dificultava que as ações tomadas tivessem um encaminhamento linear, caracterizando-se, muitas vezes, por uma série de “idas e vindas” e obrigando Vargas a ter um comportamento extremamente conciliatório. É normal, portanto, que uma grande quantidade de medidas, algumas até mesmo inócuas e desconexas, tenham sido apresentadas, enquanto outras foram postergadas, à espera de uma maior definição das classes e alianças de classes que se estabeleceriam no controle do Estado e na definição dos rumos impressos à economia⁶².

Em relação ao próprio Vargas, se é verdade que o seu comportamento era o de não se antecipar aos conflitos, aguardar os resultados e somente tomar um encaminhamento quando o rumo já tivesse se definido, não é menos verdade que é possível afirmar que o mesmo também era adepto de um projeto industrializante para o país calcado em seu mercado interno e conduzido por um Estado interventor. Devemos lembrar que, apesar de ser originário de uma família de estancieiros sulistas, sua carreira intelectual e política esteve ligada ao Positivismo gaúcho. Na teoria positivista encontramos uma forte identificação entre modernização, diversificação econômica e industrialização e, ainda, uma ênfase no Estado como agente harmonizador da sociedade e condutor do progresso, sempre identificado com a industrialização. Por outro lado, o Rio Grande do Sul era um estado tradicionalmente voltado para a produção destinada ao mercado interno, não é por acaso que os sulistas, da geração de Vargas, advogavam constantemente a revogação dos obstáculos que impediam a unificação do mercado nacional.

Tal avaliação da posição de Vargas é corroborada pelo depoimento de sua sobrinha, a socióloga Celina Vargas, a seguir transcrito, citando o caderno de anotações introdutório do Diário de Vargas:

“Getúlio tinha um projeto nacional. Um projeto nítido, claro, que foi colocado no programa da Aliança Liberal, em textos manuscritos deles e que até hoje não foram divulgados. Estavam num caderno introdutório do diário que nos convencionamos não divulgar para não tirar a unidade do diário. Nesses textos, ele coloca muito

⁶² Ver CAMARGO, Aspásia A. **A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)**, In FAUSTO, Bóris (org.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Difel, 1981, t. III, vol. 3, p. 128.

claramente a sua importância, num programa de governo que deveria fortalecer o mercado interno do país. Getúlio era gaúcho, Getúlio via o país do pampa, vamos dizer assim, de trás para frente. Dos rios para o mar, e não do mar para o interior. É uma visão completamente diferente do Brasil. Acho que foi com essa visão e com conjunto de pessoas que vieram com ele – Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e João Neves da Fontoura que eram homens altamente preparados intelectualmente e tinham um modelo de país que foi institucionalizado nesses 15 anos. Então, havia a necessidade de fortalecer o mercado interno, a necessidade de capitalizar o Estado, para que você pudesse intervir na economia – foi o período do capitalismo de Estado, como diz o professor Hélio Jaguaribe. Quando foi possível tomar medidas de sustentação, de passagem de uma economia agrícola para uma economia industrial [...] ⁶³.

Se, em relação aos períodos iniciais do primeiro governo Vargas, existem divergências acerca do caráter industrializante da ação dos novos dirigentes do Estado brasileiro e do seu compromisso com a construção de uma nova ordem capitalista no Brasil, sustentada pelo seu mercado interno, em relação ao período do Estado Novo estas divergências praticamente se dissipam. É praticamente consenso que, a partir desse momento, a direção imposta aos assuntos econômicos se encaminhava no rumo da industrialização, a partir da ampliação da centralização política e da capacidade de intervenção do Estado, sob forte nacionalismo.

É interessante observar que, apesar das polêmicas existentes sobre a intencionalidade da política industrializante no período anterior, muitos analistas enxergam o regime instituído pelo golpe de novembro de 1937, como o aprofundamento da Revolução de 1930⁶⁴. Segundo vários analistas, foi nesse período, sob um regime ditatorial, que o Estado consolidou a sua capacidade de intervenção nos assuntos políticos, administrativos, econômicos, sociais, jurídicos e internacionais a partir da instituição de várias órgãos e instrumentos legais⁶⁵, exacerbou a centralização estatal, sendo “*considerado como implementador e construtor de uma política econômica nacionalista industrializante*” ⁶⁶.

Dessa maneira, é possível afirmar, com convicção, que o processo de centralização e intervencionismo estatal, que se inicia em 1930 e se aprofunda em 1937, esteve profundamente relacionado com os objetivos de construção de um novo modelo de capitalismo no Brasil, de características industriais, baseado na constante ampliação e integração de seu mercado interno. Assim, criou-se nesse período a visão de que ao Estado cabia o papel de regulamentador da vida nacional. É lícito, pois, imaginarmos que os deslocamentos populacionais passassem a ser, também, objeto de políticas que procurassem

⁶³ Entrevista de Celina Vargas in: DINES, Alberto; FERNANDES Jr., Florestan; SALOMÃO, Nelma (orgs.). **Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil**. Volume 3: visões do executivo. São Paulo: Editora 34, 2000, p.36

⁶⁴ NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. op. cit., p. 46

⁶⁵ SOLA, Lourdes. op. cit., p. 266.

⁶⁶ NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. op. cit., p. 43

controlá-los e encaminhá-los no sentido de se adequarem às novas perspectivas de desenvolvimento.

O Estado, neste sentido, envolveu-se, também, na organização de novas políticas relativas aos deslocamentos populacionais, via criação de novos instrumentos legais, instituições e programas numa perspectiva racionalizadora e planificada, e como procuraremos demonstrar, mais adiante, voltada a integrar e ampliar o mercado interno e a construir um mercado de trabalho verdadeiramente nacional.

Seção 4

A nova organização institucional: planificação, racionalização e estímulo à industrialização.

De acordo com algumas perspectivas teóricas que analisam a questão do desenvolvimento econômico de países que adentraram ao capitalismo pela chamada via colonial e que se estabeleceram, desta forma, como países exportadores de produtos primários, o Brasil só poderia alcançar esse mesmo desenvolvimento com base em seu mercado interno, rompendo, por meio de uma certa planificação e racionalização da atividade econômica, com as políticas econômicas vinculadas à tradição liberal.

Assim, se consideramos o momento que nos ocupa como o momento em que o país dá um salto em direção ao desenvolvimento, contando, para tal com o efetivo apoio do Estado, devemos considerar, também, que a integração e a ampliação do seu mercado interno se colocavam como necessidades precípuas. Essas são, portanto, tarefas fundamentais que orientaram parcelas importantes das ações do governo Vargas no processo de reorganização institucional e definição dos seus métodos de intervenção.

Esse momento pode ser considerado como de desencadeamento de um processo histórico de desenvolvimento econômico, pois representou a entrada da economia brasileira num novo padrão de acumulação, no qual a produção destinada ao mercado interno passou a ser o setor dinamizador da economia. Essa idéia de processo histórico de desenvolvimento é bastante importante, pois implica considerarmos que nesse momento temos o encerramento de uma etapa do desenvolvimento brasileiro e o início de outra e, também, porque esse processo ocorreu num intervalo de tempo significativo, obedecendo a etapas determinadas.

A viragem da atividade econômica para o mercado interno possibilitou sua diversificação, maior especialização e produtividade. Contudo, apesar do grande crescimento da atividade industrial, a partir do início da recuperação econômica em 1933, o estágio de desenvolvimento alcançado no período estudado foi pequeno.

Nesse período, o desenvolvimento alcançado foi uma industrialização substitutiva de importações extensiva ou restringida. Aí a produção industrial se concentrou no setor de bens de consumo, necessitando, portanto, da importação de bens de capital e intermediários, o que, por sua vez, dependia da manutenção da capacidade de importação, obtida com exportação de produtos primários. Esse setor industrial não exigia alta tecnologia, pois as máquinas e equipamentos necessários eram facilmente encontráveis no mercado mundial, enquanto a

mão-de-obra não precisava ser altamente qualificada e nem o investimento inicial de capital era grande.

Esse modelo de industrialização pôde deslancar com indústrias que foram se constituindo ao longo do período exportador e que, a partir desse momento, deixaram de se desenvolver como setor subordinado à agricultura de exportação. O mercado brasileiro praticamente cativo, em decorrência dos estrangulamentos do mercado internacional, possibilitou que a industrialização ganhasse autonomia e passasse a constituir-se na atividade econômica que iria ditar o ritmo de acumulação no país.

Se é verdade que essas indústrias alcançaram, com as condições políticas e econômicas da época, os meios necessários para dar início a um processo histórico de desenvolvimento econômico no Brasil, a tecnologia e o capital incipientes se comparado às indústrias dos países centrais, implicavam imperativo de um constante ganho de escala para que seus preços continuassem vantajosos em relação aos produtos industrializados importados, mesmo com toda a restrição existente para a sua importação. Isso implicava considerar a questão do tamanho e da disponibilidade do mercado interno brasileiro

Embora, em tese, o mercado interno pudesse ser considerado coincidente com os limites geográficos do país e com a população existente, ele não era unificado. Encontrava-se compartimentado por uma variedade de complexos exportadores regionais, o que lhe dava a característica de um verdadeiro “arquipélago econômico” ⁶⁷. Essa desintegração econômica originou, por sua vez, uma grande desintegração física na medida em que não existia uma rede de transporte que interligasse, de forma racional, as diferentes regiões do país e facilitasse a circulação de mercadorias. Além disso, o aproveitamento do seu generoso tamanho também era obstado pela existência de grandes áreas despovoadas, devido à concentração da atividade nas faixas litorâneas e à desigualdade na distribuição da população.

Os aspectos acima apontados colocavam na ordem do dia, não só a questão da disponibilidade do mercado interno para a produção nacional, como também a sua integração e constante ampliação. A disponibilidade do mercado exigia o estabelecimento de medidas protecionistas, que basicamente se encontravam garantidas pelo estrangulamento do comércio externo, e a existência de um setor industrial que pudesse concorrer, com poucas desvantagens, com a produção estrangeira.. Isso explica o caráter restrito ou extensivo da produção industrial e sua concentração no setor de bens de consumo, já que esse possuía um

⁶⁷ VARGAS, Getúlio. **Diretrizes**. op. cit., p. 285.

desenvolvimento prévio e possibilidade de acesso a tecnologias bastante difundidas no mercado mundial e pouco intensivas em capital.

A integração do mercado necessitava da eliminação de barreiras econômicas à livre circulação de mercadorias exigindo a constituição de uma rede de transportes que interligasse, de maneira mais consistente, as diferentes regiões do país, apesar da existência de uma malha ferroviária que atendia as necessidades dos setores exportadores, principalmente o cafeeiro.

A ampliação do mercado, por sua vez, implicava a necessidade de se transformar as frentes de expansão em regiões produtoras e consumidoras de mercadorias, anexando-as ao desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, de se coordenar esses movimentos de maneira que permitissem a conquista de novas áreas, incorporando-as definitivamente ao mercado nacional. O tamanho do mercado interno nacional, por isso, indicava a preocupação com a integridade do território e, conseqüentemente, com a defesa e a segurança nacional. Tais elementos impuseram às políticas colonizadoras uma importância fundamental.

As políticas colonizadoras, juntamente com um processo de industrialização limitado ao setor de bens de consumo, por isso dependente da importação de máquinas, de equipamentos e de matérias-primas industriais, ressaltam o papel que começou a ser atribuído à agricultura que, como produtora de mercadorias exportáveis, continuou a desempenhar uma função relevante na obtenção das divisas necessárias à manutenção da capacidade de importação brasileira, cada vez mais a se voltada para bens de capital e intermediários.

Outro aspecto relevante, foi o fato da agricultura aprofundar a sua importância como produtora de gêneros alimentícios e de primeira necessidade para o abastecimento das populações urbanas e de matérias-primas para as indústrias⁶⁸.

As preocupações aqui apresentadas: disponibilidade e proteção do mercado para a produção nacional; sua integração econômica e física, por meio da derrubada de barreiras que se antepunham à circulação de mercadorias e da apresentação de planos viários e de transporte; políticas de colonização; agricultura como componente fundamental do desenvolvimento capitalista industrial, estiveram presentes na definição e no encaminhamento das instituições criadas no período. Instituições em seu sentido amplo, expressas por leis, órgãos e comportamentos. O maior aparelhamento do Estado brasileiro, no período do primeiro Governo Vargas está, portanto, relacionado com a necessidade de amparar o

⁶⁸ Tal situação já ocorria no modelo precedente, mas, a partir desse momento, tais preocupações aumentaram, e em muito, de intensidade.

processo de desenvolvimento em curso. A verificação dos órgãos instituídos e de alguns instrumentos legais nos permite argumentar neste sentido.

Nos três lustros do 1º. Governo Vargas, foram criados 37 órgãos ligados aos objetivos de intervir e coordenar a atividade econômica no país. Alguns desses órgãos estiveram voltados a algum ramo específico da economia, enquanto outros procuravam coordenar diferentes atividades e ramos econômicos, tais como a agricultura e a indústria, incentivando a formação de indústrias naturais ⁶⁹. Embora não se cogitasse, ainda, na prática, de um planejamento econômico, verificamos que já existia na época a preocupação em induzir e dirigir setores econômicos para além das forças de mercado e coordenar esforços no sentido de se alcançar objetivos determinados.

Uma rápida observação nesses órgãos criados pode nos mostrar isso:

QUADRO 2
INSTITUIÇÕES, VOLTADAS A FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO,
CRIADAS NO 1º. GOVERNO VARGAS

Número	Órgão Criado
1930	
1	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
1933	
2	Departamento Nacional do Trabalho
3	Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA
1934	
4	Conselho Federal de Comércio Exterior – CFCE
5	Plano Geral de Viação Nacional
6	Comissão de Similares
1937	
7	Conselho Técnico de Economia e Finanças
Após o Estado Novo	
1938	
8	Conselho Nacional do Petróleo – CNP
9	Departamento Administrativo do Serviço Público

⁶⁹ FONSECA, Pedro Cesar Dutra da. **Sobre a intencionalidade** .op. cit. , p. 144. Segundo esse autor, indústrias naturais era o outro nome dado à época ao que conhecemos hoje, também, por agroindústrias.

10	Instituto Nacional do Mate
11	Instituto Nacional de Estatísticas – Futuro IBGE
12	Conselho de Colonização e Imigração – CIC
<hr/>	
1939	
13	Plano Nacional de obras públicas e Aparelhamento de defesa
14	Conselho de Águas e energia
<hr/>	
1940	
15	Comissão de defesa Nacional
16	Instituto Nacional do Sal
17	Fábrica Nacional de Motores
18	Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional
<hr/>	
1941	
19	Companhia Siderúrgica Nacional
20	Instituto Nacional do Pinho
21	Comissão de Combustíveis e Lubrificantes
22	Conselho Nacional de Ferrovias
<hr/>	
1942	
23	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI
24	Banco de Crédito da Borracha
25	Comissão do Vale do Rio Doce
<hr/>	
1943	
26	Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT
27	Companhia Nacional de Álcalis
28	Comissão de Financiamento da Produção
29	Coordenação de Mobilização Econômica
30	Fundação Brasil Central
31	Serviço Social da Indústria - SESI
32	Plano Nacional de Obras e Equipamentos
<hr/>	
1944	
33	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
34	Serviço Nacional do Trigo
35	Instituto Nacional do Pinho (reorganização)
36	Comissão de Planejamento Econômico

1945

37 Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC

Fontes: FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.144 e NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. *A ordem nacionalista brasileira*. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 84-94.

Como é possível perceber desde o seu início, o governo procurou criar organismos voltados a intervir nas atividades e assuntos econômicos, embora o número tenha aumentado significativamente após 1937. A maioria dos órgãos criados voltava-se a apoiar o desenvolvimento econômico calcado no mercado interno e na produção industrial substitutiva de importações ou mesmo a criar as bases para um desenvolvimento industrial ulterior mais vigoroso. Mesmo aqueles mais específicos e ligados ao setor primário não visavam a um retorno à situação anterior, articulavam-se às novas funções atribuídas a esse setor: o abastecimento interno das cidades e das indústrias, em franco crescimento, e à exportação visando à obtenção de divisas necessárias para a criação, ou manutenção, da capacidade de importação de máquinas e equipamentos. A preocupação com a defesa do mercado e da produção nacionais também é patente em vários destes organismos.

Alguns dos órgãos mais importantes do período, que aparentemente não se vinculavam à defesa de um desenvolvimento econômico baseado na produção e no mercado internos, assumiam algumas atribuições que favoreciam o alcance desses objetivos. Estes são os casos do CFCE e do DASP. O primeiro devido à sua preocupação em discutir problemas relativos às trocas internacionais, em promover o aumento das exportações e do consumo interno da produção nacional, definia medidas protecionistas a serem tomadas. O segundo, ao procurar criar uma burocracia estatal de âmbito nacional, que superasse as influências oligárquicas na gestão do Estado, aprofundando o caráter técnico na administração pública, acabou, juntamente com suas filiais estaduais conhecidas por “daspinhos”, por centralizar a estrutura administrativa, facilitando a superação de barreiras interestaduais, anteriormente existentes.

Por outro lado, podem ser observados órgãos voltados a defender a integridade territorial brasileira e a estabelecer políticas de ocupação desse território por meios da migração e da colonização, tais como o CIC e a Fundação Brasil Central, sem os quais não seria possível realizar a ampliação do mercado interno brasileiro.

Os mesmo princípios que nortearam a criação dos vários órgãos governamentais acima indicados estiveram presentes na definição de uma série de instrumentos legais. Já no início do governo provisório, os estados sofreram intervenção federal, os impostos interestaduais

foram abolidos e os estados perderam a autonomia de contraírem empréstimos no exterior. Essas duas últimas medidas foram consagradas, posteriormente, pela Constituição promulgada de 1934 e pela constituição outorgada de 1937.

A reforma tributária de 1934, atendendo a interesses e pressões industrialistas, estabeleceu uma tarifa agregada de 15% voltada especificamente à produtos industriais e, por isso, converteu-se em importante medida protecionista.

Alguns tratados e acordos comerciais expressaram claramente o objetivo de se utilizar a exportação de produtos primários como forma de se alcançar a importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas industriais. Exemplos disso podem ser observados na assinatura do tratado de comércio com os EUA, em 1935, no qual produtos como café, cacau e borracha possibilitavam uma redução variável, de 20% a 60%, na aquisição de máquinas, equipamentos e aço⁷⁰ e na prática do comércio de compensação com a Alemanha, em que o algodão era “trocado” por bens de capital e armamentos para as forças armadas.

Durante o Estado Novo, com a iminência da deflagração da Segunda Grande Guerra e a sua eclosão, a política externa brasileira adotou princípios ainda mais evidentes de avançar um projeto de desenvolvimento nacional⁷¹. Os acordos estabelecidos com os EUA, visando o financiamento da implantação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e da Companhia Vale do Rio Doce, são, indubitavelmente, as suas maiores expressões.

Há que se ressaltar, ainda, a forte ação do governo no sentido de se criar uma consciência social favorável ao processo de desenvolvimento em curso. Indicações nesse sentido já são perceptíveis em Vargas, que desde o lançamento de sua candidatura presidencial pela Aliança Liberal, em 1929, afirmava:

“Uma política estritamente financeira não poderá vingar, se não houver, paralelamente, a política de desenvolvimento econômico. É preciso examinar o ambiente da nossa atividade, o balanço de nossas possibilidades, os obstáculos a transpor, para determinação do rumo a seguir. O problema do nosso desenvolvimento se resume em produzir, produzir muito e barato. Para abastecer nossos mercados internos e exportar o sobejo às nossas necessidades”⁷².

⁷⁰ FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. op. cit., p.141. Segundo este autor, tal tratado concedeu vantagens à entrada desses produtos agrícolas brasileiros no mercado norte-americano em troca de uma redução de 20% a 60% nas tarifas de importação sobre máquinas, equipamentos e matérias-primas industriais norte-americanos. Embora essa iniciativa tenha sido objeto de críticas por parte de alguns industriais brasileiros, ao permitir a entrada de alguns bens de consumo, para o autor, ela privilegiou a importação de bens de capital e intermediários necessários ao desenvolvimento industrial brasileiro e, por isso, demonstrou efetivamente a intenção governamental em aprofundar a industrialização.

⁷¹ CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo...** op. cit., p. 54

⁷² VARGAS, Getúlio. **Diretrizes...** op. cit., p.

Encontramos, em outras passagens de discursos de Vargas, a defesa do mercado interno e da indústria nacional como as bases da garantia da soberania e do progresso nacional, termo esse que foi sendo substituído, paulatinamente, por desenvolvimento econômico, cuja necessidade de alcance explicava e legitimava as novas formas de ação estatal, bem como o arcabouço jurídico, político e administrativo que estava sendo instituído⁷³.

Nesses termos, muito mais que necessidade prática, frente ao contexto de crise econômica ou que uma consequência não intencional das políticas de combate à mesma, o desenvolvimento econômico, calcado no mercado interno, configurou-se como uma ideologia. De tal forma, que grupos intelectuais e políticos defensores desses princípios passaram a gozar de enorme prestígio, a exercer influências no aparelho de Estado e a encontrar receptividade na difusão de suas idéias, principalmente durante o Estado Novo, por meio dos instrumentos de divulgação instituídos pelo DIP⁷⁴.

Intelectuais como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Cassiano Ricardo, Nelson Werneck Sodré, que, apesar das diferenças entre eles, partilhavam da visão da necessidade de um Estado forte e interventor como forma de se alcançar a modernização, a soberania nacional e a construção da nacionalidade eram presenças constantes nos debates sobre os rumos do país, encontraram terreno fértil para divulgação de suas idéias e exerceram fortes influências na determinação das políticas que foram encaminhadas.

Dessa forma, os interesses ligados ao desenvolvimento econômico sustentado no mercado interno encontraram forte guarida no arranjo institucional formulado durante o primeiro governo Vargas. Muito mais que apoio, receberam do governo a possibilidade de interferência direta na definição dos encaminhamentos necessários à construção de uma nova ordem capitalista no Brasil.

É importante ressaltar, contudo, que apesar da grande quantidade de medidas implementadas pelo Estado, por meio de organismos oficiais, instrumentos legais e ideológicos, destinadas a favorecer o desenvolvimento sustentado no mercado interno, não se cogitou, em momento algum, na estatização da economia. O compromisso do Estado se estabeleceu com o capital privado. O Estado só intervinha diretamente onde o investimento

⁷³ Ver FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. op. cit., p. 142 e 143

⁷⁴ Exemplos nesse sentido podem ser encontrados nas revistas Cultura Política e Ciência Política, bem como na influência que muitos intelectuais exerceram sobre vários ministérios, principalmente sobre o Ministério da Educação. Ver SCHWARTZMAN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984, apêndice.

privado fosse de impossível ou de difícil realização, seja por insuficiência ou desinteresse do capital privado. Procurou-se agir indiretamente, criando meios para que o Brasil se desenvolvesse.

O caráter limitado das medidas, a insuficiência de muitos dos resultados alcançados não devem, portanto, ser creditados ao alheamento do governo ou à sua inconsciência em relação aos objetivos de desenvolvimento ou, ainda, ao fato de que esse desenvolvimento tenha resultado de um subproduto não intencional de uma política de defesa do setor exportado, mas às fortes disputas que se estabeleciam no Estado, como expressão de conflitos de interesses divergentes, da ausência de uma tradição de planejamento e, sobretudo, do caráter inicial de uma preocupação nacional desenvolvimentista, que se desdobrava na ausência de quadros e de maiores referências teóricas e intelectuais.

Mesmo assim, embora nesse momento, as práticas e um pensamento desenvolvimentista de cunho nacional estivessem em estágio inicial, algumas questões foram encaminhadas e se tornaram a base sobre a qual se encaminhou desenvolvimento ulterior da industrialização, no período pós-guerra.

Os empresários, cujos interesses se vinculavam ao mercado interno, alcançaram, com a ampliação de sua influência ou participação direta em várias arenas decisórias, a criação de canais de contato com as instâncias burocráticas e um favorecimento por parte do Estado. Os trabalhadores ganharam uma razoável quantidade de medidas legais, destinadas ao atendimento de suas reivindicações, ao mesmo tempo que foram tomadas ações para controlá-los e utilizá-los como instrumentos de construção de um novo espaço econômico nacional. Por meio dos fluxos migratórios, os trabalhadores passaram a cumprir as funções de abastecer o mercado de trabalho, em suas vertentes urbana e rural, e de introduzir novas áreas nos circuitos econômicos.

Foi na confluência desses dois processos: o favorecimento aos processos de integração do mercado interno, inclusive o de trabalho, de maneira a favorecer a acumulação industrial, e a conversão dos trabalhadores em instrumentos da realização desses objetivos, que as políticas relativas aos deslocamentos populacionais, que foram sendo elaboradas e implementadas no período, procuraram efetivamente exercer o seu papel.

Seção 5

O predomínio da cidade sobre o campo

Outro aspecto importante e que indica o compromisso com a construção de uma nova ordem capitalista, urbana e industrial, no período que estamos analisando, é o claro predomínio das concepções de mundo expressas pelo meio urbano sobre aquelas oriundas do meio rural. O novo ritmo do desenvolvimento e a ênfase na produção industrial como fator dinâmico da economia nacional fizeram com que as cidades, principalmente os centros urbanos que cresciam mais aceleradamente como São Paulo, fossem identificadas como o moderno e que as regiões tradicionais da produção agrícola, ou as frentes de expansão econômica, passassem a ser consideradas atrasadas. Tais elementos que já se encontravam no período anterior ganharam a partir dos anos de 1930 e 1940, uma nova e intensa expressão.

O modernismo, ao procurar enfatizar a modernidade, sob um viés nacionalista, desde o início se deparou com o paradoxo de defender esses princípios em um país atrasado e dependente. Entendia que essa situação de atraso e dependência era fruto da dominação política e econômica de uma oligarquia rural e exportadora, a quem passou denominar de “carcomidos” e que possuía no campo, por meio das relações personalistas e clientelistas, as bases de seu prestígio. Por isso, e devido à sua base urbana, o modernismo passou a identificar o campo brasileiro como um lugar de ausência de dinamismo e no qual os impulsos modernizadores eram muito fracos. Tal visão também se estendia às áreas de expansão econômica, principalmente àquelas que haviam ficado à margem do explosivo crescimento provocado pela marcha pioneira do café, que passaram a ser identificadas como “regiões adormecidas”, “Sertão”, “Amazônias”⁷⁵.

Dessa maneira, criou-se uma visão de que a modernização do campo brasileiro deveria ser resultado de uma ação externa, preferencialmente levada a cabo por um governo forte e interventor, por meio de medidas técnicas, ou seja, por medidas que permitissem “*a intervenção das instituições urbanas*”⁷⁶ sobre a problemática do campo, no sentido de sua dinamização.

⁷⁵ É interessante notar que as regiões do Vale do Ribeira e do Sudoeste Paulista que haviam ficado à margem da marcha pioneira do café eram denominadas por técnicos da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo como “Amazônia Paulista”. A própria denominação dessas regiões vinculadas a elementos naturais ou cardeais, em oposição às outras regiões do estado cuja denominação ficou vinculada às companhias ferroviárias (como por exemplo: Paulista, Alta Paulista, Mogiana) que as integraram economicamente, nos dá a dimensão de seu relativo atraso.

⁷⁶ MARTINS, José de Souza. **Capitalismo...** op. cit, 1975, p. 4

Além da preocupação com a modernização de campo brasileiro, o nacionalismo, como outra face do modernismo que impregnava a atmosfera intelectual urbana, também esteve presente. A preocupação com a falta de integração econômica e com a presença de um grande número de trabalhadores e famílias estrangeiras, atuando nas áreas mais dinâmicas do interior do país, o que poderia indicar o risco da fragmentação do território, levou a que se optasse pelo trabalhador nacional como o agente dessa empreitada.

Assim, a idéia de modernização do campo, vinculava-se à idéia da defesa da integridade da nação e de sua reconstrução como parte de uma expansão da ordem capitalista em todo o território nacional

“[...] Um governo forte era tacitamente esperado e, quando concretizado, foi bem aceito por amplos setores da intelectualidade. [...] Tal ambiência cultural possibilita que, na segunda metade dos anos 30, sob a égide do Estado, se leve às últimas conseqüências a ideologia organicista e antiliberal que, forte na tradição brasileira, desde os anos 20 vinha se radicalizando pela crise da ordem oligárquica e pelas críticas ao caráter excludente do liberalismo consagrado pela constituição de 1891. [...] cria – à esquerda e à direita – enorme consenso entre a intelectualidade quanto à necessidade de unificação do país, além de radicalizar a perspectiva de que somente o Estado, sobrepondo-se ao particularismo, ao clientelismo e ao caráter “clânico” da sociedade, poderia realizar a construção da nação e a modernização da sociedade (ainda que em algumas versões como o integralismo, a construção da nação se fizesse numa obra contrária à modernização)”⁷⁷.

Um aspecto, entretanto, permanecia “em aberto”: os trabalhadores rurais brasileiros encontravam-se muito marcado por visões pejorativas. Eram, principalmente o pequeno proprietário e o posseiro, identificados com aspectos negativos da cultura caipira, como pessoas que se contentavam em viver em uma economia de subsistência, cultivando a terra com técnicas extremamente rudimentares, próximas das influências indígenas⁷⁸. Eram portanto, considerados como indisciplinados, arcaicos e incapazes de produzir para o mercado.

Tais concepções se vinculam à problemática migratória do período, pois se inserem num processo de reflexão acerca do papel que deveria ser reservado às políticas colonizadoras como fator de modernização do campo e de construção de um novo tipo de trabalhador rural brasileiro. A questão colonizadora era encarada por técnicos do Ministério da Agricultura e de estudiosos do problema migratório na época como forma de se criar o novo trabalhador rural brasileiro:

⁷⁷ LAHUERTA, Milton. **Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização**. In: COSTA, Wilma Peres da e LORENZO, Helena Carvalho de (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1997, p. 100 e 101.

⁷⁸ Tal visão se encontra expressa nas análises feitas por WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1979, p. 260.

“A marcha para Oeste, com seu projeto de implantar colônias agrícolas com trabalhadores nacionais, vai por esta razão, dar-se por tarefa discipliná-los e educá-los para o trabalho. [...] Somente saneado e educado poderia o trabalhador nacional cumprir as grandiosas tarefas civilizatórias a que estava destinado. [...] Mas tal objetivo dependia de um projeto centralizado, racionalizado, científico, que submeteria à tutela do Estado a trajetória – migratória e moral - do trabalhador feito colono”⁷⁹.

A construção do novo homem rural, mais produtivo e disciplinado ao trabalho era, portanto algo que para se realizar dependia da interferência e da planificação, que só poderia ocorrer pela intervenção das concepções de mundo urbanas. Aspecto esse que ressalta a afirmação de que, nesse momento, estávamos enfrentando um processo de construção de uma nova ordem capitalista, cujo “lôcus” da acumulação se deslocava do campo para as cidades.

Segundo Martins⁸⁰, esse processo reflete a necessidade de fazer com que o mundo rural converta-se em produtor e consumidor de mercadorias, ou seja, de inseri-lo como parte constituinte do mercado nacional, mesmo que em tal processo, a produção rural assuma uma característica fortemente extensiva, aspecto favorecido pelos enormes fundos territoriais brasileiros:

“[...] só existe o problema agrário na medida em que o mundo urbano está na dependência do mundo rural, seja quanto às necessidades crescentes do mercado, seja quanto às necessidades de preços baixos no item alimentação, para ampliar a faixa de suas disponibilidades financeiras, que condiciona a sua participação no consumo dos itens de origem industrial. Assim, o mundo rural só se configura historicamente como integrante do mercado nacional e apenas na medida em que é capaz de suportar a constituição real e ideal do mundo urbano ou de não perturbá-la. [...] a tônica desses programas é a produtividade (em geral, maior produto por unidade de área); raramente fala-se em rentabilidade do capital empenhado na produção agrária (lucro por unidade de capital). [...] o produtor não pode valer-se de um conhecimento prévio do que vai receber para fixar os custos e, assim, associar a produtividade e rentabilidade”⁸¹.

Fica evidente, portanto, que o campo e a produção rural passaram a ocupar papéis subordinados, embora importantes, aos processos de desenvolvimento em curso. Sua estruturação passou a responder aos imperativos de um modelo centrado na produção urbana e industrial, a partir de sua integração ao mercado interno, inclusive, como veremos, ao mercado de trabalho. Dessa maneira, a questão agrária passou a ser colocada nos seguintes termos:

“Entre as questões (relativas a um novo tipo de desenvolvimento capitalista) assinala-se ‘a questão agrária’(mudança ou não da estrutura fundiária, sua adequação para fornecer alimentos matérias primas para a indústria e para as populações urbanas, liberação de mão de obra para a industrialização) [...]. As atividades exportadoras, por outro lado, continuaram a desempenhar relevante

⁷⁹ VAINER, Carlos B. **Estado e migrações no Brasil**: anotações para uma História das políticas migratórias in **Travessia**: revista do migrante. no. 36, janeiro-abril, 2000.

⁸⁰ MARTINS, José de Souza. **Capitalismo**...op. cit, p. 5

⁸¹ MARTINS, José de Souza. **Capitalismo**... op. cit p. 5 e 6

papel no sistema econômico, mas foram deixando de ser a variável essencial da manutenção da renda interna para cumprir o papel de gerador de divisas, estas essenciais para garantir as importações. Além da geração de divisas, coube ao setor primário, via diversificação, fornecer matérias primas industriais e alimentos às populações urbanas, embora isto já fosse encontrado no período precedente (anterior a 1930)”⁸².

Esses aspectos, de predomínio do urbano sobre o rural, procurando fazer com que o campo se convertesse em consumidor, produtor de mercadorias e fornecedor de excedentes populacionais para as migrações no sentido campo-cidade, dentro de um quadro de não intervenção direta na estrutura de propriedade agrária, também estiveram na base das políticas colonizadoras e migratórias que seriam gestadas no período em foco.

⁸². FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. op. cit., p. 184 e 185

Parte II**Princípios de uma política relativa aos deslocamentos populacionais**

A integração do mercado interno brasileiro fazia parte dos principais objetivos perseguidos pelo novo governo que se constituiu no pós-1930. Colaborava para legitimar a ação intervencionista que se procurava imprimir em relação à economia brasileira por meio de uma série instituições estatais. A expansão e a integração do mercado interno brasileiro, incluindo o mercado de trabalho, eram, pois, a forma de como se entendia tornar possível o alcance do desenvolvimento econômico que, naquele momento, se identificava com a industrialização.

Nessa empreitada, os deslocamentos populacionais assumiram importância significativa, pelo simples fato de que a construção de um mercado interno, bem como a sua integração dependiam de pessoas e de pessoas que estabelecessem relações econômicas num espaço econômico mais amplo, de características cada vez mais nacionais. Assim pode-se inferir que a formulação de políticas relativas aos deslocamentos populacionais se revestiu de grande importância, assumindo um papel verdadeiramente estratégico.

Não é possível afirmar que, em seus momentos iniciais, o novo governo já tivesse uma política claramente definida em relação aos deslocamentos populacionais. Objetivamente, antes mesmo de qualquer medida oficial, a realidade econômica do momento já havia começado a provocar mudanças significativas nas características dos movimentos populacionais. A crise do capitalismo primário-exportador e o início da consolidação de uma nova estrutura capitalista no Brasil, com a emergência de um novo padrão de acumulação centrado na industrialização e no mercado interno, implicou mudanças nas dinâmicas populacionais que podem denotar a introdução dos movimentos migratórios em uma nova fase⁸³. Essa nova fase se constituiu como uma nova modalidade de deslocamentos populacionais, que começava a atender as novas atividades e regiões dinâmicas da economia nacional, bem como as novas áreas que passariam a se integrar, sob sua influência, nos processos de reprodução econômica.

Uma das novas características dos movimentos populacionais no período se expressou por meio da supremacia numérica dos trabalhadores nacionais – vindos, em sua maioria, do norte do estado de Minas Gerais e da região Nordeste - em relação aos estrangeiros, na direção dos centros urbanos, principalmente São Paulo. Outra característica assumida pelos deslocamentos populacionais é que estes voltaram-se, ainda, ao atendimento de novas atividades agrícolas que ganharam impulso no interior paulista e das novas áreas para onde se

⁸³ PAIVA, Odair da Cruz. **Brasileiros...**op. cit., p. 31

avançava a fronteira econômica. Nesse caso, o trabalhador nacional também passava a ser o elemento numericamente majoritário.

O que vai pautar a ação do Estatal no período é a opção por tomar uma série de medidas que procuravam controlar e dirigir os movimentos populacionais a objetivos voltados para a busca do desenvolvimento econômico. A política relacionada aos deslocamentos populacionais foi, assim, sendo construída de forma paulatina. Para a sua formulação contribuíram uma série de elementos que foram se tornando mais claros a partir da identificação crescente das necessidades da economia brasileira em desenvolvimento e, também, dos vários diagnósticos acerca da realidade brasileira efetuados pelo próprio governo e por intelectuais que o apoiavam, debatendo e indicando medidas a serem tomadas.

Apesar do caráter processual da formulação da política migratória do primeiro governo Vargas, alguns pontos que nortearam a sua formulação, em consonância com a preocupação em utilizá-la como instrumento fomentador do desenvolvimento, podem ser claramente percebidos.

Um dos pontos de partida vinculava-se à perspectiva das grandes potencialidades oferecidas pelo território brasileiro, o que colocava em pauta a preocupação com a manutenção de sua integridade, com o seu controle nacional e com a ampliação da capacidade da sociedade brasileira de dar encaminhamento a um processo de desenvolvimento que, realizando-se sobre o território nacional, se mostrasse condizente com as reais necessidades brasileiras, uma vez que o contexto nacional e internacional haviam tornado o mercado brasileiro praticamente cativo da produção nacional.

Assim, alguns elementos se tornaram a base sobre a qual se procurou construir as políticas relativas aos deslocamentos populacionais. Políticas essas que foram sendo gestadas e amadurecidas com o desenrolar dos acontecimentos e cujos postulados só foram se tornando mais claros a partir do acúmulo de reflexões, que ao mesmo tempo em que eram utilizadas para indicar medidas a serem tomadas, serviam, também, para avaliá-las e justificá-las, exaltando a correção das ações governamentais e seu empenho na conquista das condições necessárias ao alcance do desenvolvimento.

A partir do exposto, podemos, dessa maneira, apontar que os elementos atuantes na construção das políticas migratórias do período foram:

- A interdependência entre a defesa da integridade territorial brasileira, o mercado interno e a industrialização.

- O Nacionalismo e a construção da nacionalidade, que por sua vez, vinculavam-se à:
- A preocupação com os estrangeiros
- A ênfase na utilização do trabalhador nacional
- A construção de um mercado Nacional de trabalho

Seção 1

A interdependência entre a defesa da integridade territorial brasileira, o mercado interno e a industrialização

Como já foi apresentado anteriormente neste trabalho, o desenvolvimento brasileiro no pós 1930, fincou-se, cada vez mais, na produção industrial brasileira. Fato esse provocado pelos impactos da crise econômica mundial que, ao provocar uma certa desarticulação do comércio internacional e a redução da capacidade de importação, a partir da perda de dinamismo do setor exportador, principalmente o cafeeiro, permitiu a emergência de um novo padrão de acumulação urbano-industrial e tornou o mercado interno brasileiro praticamente cativo às indústrias nacionais⁸⁴, com destaque para aquelas que se concentravam em São Paulo.

É evidente que esse processo passou a reclamar a constante integração e o crescimento do mercado interno nacional o que, por sua vez, realçam a importância da distribuição populacional, do território brasileiro e de sua extensão continental. O território nacional passou a assumir uma importância significativa, pois a extensão do mercado nacional corresponderia, em tese, potencialmente à dimensão territorial da nação e ao seu efetivo povoamento.

O Brasil, no entanto, era à época uma nação irregularmente povoada, com fracos vínculos regionais e pequenos estímulos integradores. Dessa maneira, o potencial representado pela generosa extensão territorial brasileira não era plenamente aproveitado como fator de construção e ampliação de um mercado interno verdadeiramente nacional, tanto no que respeita à circulação e ao consumo de mercadorias quanto no que se refere ao aproveitamento de suas riquezas naturais. Era urgente, pois, que as vastas dimensões consideradas vazias desse território fossem ocupadas e integradas aos circuitos econômicos.

Assim, a ocupação e a integração do território nacional apresentavam-se como necessidades estratégicas para o desenvolvimento econômico. Tal questão implicou a necessidade da organização de políticas migratórias e colonizadoras consoantes com as preocupações acima indicadas.

Por outro lado, na visão do núcleo do poder, bem como para um grande número de técnicos e intelectuais que apoiavam o governo, a integridade do território brasileiro encontrava-se ameaçada. Essa ameaça era considerada como o resultado de heranças do

⁸⁴ CANO, Wilson. Op. cit., p. 29.

regime anterior. Na caracterização dessas heranças, três aspectos ganhavam relevância: a questão política; a estruturação econômica; e a opção imigrantista.

*“Não será exagero colocar que a **possibilidade de um esfacelamento do território nacional**, ao lado da ação subversiva de grupos portadores de ideologias “alienígenas”, foram eleitas pelo Estado Novo como as duas grandes ameaças que teriam tornado absolutamente necessário o regime de força implantado em 1937. Já no discurso de inauguração do regime, proferido no mesmo dia em que o golpe foi desfechado, Getúlio Vargas descrevia uma situação dramática, identificando o separatismo e o imperialismo como fatores de desagregação nacional agindo interna e politicamente”⁸⁵.*

Do ponto de vista político, avaliava-se que a Primeira República havia se caracterizado por um ultra-federalismo no qual os interesses locais e regionais, incorporados por diferentes frações oligárquicas, se sobrepunham às reais necessidades nacionais.

“O Estado Nacional surgiu da Constituição de 1937, consagrando os princípios básicos da Revolução de 1930, em forma adaptada à sociedade civil brasileira e às exigências da época que atravessamos. Esses princípios são: reconstrução política consagrando o centralismo como método próprio de impulsão progressista, em vez dos particularismos federalistas, porta aberta a todos os vírus de desagregação, capazes de ameaçar a unidade e a soberania nacionais”⁸⁶.

No que se refere à estrutura econômica da República Velha, considerava-se que a ênfase na atividade exportadora como núcleo dinâmico da economia, havia prendido o país numa relação direta com exterior e dado origem a complexos econômicos ou a economias regionais que conviviam num espaço nacional compartimentado, como uma espécie de “arquipélago econômico”. Tal fato era, ainda, agravado pela existência de impostos interestaduais, que dificultavam a circulação de mercadorias em território nacional. Assim, a estrutura econômica exportadora fazia com que as diferentes regiões brasileiras tivessem vinculações externas muito mais importantes do que as que se estabeleciam internamente.

A opção imigrantista anterior também era considerada um fator de estímulo à fragmentação territorial brasileira, pois, ao ter se fundamentado no imigrante estrangeiro, além de não ter criado vínculos mais consistentes entre as diferentes regiões do país, permitiu a constituição de núcleos homogêneos de imigrantes, que estabeleciam ligações profundas com os seus países de origem, mantendo seus hábitos de consumo e o idioma estrangeiro.

Tais ocorrências, imaginava-se, criavam dificuldades. Primeiro, porque permitiram o surgimento dos chamados enquistamentos étnicos (de comunidades estrangeiras que não se integravam à nacionalidade brasileira e, portanto, não se identificavam com o país), que num contexto de fortes pressões expansionistas, por parte de algumas nações centrais, poderiam

⁸⁵ DINIZ FILHO, Luís Lopez. op.cit., p. 58.

⁸⁶ VARGAS, Getúlio. op. cit., p. 63

converter-se em elementos de apoio para que essa expansão se realizasse sobre o território nacional, favorecendo sua fragmentação. Devemos lembrar que as nações com fortes tendências expansionistas, Alemanha, Itália e Japão, eram aquelas que possuíam tradicionais comunidades de imigrantes no Brasil e que, na época, existiam ações políticas desses países sobre os imigrantes aqui estabelecidos⁸⁷. Segundo, porque a manutenção dos hábitos de consumo havia feito desses núcleos homogêneos de imigrantes um mercado cativo para as mercadorias de seus países de origem, dificultando assim a inserção ativa desses núcleos no mercado nacional⁸⁸.

Tais considerações acerca das heranças do regime anterior e dos problemas provocados por elas à integridade territorial brasileira explicam-se da seguinte forma: o processo de desenvolvimento econômico sustentado pelo mercado interno e a manutenção da integridade territorial configuravam-se como elementos interdependentes. O desenvolvimento industrial reclamava a integridade territorial na medida em que só poderia se desenvolver se essa fosse mantida e representasse a possibilidade de conquista de novos mercados internos. Simultaneamente, ao se desenvolver, integrando novos mercados e regiões nacionais, o desenvolvimento industrial possibilitava a superação das tendências fragmentadoras que atuavam sobre o território. Podemos afirmar, portanto que a defesa da integridade territorial era pré-requisito para o deslanche da industrialização, ao passo que, reciprocamente, a industrialização também favorecia a manutenção da integridade do território nacional.

Essas reflexões não escapavam à percepção dos ocupantes do aparelho de Estado e de muitos observadores do período que possuíam fortes influências na formulação de políticas da época. Isto pode ser observado a partir da análise de uma série de textos produzidos e publicados em boletins oficiais e em textos de debate sobre a realidade brasileira que eram utilizados como pontos de reflexão e de elaboração de políticas propostas e encaminhadas.

Como exemplos desses textos podemos indicar os boletins do SIC (Serviço de Imigração e Colonização), das Secretarias Estaduais de Agricultura e de Revistas publicadas pelo governo. Nesses casos, um destaque deve ser feito às Revistas Cultura Política e Ciência

⁸⁷ Ver NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. op. cit., p. 31

⁸⁸ Esse foi, inclusive, um dos motivos que animaram a formulação e a implementação, na segunda metade do século XIX e início do século XX, de uma verdadeira política de transferência populacional por parte de alguns países europeus, como a Itália e a Alemanha. Ver IANNI, Constantino. **Homens Sem Paz**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, cap. 1 e NASCIMENTO, Benedicto Heloiz, op. cit, p. 27/ 30. É verdade também que algumas indústrias surgiram no Brasil procurando produzir sucedâneos para produtos importados pelas colônias de imigrantes e que no momento a importação encontrava-se dificultada, mas a prática de consumo de produtos industriais estrangeiros por imigrantes e seus descendentes continuava a preocupar o governo.

Política que passaram a ser publicadas pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), a partir de 1941.

Essas revistas, principalmente a primeira, procuravam se colocar como um fórum de debates acerca dos problemas nacionais. Na revista *Cultura Política*, organizada pelo próprio diretor do DIP, Almir de Andrade, um dos principais intelectuais do Estado Novo, discutia-se, em tom apologético, as realizações do governo Vargas, desde a sua chegada pelo movimento de 1930. Embora enfatizassem o período posterior ao golpe de novembro de 1937, faziam um balanço das alterações desencadeadas pelo governo e acentuavam as mudanças de direção que se estabeleceram em relação ao período anterior; sugeriam diretrizes para a ação governamental; estabeleciam interpretações históricas acerca de acontecimentos e processos da vida nacional. Era uma revista destinada a um público mais restrito e abrigava os intelectuais de maior porte que apoiavam o governo. Enfim, funcionava como um instrumento de articulação e difusão política, em consonância com os objetivos do Estado Novo.

A revista *Ciência Política* apresentava características semelhantes, possuía, entretanto, um caráter mais amplo, procurando atingir um público mais popular e uma intelectualidade “média”. Apesar de seu nome, não tinha pretensões científicas e pelo fato de seus artigos serem, na maior parte das vezes, transcrição de textos destinados a palestras, apresentava um caráter mais pragmático.

Nessas revistas, que procediam a uma análise da realidade brasileira e, ao mesmo tempo, avaliavam as ações do governo brasileiro e a execução de suas políticas, em praticamente todos os números publicados, aparecem textos relativos à problemática da integridade territorial brasileira e sua relação com a política migratória⁸⁹.

Um bom exemplo de como a integridade territorial era considerada um fator fundamental para o desenvolvimento econômico, e de como essa integridade poderia ser alcançada por meio do estímulo e do controle migratório, aparece de maneira bastante clara na análise de Nelson Werneck Sodré em um artigo, denominado *Fronteira*, publicado no número 2, abril de 1941, na *Revista Ciência Política*.

Nesse artigo, analisando a realidade concreta de uma parte do território nacional localizado nos limites Sul do Mato Grosso, do Noroeste do Paraná e do Paraguai, nas proximidades da região de Sete Quedas, o autor relata a importância da ação governamental

⁸⁹ Isto pode se exemplificar a partir da série de textos, elaborada por Arthur Heil Neiva, versando sobre a História dos movimentos imigratórios no Brasil.

na sua manutenção ao território nacional. Para ele, a própria natureza conspirava para que essa área se separasse do território brasileiro, já que o seu relevo e a corrente das águas a empurravam diretamente à região do Prata⁹⁰. Após a algumas interessantes experiências de ocupação realizadas durante a colônia, por meio do bandeirismo, na extração mineral, tal região havia adentrado o século XX, com o permanente problema de sua integração ao território nacional.

Segundo o autor, três fatores históricos haviam sido responsáveis por tal fato: a regressão da ocupação após a primeira experiência bandeirante, em virtude da falência da mineração; a sua posterior ocupação por uma atividade econômica pecuarista que implicava forte dispersão humana, em agrupamentos rarefeitos e nômades e dava origem à edificação de uma forma de organização política localista expressa por um regime municipal de pouca articulação política e econômica com outras regiões; a sua ocupação posterior por meio da colonização efetuada por estrangeiros em grandes propriedades. Assim, o grande problema para a incorporação dessa área ao território nacional esteve, desde cedo, ligado às atividades econômicas que haviam sido desenvolvidas e ao fator humano⁹¹.

As atividades econômicas anteriormente desenvolvidas não estabeleciam vínculos econômicos e políticos com o restante do corpo nacional. Inicialmente, a pecuária, voltada à exportação, impunha ameaças pela dispersão humana – que corresponde a um aspecto típico da organização de seu sistema produtivo - e pelo fato de sua produção não se vincular diretamente a outras regiões do território nacional. A conjugação desses dois elementos criou condições para o estabelecimento de uma organização política fortemente localista, expressa por uma organização municipal que fugia à possibilidade de controle e do exercício da autoridade por parte do governo central: “... a organização municipal teve um princípio impreciso. [...] demasias estranhas, descomedimento, a impossibilidade prática da autoridade”⁹². Dessa forma, a atividade econômica pecuarista implicava uma incapacidade de indução ao desenvolvimento:

“Encontrando, em suas origens, já o regime municipal em sua fase de positivo e irreparável declínio, as comunas fronteiriças não puderam fugir aos imperativos característicos do momento e do local, não tiveram forças para articular um

⁹⁰ Devemos lembrar que, a partir do início da década de 1930, a histórica rivalidade com a Argentina ganhou grande intensidade, a ponto de se constituir como um dos principais problemas territoriais do período, uma vez que a Argentina implementava uma política de fortalecimento de suas forças armadas e de ampliação das influências sobre os países vizinhos. Ver CORSI, Francisco Luiz. op. cit., p. 54

⁹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **Fronteira**. In **Cultura Política**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda. Ano 1, Número 2, abril de 1941, p. 25/26.

⁹² SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 26

*processo de desenvolvimento que marcasse a fonte de uma energia nova, capaz de operar transformações fundamentais*⁹³.

Assim, a atividade econômica pecuarista voltada à exportação e a dispersão populacional daí decorrente, colaboravam para a forte tendência separatista desta região do restante do território nacional, expressa pela “*ânsia autônoma da grande propriedade pastoril*”⁹⁴.

Se estes eram “*os problemas da grande propriedade pastoril*”⁹⁵, sua solução poderia se dar pela introdução da agricultura. Essa introdução se deu, entretanto, posteriormente, pela grande propriedade em mãos estrangeiras, a partir de movimentos imigratórios e colonizadores, apenas aparentemente, voltados a assegurar a posse dessas regiões. Nesse caso, a situação se agravou:

*“Se a grande propriedade de srs. nacionais foi uma espécie de mal necessário, oriunda da formação e da conquista de terras que, no passado, tenderam sempre a fugir ao todo nacional, a grande propriedade estrangeira soma, a esses males, o de suas origens espúrias, o de seu caráter estático, o de seu “anti-nacionalismo precípua”*⁹⁶.

O autor critica a colonização baseada na propriedade e em elementos estrangeiros, pois estes:

*“Se colocavam sobre grandes vias de comunicação, rios e vias férreas, [representando] ‘ameaças nas encruzilhadas propícias’. Municípios houve que viram entregues à mão estrangeira extensões formidáveis. [...] além da grande propriedade pastoril nômade, no panorama da fronteira, quase não havia proprietários nacionais e [...] por parte dos trabalhadores o panorama fronteiriço era de desertão e pobreza”*⁹⁷.

Dessa forma, a propriedade estrangeira na região fronteiriça catalisou a tendência separatista da região, impedindo e ameaçando a sua efetiva integração com o restante do território nacional e, ao mesmo tempo, implicando a incapacidade da realização de seu desenvolvimento.

Diagnosticando o problema da região, Sodré faz um comentário positivo acerca da ação do governo, no sentido da garantia da manutenção dessa região ao território brasileiro e do impulso que essa manutenção possibilitou ao seu desenvolvimento, ao articulá-la ao mercado interno. Tal comentário é bastante importante, pois nos denota claramente como a necessidade da defesa da integridade territorial nacional era um elemento fundamental na formulação de políticas relacionadas aos deslocamentos populacionais no período em questão.

⁹³ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 26/27

⁹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 27

⁹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 27

⁹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 27

⁹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 28/29

Segundo o referido o autor, os deslocamentos populacionais deveriam assegurar a manutenção da integridade territorial, por meio da introdução de elementos nacionais na fronteira, em pequenas propriedades de caráter familiar, voltadas á produção agrícola, vinculada ao abastecimento interno:

*“O problema está, pois, em admitir o processo mais compatível com a inevitável alteração a introduzir. O país precisa fixar elementos nacionais na fronteira, por meio de atividade destinada à agricultura. [...] só a posse da terra confere tais horizontes. Só a civilização da agricultura permite uma perspectiva tão expressiva, indispensável”*⁹⁸.

Segundo Sodré, era isso que o governo deveria fazer, fez e continuava fazendo. Avaliava, portanto, de maneira positiva a política e a ação governamentais em relação aos deslocamentos populacionais que foram sendo definidas ao longo dos anos de 1930. Para ele, em março de 1939, *“o governo decidiu intervir”*⁹⁹, por meio do Decreto-Lei 1.164 de 18 de março de 1939¹⁰⁰.

O caráter positivo da intervenção governamental e do Decreto-Lei se expressava pelo fato de que o mesmo previa a constituição de uma faixa de fronteira de 150 km dentro da qual só poderia haver posse de nacionais; a concessão de terras e a transferência de pessoas para as regiões de fronteiras se transformavam em matérias a serem tratadas pelo Conselho de Segurança Nacional; a concessão de lotes seria feita a brasileiros natos, com capacidade para o trabalho agrícola; e as concessões de terras, nas faixas fronteiriças, seriam limitadas a dois mil hectares¹⁰¹.

Dessa maneira, o Decreto-Lei, ao garantir a transferência de brasileiros às regiões fronteiriças e a sua fixação a partir da posse da terra, permitia uma ação contrária aos principais fatores que ameaçavam a integridade do território nacional, pois se colocava contra a grande propriedade exportadora, contra o nomadismo e contra a posse estrangeira em partes importantes do território nacional, que se encontravam desligadas do corpo econômico da nação. Por outro lado, o referido Decreto-Lei, também estabelecia garantias a princípios caros à manutenção do território nacional, na medida em que defendia a produção e a organização

⁹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 29

⁹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 29/30

¹⁰⁰ Esse Decreto-Lei trata do encaminhamento e da fixação de trabalhadores nacionais nas regiões de fronteira

¹⁰¹ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p.30. Devemos lembrar que a produção possível em pequenas propriedades, que seriam a maioria na região, destinar-se-ia à produção familiar e ao abastecimento interno e que essa região possuía relativa proximidade do local onde foi instalada a CAN do Paraná, a CAN General Osório, que conservou o caráter de uma colônia militar.

familiar, a posse efetiva por trabalhadores nacionais e a sua fixação. Segundo o autor, a “*tarefa nacionalizadora teria sido iniciada*”¹⁰².

Se a análise do texto de Werneck foi prolongada, isto se deve à clareza com que demonstra como a preocupação com a integridade do território brasileiro se constituiu numa das bases da elaboração de novas políticas e de novas práticas relativas aos processos de deslocamento populacional no pós 1930. O texto possibilita a percepção de como a integridade do território era considerada um elemento fundamental para o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento calcado no mercado interno; permite perceber, também, como, na visão do autor, a integridade territorial encontrava-se ameaçada pelas práticas políticas, econômicas e migratórias do pré 1930 e como, essas avaliações se articularam numa política colonizadora e migratória, que tinha por fim precípua, dar curso a uma tarefa que se considerava nacionalizadora e modernizadora.

É importante lembrar que, apesar de ter sido publicado em 1941, o texto em questão procura compreender o processo de constituição de aspectos importantes da política migratória do governo Vargas, estabelecendo justificativas históricas para a sua implementação. Devemos acrescentar, ainda, que tal texto foi publicado numa revista que se comportava como um porta-voz das visões governamentais, dando-lhe, por isso um caráter quase oficial.

Os aspectos que foram claramente alinhavados por Werneck Sodré, de como a manutenção da integridade territorial representava um fator primordial para o desenvolvimento brasileiro, de como tal integridade esteve fortemente ameaçada pelas práticas anteriores e de como os movimentos migratórios poderiam ser compreendidos como fator de superação desses problemas, encontram-se em outros artigos publicados no mesmo número da Revista Ciência Política. Ao defender o programa de ocupação do interior consubstanciado no Programa “Marcha para o Oeste”, Cassiano Ricardo, considerado um dos principais expoentes do pensamento “capitalista autoritário” do período afirma, em seu texto intitulado “Estado Novo em seu sentido bandeirante”:

“O litoral continua sendo a antítese do Oeste. [...] Anuncia-se a nova marcha. É o Brasil organizado que novamente caminha para o oeste, realizando seu imperialismo interno. [...] Em qualquer hipótese, ainda tudo indica que o poder público será o primeiro a organizar ou amparar bandeiras que ponham em

¹⁰² SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 30

*permanente contacto a civilização do litoral com os centros rurais e sertanejos que necessitam de assistência e benefícios técnicos”*¹⁰³.

Temos, nessa citação, três elementos interessantes a serem observados. Em primeiro lugar, a valorização do interior em detrimento da civilização do litoral, constantemente associada, no “pensamento capitalista autoritário”, às práticas econômicas exportadoras que faziam do mercado externo, o mercado prioritário da produção nacional. Em segundo, a figura do imperialismo interno, expressando a necessidade de unificação das fronteiras políticas e econômicas, o que, de certa forma, expressa o objetivo da integração de novas áreas aos circuitos econômicos e, portanto, da conquista de novos mercados, consumidores e ou produtores de matérias-primas e produtos primários, vinculando, inclusive, os enormes fundos territoriais brasileiros como um sucedâneo das conquistas territoriais externas empreendidas pelas potências capitalistas centrais. E, por último, a identificação dos movimentos populacionais do período, rumo ao interior, induzidos e incentivados pelos programas estatais, com a experiência histórica das bandeiras, construtoras do território nacional, na visão do referido autor.

A apresentação desses movimentos populacionais rumo ao oeste, estimulados e conduzidos pelo Estado e compostos majoritariamente por nacionais, como uma forma de combate às tendências fragmentadoras que atuavam sobre o território nacional, que se constituíam como uma herança da política e das práticas migratórias do regime anterior, fica patente a partir das seguintes considerações:

*“O Estado moderno combate os quistos étnicos e outra coisa não fez a bandeira contra o quisto negro dos Palmares e contra o quisto vermelho do recôncavo. Falamos em nacionalização das fronteiras, mas estamos apenas repetindo o gesto dos nossos maiores que marcaram as fronteiras geográficas dentro dos quais se processaria o nosso destino de povo e de nação”*¹⁰⁴.

Percebe-se, portanto, a crítica às práticas imigratórias do regime anterior que, ao permitir a fixação de nacionalidades homogêneas em partes significativas do território nacional, havia criado os chamados enquistamentos étnicos, que, naquele momento, precisavam ser combatidos para que se garantisse a integridade territorial e a real construção da nacionalidade¹⁰⁵. Entretanto, a referência, na passagem acima, à ação das bandeiras no

¹⁰³ RICARDO, Cassiano. **Estado Novo e seu sentido bandeirante**. In **Cultura Política**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda. Ano 1, Número 1, março de 1941, p. 128.

¹⁰⁴ RICARDO, Cassiano. op. cit., p. 131

¹⁰⁵ Segundo Moniz Bandeira, em 1938, o embaixador brasileiro em Berlim, Moniz de Aragão, chegou a denunciar um plano alemão visando separar os três estados brasileiros do sul e colocá-los sobre o seu domínio. Os elementos desencadeadores de tal ação seriam os imigrantes que viviam em colônias homogêneas nesses três

combate aos quilombolas e na assimilação dos índios, indica que, apesar do forte nacionalismo aparente, a integridade nacional não estaria vinculada a um tipo qualquer de sociedade. Não se cogitava a construção de formas societárias alternativas ou de características comunitárias. Apesar da defesa do intervencionismo estatal e da crítica ao estrangeiro, o que se evidencia é o compromisso com uma integração nacional de caráter capitalista. O anti-liberalismo e o anti-estrangeirismo não distanciam o pensamento autoritário, em geral - e o de Cassiano Ricardo, em particular - da defesa de uma ordem capitalista, o que se pretendia é a construção de um capitalismo nacional, ou, pelo menos, de um capitalismo que fosse dinamizado internamente.

Além disso, devemos lembrar que Cassiano Ricardo era paulista e a maior parte da sua atuação intelectual e política esteve baseada em São Paulo¹⁰⁶, por isso é legítimo supor que a idealização e a apologia em relação às bandeiras estivessem ligadas a outros aspectos menos perceptíveis, tais quais a defesa de uma integração nacional liderada por São Paulo com a conseqüente garantia de mercado para as indústrias que ali estavam se concentrando. A própria idéia de realização do “nosso imperialismo interno” evidencia e reforça a idéia de conquista territorial, ou seja, a visão de que a incorporação e a permanência da parte situada a oeste do território brasileiro dependeriam do avanço paulista. Assim, a integração dessa área seria garantida, pois, pela sua inserção no mercado brasileiro como consumidora das manufaturas paulistas e como fornecedora de gêneros agrícolas e matérias-primas para São Paulo, daí a defesa intransigente que faz da ocupação dessa região com base na pequena propriedade.

Tais considerações de Ricardo acerca da necessidade da efetiva integração do oeste brasileiro, com a conseqüentemente manutenção de sua integridade, a partir do avanço das novas bandeiras paulistas indica-nos o seu compromisso com a construção de uma nova ordem capitalista no Brasil sustentada pelo desenvolvimento industrial. Não se trata, apenas, como diz Guilherme Otavio Velho¹⁰⁷, de um excesso de regionalismo ou de uma tentativa de reconciliação de São Paulo com o Estado Novo ou com o Regime Vargas, mas de um compromisso com a indústria que naquele momento se desenvolvia de maneira concentrada em São Paulo.

estados. Ver: BANDEIRA, Moniz. **O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Ensaio, 1994, p. 46.

¹⁰⁶ Cassiano Ricardo foi o Diretor da seção paulista do DIP durante um período importante do Estado Novo

¹⁰⁷ VELHO, Guilherme Otavio.

É verdade, todavia, que existem interpretações que afirmam que Ricardo não estava comprometido com a defesa do desenvolvimento industrial no Brasil, e que o mesmo preconizava, como modelo para o Brasil, uma sociedade agrícola baseada na existência de pequenas propriedades, o que o caracterizava como um agrarista moderado. É o que encontramos, por exemplo, em Diniz Filho:

*“Cassiano Ricardo não parece contrapor categoricamente os espaços rural e urbano. Em primeiro lugar, porque não seria correto ver esse autor como um agrarista radical, já que ele em momento algum parece propor um retorno da população urbana ao campo. Em segundo lugar, porque seria um erro caracterizá-lo como defensor de um projeto urbano-industrial para o Brasil, posto que sua obra da muito pouca atenção à indústria, mesmo que de um ponto de vista histórico. Num dado momento, Ricardo elogia as atividades industriais que cresceram nas áreas mineradoras descoberta pelo bandeirantismo, mas isso tão somente em relação à forma como estas teriam apressado a abolição da escravidão, e não como a antecipação de um inexorável Brasil industrial. [...] Ricardo não parece encarar o desenvolvimento industrial como uma condição necessária para o desenvolvimento futuro do país, permanecendo, pois, numa posição de agrarismo moderado”*¹⁰⁸.

Entretanto, outras interpretações convergem no sentido de apresentá-lo como um intelectual comprometido com a liderança econômica de São Paulo e com o projeto de industrialização que se desenvolvia em solo paulista.

*“É preciso assinalar que, no pensamento de Ricardo, pequena propriedade está intimamente associada a desenvolvimento industrial. [...] Ocorre que a bandeira de Ricardo, estruturada economicamente à base da pequena propriedade, é, também, a geradora da mineração do café e, conseqüentemente, da industrialização. [...] A transformação do oeste conquistado era também apreciada como suporte de sustentação para o “novo” implantado nas cidades, e sua extensão para o campo era tida como movimento natural e inerente de acabamento da nova ordem estabelecida.”*¹⁰⁹

É interessante observarmos que, apesar de o referido autor preconizar a integração do oeste, como forma de garantir a sua manutenção ao território nacional a partir da liderança paulista, recorrendo ao mito das bandeiras, não seria de São Paulo que sairiam os recursos humanos necessários para a execução dessa empreitada. Os trabalhadores que se destinariam a essa experiência colonizadora deveriam ser nacionais, mas de outras regiões do país, sobretudo do Nordeste. É evidente, portanto, a percepção do autor da necessidade de combinação dos diferentes níveis regionais de desenvolvimento para a viabilização da integração econômica do país, para a realização da conquista de seu território e para a garantia de sua integridade.

São Paulo seria a faixa de onde sairiam os estímulos integradores pelo fato de ser a região produtora de manufaturas e consumidora da produção agrícola e das matérias-primas

¹⁰⁸ DINIZ FILHO, Luiz Lopes. op. cit., p. 119

¹⁰⁹ LENHARO, Alcir. **A conquista do corpo geográfico do país**. Campinas: Unicamp. Capítulo não publicado de: **A sacralização da política**. Campinas: Papirus. 1986. p. 93/95.

produzidas no oeste, ou seja, seria a região ativa da economia nacional, onde se processava o desenvolvimento industrial e que, por isso, não possuía excedentes populacionais. O Oeste, inversamente, ao ser povoado e integrado economicamente, converter-se-ia numa região produtoras de gêneros agrícolas e de matérias-primas e consumidora de manufaturas. O Nordeste fecharia o círculo, ao contribuir para esse esforço integrador, com os seus excedentes populacionais, originários de sua economia adormecida, baseada em latifúndios praticamente “auto-suficientes”. Uma economia pouco adequada à modernização, à industrialização e à absorção de mão-de-obra e, portanto, geradora de excedentes populacionais.

É possível perceber como, na análise do autor, a idéia de imperialismo interno ganha um significado expressivo. A conquista e a integridade territorial seriam asseguradas pela ampliação e integração do mercado nacional, tanto do ponto de vista da produção, da circulação e do consumo de mercadorias como do ponto de vista do trabalho. A reconstrução da nação estaria assegurada pela superação do arquipélago econômico e pelo povoamento das áreas ditas vazias. Para tal se articulariam, num novo espaço realmente nacional, diferentes regiões do Brasil, capitaneadas pelas novas bandeiras, pela nova Marcha para o Oeste, impulsionada por São Paulo.

Se no passado, o avanço ao interior fora possível pela união e harmonização étnica entre o branco, o índio e o negro, agora, na reedição dessa epopéia bandeirante, deveriam se conjugar o esforço modernizador de São Paulo, as potencialidades oferecidas pelo Oeste e o elemento humano nordestino. O avanço seria possível pela harmonização das diferenças regionais: São Paulo moderno, Oeste despovoado e Nordeste atrasado.

Assim como as primeiras bandeiras geraram o primeiro ímpeto construtor do território nacional e o Estado “larvar” brasileiro, a nova Marcha para o Oeste daria e asseguraria ao território nacional seus contornos definitivos, configurando o verdadeiro e definitivo Estado Nacional.

“Falamos em nacionalização das fronteiras, mas estamos apenas repetindo o gesto dos nossos maiores que marcaram as fronteiras geográficas dentro das quais se processaria o nosso destino de povo e nação. [...] Não haverá mesmo surpresa em se dizer que o Estado Novo é várias vezes bandeirante. Bandeirante no apelo às origens brasileiras; na defesa das nossas fronteiras espirituais contra quaisquer ideologias exóticas e dissolventes da nacionalidade; no espírito unitário, um tanto anti-federalista; na soma de autoridade conferida ao chefe nacional; na Marcha para o Oeste que é também sinônimo de nosso imperialismo interno e no seu próprio conceito; isto é no seu conceito dinâmico de Estado.”¹¹⁰

¹¹⁰ RICARDO, Cassiano. op. cit, p. 131 e 132.

Podemos entender, assim, que o retorno ao passado por Ricardo não se limitou a uma mera mitificação das bandeiras e do papel de São Paulo na História do país, mas à defesa de uma nova ordem econômica, política e social que para se desenvolver necessitaria da constante conquista de mercados, o que implicaria a constante preocupação com a integridade do nosso território. Por outro lado somente a uniformização capitalista, induzida pelo núcleo mais dinâmico do país, poderia assegurar a manutenção dessa integridade nacional, contra as tendências dissolventes. Isso, por sua vez, impôs ao Estado a necessidade de conduzir uma política relativa aos deslocamentos populacionais consoante com os novos tempos, nos quais a ameaça de quistos estrangeiros estivesse superada e que se voltasse, por meio de elementos nacionais, a se produzir para o consumo interno. Como afirmou Lenharo:

“O redirecionamento político e suas modulações encontram-se gravados no discurso da proclamação da “Marcha para o Oeste”. Na virada de 1937 para 38, Vargas anuncia a que ela veio: consolidar, definitivamente, os alicerces da nação; “mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária...”. Não surpreende o modo como quer alicerçar a nação: dos seus “vales férteis e vastos”, de suas riquezas culturais e naturais seriam extraídos os recursos com que “forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. [...] O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para o Oeste”. A criação da brasilidade repousava, pois, numa nova proposta que combinava colonização e industrialização”¹¹¹.

¹¹¹ LENHARO, Alcir. op. cit., p. 99/100. As partes entre aspas são citações de discursos de Vargas, extraídos de NEIVA, Arthur Hehl. **Getúlio Vargas e o problema da imigração e colonização**. In: Revista de Imigração e Colonização, 3(1): abril 1942, p. 50 e VARGAS, Getúlio. **A Nova política do Brasil**, volume V, Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1938, p. 124

Seção 2

O Nacionalismo e a construção da nacionalidade

É evidente que o processo de desenvolvimento posto em curso no primeiro governo Vargas, que propunha o deslanche industrial com base no crescimento e na integração do mercado nacional, se deu com base numa ideologia fortemente nacionalista. Tal ideologia, no entanto, apresentava uma séria limitação, pois entendia-se que a nação brasileira encontrava-se constituída de maneira irregular. A visão dominante preconizada por Vargas e por muitos intelectuais era a de que, no Brasil, as fronteiras políticas não coincidiam com as fronteiras econômicas. Nesse sentido, a figura do arquipélago é novamente levantada, não se podia afirmar a existência de uma nação consolidada quando poucas áreas com expressiva densidade demográfica conviviam com enormes espaços vazios, impossibilitando a sua integração definitiva. A construção da nacionalidade passava, efetivamente, pela integração econômica do território:

*“Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao oeste. Para bem esclarecer a idéia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne de seu corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos esse elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial. Deste modo, o programa de “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, afim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras”*¹¹².

A existência de espaços despovoados representava fortes obstáculos para a construção nacional, pois eram nessas zonas, de pouca ou nenhuma ocupação, que se desenvolviam as forças dissolventes da nacionalidade. Era nesses espaços que os poucos trabalhadores rurais

¹¹² Discurso, de improviso, realizado, em 08 de agosto de 1940. In VARGAS, Getúlio. **Diretrizes...** op. cit., p. 284 e 285

viviam entregues à sua própria sorte, à morbidez, longe dos benefícios da civilização e desenvolvendo hábitos distantes da disciplina do trabalho produtivo.

Era, também, nesses espaços que vingavam as condições para a reprodução de práticas autonomistas e municipalistas, distantes da autoridade central, que davam vazão a poderes locais. Situação claramente representada pelas imagens de feudalismo improdutivo¹¹³ e personalista, desintegrado da vida econômica do país. Em relação a isso, Vargas veiculou uma de suas afirmações mais contundentes e radicais acerca da realidade agrária do país, ainda quando candidato pela Aliança Liberal:

*“Em não poucas das regiões mais próprias para a agricultura, impera ainda o latifúndio, causa comum do desamparo em que vive, geralmente, o proletariado rural, reduzido à condição de escravo da gleba. Nessas regiões, seria conveniente, para os seus possuidores e para a coletividade, subdividir a terra, a fim de colonizá-la, fazendo-se concessões de lotes a estrangeiros, como a nacionais, a preços módicos, mediante pagamento a prestações, além do fornecimento de máquinas agrícolas, mudas e sementes”*¹¹⁴.

Nesse sentido, além da aplicação de importantes medidas educacionais e culturais¹¹⁵, a construção da nacionalidade também deveria passar por uma solução de caráter econômico: era preciso integrar o país, articular as diferentes zonas despovoadas e desconectadas do circuito econômico com as regiões dinâmicas do país. Tal avaliação deixa evidente que havia, por parte das autoridades e dos intelectuais que apoiavam o regime, uma clara compreensão acerca da capacidade de uniformização imposta pelo avanço do capitalismo construído internamente e estendido às mais diferentes regiões, por meio do “nosso imperialismo”.

Assim, a correta expressão do nacionalismo e a construção da nacionalidade brasileira passavam, necessariamente, pela adoção de algumas medidas básicas, tais como:

- a superação da situação de atraso e de abandono do trabalhador do campo, localizado além das fronteiras econômicas, e das características autônomas e localistas possibilitadas pelas grandes propriedades rurais improdutivas ou subaproveitadas economicamente;

- a padronização, não apenas das características culturais, como a língua e os costumes, mas, também, das relações sociais de produção.

Tais aspectos vão estabelecer conexões com a formulação de políticas relacionadas aos deslocamentos populacionais, na medida em que para se alcançar tais objetivos, era

¹¹³ Essa é uma imagem particularmente bastante utilizada por Oliveira Vianna para caracterizar o caráter localista das grandes latifúndios brasileiros e a existência de um forte poder local nos mesmos.

¹¹⁴ VARGAS, Getúlio. **Diretrizes...** op. cit., p. 297.

¹¹⁵ Ver VARGAS, Getúlio **Diretrizes...** op. cit., p. 311 a 343. Esses assuntos encontram-se analisados de maneira bastante interessante em: SCHWARTZMANN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.

imprescindível articular as regiões de sertão, como eram conhecidas, aos processos de reprodução econômica, como consumidoras e produtoras de mercadorias, estabelecendo nexos das mesmas com a produção industrial que, naquele momento, se concentrava em São Paulo. É nesse sentido que as imagens referentes ao “nosso imperialismo” interno ganham suas mais expressivas significações.

2.1 A Importância da Pequena Propriedade

Adotando posturas próximas às dos modernistas e às dos grupos tenentistas reunidos no “Clube 3 de outubro”, o governo considerava que nas regiões isoladas do país o impulso modernizador era extremamente débil, impossibilitando que essas regiões pudessem vir a alcançar uma forma autônoma de desenvolvimento. Assim, como aparece evidente na afirmação de Vargas, citada acima, se nas regiões já desenvolvidas, ou naquelas que já se encontravam integradas a elas, o progresso poderia se dar de forma autônoma, nas regiões isoladas e consideradas atrasadas se faziam necessárias intervenções estatais enérgicas e decisivas.

Os trabalhadores brasileiros dessas regiões, em sua grande maioria posseiros ou remanescentes de antigas atividades econômicas que regrediram a formas de produção de subsistência, identificados com os aspectos negativos da cultura caipira, eram considerados como trabalhadores que se contentavam em viver numa economia de subsistência, utilizando a terra como fator de sobrevivência e não como fator de produção de excedentes intercambiáveis no mercado, cultivando-a com técnicas rudimentares e num ritmo próprio, dissociado da disciplina necessária à produção capitalista. Era, portanto, entendido como arcaico, indisciplinado e incapaz de produzir para o mercado. Resumindo, era um trabalhador pré-capitalista. Por ser, também, um trabalhador distante das conquistas da civilização e dos hábitos básicos de higiene, era bastante propenso a contrair enfermidades, o que inibia, ainda mais, a produtividade de seu trabalho. Não é à toa que Vargas afirmava que a ação do Estado, deveria:

“[...] Atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contacto com os agentes do poder público, apenas através dos impostos extorsivos que pagam.

É preciso grupá-los, instituindo colônias agrícolas; investi-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil para a venda da produção excedente às necessidades do seu sustento; despertar-lhe, em suma, o interesse, inculcando-lhes hábitos de atividade e economia. Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre iniciar quanto antes a valorização do capital

*humano, por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção*¹¹⁶.

A ação do Estado, e do expansionismo induzido por ele, no processo de construção da nacionalidade também é ressaltado por Cassiano Ricardo ao atribuir, à Marcha para o Oeste, o sentido de uma reedição da epopéia bandeirante. Segundo o autor, as bandeiras se constituem no fator genético da nacionalidade brasileira e legitimador do Estado forte, centralizador e interventor, já que as bandeiras, baseando-se nos princípios da “*Democracia Racial e Social*”, conseguiram articular todos os elementos constituintes da sociedade brasileira – o negro, o índio e o branco – no esforço de conquista e construção do país. Entretanto, apesar da colaboração entre as três raças, as bandeiras não eram destituídas de comando, pois haviam se configurado no “*Estado larvar brasileiro*” justamente pelo fato de terem unido o comando do branco, a mobilidade do índio e a força de trabalho do negro.

Ao enfatizar a idéia do comando do branco, ao mitificar as bandeiras e ao identificá-las com a Marcha para o Oeste, Ricardo deixou claro que se pretendia uma ocupação de caráter capitalista e procurou, também, por meio de metáforas, exaltar a ação ordenadora do Estado na conquista do interior e na construção de um novo trabalhador rural brasileiro. Sob o comando do Estado, a integração do interior do país ao mercado nacional daria origem a um novo tipo de trabalhador rural, disciplinado, produtor de excedentes comercializáveis e consumidor de mercadorias.

Com a identificação entre as bandeiras e a Marcha para o Oeste, Ricardo também procurou fazer a defesa do povoamento do interior mediante um programa de colonização baseado na pequena propriedade. Segundo esse autor, nas bandeiras, “*a pequena propriedade ao invés de embaraçar o expansionismo favoreceu-o. [...] A pequena propriedade fazia, por assim dizer, parte de uma técnica de vida e economia cujo principal objetivo dependia da absoluta liberdade de movimento*”¹¹⁷. A pequena propriedade não acomodava e não paralisava os senhores ciosos de seus grandes domínios, pelo contrário, impunha a necessidade de constante movimentação.

Não é difícil imaginar os porquês da defesa da pequena propriedade num programa de colonização do oeste. Esse programa não poderia se basear no latifúndio. Primeiramente, por que o latifúndio, ao ter uma alta capacidade de auto-abastecimento, não permitiria o incremento das trocas entre diferentes regiões. Segundo, por possuir um domínio de caráter tradicional, local e privatista, aproximando-se daquilo que poderíamos chamar de uma

¹¹⁶ VARGAS, Getúlio, **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938, Volume I, p. 28.

¹¹⁷ RICARDO, Cassiano. **Marcha para o oeste**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1970, p. 71.

situação de extraterritorialidade, o latifúndio seria gerador do caos, da anarquia e da injustiça. Em relação a isso, Vargas já se pronunciava em 1933;

*“O problema das comunicações tem, no Norte, papel preponderante, como elemento civilizador e até mesmo de fraternização nacional. O cangaço é fruto do sertão áspero, sem administração e sem justiça, isolado por falta de contacto com os centros irradiadores de progresso. Ligar pro meio de boas estradas o Nordeste baiano à Capital da República será estabelecer o mais sólido traço de união entre Norte e Sul, criando um fator preponderante para a consolidação de nossa unidade, capaz de extinguir, de vez, quaisquer veleidades regionalistas. Assim aparelhado, tornar-se-á fácil localizar no Nordeste vasta colonização rural, composta de elementos autóctones, que necessitarão, apenas, para progredir, de assistência técnica, agrônômica e financeira”*¹¹⁸.

Outros pontos importantes na defesa do povoamento do Oeste sustentado pela pequena propriedade relacionam-se ao fato de que essa forma de colonização diluiria a influência do latifúndio na economia e sociedade brasileiras¹¹⁹, mas, principalmente, porque o estabelecimento de núcleos de colonização implicaria a venda dos lotes em prestações anuais.

A necessidade de pagamento dessas prestações seria a forma de obrigar a conversão dos pequenos proprietários em produtores para o mercado. O débito da dívida só seria possível com a venda de parte de sua produção. A colonização baseada na pequena propriedade seria, assim, a forma de integração do interior do país ao mercado nacional. Faria do pequeno proprietário um produtor de gêneros destinados aos centros urbanos e de matérias-primas para as indústrias e, ao aumentar a exigência de sua especialização como produtor agrícola, torná-lo-ia um consumidor de mercadorias industriais.

Não é por acaso, portanto, que na defesa de um projeto colonizador sustentado na pequena propriedade, tenham se somado personalidades e entidades ligadas aos interesses industrialistas, tais como Roberto Simonsen e o IDORT. Roberto Simonsen ao criticar a existência de pequenas propriedades no interior do país, voltadas à produção de subsistência, afirmava:

*“Condições autárquicas [...] reduzem extraordinariamente o poder de 2/3 da população. [...]. Só pelo intercambio interno é que poderemos alcançar o poder aquisitivo de que havemos mister. [...] A indústria deseja um mercado interno rico para a necessária expansão de sua produção. Tanto vale dizer que anseia pela formação de capitais nacionais, pela união cada vez mais intensa de todas as regiões do país, pela crescente liberdade nas intercomunicações dos Estados; enfim, pela unidade e grandeza cada vez maiores de nossa pátria”*¹²⁰.

O IDORT, por sua vez, avaliava:

¹¹⁸ VARGAS, Getúlio. **Diretrizes da nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 194(?), p. 180.

¹¹⁹ LENHARO, Alcir. op. cit., p. 98.

¹²⁰ SIMONSEN, Roberto. **A indústria em face da Economia Nacional**. p. 27/28.

“Ao julgar pelo andamento da coisa, ao acompanhar a situação econômica actual – no Brasil – e particularmente no Estado de São Paulo, é permitido prever, para muito breve a formação em grande escala de pequena propriedade – única salvação aliás possível para a lavoura – capaz de resolver – no nosso modesto parecer – sem convulsões, a economia e a estabilidade social do Estado”¹²¹.

Não devemos, contudo, interpretar que a defesa de um projeto de povoamento do interior brasileiro, por meio de projetos de colonização que se baseassem em pequenas propriedades produtoras para o mercado, significasse um questionamento contundente ao latifúndio. Não se cogitava uma reforma na estrutura do país, uma vez que os interesses do capital agro-exportador e das oligarquias eram, ainda, vigorosos. Muitas vezes a tese da pequena propriedade no campo apareceu nos discursos de Vargas, principalmente no período anterior ao Estado Novo, como forma de atenuar a problemáticas do desemprego urbano, acenando aos trabalhadores com a possibilidade de seu retorno ao campo ¹²². Por outro lado, era também utilizada como forma de conciliar o discurso modernizador com os interesses dos latifundiários e da burguesia rural, já que a existência de generosos fundos territoriais no interior do país permitiria apontar para uma mudança na estrutura fundiária brasileira sem a necessidade de reforma agrária, nos espaços já consolidados de longa data. A expansão sustentada na pequena propriedade apresentaria, dessa forma, um caráter bastante conciliador.

Devemos lembrar, ainda, que a permanência do latifúndio na região do atual nordeste brasileiro era instrumental para o desencadeamento de movimentos populacionais, uma vez que o monopólio da terra e o atraso da região permitiriam a existência de fatores de expulsão de excedentes populacionais que seriam absorvidos pelas regiões dinâmicas ou por aquelas que estavam se integrando aos processos expansionistas. Tal aspecto ficará mais evidente quando tratarmos das medidas destinadas a padronizar as relações sociais – e o papel dos deslocamentos populacionais neste processo - como forma de construção da nacionalidade.

Assim, a utilização dos deslocamentos populacionais como forma de construção da nacionalidade, por meio da superação da situação de atraso e de abandono do trabalhador do campo, localizado além das fronteiras econômicas, e das características autônomas e localistas, possibilitadas pelas grandes propriedades rurais improdutivas ou subaproveitadas economicamente, estabelecem um forte ponto de contato com a necessidade de se padronizar as relações sociais no país.

¹²¹ citação extraída de LENHARO, Alcir. op. cit., p. 108

¹²² Ver FONSECA, Pedro César Dutra. op. cit., p. 236.

Tudo demonstra que a defesa de povoamento do interior do país, por meio da pequena propriedade, ordenada e supervisionada pelo Estado, era um projeto de expansão do mercado para o interior do país, que incorporava o objetivo de padronização das relações de produção, já que a anexação das regiões de sertão à fronteira econômica desencadearia o surgimento de novas frentes pioneiras. Dessa forma, a ação colonizadora estatal teria como função a introdução de novas regiões aos processos econômicos, transformando os trabalhadores e pequenos proprietários em produtores e consumidores de mercadorias.

Até então, o Oeste caracterizava-se por ser, em sua maioria, uma zona de expansão, ou seja, seu sujeito típico era o posseiro. Elemento que poderia ser fruto dos excedentes populacionais que haviam se originado na faixa situada aquém da fronteira econômica e que poderia, também, eventualmente, produzir excedentes. Contudo, o que caracterizava a região oeste como uma frente de expansão é o fato de que as relações sociais não se encontravam determinadas pela produção para o mercado, a apropriação da terra não se fazia como empreendimento econômico. Seria um caso de uso privado de terras devolutas, mas que não se relacionava em termos de mercado com a economia nacional.

Era necessário transformá-la em uma frente pioneira, numa região em que a posse da terra fosse substituída pela propriedade privada da mesma e em que a terra fosse comprada, obrigando o pequeno proprietário a dispor de sua produção no mercado. A aquisição de um lote significaria o estabelecimento de um empreendimento econômico.

“O ponto chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada [...] A Terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza”¹²³.

Embora com base na pequena propriedade de trabalho familiar, a anexação capitalista por meio da colonização do oeste, realizar-se-ia na medida em que a produção fosse voltada ao mercado. Como tal região não era fruto de um processo “espontâneo” de inversão do capital privado, como a que ocorria com a experiência coetânea de colonização no Norte do Paraná, a ocupação dessa região deveria ser fruto da ação estatal. O Estado deveria organizar uma política migratória que fosse controlada, centralizada e planificada por ele, como dizia Beneval de Oliveira, em artigo para a revista Cultura Política:

“Enfraquecido pelas endemias, o nosso caboclo não tem disposição para o trabalho e, desajustado, fracassa em qualquer iniciativa que toma. Impõe-se,

¹²³ MARTINS, José de Souza. Op. cit., p. 47.

*portanto, a adoção sistemática de uma política imigratória e colonizadora, econômica e financeira; sanitária e educativa”*¹²⁴.

A preocupação em se introduzir relações sociais de caráter capitalista na região por meio de sua integração ao mercado, deveria ser objeto da ação estatal a partir do impulso modernizador possibilitado pelo desenvolvimento industrial que ocorria em São Paulo. Ainda que se vislumbrasse uma outra possibilidade de desenvolvimento futuro para a região a ser anexada aos circuitos econômicos, entendia-se que, num primeiro momento, a região deveria ser introduzida no capitalismo como uma região subordinada ao centro dinâmico da economia nacional, ou seja, São Paulo.

Tal entendimento evidencia que se pretendia criar um mercado integrado no Brasil, porém, com diferentes especializações produtivas entre regiões, estabelecendo uma divisão interna do trabalho entre regiões que deveriam se comportar com produtoras de matérias primas e gêneros de agrícolas de abastecimento às populações urbanas e regiões produtoras de manufaturados.

Portanto, a integração do interior ao mercado e à economia nacional se daria, num primeiro momento, com a sua satelitização ao centro dinâmico da economia nacional que se localizava nas regiões de rápida industrialização. A ocupação do interior deveria torná-lo numa região que favorecesse a acumulação de capitais que ocorria de maneira concentrada. Mais uma vez, a idéia de imperialismo interno ganha forte significação, daí a necessidade de seu povoamento e de sua “conquista capitalista”. Vargas parece expressar isto com bastante clareza:

“As nações novas, formadas pela expansão colonizadora, apresentam, entre os fenômenos específicos do seu crescimento, a mobilidade de fronteiras. Não coincidem, nos primórdios da formação, as linhas de demarcação política e a extensão de apropriação econômica. Dessa diferenciação decorre a existência da fronteira móvel, que traduz a expansão do território integrado nos sistema nacional de produção dentro da área política.

O Brasil é, na atualidade, um dos países em que se registra o fato, e, por isso mesmo, a sua expansão tem um caráter puramente interno, como processo de dar substância econômica ao corpo político e fazer coincidirem as duas fronteiras. Antes dessa integração necessária, todo o país sofre uma fragmentação nítida em que as etapas do desenvolvimento econômico são assinaladas de modo evidente. Uma faixa é agente e sujeito da economia nacional; a outra é, apenas, objeto servindo como mercado de consumo de manufaturas, em troca de matérias primas ou produtos extrativos. Naturalmente, a consequência mais imediata do fato é que uma parte dos brasileiros vive em condições de vida peculiares à fase colonial, enquanto a outra mostra uma evolução econômica acelerada. Exemplos exatos dos dois tipos encontramos nas unidades federais de São Paulo e Mato Grosso. O Brasil mostra, assim, dentro das suas divisas, regiões metropolitanas e regiões coloniais. O imperialismo brasileiro consiste, portanto, na expansão demográfica e econômica

¹²⁴ OLIVEIRA, Beneval. **As populações brasileiras e seus movimentos**. In **Cultura Política**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda. Ano 3, Número 33, outubro de 1943, p. 73.

dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país. Com as imensas reservas territoriais que dispomos, será possível formar um grande mercado unitário, de capacidade bastante para absorver a produção das zonas industrializadas e desenvolver a industrialização das zonas de recente ocupação”
125.

Nesse sentido pode se entender, também, porque a necessidade da padronização das relações sociais, como forma de construir uma nacionalidade brasileira, não passava por um questionamento incisivo aos latifúndios. A existência de latifúndios seria um fator de geração e de expulsão de excedentes populacionais, uma vez que a superpopulação e o desemprego no campo não seriam resultados de uma excessiva densidade demográfica, mas da distribuição desigual da terra e do constante processo de concentração de sua propriedade. Tal situação era muito mais explícita no Nordeste, onde o papel do latifúndio como gerador de excedentes populacionais e como fator de expulsão dos mesmos, seria amplificado pelas condições naturais de uma região constantemente ameaçada pelas secas e pelo secular processo de estagnação econômica de seus complexos econômicos regionais.

Já são clássicas as análises de Celso Furtado sobre o complexo econômico açucareiro nordestino que, após um período de mais de um século de crescimento econômico extensivo, entrou em situação de letargia após sua crise em finais do século XVII¹²⁶. Nessa longa crise, o complexo açucareiro, por se sustentar no latifúndio e no trabalho escravo e por ter desenvolvido a pecuária como uma atividade acessória de baixa produtividade em sua periferia pôde se manter mesmo com uma redução brutal em sua capacidade de geração de renda, sem desencadear uma crise de consequências socialmente explosivas. O preço a pagar por isso foi uma involução a uma situação econômica próxima à da economia de subsistência, só superada em momentos limitados de prosperidade do açúcar no mercado internacional e à constituição de uma sociedade de fortes características tradicionais, na qual a definição de riqueza dependia muito mais da propriedade imobiliária e do status do que de valores monetários. A racionalidade econômica e a impessoalidade cediam espaços para relações personificadas e estabelecidas de longa data e, assim, uma possível mobilidade social vinculava-se mais às trocas de favores do que ao mérito pessoal.

Mesmo nas regiões não subordinadas ao complexo açucareiro, os problemas de subsistência do pequeno proprietário também foram historicamente se avolumando. As sucessivas partilhas familiares que resultaram em minifúndios economicamente impraticáveis,

¹²⁵ VARGAS, Getúlio. Entrevista à imprensa a 19 de fevereiro e 22 de abril de 1938. In Diretrizes...op. cit., p. 125.

¹²⁶ FURTADO, Celso. op. cit., capítulos VIII a XII.

mesmo em regime de subsistência, aliadas às dificuldades de acesso a cursos d'água, causadas por essas partilhas, tornaram-se fatores de expulsão de pequenos proprietários, de sua vinculação política e social aos latifundiários e de concentração agrária.

Essa tendência plurissecular da economia nordestina, associada ao processo de desarticulação de seus complexos econômicos regionais e à maior facilidade de comunicação, alcançadas pelo desenvolvimento das ferrovias, fizeram do nordeste uma região com alto potencial de oferta de mão-de-obra migrante.

O governo, ao não intervir na estrutura tradicional da economia e sociedades nordestinas e ao sustentar a sua produção de açúcar, ao mesmo tempo em que não gerou descontentamentos entre os seus grupos dominantes, estabeleceu, também, uma relação de complementaridade entre o “arcaico” e o “moderno”¹²⁷. Possibilitou, por meio dessa combinação de graus e ritmos desiguais de desenvolvimento, que o nordeste cumprisse a função de fornecedor de uma abundante força de trabalho que poderia atender às exigências migratórias das regiões necessitadas de trabalhadores. Esse é o caso do Oeste, pois:

*“Entre os setores da população que seriam direcionados para a política do povoamento estavam trabalhadores pobres, flagelados, retirantes das secas e ex-reservistas, que seriam direcionados para as grandes áreas de assentamento agrícolas, expandindo as fronteiras internas”*¹²⁸.

O que leva alguns autores a apontar que, desse modo, a ocupação do interior, via a idéia de fronteira em expansão, fora “a garantia da perversa aliança entre a burguesia industrial e o latifúndio”¹²⁹.

Isso porque, a ocupação das áreas vazias do interior brasileiro, por um novo tipo de trabalhador rural, produtor e consumidor de mercadorias, originário das áreas historicamente estagnadas e que possibilitavam a geração de excedentes populacionais, estabeleceu relações de complementaridade entre as regiões brasileiras, sustentadas nos ritmos e nos graus diferentes de desenvolvimento econômico.

Assim, se por um lado, a construção da nacionalidade brasileira, do ponto de vista cultural, pensava na homogeneização da identidade nacional, procurando preservar e valorizar

¹²⁷ O aprofundamento dessa questão pode ser encontrado em OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹²⁸ BESCOW, Gabriela Carames. **A construção do homem rural: intelectualidade e diagnósticos sobre a a nacionalidade brasileira**. Disponível em www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/Gabriela_Beskow.pdf ., p. 10. Acessado em 15/01/2007, 15:30 h.

¹²⁹ SILVA, José Graziano. *A modernização dolorosa - Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Extraído de BESCOW, Gabriela Carames. op. cit., p. 9.

as diferentes características culturais de cada região, por outro lado, a construção da nacionalidade pelo viés econômico, também visava à integração do mercado nacional e a criação de nexos entre as diferentes regiões, para isso, também era necessária, combinação das especificidades das diferentes regiões e a combinação de suas desigualdades de desenvolvimento. A região “sujeito” deveria comandar as articulações econômicas, contando com a colaboração das regiões “objeto”, tais quais as mesmas aparecem no discurso de Vargas acima citado.

2.2 erradicação do perigo estrangeiro.

A existência de espaços poucos povoados e desarticulados da vida econômica nacional, com a conseqüente necessidade de seu povoamento, como forma de manter a integridade do território nacional e de favorecer a construção da nacionalidade, aponta, ainda, para uma forte preocupação que também esteve presente na definição dos elementos constituintes de uma política relativa aos deslocamentos populacionais: a preocupação com o perigo estrangeiro e a necessidade de sua neutralização. Tal preocupação tem origem numa avaliação crítica da política imigrantista levada a cabo pelo regime anterior ao instituído pela Revolução de 1930.

A política imigrantista anterior era considerada um fator de estímulo à fragmentação territorial brasileira, pois, havia privilegiado o imigrante estrangeiro. Este havia sido elemento prioritário da ocupação e povoamento de partes importantes do território nacional e de composição da força de trabalho nas regiões mais dinâmicas da economia nacional. O isolamento e a presença numericamente majoritária de estrangeiros em algumas áreas favoreceram a constituição de núcleos homogêneos de imigrantes que não se ligaram à sociedade brasileira e, por isso, preservaram seus costumes, a utilização do idioma estrangeiro e permaneceram profundamente ligados economicamente aos seus países de origem por meio do consumo de produtos e pelas remessas em dinheiro. Tal situação era agravada pelo caráter exportador da economia brasileira que não integrava o mercado e impedia a criação de vínculos consistentes entre as diferentes regiões do país e favorecia, ainda, o liberalismo econômico e político. Tais críticas às práticas migratórias anteriores a 1930 é bastante perceptível em Vargas:

“Há noventa anos passados chegava no vale do Itajaí a primeira colônia dos povoadores alemães. Decerto, no meio de imensas florestas, foram deixados ao abandono. Abateram a mata, lavraram a terra, lançaram a semente, construíram suas casas, formaram as lavouras e ergueram o edifício de sua prosperidade. Dir-se-á que custaram muito a assimilar-se à sociedade nacional, a falar a nossa língua. Mas a culpa não foi deles, a culpa foi dos governos que os deixaram

isolados na mata, em grandes núcleos sem comunicações. Aquilo que os colonos de então pediam era o binômio de cuja resultante deveria sair a sua prosperidade. Só pediam duas coisas: escolas e estradas, estradas e escolas. No entanto, a população que prosperava isolada, devido somente ao seu próprio esforço, só tinha uma impressão de existência do governo. Era quando este se aproximava dela como algoz para cobrar-lhes impostos, ou como mendigo, para solicitar-lhes o voto. O governo que se aproximava somente quando precisava dos votos perdia a respeitabilidade, porque vivia de transigências. E à troca desses votos, não vacilava em desprezar os próprios interesses da nacionalidade”¹³⁰.

O isolamento do imigrante estrangeiro em relação à sociedade brasileira havia, dessa forma, dado origem aos chamados enquistamentos étnicos. Segundo o entendimento do governo, de seus técnicos e de intelectuais comprometidos com o regime, esses espaços, refratários à vida nacional, desenvolviam e aprofundavam características autárquicas, comportando-se como corpos estranhos ao corpo social e econômico nacional.

Tal fato gerava situações problemáticas. Primeiro, porque os chamados enquistamentos étnicos, num contexto de fortes pressões expansionistas, por parte de algumas nações centrais, poderiam converter-se em elementos de apoio para que essa expansão se realizasse sobre o território nacional, o que, obviamente, implicaria em sua fragmentação. Isso adquire grande importância se lembrarmos que esses imigrantes, concentrados, sobretudo, no sul e sudeste do país, possuíam a nacionalidade, ou descendência, de Estados nacionais que, no momento, apresentavam fortes tendências expansionistas e desenvolviam conquistas territoriais externas - casos da Alemanha, Itália e Japão - e que esses Estados procuravam organizar e instrumentalizar tais imigrantes na defesa de seus interesses¹³¹. Além disso, a manutenção dos hábitos de consumo dos países de origem fazia dos núcleos homogêneos de imigrantes um mercado cativo para as exportações desses países, transformando-os em agentes difusores do consumo de produtos importados¹³².

A presença de colônias homogêneas ameaçava, portanto, a integridade territorial do país, a unificação do seu mercado e a construção de uma nacionalidade brasileira, na medida em que se comportavam como enclaves estrangeiros, refratários à cultura e aos produtos nacionais, onde ocorria o iminente perigo do expansionismo externo. A presença estrangeira e a sua resistência à integração à sociedade brasileira haviam se transformado num obstáculo à

¹³⁰ VARGAS, Getúlio. Relatório da comissão de nacionalização ao Ministro Capanema. Outubro de 1940. Arquivo Lourenço Filho, FGV / CPDOC, p. 6. citação extraída de SCHWARTZMAN, p. 157/158

¹³¹ Ver NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. op. cit., p. 31.

¹³² Esse foi, inclusive, um dos motivos que animaram a formulação e a implementação, na segunda metade do século XIX e início do século XX, de uma verdadeira política de transferência populacional por parte de alguns países europeus, como a Itália e a Alemanha. Ver IANNI, Constantino. **Homens Sem Paz**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, cap. 1 e NASCIMENTO, Benedicto Heloiz, op. cit, p. 27/ 30

realização do imperialismo interno brasileiro, tornando estrangeiras partes significativas do território nacional.

Assim, no contexto das décadas de 1930/1940, a visão dominante em relação ao imigrante estrangeiro, que anteriormente era positiva, passou a ser negativa. De elementos prioritários para o povoamento do território e para a formação da força de trabalho, passaram a ser encarados com desconfiança e considerados como assunto de segurança nacional. Portanto, a política em relação a eles necessitava ser modificada, principalmente no que se referia à sua utilização em políticas colonizadoras. O posicionamento de técnicos da Secretaria da Agricultura de São Paulo é bastante evidente em relação a esse assunto:

*“A antiga colonização oficial do Estado, que facilitava a predominância de determinadas nacionalidades [...] necessitava ser completamente modificada evitando-se que núcleos oficiais se constituíssem em organismos à parte da comunidade paulista. Isolavam-se. Representavam um verdadeiro prolongamento das pátrias de origem dos colonos estrangeiros, predominantes. A pequena assistência prestada pelo Estado não conseguia enfraquecer os vigorosos vínculos sentimentais que continuavam a prendê-los à terra natal, facilitando a formação dos quistos raciais. A colonização familiar veio corrigir essas falhas. Ela procura criar, em torno do colono estrangeiro, um ambiente que, tanto quanto possível, o ensine viver à maneira brasileira. [...] É mister integrar o quanto antes à vida nacional”*¹³³.

Dentre as diferentes nacionalidades situadas no Brasil, a maior preocupação ocorria em relação aos imigrantes alemães, apesar do intenso intercâmbio comercial estabelecido entre os governos desses dois países¹³⁴. Além da importante presença da propaganda e da agitação nazista entre os imigrantes, e descendentes, radicados no Brasil, essa preocupação decorria da avaliação, feita pelo exército e por outros membros do governo, de que o expansionismo alemão era bastante agressivo. Tal avaliação estava embasada numa concepção de nacionalismo expressa pelo pangermanismo, que defendia a idéia de que a manutenção da lealdade e da tradição germânica, por nacionais alemães, em qualquer parte do planeta, era a forma de tornar também alemão os espaços por eles habitados.

*“Se o sentimento de nacionalidade ganha prioridade sobre o interesse de Estado, ele pode se desprender de barreiras territoriais, unificando em torno desse ideário as populações dispersas em outras regiões que não pertencem ao país de origem. Esse movimento de unificação funciona ao mesmo tempo como elo de ligação e expansão do sentimento nacionalista nas mais distantes regiões do globo. [...] o que permitia a permanência da nacionalidade qualquer que fosse a contingência histórica. Desta forma, manter uma tradição comunitária e cultural germânica fora da Alemanha era mais do que simplesmente conservar hábitos e valores culturais; era a forma de tornar alemão o espaço ocupado por esses grupos”*¹³⁵.

¹³³ Processo da Secretaria da Agricultura número 6866 de 24/5/1938. Citação extraída de PAIVA, Odair da Cruz. P, 41.

¹³⁴ No ano de 1938, a Alemanha se colocou como o primeiro lugar no comércio internacional brasileiro.

¹³⁵ SCHWARTZMAN, Simon et al. op. cit., p. 168.

Embora o temor em relação aos alemães fosse o mais disseminado, havia também avaliações negativas contra a imigração japonesa considerada de difícil assimilação. Os japoneses, segundo interpretações correntes, apresentavam hábitos completamente distantes dos brasileiros. Devido à sua cultura oriental e à sua disciplina, mostravam-se avesso a uma maior abertura em relação à sociedade brasileira. Tal avaliação ganhava maior amplitude em virtude dos japoneses insistirem na utilização de livros produzidos no Japão na educação de seus descendentes e realizarem constantes embarques de membros de sua colônia para cursos no Japão¹³⁶. As características físicas dos japoneses, dominantes em casos raros de miscigenação, eram outros elementos considerados perigosos, pois ameaçavam a morfologia brasileira:

*“Não se deve aplicar o mesmo critério assimilador a asiáticos e europeus. Por maior que seja a nossa boa vontade, por mais profundo que seja o nosso instinto de cordialidade internacional, cumpre-nos defender os caracteres morfológicos do povo brasileiro, preservar as suas possibilidades de aproximação com os tipos europeus iniciadores, mantendo à parte os grupos asiáticos e impedindo o seu desenvolvimento. Destarte, o problema japonês fica desde logo definido como um problema de política imigratória. A nacionalização, neste caso, não deve significar assimilação étnica”*¹³⁷.

Os italianos, embora considerados, pela sua origem latina, muito mais próximos à cultura nacional e mais adaptáveis, também passaram a ser vistos com certa desconfiança. Tais desconfianças relacionam-se, basicamente, a alguns aspectos fundamentais. No sul do país, a utilização de imigrantes italianos, em finais do século XIX, em políticas de povoamento, e a sua concentração em núcleos homogêneos, havia dado origem a comunidades pouco permeáveis a uma integração com a sociedade brasileira. Simultaneamente, a grande presença numérica, como força de trabalho, nas regiões mais dinâmicas da economia nacional também havia permitido o surgimento de associações de caráter nacional italiano, tanto no campo quanto nas cidades¹³⁸. Por outro lado, a concentração numérica no mercado de trabalho urbano, principalmente em São Paulo, onde formaram um grande contingente dos operários e tiveram uma significativa participação em movimentações de caráter trabalhista, fez com que tais imigrantes fossem identificados, muitas vezes, como adeptos de visões revolucionárias e anarquistas, ou seja, como elementos de ideologias de caráter revolucionário e internacionalista.

¹³⁶ SCHWARTZMAN, Simon et al. op. cit., p. 150

¹³⁷ . Relatório da comissão de nacionalização ao Ministro Capanema. Outubro de 1940. Arquivo Lourenço Filho, FGV / CPDOC, p. 6. citação extraída de SCHWARTZMAN, Simon et al. op. cit., p. 150

¹³⁸ Exemplo disso foi o famoso caso da obrigatoriedade, em 1942, da mudança de denominações de organizações esportivas cujo nome era “Palestra Itália”. Casos dos atuais clubes Palmeiras e Cruzeiro, em São Paulo e Belo Horizonte, respectivamente.

A presença de ideologias revolucionárias internacionalistas também passou a ser associada aos imigrantes oriundos do leste europeu, devido ao fato de que essa região passara por conflitos políticos e processos revolucionários recentes, nos quais o bolchevismo havia tido participação importante. Diante disso, os imigrantes estrangeiros, efetivamente, passaram a representar ameaças por expressarem duas grandes características que se antepunham à consolidação de um capitalismo brasileiro, construído pela integração do mercado nacional, inclusive o mercado de trabalho: por um lado, o nacionalismo exacerbado e a lealdade dos imigrantes aos seus países de origem; por outro, o internacionalismo, relacionado ao comunismo.

*“O imigrante tem de ser, entre nós, fator de progresso e não de desordem e desagregação. Somos coerentes. Assim como procuramos destruir os excessos de regionalistas e o partidarismo faccioso dos nacionais, com maior razão, temos de prevenir-nos contra a infiltração de elementos que possam transformar-se, fronteiras a dentro, em focos de dissensões ideológicas ou raciais”*¹³⁹.

Entretanto, a preocupação com os imigrantes de nacionalidade ou descendência, japonesa, italiana e, principalmente, alemã, a partir dos anos de 1930 e 1940, possuía, ainda, uma explicação menos aparente. O desenvolvimento histórico e a realidade contemporânea desses países apresentavam algumas semelhanças com o que ocorria com o Brasil no período, por isso, seus interesses, naquele momento, apresentavam contradições com o projeto brasileiro de desenvolvimento de capitalismo industrial de base nacional.

A Itália, o Japão e a Alemanha eram países centrais, que, no entanto, alcançaram o desenvolvimento industrial de maneira retardatária. Isso impôs algumas características para os seus processos de desenvolvimento. Foram países que se desenvolveram rapidamente e a industrialização teve que contar com uma importante e decisiva participação do Estado. O caráter e o momento de seus processos de industrialização provocaram, também, um atraso na participação desses países nos processos de expansão colonial, ocorridos na segunda metade do século XIX, que foram liderados pela Inglaterra e, em menor escala, pela França.

Ao mesmo tempo, esses países possuíam um grande excedente populacional, que não podiam ser absorvidos pelas conquistas coloniais. Como possuíam extensões territoriais medianas, onde praticamente não existiam “vazios demográficos”, os excedentes populacionais também não puderam ser utilizados em processos internos de conquista, pois os seus territórios já estavam completamente integrados à atividade econômica.

¹³⁹ VARGAS, Getúlio. Entrevista à imprensa em 10 de novembro de 1938. In **Diretrizes...** op. cit., p. 292.

Assim, os excedentes populacionais transformaram-se em um contingente de trabalhadores a ser dirigido a países carentes de população e/ou força de trabalho. Por isso, esses países notabilizaram-se, no século XIX e início do século XX, por possuírem um alto potencial emigratório.

As necessidades de mercado para as suas indústrias, o grande potencial migratório e a prática intervencionista desses países, levaram à formulação de políticas de emigração que se comportassem como sucedâneas às colônias afro-asiáticas. Para tal, a formação de colônias nacionais homogêneas em países receptores de imigrantes passou a ser considerada como a possibilidade de construção de uma nova modalidade de colonização, diferente da que era assegurada pela ocupação militar dos países europeus na África e na Ásia. Ou seja, trabalhando em outros países, esses emigrantes poderiam ter acesso a uma determinada renda; preservando suas características culturais e seus hábitos de consumo, transformar-se-iam em consumidores cativos de mercadorias de seus países de origem e por manterem ligações e parte da família em seus países de origem, remeteriam, ainda, renda que ajudaria a irrigar a sua economia nacional. A emigração, portanto, permitiria que esse excedente populacional se convertesse em elementos nacionais economicamente ativos em outras partes do mundo,

De fato, a emigração estimulada para países americanos como o Brasil, a Argentina e os EUA, principalmente, passou a ser parte importante das políticas econômica, externa e comercial desses países, substituindo, muitas vezes com vantagens, as colônias militares, inglesas, francesas e belgas na Ásia e África.

Isso demonstra que a utilização de imigrantes como fator de desenvolvimento econômico e industrial não era novidade na política externas desses países. Entretanto, tal situação tornar-se-ia mais contundente no período pós-Primeira Grande Guerra. A derrota alemã e a não colheita dos frutos da vitória, por parte da Itália, fomentou o desenvolvimento, nesses países de forças políticas e de ideologias que defendiam a retomada de políticas fortemente nacionalistas e expansionistas, conduzidas pelo Estado, como forma de recuperação do atraso na disputa pela liderança no mundo. Isso foi utilizado primeiramente na Itália, com a ascensão do fascismo, já na década de 1920.

A grande crise iniciada em 1929, cuja eclosão foi bastante associada ao Liberalismo, aprofundou tais concepções e culminou, na Alemanha, com a ascensão do nazismo. Assim, no início da década de 1930, houve um novo acirramento dos conflitos interimperialistas, com a emergência e a consolidação de regimes antiliberais, nacionalistas, expansionistas e militaristas que pregavam abertamente a expansão territorial como forma de ampliar as suas

áreas de influência e com isso conquistar a liderança internacional. Exemplos disso podem ser encontrados na disposição italiana de alcançar possessões na África e na disposição alemã de reconquistar o seu espaço vital na Europa. O Japão, por seu turno, também apontava para avanços no sudeste asiático e no Pacífico.

É verdade que houve uma diminuição no número de imigrantes oriundos desses países na década de 1930¹⁴⁰. Entretanto, de acordo com a avaliação do governo brasileiro tal situação não eliminou o interesse em se continuar utilizando os imigrantes como possibilidade de construção de espaços políticos e econômicos extraterritoriais. Pelo contrário, avaliava-se que o novo contexto havia redimensionado tal prática dando-lhe um novo caráter, quiçá, mais agressivo. Segundo o governo brasileiro, os imigrantes, e seus descendentes, passaram, então, a ser potencialmente encarados, pelos governos desses países, como potenciais instrumentos de expansão sobre o território brasileiro. Tal situação se tornou muito mais preocupante quando se observou a inevitabilidade do conflito mundial, o estabelecimento de alianças entre esses países e se tornaram mais evidentes com as notícias sobre um projeto nazista de se criar uma Alemanha Antártica, a partir das colônias do sul do Brasil.

Assim, se por um lado as experiências italiana, alemã e japonesa, em procurar encaminhar e aprofundar os seus processos de desenvolvimento industrial por meio da intervenção estatal e da utilização de deslocamentos populacionais, como forma de anexar territórios e ampliar o mercado de suas indústrias nacionais, serviram de modelo e inspiração ao governo brasileiro no pós 1930, as agressivas políticas expansionistas, procurando ampliar as suas áreas influência, na tentativa de conquistar a liderança no planeta, numa conjuntura internacional de crise econômica e de acirramento das disputas interimperialistas, provocaram enormes receios nas autoridades brasileiras.

É possível, então, afirmar que as experiências desses países, apresentaram-se ao Brasil, ao mesmo tempo, como modelo e como limite. A ênfase no caráter antiliberal, autoritário, expansionista e nacionalista foi reinterpretada, ligando-se à idéia da necessidade de conquistas e de ampliações do território como forma de ampliar, também, o mercado para a sua produção industrial. Num país, como o Brasil, de vastos territórios intocados, tais práticas foram interpretadas como necessidade de se conquistar e integrar esses espaços à atividade econômica por meio de conquistas e colonizações internas. Entretanto, a possibilidade latente de que o expansionismo desses países se desse com base no território brasileiro, a partir das

¹⁴⁰ Essa diminuição era muito maior entre os imigrantes italianos e menos evidente em relação aos imigrantes alemães.

colônias aqui instaladas, que possuíam um histórico de lealdade nacional aos seus países de origem, justificavam a adoção de medidas voltadas a estabelecer um forte controle sobre os estrangeiros.

Uma ação expansionista estrangeira, principalmente, por meio de um avanço do Estado alemão que se constituía em um importante parceiro econômico e comercial do Brasil, era constantemente aventada, em meados da década de 1930. A afirmação abaixo, embora deliberadamente alarmista por ter sido feita em uma publicação americana, não deixa dúvidas em relação a isso:

“O que ela (a Alemanha) cobiça é a imensa riqueza natural brasileira. A sua posse resolveria completamente todos os problemas que a sua política de militarismo econômico origina. A conquista por assalto não seria uma política prática, mas o domínio efetivo dos recursos brasileiros poderia ser obtido infiltrando-se no Brasil como um “aliado ideológico”, para, por essa forma, converter o Brasil num vassalo econômico e político da Alemanha. As possibilidades econômicas brasileiras são tão ilimitadas que o domínio delas pela Alemanha significaria uma realização rápida do objetivo expansionista da hegemonia germânica através do mundo. Em resumo, este é o escopo das ambições germânicas no Brasil”¹⁴¹.

Assim, a prática e a ideologia nazi-fascistas, também, eram consideradas, tais como o bolchevismo, como concepções internacionalistas, estranhas à realidade nacional e que, por isso, ameaçavam a construção de um projeto de desenvolvimento capitalista nacionalista no Brasil.

Era inconcebível, por isso, que os imigrantes estrangeiros continuassem a ter o papel ativo e preponderante que haviam tido até então nos movimentos migratórios no Brasil. Era temeroso que os mesmos continuassem a ser o elemento numericamente preponderante nos processos de conquista e de colonização das novas áreas que seriam integradas ao mercado nacional, pois isso implicava um possível favorecimento ao expansionismo externo e, portanto, em riscos à integridade territorial brasileira.

Era temeroso, também, que continuassem a ter forte peso sobre o proletariado urbano, uma vez que, embora ainda pequena, a combatividade operária era atribuída à sua contaminação por ideologias estranhas como o bolchevismo e o anarquismo, personificadas nos estrangeiros. Essa questão adquire maior importância se lembrarmos que, no momento que nos ocupa, a formação de um mercado de trabalho urbano, abundante, que não exercesse pressões sobre a taxa de salários, também se colocava como adequada e fundamental para o desenvolvimento. Não é de se estranhar, portanto, que se pensasse em substituir, na formação

¹⁴¹ HANLOCH, Ernesto. In: **Arquivo Gustavo Capanema, 18 de maio de 1939**, p. 6 e 7. Pasta I-11, série g. citação extraída de SCHWARTZMAN, Simon et al. op. cit., p. 169

desse mercado de trabalho urbano, os trabalhadores estrangeiros por trabalhadores nacionais, oriundos do interior, sem problemas de adaptação à sociedade nacional, além de menos organizados politicamente e sem controle de firmas ou autoridades estrangeiras.

Era necessário, portanto, diluir a influência estrangeira sobre a sociedade e, assim, diminuir os riscos de sua presença em solo brasileiro. Isso conduz a um outro elemento constituinte da política relativa aos deslocamentos populacionais: a valorização do trabalhador nacional nos processos de deslocamento populacional. Essa valorização se deu tanto nos movimentos que tinham o sentido campo-campo, quanto nos que tinham o sentido campo-cidade. Entretanto, como esses deslocamentos populacionais visavam à integração do espaço brasileiro e o trabalhador brasileiro era um trabalhador a ser construído, tornava-se interessante aproveitar a disciplina demonstrada pelos estrangeiros. Tal visão levou o governo a adotar de programas de assimilação e controle dos imigrantes, simultaneamente a um processo de educação e disciplinamento do trabalhador brasileiro.

2.3 A valorização do trabalhador nacional nos processos de deslocamento populacional.

O que foi desenvolvido no item anterior explica a preocupação existente em relação aos estrangeiros, que no modelo econômico anterior, primário-exportador, haviam sido os elementos privilegiados nas áreas dinâmicas da economia e daquelas que a elas se articularam em virtude do avanço das frentes pioneiras, e porque se passou a valorizar o trabalhador nacional.

Essa opção pelo trabalhador nacional é compreensível por uma série de elementos apontados anteriormente, além da preocupação em se manter a integridade territorial brasileira, de se construir a nacionalidade e de se afastar o perigo estrangeiro, a valorização do trabalhador nacional nos processos relativos aos deslocamentos populacionais também se relaciona com o modelo de sociedade que se procurava alcançar naquele momento e o tipo de Estado que deveria dirigir esse processo.

Já comentamos bastante acerca da relação entre os deslocamentos populacionais e da importância que lhes fora atribuída como forma de se modernizar o país. Modernização essa, muitas vezes, utilizada como eufemismo para a industrialização. Também já se comentou que esse processo, para ser encaminhado, necessitava de um rompimento com as práticas econômicas liberais e precisava ser encaminhado por um Estado interventor.

A emergência desse Estado de novo tipo no Brasil foi fortemente influenciado por concepções teóricas que, originárias de uma vertente do modernismo, eram encampadas por

vários pensadores conhecidos como “capitalistas autoritários”. Esses pensadores, embora com diferentes influências e nuances, concordavam com o fortalecimento do Estado Nacional, com a eliminação dos poderes locais e com a supremacia do executivo frente aos outros poderes, o que, por sua vez, fazia com que também defendessem a adoção de medidas técnicas em substituição às medidas políticas, uma vez que essas expressariam interesses de parcelas da sociedade e não da sociedade como um todo¹⁴². Assumiam a defesa da ordem capitalista, como se observa no trecho abaixo:

*“A crítica era ao tipo de desenvolvimento capitalista anterior a 1930, à sua sustentação política e à sua ideologia, mas não às instituições básicas do capitalismo enquanto tal. Como afirma Eli Diniz “não há antagonismo entre o antiliberalismo radical, expresso por esses autores, e o apoio aos aspectos básicos da ordem capitalista. Ao contrário, existe uma aceitação dos pressupostos do funcionamento do sistema burguês”. Mostra ainda Diniz a convergência entre o pensamento autoritário e os interesses da burguesia industrial da época, principalmente no que tange à integração do mercado interno, obstada pela autonomia tributária e administrativa estadual assegurada pela constituição de 1891”*¹⁴³.

Em suma, em oposição ao capitalismo individualista preconizado pelo liberalismo, uniam-se atributos na defesa de um coletivismo capitalista, muito próximo das visões de um organicismo social, no qual a sociedade deveria se caracterizar, tal qual um corpo social, pela unidade e indivisibilidade, pela hierarquia e pela harmonia social. Os referidos atributos para se realizarem e possibilitarem o encaminhamento ao progresso e ao desenvolvimento, necessitavam da ação construtora do Estado. É preciso reafirmar que Vargas, devido à sua origem política e intelectual no Positivismo gaúcho, possuía visão de mundo bastante próxima a essa.

Nesse sentido, o ponto de união entre os diferentes indivíduos e grupos sociais seria a Nação, como afirmava Azevedo Amaral: *“no organismo social todos os indivíduos e grupos sociais estão integrados com ele como parte integrante que são da coletividade nacional”*¹⁴⁴. Assim, a difusão da ideologia nacionalista era o fator que tornaria possível chamar a harmonia e a unidade social em prol do desenvolvimento, afastando todo tipo de concepções e práticas que enfatizassem a divisão e a luta entre os diferentes segmentos sociais.

Isso é um outro fator que nos leva à compreensão da valorização do trabalhador brasileiro como agente prioritário dos deslocamentos populacionais. Justamente por não estar pronto e necessitar ser construído, esse trabalhador era considerado como não contaminado

¹⁴² ver FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. op. cit., p. 191

¹⁴³ FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. op. cit., p. 192

¹⁴⁴ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e realidade nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p. 285

por influências alienígenas e dissolventes da nacionalidade, como eram os casos da elite política exportadora e das lideranças trabalhistas estrangeiras, contaminadas por elementos internacionalistas como o liberalismo, o bolchevismo e o anarquismo, respectivamente. Não era também um trabalhador que poderia se converter em quinta coluna ao avanço estrangeiro, tanto em seu aspecto cultural quanto, efetivamente, físico.

Ora, se os movimentos populacionais, ao integrarem o mercado brasileiro, inclusive o mercado de trabalho, eram entendidos como um dos fatores da construção nacional, eram entendidos, também, como fatores de construção de um trabalhador brasileiro de novo tipo. Pretendia-se, também, a partir da ação disciplinadora do Estado, construir e moldar um trabalhador nacional que pudesse ser incorporado aos esforços de construção nacional e de preservação da ordem e da harmonia social. O Estado, dessa forma, emergiria como construtor de novo trabalhador nacional, adequado às novas necessidades, tanto em sua vertente rural com em sua vertente urbana. É a isso que Vargas já se referia, quando do lançamento da Aliança Liberal:

“Tanto o proletário urbano como o rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades. Tais medidas devem compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, o salário e, até, o recreio, como os desportos e a cultura artística. É tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico-industriais, da higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operárias, aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, cooperativas de consumo, etc.”¹⁴⁵.

Dessa forma, a opção pelo trabalhador nacional deveu-se, entre outros fatores, justamente por que esse novo trabalhador seria aquele que contribuiria para a formação de um coletivismo solidário, orgânico. O rompimento com o liberalismo, mas não com o capitalismo, levava à necessidade de construção de uma sociedade baseada nos princípios da colaboração e da solidariedade de classes.

“As leis de amparo às classes trabalhadoras e de satisfação de suas justas reivindicações refletem o sentido superior de harmonia social, em que o Estado se coloca como supremo regulador e em que, sob sua égide, são mutuamente, assegurados os direitos e impostos os deveres nas relações entre as classes. O Estado não compreende, nem permite, antagonismos de classes nem explosões violentas de luta; para esse fim, criou órgãos reguladores que não só coordenam as relações, como dirimem divergências e conflitos entre as diferentes classes sociais.

[...] O programa de realizações levado a efeito, em matéria de trabalho e previdência, deve constituir, para nós, motivo de justo orgulho, pelos resultados já obtidos na sua execução. Nesse programa, não se limitou o Estado Novo a desenvolver a política de proteção social, em boa hora iniciada em 1930. Ampliando as diretrizes anteriores, promove, deliberadamente, a valorização do trabalhador nacional, preocupando-se não somente com as questões jurídicas

¹⁴⁵ VARGAS, Getúlio. **Diretrizes**, op. cit. p 223/224

*inerentes ao contrato de trabalho, mas, sobretudo com os aspectos sociais e políticos do problema*¹⁴⁶.

Isso também vem demonstrar a estrita ligação do governo do período com os interesses da acumulação industrial. Tal aspecto fica ainda mais evidente em relação aos trabalhadores que se movimentavam no sentido dos centros urbanos, uma vez que esses poderiam ser introduzidos em uma forma de estrutura sindical, colaboracionista e diferente das anteriores que aplicavam o princípio das lutas de classes, que eram consideradas nocivas à unidade e ao organismo nacional.

Tais fatos seriam fundamentais para que a organização operária pudesse ser controlada e deixasse de representar uma ameaça ao desenvolvimento de um capitalismo industrial nacional. Isso associado ao processo de formação de um mercado urbano de trabalho super abundante representaria a possibilidade de rebaixamento da taxa de salários, fator altamente estimulante para o desenvolvimento da cumulação industrial.

Assim, aparecendo como construtor de um trabalhador nacional de novo tipo, o Estado criou terreno fértil para o surgimento de uma ideologia na qual o governo, principalmente, seu chefe, seriam os interlocutores diretos dos interesses dos trabalhadores junto às classes proprietárias. A legislação trabalhista apareceria, portanto, como uma forma de se acenar aos interesses dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que procurava controlá-los. Tal fato permitiu a emergência de uma nova forma de dominação baseada num forte personalismo, que se imbricou à dominação burocrática que se procurava imprimir aos assuntos de Estado, dando origem também ao que ficou conhecido como populismo. Assim, o populismo pode ser compreendido como uma forma de dominação constituída:

*“no contexto do processo de desenvolvimento das relações de produção capitalistas [...] nos países latino-americanos e, ao mesmo tempo, como uma modalidade particular de organização e desenvolvimento das relações e contradições de classe na América Latina”*¹⁴⁷.

Por outro lado, o trabalhador brasileiro, tanto o rural como o urbano, encontrava-se marcado por visões fortemente pejorativas e por fortes identidades negativas oriundas das seculares relações escravistas que haviam se desenvolvido no Brasil, precisava ser educado. Como já foi dito, em afirmações do próprio Vargas, era *“necessário incutir-lhes hábitos de disciplina e economia”*. Nesse sentido, os estrangeiros tinham com o que colaborar.

Do ponto de vista dos trabalhadores rurais, era necessário que, nas experiências colonizadoras, o trabalhador brasileiro também absorvesse o conhecimento e a disciplina dos

¹⁴⁶ VARGAS, Getúlio. **Diretrizes**, op. cit. p. 228/229

¹⁴⁷ IANNI, Octávio. **A formação do Estado populista na América Latina**. São Paulo: Ática, 1989, p. 9

estrangeiros, por isso, ao relatar uma experiência colonizadora que ocorria no sudoeste paulista, o Boletim do SIC afirmava:

*“O NCBA (Núcleo Colonial Barão de Antonina) é uma mostra inteligente e persuasiva de assimilação. A personalidade do colono não se anula ao contacto com o brasileiro. Ao contrário, o que se desejou no, NCBA, é que precisamente o colono estrangeiro não perca seus traços culturais, para que estes possam contribuir para melhorar o ambiente em que vive o nacional [...] o trabalhador brasileiro vivendo lado a lado de operários agrícolas estrangeiros, sabendo aproveitar e trabalhar melhor a terra, em pouco tempo é senhor de uma soma de conhecimentos agrícolas que o habilitarão a obter melhor compensação e rendimento de seu esforço”*¹⁴⁸.

Assim, a colonização oficial poderia se tornar o elemento de formação do trabalhador rural brasileiro, ordeiro e disciplinado, como dizia José Guimarães Duque:

*“O colono irrigante (sic) precisa ser moldado, trabalhado, formado nas minúcias de qualidades morais e nos conhecimentos técnicos para a nova vida. O posto deve ser a verdadeira escola profissional agrícola, o quartel da disciplina do trabalho e a igreja da formação espiritual capaz de transformar o elemento inútil – flagelado – em célula produtiva – colono irrigante”*¹⁴⁹.

As escolas profissionais, a ideologia do trabalho, o combate à malandragem e a introdução da carteira de trabalho seriam a versão urbana da formação desse novo trabalhador brasileiro.

2.4 A construção de um mercado Nacional de trabalho

Tudo leva a crer, também, que a opção pelo trabalhador brasileiro estivesse ligada à necessidade de se formar, decisivamente, um mercado de trabalho verdadeiramente nacional, não só possibilitando a circulação, mas também ampliando a oferta de trabalhadores nacionais para as regiões mais dinâmicas da economia. Trabalhadores que se dirigissem às áreas urbanas que passavam por acelerado processo de industrialização e que substituíssem outros de algumas regiões do interior paulista que estavam se transferindo para os centros urbanos e para algumas frentes pioneiras com as do norte do Paraná.

Os deslocamentos populacionais, tanto no rumo da capital paulista quanto da frente pioneira do norte do Paraná, contaram com importante participação de trabalhadores anteriormente estabelecidos no interior do Estado de São Paulo, principalmente os do antigo oeste (região situada no eixo Campinas – Ribeirão Preto).

Essas novas características dos movimentos migratórios indicavam a construção de uma nova relação de complementaridade entre as diferentes regiões do país, a partir de uma

¹⁴⁸ A colonização oficial em São Paulo e o Núcleo Colonial Barão de Antonina. In Boletim do SIC, São Paulo, outubro de 1940, p. 16.

¹⁴⁹ DUQUE, José Guimarães. O fomento da produção agrícola. In Boletim do IFOCS. Vol. II, n. 2, 1939.

combinação de seus diferentes graus e ritmos de desenvolvimento. As regiões mais dinâmicas da economia brasileira, estimuladas pela industrialização, ou pela nova marcha do café, passaram a atrair, com maior intensidade, contingentes populacionais de outras regiões do país, estagnadas ou menos dinâmicas¹⁵⁰.

Tal situação não deixou de ser uma novidade, já que no modelo anterior os movimentos migratórios para as regiões dinâmicas da economia brasileira, basearam-se, em sua maioria, na atração de imigrantes originários de países que passavam por processos rápidos de desenvolvimento. Este foi o caso de países como a Itália e o Japão, cujos imigrantes aqui chegaram em grande número, respectivamente, em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Isso demonstra que o mercado mundial de trabalho formou-se mais rapidamente que o mercado de trabalho no Brasil. A escassez de mão-de-obra nas áreas dinâmicas no processo de formação do capitalismo primário-exportador brasileiro pôde ser suprida com o excedente populacional estrangeiro.

Isso não se deveu à escassez populacional no Brasil, mas, sobretudo, ao fato de que a liberação da mão-de-obra brasileira, necessitaria de gastos e, até mesmo de esforços, muito maiores do que aquele necessário para o uso mão-de-obra disponível em outros países. A mão-de-obra nacional não se encontrava totalmente liberada, pois, além do fato do processo de abolição ter sido longo, lento e descontínuo, os homens livres pobres, não se encontravam totalmente disponíveis no mercado. Permaneciam vinculados à produção de subsistência ou atrelados aos grandes latifundiários¹⁵¹.

Dessa maneira, a sua arregimentação só poderia ser feita com o concurso dos grandes proprietários de terras das regiões estagnadas, o que, obviamente, não lhes era interessante, pois enfraqueceria os seus poderes políticos e sociais locais, ou por meio de problemas naturais, como a ocorrência de secas¹⁵². Além disso, outro fator que obstava a utilização dos trabalhadores nacionais na formação do mercado de trabalho era a sua dispersão espacial, que dificultava a sua arregimentação. Devemos lembrar as dificuldades de comunicação e as distâncias existentes entre as regiões do país

Essa situação começou a se modificar no período precedente, durante a década de 1920. A maior penetração da economia paulista em outras regiões do país acelerou o processo

¹⁵⁰ Ver MOTA, Antonio Carlos Casulari Roxo da. **Análise de fatores determinantes das migrações em São Paulo**. In: **Informe demográfico, no. 06**. São Paulo: Fundação SEADE, 1981.

¹⁵¹ Ver SZMRECSANYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 41-45

¹⁵² As secas do início da década de 1870 explicam a vinda de um razoável número de migrantes cearenses para a cafeicultura em São Paulo, no mesmo período.

de desestruturação de outros complexos econômicos, tornando mais elástica a oferta de mão-de-obra nacional. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento mais acelerado da economia paulista teve como resultado o maior incremento de seu sistema de transporte, se comparado ao de outras regiões do país. Assim, o desenvolvimento ferroviário vinculado à economia cafeeira, mesmo voltado à ligação de regiões produtoras com os portos, favoreceu o deslocamento de trabalhadores nacionais para São Paulo e para outras áreas que estavam se articulando ao seu desenvolvimento. De tal maneira que a utilização da ferrovia se revelou como uma importante alternativa de transporte de trabalhadores brasileiros no pós 1930¹⁵³.

É importante lembrar que as ferrovias tiveram importância significativa na integração de mercados e no desenvolvimento de concorrências inter-regionais que acabaram favorecendo o complexo econômico paulista em detrimento de outros complexos regionais. Assim, quando nos referimos à integração do mercado, a partir da década de 1930, não nos referimos apenas à sua face comercial, mas também ao mercado nacional de trabalho. Ou seja, a partir desse momento, esse mercado necessitaria ser cada vez mais integrado, para que a força de trabalho pudesse se reproduzir endogenamente, sem o necessário recurso a fontes externas e que esses trabalhadores estivessem disponíveis para serem utilizados nas áreas onde as novas atividades dinâmicas estivessem florescendo.

Até aqui estivemos comentando os princípios que estiveram na base da formação de uma política migratório no primeiro governo Vargas. As próximas seções procurarão verificar como esses princípios foram aplicados na prática.

¹⁵³ Ver PAIVA, Odair da Cruz, op. cit., p. 88

Parte III**POLÍTICAS MIGRATÓRIAS, DESENVOLVIMENTO E NOVO PADRÃO DE
ACUMULAÇÃO DE CAPITAL**

Seção 1

O processo de ampliação das tarefas e da intervenção do Estado sobre as políticas migratórias:

Por ter sido, por um lado, um país marcado, desde o início, como um território a ser conquistado, pois resultado de um processo colonização, “*uma área criada como economia complementar*” e “*como soma de fundos territoriais ao território português*” e, por outro lado, por ser um país que se encontra, ainda atualmente, em pleno processo de ocupação e conquistas internas¹⁵⁴, as questões relativas aos deslocamentos populacionais, como formas de ocupação populacional e de desenvolvimento de atividades produtivas, tiveram constante presença na História do Brasil.

Por ter herdado um vasto território de dimensões continentais, o Estado Nacional Brasileiro, logo no início de seu processo de formação, já se preocupava, por meio de iniciativas do Governo Imperial, em atrair populações para povoar determinadas regiões do país. Isso explica a política de atração de imigrantes para a região sul, particularmente de alemães, que foram estabelecidos na região do Vale dos Sinos, já a partir de 1824 até a década de 1870. Tal iniciativa, que repetia a experiência de atração de açorianos, na segunda metade do século XVIII, no período colonial, continuou com a fixação de italianos, oriundos da Província do Veneto, a partir da década de 1870, na região que ficou conhecida como Serra Gaúcha. Processo semelhante ocorreu, também, na Região de Nova Friburgo, atual Rio de Janeiro, onde imigrantes alemães se estabeleceram, a partir, também de 1824, seguindo a experiência de fixação de imigrantes suíços, em 1819. Houve, também, a criação de alguns núcleos coloniais já no ano de 1829¹⁵⁵. Posteriormente, tal experiência continuou com a criação, pelo governo imperial, de núcleos em outras regiões do país como os de Pariquera-Assu e Cananéia em São Paulo, no início da década de 1860. A política de atração de imigrantes e a criação de alguns núcleos coloniais, nesse momento, tinham como objetivos primordiais a ocupação territorial.

A preocupação com a atração de trabalhadores imigrantes, contudo, começa a ganhar dimensões diferentes a partir de 1850, quando se inicia, de forma mais evidente, o processo de transição do trabalho escravo para relações de trabalho formalmente livres¹⁵⁶. A partir desse

¹⁵⁴ Ver MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ideologias geográficas**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 94

¹⁵⁵ O exemplo dessa iniciativa na província de São Paulo é o Núcleo de Santo Amaro criado em 1829.

¹⁵⁶ Duas questões demonstram de maneira exemplar essa preocupação: a promulgação da lei de proibição do tráfico de escravos, a Lei Eusébio de Queiroz, logo seguida pela lei de Terras. Outras iniciativas, ocorridas no mesmo ano, também são vinculadas a essa problemática, tais como a Reestruturação da Guarda Nacional e a

momento, passou a fazer parte das preocupações a necessidade de se encontrar sucedâneos para a força de trabalho escravo nos complexos econômicos exportadores, mormente o cafeeiro, que iniciava a incorporação do Oeste Paulista onde o maior dinamismo econômico convivia com a maior carência de trabalhadores.

Já são bastante estudadas as tentativas de atração de trabalhadores imigrantes para essa região¹⁵⁷. Dentre essas tentativas, podemos citar desde iniciativas privadas, tais como a parceria, aplicada inicialmente pelo Senador Vergueiro, em 1847, antes mesmo, portanto, da lei de proibição do tráfico de escravos, passando pela instalação de colônias particulares, até iniciativas de caráter estatal, como o início da subvenção à imigração, inicialmente pela colonização oficial, a partir de 1870, a decisiva solução com a generalização do colonato e a criação da Hospedaria dos imigrantes, na segunda metade da década de 1880. O processo teve continuidade com a criação de núcleos coloniais voltados a favorecer o processo de acumulação cafeeira, principalmente a partir de sua primeira grande crise de superprodução, pós 1896¹⁵⁸.

Os processos acima descritos denotam que o Estado nunca esteve ausente das questões relativas ao deslocamento populacional, embora tivesse, em diferentes momentos e espaços, preocupações distintas. Inicialmente, as preocupações vinculavam-se à ocupação e povoamento de partes do território, principalmente das mais conflitantes no que concerne às disputas de limites nacionais como é o caso específico do Sul, depois se vinculou à problemática da mão-de-obra, já que no caso paulista, a busca da imigração só pode ser compreendida em sua relação com o desenvolvimento da economia cafeeira.

O que singulariza o período que nos ocupa em relação aos anteriores decorre de alguns fatores, como os abaixo discriminados:

1. O início da ocorrência objetiva de algumas modificações no padrão de deslocamentos populacionais que vigia desde finais do século XIX.;

2. A emergência e o paulatino processo de consolidação da preocupação em se utilizar dos movimentos migratórios como instrumentos importantes, embora acessórios, na

introdução do Código Comercial. Ver SCHWARCZ, Lília. **As barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 102.

¹⁵⁷ Dois textos bastante interessantes, pois detalhados em relação a essa questão são MARTINS, José de. **O cativo da terra**. 2 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981, 1ª. Parte, cap. II e SZMERCSANYI, Tamás. **Pequena História da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998, cap. 3.

¹⁵⁸ Ver GADELHA, Regina Maria D' Aquino Fonseca. **Os núcleos coloniais e a acumulação cafeeira (1895 - 1920):** contribuição ao estudo da colonização. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982, p. 134 - 157.

alavancagem de um novo padrão de acumulação no país, por meio da criação de um espaço econômico nacional, com a integração do mercado. Isso, por sua vez, implicará o estabelecimento de uma nova função para a atividade agrícola e o surgimento de uma nova onda pioneira, destinada a inserir novas regiões no circuito econômico;

3. A federalização dos assuntos referentes aos deslocamentos populacionais e da formulação de políticas referentes a eles, uma vez que a ação estatal no regime anterior estava subordinada a ações e políticas levadas a efeito pelos Estados, principalmente pelo Estado de São Paulo;

4 A procura de criar um mercado nacional de trabalho equilibrado onde a força de trabalho pudesse se reproduzir endogenamente, sem a necessidade de recurso, nas áreas mais dinâmicas ou nas áreas a elas subordinadas, a acréscimos populacionais externos e que também pudesse minimizar os problemas de ordem social e segurança nacional provocados pela imigração estrangeira¹⁵⁹;

5 A preocupação em controlar e dirigir os processos de deslocamento populacional, tanto no sentido campo-campo, quanto no sentido campo-cidade;

6 O “refinamento” do processo com a criação de uma espécie de divisão do trabalho entre iniciativas privadas e oficiais de colonização;

7 O aumento da intensidade na intervenção sobre o processo e na sua reflexão expressas pelo aumento da criação de organismos e da publicação de textos, o que nos indica a institucionalização da questão.

Objetivamente, os processos relativos aos deslocamentos populacionais começaram a apresentar novas características, no final dos anos de 1920, e principalmente no início dos anos de 1930, diferenciando-os do que ocorria anteriormente. Uma dessas novas características se expressou pelo aumento numérico da movimentação de trabalhadores nacionais – vindos, em sua maioria, do norte do Estado de Minas Gerais e da região Nordeste - na direção dos centros urbanos, principalmente São Paulo, em relação ao número de

¹⁵⁹ Os itens 3 e 4 podem ser evidenciados no fato de que de 1830 a 1920, o governo Federal lançou poucos instrumentos legais relacionados à imigração. Em 1921 vai introduzir o decreto 4.247, que não possuía nenhuma medida restritiva ao desembarque e à fixação de imigrantes. Entretanto, no primeiro Governo Vargas, no espaço de 15 anos foram apresentados 13 decretos ou decretos leis voltados à questão do desembarque, permanência e trabalho dos imigrantes. Todos eles, embora variando de intensidade, com aspectos restritivos. Ver: **Relatório do Conselho de Imigração e Colonização referente a 1945**. Revista de Imigração e Colonização, Ano VII, no. 1, março de 1946, p. 11.

trabalhadores estrangeiros. Embora decorrente de fatores objetivos¹⁶⁰, tal fato já indicava o processo de configuração de um mercado de trabalho urbano de novo tipo.

Talvez mais evidente, num primeiro momento, é que os deslocamentos populacionais voltaram-se, ainda, ao atendimento de novas atividades agrícolas que passaram a ganhar impulso no interior paulista e nas novas áreas para onde se avançava a fronteira econômica, principalmente após os primeiros indícios de recuperação econômica, a partir de 1933. Nesses casos, o trabalhador nacional também foi passando, paulatinamente, a ser o elemento numericamente majoritário.

Temos que lembrar, ainda, que os deslocamentos populacionais, tanto no rumo da capital paulista quanto da frente pioneira do norte do Paraná, contaram com importante participação de trabalhadores anteriormente estabelecidos no interior do estado de São Paulo, principalmente os do “antigo oeste”¹⁶¹. Isso gerou fortes reclamações, por parte dos proprietários rurais, acerca da falta de braços para a lavoura e, conseqüentemente, serviu de argumento para que se intensificasse a substituição desses trabalhadores por novas levas de imigrantes nacionais oriundos de outros Estados¹⁶². A necessidade de mão-de-obra na agricultura paulista se evidencia pela produção cafeeira que se manteve em virtude da política de proteção praticada pelo Governo e pelo aumento constante da produção algodoeira no interior do Estado que saltou de 13.114T em 1930, para 1.315.668T em 1944¹⁶³. Esse aumento de produção ocorreu de forma contínua, mesmo no momento mais baixo da atividade econômica, entre os anos de 1930 e 1932.

A entrada dos deslocamentos populacionais em uma nova fase, no período que nos ocupa, e que já se prenunciava no período imediatamente anterior, é, objetivamente, resultado do processo complexo e contraditório de desenvolvimento do capitalismo brasileiro no chamado período de “crescimento para fora” que permitiu a emergência de um novo padrão de acumulação capitalista a partir do início da recuperação da economia brasileira, após o impacto da grande crise mundial. A emergência desse novo padrão de desenvolvimento encontra-se na base da entrada da economia brasileira numa longa fase de crescimento.

¹⁶⁰ Nesse momento já é sensível a diminuição do fluxo tradicional de imigrantes originários da Europa Mediterrânea.

¹⁶¹ Região situada no eixo Campinas - Ribeirão Preto. Devido ao caráter histórico das fronteiras e das localizações baseadas nos pontos cardeais, essa região é atualmente a região Nordeste do Estado.

¹⁶² Ver HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de; GRAHAM, Douglas H. op. cit., p. 61 e PAIVA, Odair da Cruz. op. cit., p. 15

¹⁶³ Ver ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. de . **Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista, 1920-1950.** São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1983, p. 173

Tal fase de crescimento e de desenvolvimento econômico¹⁶⁴ só pode ser compreendida se relacionadas à significativa alteração que a estrutura econômica brasileira conheceu a partir da década de 1930, quando a produção interna, principalmente a industrial, passou a ser mais atuante no dinamismo econômico brasileiro. Ou seja, quando a produção industrial, voltada ao atendimento do mercado interno, começou a substituir a agricultura exportadora cafeeira como atividade central da acumulação capitalista no Brasil e passou a ter um importante papel na integração do mercado nacional.

Se partirmos da análise de Wilson Cano¹⁶⁵, veremos que a indústria paulista, centro dinâmico da economia brasileira no pós 1930, se desenvolveu como um dos principais componentes do complexo capitalista cafeeiro, que ganhou notável impulso no último quartel do século XIX, principalmente após 1886. A indústria paulista pôde se beneficiar de elementos utilizados pelo complexo cafeeiro para ampliar o excedente econômico, a diversificação dos investimentos e dos mercados e para diminuir os custos de produção. Dentre esses, encontra-se o movimento migratório¹⁶⁶ que, ao garantir o crescimento da população e mão-de-obra, permitiu que se iniciasse a constituição de um mercado local, ainda que incipiente para a indústria crescente.

Após um período de grande expansão, a procura externa do café brasileiro praticamente se estabilizou em finais do século XIX. Apesar dessa diminuição, a marcha pioneira do café permaneceu com significativas inversões na ampliação das plantações. Isso se explica pela grande oferta de terras e de mão-de-obra, ocorridas a partir da grande imigração e pela penetração do café em novas zonas do oeste paulista¹⁶⁷.

Como a expansão cafeeira foi muito mais provocada pela oferta de terras e mão-de-obra do que pelo aumento da procura internacional, o resultado foi uma crise crônica de superprodução, que iniciada em 1896, se estendeu, com algumas oscilações, pelas quatro primeiras décadas do século XX.

Já é bastante sabido que a crônica superprodução do café e a tendência de baixa que a mesma colocava aos seus preços internacionais foram sendo contornadas com as sucessivas políticas de valorização do café iniciadas em 1906, que, com exceção do período da primeira

¹⁶⁴ Os conceitos de crescimento e de desenvolvimento econômico são diferentes. O primeiro indica apenas as alterações de ordem quantitativa, já o segundo expressa as alterações qualitativas de uma economia, enfatizando a diversificação de atividades econômicas e a supremacia da produção industrial sobre os outros setores econômicos.

¹⁶⁵ Ver: CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977, cap. I

¹⁶⁶ Voltado, nesse momento, principalmente a atração de trabalhadores estrangeiros.

¹⁶⁷ Ver FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 191/192

década do século XX, implicaram a continuidade das inversões em plantações. Portanto, as políticas de valorização do café não resolviam a situação. Apenas empurravam o problema para frente, concorrendo para a continuidade e o agravamento da superprodução e da pressão sobre os preços internacionais, uma vez que esses problemas somente eram superados artificialmente¹⁶⁸.

Essa situação tem o seu limite colocado pela crise internacional, iniciada em 1929, que impediu a continuidade dos fluxos de créditos internacionais que financiavam a retenção da produção excedente. Isso resultou na impossibilidade de se permanecer represando os enormes estoques retidos, que, a partir desse momento, invadiram o mercado, provocando uma enorme queda nos preços internacionais do café. Segundo Furtado, a baixa, entre setembro de 1929 e setembro de 1931, foi de 22,5 centavos de dólar para 8 centavos de dólar por libra/peso, respectivamente¹⁶⁹.

O Brasil, ao optar por uma política de defesa interna da renda, mediante práticas econômicas heterodoxas¹⁷⁰, logo superou a crise, apresentando um índice de crescimento superior a vários países.

Assim, aproveitando a política anticíclica desenvolvida pelo governo no pós-1930, o capital industrial, principalmente o sediado em São Paulo, pôde continuar a crescer utilizando-se de faixas de demanda anteriormente atendidas por importações. Ao mesmo tempo, iniciou-se uma maior integração do mercado interno com a abolição de impostos, de taxas interestaduais e uma preocupação com a ampliação e melhoria do sistema de transportes.

A integração do mercado interno brasileiro iria atender alguns requisitos básicos para o processo de acumulação: por um lado garantiria a manutenção da oferta de matérias-primas para as indústrias e de alimentos para a população urbana; por outro, levaria outras regiões do país a tornarem-se consumidoras das mercadorias industriais produzidas internamente, principalmente em São Paulo.

A ampliação do mercado, via inserção de novas áreas e o aprofundamento da integração de antigas nos processos econômicos, representou uma grande inovação. Foi este o

¹⁶⁸ FURTADO, Celso. op. cit., p. 194

¹⁶⁹ FURTADO, Celso. op. cit., p. 200

¹⁷⁰ A expressão dessa política foi a compra do excedente de produção, por meio da criação de créditos internos, e sua destruição, o que evitou que o equilíbrio entre a oferta e a procura do café fosse alcançada pelos mecanismos de mercado, que teriam provocado o abandono, puro e simples, das plantações, com o conseqüente aumento do desemprego. Tal atitude impediu que os efeitos da crise do setor cafeeiro se multiplicassem pelos setores por ele influenciados.

fator capaz de reorientar a economia e, com isso, gerar uma longa fase de crescimento na economia brasileira.

Isso se fez com a superação das barreiras que dificultavam a unificação do mercado nacional, inclusive a do mercado de trabalho. Ora, tal situação coloca em questão os deslocamentos populacionais como um elemento fundamental do novo padrão de acumulação urbano-industrial que conhecia um forte impulso no momento.

Os deslocamentos populacionais converteram-se em instrumento fornecedor de recursos humanos indispensáveis à nova tarefa que estava sendo implementada. Comportaram-se como construtores de novas áreas de expansão que iriam se integrar ao centro dinâmico, por meio de anexação de regiões anteriormente desconectadas dos circuitos econômicos. Possibilitaram a eclosão de um verdadeiro esforço de “conquista territorial”, da diversificação de atividades agrícolas e a formação de um mercado de trabalho, qualitativamente diferente. Esses processos estiveram, indubitavelmente, associados às novas exigências do desenvolvimento industrial e urbano.

Entendemos que as características do novo padrão migratório, com o aumento significativo da participação de trabalhadores nacionais, podem estar associadas ao contexto mundial da década de 1930, com o esgotamento de alguns dos fluxos migratórios estrangeiros, com a crise econômica e com o tenso ambiente político existente entre as nações capitalistas centrais. Entretanto, entendemos que o aspecto principal na explicação dessa situação relaciona-se, sobretudo, ao fato de que, anteriormente, a agricultura e a indústria paulista ocuparam o mercado de outras regiões e ampliaram a estagnação de alguns complexos econômicos regionais, principalmente no Nordeste¹⁷¹. A perda do dinamismo de alguns complexos econômicos regionais, comparativamente ao paulista, com a conseqüente incapacidade de diversificação econômica dos mesmos, permitiu maior elasticidade na oferta de mão-de-obra nacional, permitindo maior deslocamento desses trabalhadores em território nacional, tanto no sentido campo-cidade quanto no sentido campo-campo.

A existência de complexos econômicos funcionando, no Brasil, com relações sociais baseadas em forte dependência pessoal, aliada à existência de um certo número de pequenos proprietários produzindo em regime de subsistência, tornava a oferta de trabalhadores nacionais bastante enrijecida¹⁷². A existência de um pequeno mercado interno no Brasil

¹⁷¹ NEGRI, Barjas. op. cit., p. 29 a 33

¹⁷² O complexo econômico açucareiro nordestino, apesar da crise crônica que se abateu sobre o mesmo desde o último quartel do séc. XVII, permaneceu com a capacidade de se reproduzir econômica e populacionalmente

refletiu-se, assim, no próprio mercado de trabalho. Não é, coincidência, portanto, que, no final da década de 1920, quando ocorreu a diminuição da oferta de imigrantes tradicionais para o complexo cafeeiro, a chegada de brasileiros de outras regiões tenha se tornado mais importante¹⁷³. É que malgrado a ainda incompleta integração do mercado nacional, a produção paulista, tanto a industrial quanto a agrícola, já havia alcançado destaque e ocupado significativas parcelas de mercado de outras regiões. Some-se a isso o fato de que a década de 1920 foi testemunha da falência de outros complexos econômicos, como o da borracha no norte país, o que impediu que o mesmo “disputasse” mão-de-obra com São Paulo. Tais acontecimentos ampliaram o fluxo de migrantes para o Centro-Sul do país.

Tal processo que já se revelava de maneira objetiva continuará a ganhar impulso, no primeiro governo Vargas, a partir da adoção de uma política econômica visando à constituição de uma nova estrutura urbano-industrial. A partir de então, os vínculos entre as diferentes regiões do país seriam aprofundados e ganhariam uma nova dimensão, acelerando a acumulação industrial, cujo centro se localizava em São Paulo e aprofundando a necessidade da continuidade do desenvolvimento dessa nova modalidade de deslocamentos populacionais e a ação, também diferenciada do Estado, em relação aos mesmos.

1.1 O ponto de partida: a construção do mercado interno e do mercado de trabalho nacional

Esse novo processo de organização do espaço econômico brasileiro, testemunha de um novo fluxo de mercadorias em partes do território nacional, demonstra claramente o papel da indústria paulista como fomentadora de impulsos propulsores sobre algumas regiões brasileiras, que se tornaram, por isso, pólos de atração populacional¹⁷⁴. Explicita, ainda, o papel dessa mesma indústria na intensificação de efeitos regressivos ou de estagnação econômica sobre outras, o que vai possibilitar que essas se convertam em fornecedoras de recursos humanos e, portanto, em regiões de origem de importantes fluxos migratórios

mesmo sem aumento significativo da renda. Porém, tal situação significou a preponderância da propriedade da terra sobre a posse do capital na definição das hierarquias econômicas e sociais. Assim, as relações sociais encontraram-se por muito tempo baseadas em critérios fortemente personificados e tradicionais, o que concorreu para o seu enrijecimento, dificultando a formação de um mercado de trabalho, mesmo por ocasião da crise do escravismo. Para um maior aprofundamento no complexo econômico açucareiro nordestino e suas tendências estruturais e dinâmicas de desenvolvimento ver FURTADO, Celso, op. cit., cap. XII.

¹⁷³ Ver CANO, Wilson, op. cit. p. 48

¹⁷⁴ Estes são os casos, já mencionados, do Norte do Paraná – região típica de avanço da fronteira, no pós 1930 - e do interior paulista – onde, em algumas regiões, a cotonicultura substituiu a produção cafeeira em crise ou, no caso de regiões que passaram a ser incorporadas à atividade econômica, tornou-se a responsável pelo avanço das frentes pioneiras.

destinados às áreas mais diretamente articuladas ao processo de desenvolvimento industrial¹⁷⁵. Dessa forma, o território e o mercado interno brasileiro reorganizaram-se, também, no sentido de permitir um fluxo populacional, cujas características começavam a se adequar às novas exigências econômicas colocadas pelo momento, ou seja, de um processo de desenvolvimento que procurava combinar internamente regiões com graus desiguais de desenvolvimento capitalista.

Podemos com isso afirmar que a supremacia de um centro dinâmico, que comandava a integração do mercado brasileiro, permitiu o início da constituição de um mercado de trabalho verdadeiramente nacional, que pudesse se reproduzir endogenamente sem ter que recorrer a acréscimos externos. Tal fato apresenta coerências com o modelo de desenvolvimento que se procurava implantar no momento e que se baseava numa concepção organicista de sociedade, que deveria se organizar sob os princípios da paz social, com fortes colorações nacionalistas.

Isso se torna evidente já nas primeiras preocupações que surgem por parte de elementos do novo governo, de alguns segmentos sociais e de alguns intelectuais ao tratarem do assunto mercado de trabalho. Essas preocupações se manifestaram, primeiramente, sob dois ângulos: o problema dos “sem-trabalho” e a rediscussão sobre o papel dos imigrantes na sociedade brasileira.

O impacto da crise sobre a economia brasileira, numa sociedade que se urbanizava rapidamente, revelou de forma dramática a dimensão da problemática do desemprego. A defesa da produção agrícola não foi imediata, o que resultou na diminuição da atividade econômica. Isso gerou aumento significativo de desemprego e redução nos níveis de rendimento, num momento em que, devido às desvalorizações cambiais, os preços, principalmente de produtos industriais que abasteciam os centros urbanos, se elevavam e em que, também, devido aos conflitos políticos as mobilizações populares se intensificavam.

Em São Paulo, por exemplo, onde a situação se expressava num grau de tensão bastante forte, muitos desempregados ou subempregados eram identificados como base de sustentação de lideranças que buscavam dirigir os processos políticos no sentido de uma maior radicalidade nas mudanças institucionais. Tais interpretações acirravam a mobilização de setores da elite paulista que começava a apresentar descontentamentos em relação aos rumos do movimento de 1930, na medida em que, além de não terem sido alçados ao

¹⁷⁵ Este é o caso da Região Nordeste, na qual o processo de desenvolvimento industrial concentrado em São Paulo provocou uma aceleração na desestruturação de seus complexos econômicos regionais.

comando político do Estado, tiveram de conviver com um interventor oriundo do movimento tenentista e pernambucano, no caso João Alberto¹⁷⁶.

Por outro lado, encontrava-se ainda fresca a memória das mobilizações de trabalhadores ocorridas por ocasião das greves do final dos anos de 1910 e da Revolução de 1924, nas quais a participação mais ativa e, até mesmo a liderança, havia sido atribuída aos estrangeiros.

1.2 As primeiras medidas

Dessa maneira, as primeiras discussões acerca da relação entre movimentos migratórios e mercado de trabalho voltaram-se a uma tentativa de afrouxamento dos conflitos sociais. Não é fortuito, portanto, que se pense a introdução de políticas de colonização como forma de emprego aos “sem-trabalho” e que inicie um importante movimento de discussão sobre a conveniência de se continuar recebendo levas de estrangeiros naquele momento de crise¹⁷⁷, ainda mais que a diminuição da imigração mediterrânica e mesmo de outras nacionalidades mais tradicionais havia levado à introdução de novos grupos considerados de difícil assimilação.

A necessidade de emprego dos sem-trabalho foi a justificativa encontrada para a continuidade de uma proposta colonizadora, que foi a do NCBA, que havia sido instaurada momentos antes da eclosão do movimento de 1930, após um interregno de 19 anos na criação de núcleos coloniais no Estado de São Paulo e que fora, também, a justificativa para o deslanche da iniciativa de introdução de áreas de colonização no Vale do Ribeira e na indicação do estabelecimento de outros núcleos coloniais no Estado de São Paulo, como os de Prainha e de Alecrim, que não chegaram a se formalizar.

Em relação a isso, é bastante significativa a existência de uma correspondência do Sr. José Lacerda, em janeiro de 1931, ao então interventor em São Paulo, Sr. João Alberto. Nesta correspondência, o Sr. José Lacerda, que se dizia um estudioso dos problemas brasileiros argumenta da importância da criação de núcleos coloniais. Para o autor da missiva, os núcleos coloniais teriam o mérito de oferecer emprego aos desempregados pela crise e, ainda, o de possibilitar a diversificação da nossa produção agrícola, para o mercado externo e interno e,

¹⁷⁶ Num primeiro momento o maior receio da mobilização popular estava focada na Liderança de Miguel Costa e seu grupo político a LR (Legião Revolucionária), transformada, em seguida, em PPP (Partido Popular Paulista), que eram a linha de frente da pregação radical tenentista em São Paulo. Ver BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992, cap. 1. Posteriormente, após o movimento de 1932, tal receio passou a incorporar, não apenas em São Paulo, as duas organizações mais polarizadas politicamente, ou seja ANL (Aliança Nacional Libertadora) e AIB (Ação Integralista Brasileira).

¹⁷⁷ Ver PAIVA, Odair da Cruz. **Colonização e (des)povoamento**. São Paulo: Pulsar, 2002, p. 36-44

também, o de impulsionar o desenvolvimento das regiões atrasadas do Estado de São Paulo¹⁷⁸.

Com o início da recuperação econômica, datada tradicionalmente no ano de 1933, a questão dos “sem-trabalho” passou a um segundo plano do ponto de vista das cogitações relativas aos processos migratórios, muito embora não tenha desaparecido completamente. A preocupação com a construção de um mercado de trabalho urbano equilibrado, no qual o número de trabalhadores fosse razoavelmente flexível para não pressionar as taxas de salário e não adquirisse uma intensidade tal que pudesse provocar tensões sociais, permaneceu presente durante todo o período. Um exemplo disso pode ser verificado na construção de campos de contenção ou de barreiras à movimentação populacional que procuravam impedir a chegada de retirantes, fugidos das secas que se abateram sobre o Nordeste nas décadas de 1930 e 1940, a centros urbanos pouco industrializados ou pouco diversificados economicamente, como as capitais ou algumas cidades médias do interior nordestinos¹⁷⁹. Tal política, que procurava evitar a chegada de flagelados às cidades e a ocorrência de saques a feiras e armazéns, foi praticada no Estado do Ceará, nas proximidades de Fortaleza e de Crato, na seca de 1932:

“Um amplo programa de criação de campos de concentração, em que retirantes fossem induzidos a entrar e proibidos de sair, foi implementado com total apoio da Interventoria Federal do Ceará. A fim de prevenir a “afluência tumultuária” de retirantes famintos a Fortaleza, cinco campos localizavam-se nas proximidades das principais vias de acesso à capital, atraindo os agricultores que perdiam suas colheitas e se viam à mercê da caridade pública ou privada. [...] os campos, portanto, pretendiam impedir a mobilidade física e política dos retirantes através da concessão de rações diárias e de assistência médica. O controle dessa imensa população – o maior campo, na cidade de Crato, chegou a abrigar quase 60 mil pessoas – representou um gigantesco esforço de organização, que tinham seu contraponto nas ações violentas das multidões de retirantes que ameaçavam tomar em suas mãos a resolução de suas aflições”¹⁸⁰.

Tal atitude foi repetida na seca de 1942, acrescida, no entanto, da utilização dos retirantes na construção de obras públicas promovidas pelo DNOCS, seguida da pressão e da propaganda para emigração ao Oeste e aos seringais amazonenses¹⁸¹, como forma de resolução definitiva dos problemas provocados pela seca.

A questão relativa à discussão sobre o papel dos imigrantes revestiu-se, contudo, de um caráter mais complexo. Além das problemáticas iniciais relativas ao desemprego, à

¹⁷⁸ Hospedaria dos Imigrantes. Processo no. 20 de 26 de fevereiro de 1931.

¹⁷⁹ Ver NEVES, Frederico de Castro. **Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas**. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 21, no. 40, 2001

¹⁸⁰ NEVES, Frederico de Castro. op. cit., p. 109

¹⁸¹ NEVES, Frederico de Castro. op. cit., p. 120

participação e à liderança dos mesmos nos movimentos operários e políticos, houve uma retomada das discussões de caráter eugênico, simultâneas às cogitações da existência de certo risco da desnacionalização da sociedade e da cultura brasileiras, devido à existência, em solo brasileiro, dos chamados enquistamentos étnicos.

O impacto da crise econômica e o desemprego provocado serviram de ponto de partida para a reavaliação do papel exercido pelos imigrantes sobre a sociedade e a economia brasileiras. De uma posição razoavelmente positiva em relação ao imigrante na melhoria étnica brasileira, passou-se, paulatinamente, a uma posição crítica. Começaram a se avolumar reclamações acerca da chegada de imigrantes, com sérios problemas de saúde ou de aptidão para o trabalho e, portanto, pouco habilitados para atividades produtivas que, por isso, engrossavam o contingente dos “sem-trabalho”, ampliando o número de desclassificados e miseráveis.

Por outro lado, a entrada de novas nacionalidades, diferentes das tradicionais oriundas da Europa do Norte e Mediterrânea, durante as primeiras décadas do século XX, levou a um acirramento de posições eugênicas no início dos anos de 1930, pois muitas dessas nacionalidades foram consideradas inassimiláveis e/ou pouco produtivas para o trabalho agrícola, o que ampliava, ainda mais, o crescimento desordenado da população e do mercado de trabalho urbanos.

Desta forma, passou-se a exigir uma maior seletividade em relação aos imigrantes estrangeiros. Um artigo, publicado no jornal “Diário Popular”, em 11 de abril de 1933, demonstra de forma direta as preocupações acima destacadas. Nele, o articulista afirma:

*“como se vê, a imigração em São Paulo se tem procedido com grande heterogeneidade, pois si 50% dos que ficam são imigrantes que já constituem o nosso fundamento ethnico (portuguezes e espanhóis) Há mais de 40% de raças difficilmente assimiláveis como os japoneses, etruscos, besarábios, chinezes, árabes, polacos e outros de longa enumeração. [...] Isto quer dizer que as raças menos afins com a nossa é que possuem um grau de instrução mais elevado. E como os immigrants analfabetos se destinam aos serviços brutos da agricultura, isolando-se nas fazendas, ficam as nossas cidades infestadas de estrangeiros do mais extranhos tyhpos raciaes que preferem os misteres urbanos”*¹⁸².

Se a isso somarmos o fato de os estrangeiros serem considerados como lideranças e agitadores dos movimentos sindicais e trabalhistas e como base de apoio para vários movimentos contrários à ordem estabelecida nas primeiras décadas do século XX, podemos afirmar que a questão estrangeira ocupava o primeiro lugar no rol das preocupações com a necessidade de formação de um mercado de trabalho urbano equilibrado, que não

¹⁸² Diário Popular de 11/04/1933, apud: PAIVA, Odair da Cruz. **Colonização...**, op. cit., p 37

desencadeasse pressões no sentido de uma ameaça à ordem social. Tal fato explica, ainda, a mudança de orientação em relação ao assunto migratório com o início da concessão de prioridade ao trabalhador brasileiro, nos processos de redimensionamento do mercado urbano de trabalho e de deslocamento populacional. Esse aspecto foi ganhando maior dimensão à medida que as preocupações com os enquistamentos étnicos foram se amplificando.

Assim, as preocupações relativas ao equilíbrio do mercado de trabalho foram o ponto inicial da formulação dos primeiros instrumentos e iniciativas ligadas a questões migratórias no período que nos ocupa. Em relação aos desempregados pela crise, cogitou-se da continuidade e da criação de práticas colonizadoras voltadas a encaminhá-los a regiões consideradas adormecidas. Em São Paulo, tais iniciativas estiveram na base da justificativa oficial inicial da continuidade da instalação do Núcleo Colonial Barão de Antonina¹⁸³, das áreas de colonização no Vale do Ribeira¹⁸⁴ e de uma possível instalação dos núcleos coloniais de Prainha e Alecrim e também a criação de um programa, criado pela Secretaria da Agricultura, denominado “Rumo aos Campos”¹⁸⁵.

Em relação aos estrangeiros, tal preocupação se evidenciou na publicação de decretos visando a um maior controle e seleção do elemento estrangeiro que pretendia entrar no país. Tais decretos enfatizavam a necessidade de verificação de suas condições de saúde, moral, criminal e de renda, a fim de se evitar a entrada de imigrantes pobres que pudessem fomentar o processo de desclassificação social nos centros urbanos bem como suas opções políticas e ideológicas, por meio da ampla redação “conduta nociva à ordem pública ou segurança nacional”. Exemplos disso podem ser observados nos Decretos 19.482, de 12 de dezembro de 1930, 24.215, de 9 de maio de 1934, e 25.258, de 16 de maio de 1934.

O primeiro instrumento legal, o Decreto 19.482¹⁸⁶, é bastante significativo, pois, uma de suas considerações iniciais, que aparece na seqüência de uma série de outras de ordem social, econômica e administrativa, estabelece claramente que uma das causas do desemprego se deve à “*entrada desordenada de estrangeiros, nem sempre úteis que, frequentemente, contribuem para aumento da desordem econômica e da insegurança social*”. Por isso, seu artigo primeiro limita o desembarque de imigrantes estrangeiros transportados em terceira classe.

¹⁸³ Este núcleo colonial, localizado na região sudoeste do Estado de São Paulo foi criado em 16/07/1930, mas só foi instalado efetivamente no primeiro semestre de 1931.

¹⁸⁴ Ver PAIVA, Odair da Cruz. **Colonização...** op. cit, p. 46-53

¹⁸⁵ PAIVA, Odair da Cruz. **Colonização...** op. cit, p. 53

¹⁸⁶ ver a íntegra deste decreto nos anexos.

Esse decreto também impõe, em seu artigo 3º, a obrigatoriedade das empresas terem, no mínimo, dois terços de trabalhadores brasileiros e, em seu artigo 4º, a obrigatoriedade de apresentação de desempregados nacionais e estrangeiros em delegacias do trabalho ou de polícia para verem a possibilidade de encaminhamento a trabalhos agrícolas. Em relação a esse decreto, assim comentou Paulo Poppe, técnico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

*“Logo após o triunfo da Revolução de 1930, procurou o Governo Provisório seriamente do fenômeno dos desempregados e, entre outros, consideramos o Decreto 19.482 que limitou a entrada em nosso território, durante um anno, de passageiros de 3ª. Classe, salientava-se o que o atribuía á entrada desordenada de estrangeiros que viriam aumentar a desordem econômica e a insegurança social. Entravamos, pois, no regime claro da legislação defensiva em prol dos trabalhadores nacionais”*¹⁸⁷.

O Decreto 24.215¹⁸⁸ é mais direto na seleção dos imigrantes em virtude de questões relativas às suas condições de saúde, opção política e ideológica. Repetindo parte das considerações do decreto 19.482, inclusive a aduzida anteriormente que versava sobre a não necessária utilidade dos imigrantes e a frequência com que estes contribuem para a insegurança social e à desordem, impede, nos vários incisos de seu segundo artigo, o desembarque de imigrantes, de ambos os sexos, que fossem aleijados, mutilados, cegos, surdos-mudos ou toxicômanos; que possuíssem afecção mental ou enfermidades nervosas, doenças contagiosas, lesão orgânica e insuficiência funcional. Limitava, ainda, a entrada de menores de 18 e maiores de 60 anos; de ciganos ou pessoas nômades; daqueles que não provassem o exercício de profissões lícitas, bem como a posse de bens suficientes para se manter; de analfabetos; de pessoas que praticassem ou explorassem a prostituição e, finalmente, de pessoas de conduta manifestamente nociva à ordem pública ou à segurança nacional.

Já o Decreto 24.258, que regulamenta o anterior, enfatiza o caráter rural e agrícola da imigração, limitando, e em muito, a mesma para atividades não agrícolas, exigindo, contudo, para a autorização de qualquer imigração, a expedição de autorização via cartas de chamada e de comprovação da capacidade econômica, se não dos imigrantes, pelo menos por parte de seus empregadores¹⁸⁹.

Em relação a esses decretos, Carlos Vainer avalia:

¹⁸⁷ POPEE, Paulo. **Leis imigratórias**. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. No. 3, novembro de 1934, p. 240.

¹⁸⁸ ver a íntegra deste decreto nos anexos

¹⁸⁹ ver a íntegra deste decreto nos anexos

“Após um período em que praticamente se suspendeu emergencialmente a imigração em vista do desemprego e da crise urbana e rural, importantes alterações foram feitas na legislação, sendo de destacar que, no campo das migrações como em tantos outros, assistiu-se a uma dramática concentração de competências no governo central.

A nova legislação veio, porém, consagrar a preocupação com a criação de um forte e centralizado aparato legal manifestamente voltado para a seleção eugênica, moral e política dos imigrantes. Assim, os Decretos-lei¹⁹⁰ no. 24.215, de 9/5/1934, e no. 24.258, de 16/5/1934, determinarão normas bem mais rigorosas que a legislação até então vigente (Decreto no. 4.247, de 6/1/1921) na definição dos indesejáveis: ficaram proibidos de imigrar os cegos, aleijados, portadores de doenças incuráveis ou contagiosas, bem como os portadores “de conduta manifestamente nociva à ordem pública ou à segurança nacional” Igualmente rígidos e detalhistas eram os dispositivos através dos quais se tentava assegurar que os imigrantes se dirigiram para a agricultura, reiterando desta forma o já referido agrarismo característico da estratégia imigrantista”¹⁹¹.

No entendimento aqui proposto, as menores limitações impostas à imigração dirigida à agricultura não se relacionavam ao “*agrarismo da estratégia imigrantista*”, mas à procura de se evitar uma maior tensão nas condições sociais dos centros urbanos e à perspectiva de povoamento do interior do país, no sentido da integração dos mercados, num momento em que a problemática dos enquistamentos étnicos e dos riscos de fragmentação e desnacionalização de partes do território preocupava as autoridades brasileiras.

Tais aspectos demonstram que a preocupação com a redução da tensão social e do alcance do equilíbrio no mercado de trabalho urbano estiveram na base dos primeiros encaminhamentos no que tange ao controle dos movimentos sociais no país. Isso possui grande importância na medida em que demonstra, também, a expressão de uma concepção de desenvolvimento baseada em princípios muito próximos a uma concepção capitalista, porém antiliberal e organicista de sociedade, na qual a ordem, a harmonia e a hierarquia social deveriam se fazer presentes, por meio de ação regulamentadora do Estado.

Por outro lado, as considerações estabelecidas no início do Decreto 24.215 e a citação acima, de Carlos Vainer, denotam que, a partir de 1934, a questão imigrantista passou a ser objeto de uma maior preocupação institucional. As primeiras medidas e decretos que tiveram um caráter geral visavam responder a situações emergenciais começaram a ser substituídas por outras, mais detalhadas, e que passaram a expressar intencionalidades mais evidentes, tais como a prioridade ao trabalhador nacional.

Além dos decretos acima, como exemplos, podemos indicar que nesse ano de 1934, na assembléia constituinte, fortes debates acerca da problemática da imigração e dos riscos

¹⁹⁰ Na verdade, os instrumentos legais aos quais o autor se refere são Decretos e não Decretos-Lei

¹⁹¹ VAINER, Carlos B. **Estado e migrações no Brasil: anotações para uma História das políticas imigratórias**. In: **Travessia**. CEM (Centro de Estudos migratórios), no.36, janeiro-abril de 2000, p. 20

inerentes de desnacionalização do território e da sociedade brasileiros se estabeleceram e que a Constituição, promulgada expressou de forma evidente a prioridade concedida ao elemento nacional nos processos de deslocamento populacional. Na seqüência, o ano de 1935, vai marcar a introdução de um elemento fundamental na definição da política migratória do governo Vargas: a retomada dos subsídios à mão-de-obra, na economia mais dinâmica do país, a paulista, a partir daí voltada exclusivamente à atração do trabalhador nacional¹⁹².

A consolidação, da política de deslocamento populacional ocorreu, contudo, no período subsequente ao Golpe do Estado Novo, sendo que os anos de 1938 e 1939 podem ser considerados como anos-chaves. Foram nesses anos que os princípios que norteariam a ação do governo tornaram-se mais explícitos e que este conseguiu efetivamente concentrar meios e instrumentos para promover uma ação ordenadora sobre o processo de movimentação populacional a fim de procurar atingir objetivos previamente definidos.

No ano de 1938, somente em relação a questões que envolviam diretamente a problemática dos estrangeiros, foram publicados 10 Decretos e 11 Decretos-Lei, sendo que os mais importantes, segundo o Major Euclides Sarmiento, em comunicação ao Ministro Gustavo Capanema¹⁹³, haviam sido os Decretos-Lei 383 de 18 de abril, 406 de 04 de maio, 868 de 18 de novembro e 948 de 13 de dezembro, que tratavam da proibição de atividades políticas por parte de estrangeiros, da entrada e permanência destes no Brasil, da nacionalização do ensino nos núcleos estrangeiros e da centralização no CIC das medidas destinadas a promover a assimilação dos estrangeiros, respectivamente.

Outros aspectos interessantes presentes no Decreto-Lei 406 é que ele impedia, pelo seu artigo 39, a criação de Núcleos Coloniais de uma única nacionalidade estrangeira, determinava, no primeiro parágrafo do artigo 40 que seria mantido um mínimo de trinta por cento (30%) de brasileiros e o máximo de vinte e cinco por cento (25 %) de cada nacionalidade estrangeira e que na falta de brasileiros, este mínimo, mediante autorização do Conselho de Imigração e Colonização, poderia ser substituído por portugueses e impedia, pelo artigo 42, que qualquer núcleo, centro ou colônia, ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação neles existentes, pudesse ter denominação em idioma estrangeiro.

Além disso, o referido Decreto-Lei, criava, em seu artigo 73, o Conselho de Imigração e Colonização (C.I.C). Este Conselho, ligado diretamente ao Gabinete da Presidência da República, representou a centralização, no nível federal, da definição das

¹⁹² Ver PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados...** op. cit., p. 92 – 98.

¹⁹³ Citado por SCHWARTZMAN, Simon et al. op. cit., p.152.

diretrizes e da fiscalização dos assuntos relativos à imigração e à colonização. O CIC, inicialmente, tinha por incumbências: determinar as quotas de admissão de estrangeiros no território nacional; julgar os recursos interpostos dos atos praticados pelas autoridades incumbidas da execução do Decreto-Lei 406; deliberar sobre os pedidos dos Estados, relativos à introdução de estrangeiros; decidir a respeito dos pedidos das empresas, associações, companhias e particulares que pretendam introduzir estrangeiros. Com o passar do tempo, o CIC passou também a centralizar as políticas destinadas à assimilação dos estrangeiros e a sugerir e aprovar iniciativas de colonização.

O Decreto 3010 de 20 de agosto, que regulamenta o Decreto-Lei 406 também se destaca pela sua extensão e detalhamento, bem como pelo fato de citar explicitamente, no inciso II do artigo 113 a proibição de entrada de anarquistas, extremistas e terroristas.

De posse dos instrumento legais e das instituições acima discriminados, o Governo Federal passou a encaminhar, de forma mais consistente e regular, medidas destinadas a estimular, controlar e dirigir os movimentos populacionais. São exemplos disso, a criação de uma nova legislação sobre a criação de Núcleos Coloniais em 09 de fevereiro de 1940, o Decreto-Lei 2009 e o Decreto-Lei 3059, que dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais, as CANs.

O primeiro Decreto-Lei estabelece uma série de obrigações comuns aos núcleos, independentemente do fato deles terem sido criados pelo Governo Federal, Estados, Municípios, ou associações ou empresas particulares e impõe a inspeção direta do Ministério da Agricultura sobre qualquer um dos Núcleos Coloniais criados.

O decreto de criação das CANs, por sua vez, é bastante claro em dizer, em seu primeiro artigo, que essas colônias agrícolas nacionais destinavam-se prioritariamente a receber e fixar trabalhadores brasileiros reconhecidamente pobres e, excepcionalmente, trabalhadores estrangeiros qualificados.

Em 1939, é criada, em São Paulo, a Inspetoria dos Trabalhadores Migrantes, ligada à Secretaria Estadual da Agricultura. Essa inspetoria passará a assumir todas as atividades necessárias para recolher, encaminhar e introduzir trabalhadores migrantes nacionais em São Paulo, substituindo as antigas companhias particulares. A criação dessa inspetoria representou o definitivo estágio no processo de estatização das questões relativas à atração de trabalhadores migrantes para São Paulo.

A criação da ITM encontrou-se fortemente vinculada às políticas migratórias do Governo Federal, embora tenha sido uma iniciativa estadual, uma vez que, nesse momento, o Estado encontrava-se sob intervenção federal, as ações e políticas da Secretaria da Agricultura já haviam passado por um processo de federalização e ocorria uma forte confluência de interesses entre o Ministro da Agricultura do período, Fernando Costa, que já tinha sido interventor em São Paulo, com o interventor Federal do período, Adhemar de Barros¹⁹⁴.

O fato da ITM ter se vinculado principalmente à atração de migrantes para o setor agrícola também não significa que boa parte desses trabalhadores não tenha sido aproveitada no incremento do mercado de trabalho urbano, pois como demonstra Odair da Cruz Paiva, por meio de sua pesquisa, a documentação oficial é omissa quanto ao destino desses trabalhadores após o seu encaminhamento ao trabalho agrícola. O próprio autor afirma, por meio de entrevistas realizadas com alguns desses migrantes, que após um pequeno estágio em atividades rurais, muitos se deslocaram para São Paulo, Capital, e foram reaproveitados em atividades industriais que se encontravam em grande expansão no período.

O fato dos anos finais da década de 1930 e os iniciais da década de 1940 terem sido o momento de consolidação de uma política voltada a favorecer uma nova modalidade de acumulação sustentada pela industrialização pode ser explicada pela maturação das condições objetivas para que tal processo ocorresse. Por um lado, o governo federal havia, indubitavelmente, enfeixado fortes poderes após a deflagração do Golpe de novembro de 1937 que instaurou o Estado Novo. Por outro lado, podemos afirmar que, nesse momento, a percepção da importância do papel da indústria no crescimento da economia já era perceptível: a mesma, que ampliou a sua concentração em São Paulo, crescia a taxas médias anuais superiores a 11% e os líderes industriais haviam conseguido alcançar forte influência junto ao governo e à burocracia estatal.

Nesse momento, também, já era possível avaliar com maior grau de confiabilidade o resultado de algumas experiências colonizadoras que, mesmo tendo sido, em alguns casos, propostas anteriormente a 1930, foram efetivadas nos inícios da década. Algumas dessas experiências voltaram-se à tentativa incorporar economicamente regiões consideradas adormecidas do sul e sudoeste paulista, como é o caso do Núcleo Colonial Barão de Antonina, e revelaram-se, apesar de seu caráter espacialmente limitado, como bastante adequadas ao favorecimento da industrialização que se desenvolvia em São Paulo. Gerou um pequeno incremento no mercado local, anteriormente vinculado à economia de subsistência e,

¹⁹⁴ PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados...** op. cit. p. 116.

principalmente, mostrou que a produção algodoeira do núcleo poderia, devido aos mecanismos de mercado e de necessidade de pagamento dos lotes por parte de seus concessionários, ser comercializada a preços inferiores à media praticada no Estado de São Paulo.

O rápido crescimento econômico da região Norte do Estado do Paraná, em virtude do programa privado de Colonização e da inserção dessa região como uma área de forte influência econômica de São Paulo, também pode ser considerado como a demonstração da possibilidade de implementação de um programa oficial de povoamento do Oeste brasileiro, que se voltaria à integração do mercado brasileiro e ao estímulo de seu desenvolvimento industrial.

Esses dois últimos elementos, a avaliação de resultados da colonização privada e oficial, demonstram a redefinição do papel da agricultura na construção de uma nova estrutura capitalista no país. A necessidade da sua diversificação, para que no nível interno ela assegurasse a oferta de matérias-primas e o abastecimento dos setores urbanos em expansão e que no setor externo continuasse assegurando a capacidade de importação, principalmente, de bens intermediários e de capital. O início da reorganização agrícola levou a uma preocupação com a constância no abastecimento de mão-de-obra.

Assim, fortalecimento do poder central claramente comprometido com o deslanche industrial do país, rápido crescimento industrial “puxando” a recuperação econômica, maturação de experiências colonizadoras e reorganização do papel da agricultura são os elementos que explicam a consolidação de uma nova política relativa aos deslocamentos populacionais no Brasil, que visava, justamente, favorecer o desenvolvimento de um novo padrão de acumulação industrial no país.

Seção 2

O novo papel da agricultura e o movimento para o campo:

A transformação mais evidente no novo padrão de desenvolvimento que se iniciou com o deslanche autônomo da industrialização a partir de 1933, talvez, tenha sido o do papel e do caráter da agricultura. Essa transformação, por sua vez, foi mais visível, num primeiro momento em São Paulo.

O novo panorama do desenvolvimento capitalista teve a partir de 1933, o seu núcleo no desenvolvimento da indústria, no que foi favorecido pela ação ativa do Estado na economia. Assim várias questões se colocaram como necessárias para dar curso a esse novo padrão de desenvolvimento:

*“Entre as questões assinala-se “a questão agrária” (mudança ou não da estrutura fundiária, sua adequação para fornecer alimentos matérias primas para a indústria e para as populações urbanas, liberação de mão de obra para a industrialização). [...] As atividades exportadoras, por outro lado, continuaram a desempenhar relevante papel no sistema econômico, mas foram deixando de ser a variável essencial da manutenção da renda interna para cumprir o papel de gerador de divisas, estas essenciais para garantir as importações. Além da geração de divisas, coube ao setor primário, via diversificação, fornecer matérias primas industriais e alimentos às populações urbanas, embora isto já fosse encontrado no período precedente”*¹⁹⁵.

O novo quadro, portanto, implicou a necessidade de alterações substantivas no que se refere à agricultura. A esta caberia, então, a intervenção em pontos de estrangulamento que a nova dinâmica de desenvolvimento apresentava, ou seja, era preciso cuidar do abastecimento dos centros urbanos por gêneros agrícolas de primeira necessidade, com a conseqüente diminuição dos custos de manutenção e reprodução da força de trabalho urbano-industrial e, assim, de sua remuneração. Caberia à agricultura, também, a função de abastecer com matérias-primas os centros industriais, onde as indústrias basilares do processo em curso eram as têxteis e as alimentícias.

No que se refere à exportação, a agricultura teria um papel importante, pois da agricultura de exportação dependeria, em boa medida, por meio da obtenção de divisas, a manutenção da capacidade de importação de peças e equipamentos industriais. Era preciso, então, que aqui se encontrassem outras mercadorias para exportar, pois o café era um produto em crise de superprodução.

Neste sentido, num primeiro momento, apoiadas pelas autarquias, pelas agências e institutos de fomento à produção que foram surgindo como resultado da ação mais consistente

¹⁹⁵ FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. op. cit., p. 184.

do Estado sobre a economia, várias tentativas foram feitas, como, por exemplo, as de substituição do café pelas frutas de mesa¹⁹⁶ e pelo mate. No entanto, aproveitando a conjuntura favorável, pois essa se apoiava na política de proteção aos preços praticada pelo governo norte-americano¹⁹⁷, foi o algodão quem logrou um grande salto de produção e converteu-se em um dos principais elementos da agricultura e da pauta de exportações brasileiras. Como podemos observar pelos quadros abaixo:

QUADRO 3
PRODUÇÃO DO ALGODÃO NO BRASIL – EM PLUMA (T)

ANO	PRODUÇÃO	ANO	PRODUÇÃO	ANO	PRODUÇÃO
1929(1)	124.842	1935	296.306	1941	503.120
1930	126.445	1936	349.853	1942	376.954
1931	101.652	1937	405.024	1943	496.695
1932	76.400	1938	436.628	1944	610.002
1933	147.684	1939	428.523	1945	362.660
1934	284.504	1940	468.695	1946	315.934

Fonte: ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. de. **Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola**. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1982, p. 173

(1) Fonte: **NOSSO SÉCULO**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. XVIII

QUADRO 4
EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE ALGODÃO – EM PLUMA (T)

ANO	EXPORTAÇÃO	ANO	EXPORTAÇÃO	ANO	EXPORTAÇÃO
1929	48.728	1935	138.630	1941	288.274
1930	30.417	1936	200.313	1942	153.954
1931	20.779	1937	236.181	1943	77.962
1932	515	1938	268.719	1944	107.640
1933	11.693	1939	323.599	1945	164.456
1934	126.548	1940	224.265	1946	

Fonte: **NOSSO SÉCULO**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. XXI

O algodão, por sua vez, apresentava outros fatores favoráveis à expansão de sua cultura. Era também importante matéria prima para as indústrias de alimentos, na produção de óleos comestíveis, margarina e ração animal, e por excelência, a matéria prima da indústria têxtil. Ele, ainda, converter-se-á em apoio fundamental do comércio externo brasileiro ao

¹⁹⁶ PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 292.

¹⁹⁷ PRADO JR., Caio. op. cit., p. 293.

sustentar o comércio de compensação com a Alemanha¹⁹⁸. Esse país tinha dificuldade em ser abastecido de algodão pela produção norte-americana por lhe faltarem divisas.

Por meio do comércio de compensação, o algodão era trocado por equipamentos industriais e bélicos alemães, o que garantia a continuidade da industrialização. O algodão, assim, não somente contribuiu para o processo de industrialização, ao atender a necessidade de matérias-primas por parte das indústrias, mas também ao servir como forma de garantir a aquisição do próprio equipamento industrial: *“O movimento era grande. Entre 1934 e 1935 ocorreu um aumento de mais de 100% no volume e no valor da maquinaria alemã vendida no Estado de São Paulo”*¹⁹⁹.

Como não é difícil perceber, o estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento acabou por provocar um “boom” algodoeiro no interior paulista. Essa ocorrência, sem dúvida, foi gerada pela necessidade de tornar menos graves os gargalos do processo de industrialização, ou seja, o abastecimento alimentar da população urbana, o fornecimento de matérias-primas à indústria e a capacidade de importação de equipamentos industriais.

Dessa forma, nas décadas de 1930 e 1940, a partir da região de Itapetininga, denominada, naquela época, na divisão regional do Estado de São Paulo, como 4º distrito, e que era uma região tradicional na produção algodoeira do Estado de São Paulo, o algodão avançou e passou a ser a principal atividade econômica de outras regiões: o 5º Distrito (de Avaré até Presidente Prudente), o 9º Distrito (com sede em Lins, entre os rios do Peixe e Tietê, passando por Marília e Araçatuba) e o 10º Distrito (com sede em Catanduva, passando por Rio Preto e Tanabi).

Um destaque aqui deve ser dado ao 5º distrito, que nessa época era parte da zona nova de avanço da marcha pioneira, para onde já se percebia a movimentação da produção algodoeira em meados da década de 1920 e era servida pela companhia de Estrada de Ferro Sorocabana:

“Pode-se notar inicialmente que no período de ocupação de 1920 a 1930 ocorreu essencialmente uma ocupação intensiva dos estabelecimentos agrícolas. (...) Esse dinamismo da década de 1920 manteve - se na década de 1930, não obstante a crise, dando origem a um acréscimo ainda maior na ocupação da área do Estado por estabelecimentos agropecuários, da ordem de 17%, com uma ampliação da área cultivada de 26%. E neste caso observa-se novamente o comportamento determinante da Zona Nova: tanto a apropriação de terra, como a área cultivada

¹⁹⁸ Outras mercadorias eram “trocadas” com a Alemanha nesse comércio de compensação, tais como couro, borracha, carnes, frutas, café, mas a primazia cabia, sem dúvida, ao algodão.

¹⁹⁹ NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. op. cit., p. 116.

creceram 40%. Esta 'marcha para o Oeste', que já vinha da década anterior, apoiou-se, um pouco no café (...) e principalmente no algodão, que em 1937-38 já estava ocupando mais de 500.000 hectares”²⁰⁰.

Por outro lado, o algodão não se limitou a influenciar na forma de ocupação econômica e no desenvolvimento de uma nova atividade em algumas regiões do Estado de São Paulo. Impactou, também, na mudança de relações de trabalho na própria agricultura.

O algodão é reconhecidamente uma produção de pequenos proprietários e, em São Paulo, a sua produção encontrou-se a cargo deste tipo de produtor:

“...O plantador de algodão é essencialmente um sitiante, um homem que reside no local, que cultiva ele mesmo solo, seja ou não proprietário. (...) A vantagem do algodão sobre o café é que não imobiliza nem exige capital e que produz em alguns meses”²⁰¹.

É verdade que muito exagero tem sido estabelecido a partir desta máxima. Existem afirmações de que a cultura de algodão contribuiu para uma democratização do acesso à terra em São Paulo, o que não é correto. O algodão possibilitou, isto sim, a mudança das relações de trabalho no campo, com a criação de novas práticas e a retomada de antigas. Este é o caso das novas formas de arrendamentos e da parceria. No entanto, a concentração da propriedade agrária permaneceu e até se ampliou ²⁰².

O fato de que o algodão não foi responsável por uma mudança na estrutura agrária paulista, com a democratização do acesso à terra, não pode, contudo, obscurecer a questão de que esta era uma cultura que tornava possível o estabelecimento de pequenas propriedades ou de formas de produção baseadas na exploração de pequenas áreas.

Isso resultou, principalmente nas novas zonas algodoeiras, na partilha de algumas grandes propriedades em pequenos lotes e seu arrendamento a trabalhadores, geralmente migrantes brasileiros. Assim, além de fomentar a ampliação da característica rentista da grande propriedade, a produção algodoeira provocou o estabelecimento de um novo fluxo migratório, agora eminentemente nacional, para o interior paulista.

Devemos lembrar que a produção algodoeira era comercializada com maquinistas de beneficiamento que representavam o interesse de grandes corporações estrangeiras, como a Anderson Clayton e a Sanbra, e nacionais, como a Matarazzo. Esse aspecto é bastante

²⁰⁰ Ver ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. De. **Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola**. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1982 p, 149/151.

²⁰¹ MONBEIG, 1984. Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Pólis/Hucitec, 1.994., p, 281/283

²⁰² Ver: ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. de . op. cit., caps. III e IV.

interessante, pois demonstra, de maneira clara, a subordinação dessa atividade agrícola ao capital industrial.

Esses pontos, o desenvolvimento da atividade agrícola em pequenas propriedades, trabalhadas por pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros e a sua subordinação aos circuitos de acumulação nucleados pelo capital industrial, implicam outro aspecto a ser tratado, ou seja, a características do avanço das fronteiras econômicas a partir de São Paulo, por meio de ações colonizadoras e migratórias, como veremos mais adiante.

2.1 Subsídios para mão de obra agrícola

A manutenção da produção cafeeira, em virtude da política de defesa do setor cafeeiro, e as transformações que foram ocorrendo de forma paulatina, mas constante, na agricultura, durante o período, fizeram com que as lideranças da agricultura paulista passassem a reclamar da escassez de braços para a lavoura, colocando em questão a manutenção da oferta de trabalhadores para o setor agrícola paulista. Essa situação agravava-se, ainda, em virtude do deslocamento de muitos pequenos proprietários e de trabalhadores agrícolas paulistas para a frente pioneira que se abria com a colonização do Norte do Paraná e para os centros urbanos, principalmente São Paulo, cujo desenvolvimento industrial atraía grandes contingentes de trabalhadores e, também, pela diminuição da imigração estrangeira e pelo aumento das restrições à entrada dos mesmos no país.

Isso levou à necessidade de atrair trabalhadores nacionais, oriundos de outros Estados, principalmente da região Nordeste e de Minas Gerais, para a substituição e o incremento da mão-de-obra agrícola. A medida para se alcançar esse objetivo foi a reintrodução de uma política de subsídios ao recrutamento de mão-de-obra. Em relação a isso, é interessante observar dois aspectos importantes: o primeiro é que a reintrodução dessa política, que antes se voltava a atrair imigrantes estrangeiros, passou, a partir desse momento, a se dirigir aos trabalhadores nacionais, e, o segundo, é que a mesma coincidiu com o início da recuperação econômica, puxada pelo expressivo crescimento da produção industrial para o mercado interno, ocorrido a partir de 1933, uma vez que a iniciativa de retomada dos subsídios à mão-de-obra se deu efetivamente em 1935.

Essa política obedeceu, segundo Odair da Cruz Paiva²⁰³, a dois momentos bastante precisos: um primeiro momento em que se configurou com a participação de empresas privadas que faziam a seleção e o encaminhamento de trabalhadores nacionais para São

²⁰³ PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados..** op. cit., p. 87

Paulo. Tal prática se estendeu até 1939, quando foi substituída pela criação da Inspetoria dos Trabalhadores Migrantes (ITM). Esse segundo momento representou a efetiva estatização dos processos de atração migratória para o esforço de desenvolvimento centrado em São Paulo.

A reintrodução dos subsídios ao recrutamento de mão-de-obra representou um efetivo programa de fomento à atração de trabalhadores para São Paulo, a região mais dinâmica da economia brasileira no período. Por meio de contratos celebrados entre a Secretaria Estadual da Agricultura de São Paulo, empresas privadas comprometiam-se a trazer grandes quantidades de trabalhadores, principalmente dos estruturados em famílias, oriundos do Nordeste – principalmente Bahia – e Minas Gerais para trabalho na agricultura paulista. A cifra de trabalhadores projetada era de aproximadamente 50 mil por ano²⁰⁴.

Tal ação foi complementada pela utilização das dependências da Hospedaria dos Imigrantes para a acomodação dos trabalhadores que passaram a ser dirigidos a São Paulo. É importante lembrar que a Hospedaria apresentava características interessantes para a recepção e distribuição dos trabalhadores: situava-se na confluência de duas importantes ferrovias que ligavam São Paulo ao litoral (a São Paulo Railway) e ao Rio de Janeiro (a Central do Brasil); possuía, também, uma estação própria, que a ligava com as outras ferrovias que se dirigiam ao interior do Estado; encontrava-se a poucos metros de distância da Estação Roosevelt, que ficou conhecida posteriormente, pela grande quantidade de migrantes ali desembarcada, como Estação do Norte; possuía um setor de colocações que triava e encaminhava trabalhadores às fazendas que os solicitavam.

Essa iniciativa de reintroduzir os subsídios à atração de mão-de-obra, embora tenha sido desencadeada pelo Governo Paulista, em 1935, na Gestão de Armando de Salles Oliveira, encontrava-se em sintonia com aquilo que era preconizado em nível federal. Isso se explica pelo fato do Governador paulista, apesar de ter se lançado como candidato de oposição nas eleições ao Governo Central, previstas para 1938, haver sido Interventor em São Paulo, durante o governo provisório, mas, principalmente, pela concordância de objetivos existente entre a Secretaria Estadual e o Ministério da Agricultura. Essa concordância encontra-se referenciada em análises que foram feitas sobre Secretaria da Agricultura paulista, que observam a existência de um paulatino processo de “federalização” de suas ações e políticas:

“As transformações conformadas na Revolução de 30, alterando o equilíbrio das forças políticas nacionais, representaram a perda de poder relativo por parte do

²⁰⁴ PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados**. .op. cit., p. 92

*complexo cafeeiro. Da mesma forma, iniciou-se um processo de centralização das decisões na esfera federal, com perda de autonomia pelo poder público paulista. [...] o governo estadual, reduzido a instrumentos de ordem técnica, reestruturou-se para sustentar o avanço da diversificação”*²⁰⁵.

O distanciamento do governador paulista do Governo Federal pode, entretanto, explicar o caráter um pouco mais liberal dessa iniciativa, que estabelecia parcerias com empresas privadas, se comparadas com a ITM, que foi instituída em 1939. Essa sim, foi uma iniciativa que se notabilizou pela estatização dos assuntos relativos à atração de trabalhadores migrantes para o Estado de São Paulo. Neste outro momento, já sob o Estado Novo, a convergência entre as políticas estaduais e federais nos assuntos relativos à agricultura e às questões migratórias foi quase total.

É interessante observar, por outro lado, que duas das empresas contratadas pelo governo paulista para a introdução de trabalhadores migrantes em São Paulo, não se encontravam distantes de interesses ligados à indústria ou à produção de matérias-primas voltadas às indústrias, embora, num primeiro momento, o destino dos trabalhadores fosse o trabalho agrícola.

Uma dessas companhias a CAIC – Companhia Agrícola de Imigração e Colonização – era ligada à Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que tinha entre seus principais acionistas pessoas, como os representantes da família Prado, que estiveram bastante vinculadas a diferentes formas de diversificação do capital cafeeiro e no início da década de 1930 desenvolvia uma ação privada de colonização, por meio de retalhamentos de Fazendas de café atingidas pela crise, na Região de Ribeirão Preto. Essa prática colonizadora resultou na criação de 304 pequenas e médias propriedades, cuja média era de 68,34 alqueires. Essa mesma companhia desenvolveu uma outra ação colonizadora, baseada em médias propriedades, na Alta Paulista e no Extremo Norte do Estado²⁰⁶. Nessas propriedades, a produção principal vinculou-se ao algodão e à cana.

A outra companhia, a Cia Itaquerê, foi criada, em 1924, por Nhonhô Magalhães, considerado como um dos precursores da agroindústria paulista e que esteve na origem na formação de um setor industrial voltado a produzir máquinas de beneficiamento de algodão e implementos agrícolas em Matão, região de Araraquara.

²⁰⁵ GONÇALVES, José Sidnei. A Agricultura paulista: a ação estatal na construção da modernidade. IN: **São Paulo em perspectiva: o agrário paulista**. Revista da Fundação SEADE, vol. 7, no. 3, julho/setembro de 1993, p. 102.

²⁰⁶ GONÇALVES, José Sidnei. op. cit., p. 103

A criação da ITM, em 1939, aprofunda a estatização das ações relativas à introdução de trabalhadores migrantes em São Paulo. As empresas privadas foram substituídas por funcionários públicos e pela criação de dois postos avançados para o encaminhamento de trabalhadores, estabelecidos nas cidades mineiras de Pirapora e Montes Claros.

A criação da ITM, na interventoria de Adhemar de Barros, insere-se num período em que já havia uma forte influência das políticas desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura sobre a Secretaria da Agricultura de São Paulo²⁰⁷ e, também expressa uma afinidade de interesses entre as esferas de governo estadual e federal. Tal afirmação encontra-se desenvolvida por Odair da Cruz Paiva ao observar que a interventoria de Adhemar de Barros em São Paulo, praticamente coincidiu com a gestão de Fernando Costa no Ministério da Agricultura²⁰⁸ e que o segundo, ao substituir Adhemar de Barros na interventoria paulista, deu continuidade da iniciativa adotada pela ITM.

A existência de dois postos avançados, em território mineiro, também denota a influência das medidas de centralização política efetuadas pelo Estado Novo na formação de um mercado de trabalho nacional. A ITM, órgão paulista, pôde, a partir desse momento, ultrapassar a divisa estadual e exercer a sua ação de recrutamento de trabalhadores, a serem encaminhados a São Paulo, em um outro Estado da Federação. Tal fato só pode ser entendido no contexto da supressão da autonomia dos Estados e da extrema concentração de poderes no nível federal, levadas a cabo após novembro de 1937.

Esses postos avançados possuíam, ainda, localização estratégica para alcançar trabalhadores oriundos do Nordeste. Pirapora era um importante porto fluvial do São Francisco, para onde se dirigiam trabalhadores de regiões nordestinas acessíveis pelo mesmo rio, principalmente via Juazeiro e Petrolina²⁰⁹. Montes Claros, situada ao Norte de Minas, tinha fácil ligação rodoviária com o interior baiano e, assim como Pirapora, pela central do Brasil, com o Rio de Janeiro e, na sequência com São Paulo.

²⁰⁷ Para tal ver: GONÇALVES, José Sidnei. op. cit. e DULLEY, Richard Domingues. **Políticas Estaduais para a agricultura**: São Paulo, 1930-1980. São Paulo: IEA, 1995 (Coleção Estudos Agrícolas, 3)

²⁰⁸ O primeiro foi interventor em São Paulo entre abril de 1938 e junho de 1941, enquanto o segundo esteve à frente do Ministério da Agricultura entre novembro de 1937 e junho de 1941, quando substituiu Adhemar de Barros na interventoria paulista

²⁰⁹ Não é por acaso, portanto, que o rio São Francisco é sempre lembrado como o rio da integração nacional. Nesse caso, comportou-se como o rio da Integração do mercado nacional de trabalho. Em artigo para o Boletim do SIC, Honório de Silos ao procura explicar os fatores de transferência de trabalhadores baianos para São Paulo relaciona tal processo ao Rio São Francisco: “*A Bahia tem apenas 8,37 (hab/km²) e, no entanto, é o Estado que sofre o maior desfalque. Culpa, talvez, do São Francisco que leva a Pirapora os que sonham viver melhor e se aventuram a São Paulo*”. Ver SILOS, Honório de. **Sampauleiros**. Boletim do SIC, no. 3, março de 1941, p. 181.

Grupo de trabalhadores nordestinos em frente do posto imigratório de Montes Claros.

Extraído de CARVALHO, Péricles Melo. **A concretização da “Marcha para o Oeste”**. In: **Cultura Política**. Rio de Janeiro: DIP, Ano I, no. 8, outubro de 1941.

Sem dúvida, portanto, a criação da ITM vinculou-se ao processo de maior intervenção e controle por parte do Estado Novo sobre os movimentos migratórios e denota, também, a preocupação em dirigí-los a regiões claramente definidas.

Assim, a política de reintrodução dos subsídios à mão-de-obra, a partir de 1935, e principalmente em 1939, com a criação da ITM, expressa a intencionalidade de se construir uma modalidade de deslocamentos populacionais consoante com o novo modelo de desenvolvimento, cujo núcleo da acumulação deslocava-se para a indústria e para os centros urbanos, principalmente São Paulo.

2.2 Migração para atividades agrícolas e industriais

Pode-se argumentar que a perspectiva da retomada de subsídios à mão-de-obra era a de se obter trabalhadores para atividades agrícolas, mantendo, portanto a estratégia agrarista desse empreendimento. Nesse momento, contudo, como procuramos indicar anteriormente, a agricultura passava por um processo de reestruturação, isto é, estava deixando de ser a atividade principal da geração da renda interna, começando a se constituir como elemento fundamental para a garantia de importações de bens de capital e intermediários e também para a garantia de abastecimento das indústrias e dos trabalhadores urbanos, atividades essas ligadas efetivamente com a problemática da acumulação do capital industrial²¹⁰.

Tal situação pode ser evidenciada pelos quadros e afirmações abaixo, pois demonstram o maior dinamismo da produção industrial frente à agricultura e o crescimento da produção agrícola voltada ao abastecimento interno:

²¹⁰ Ver FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. op. cit., p. 184-185

QUADRO 5
TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA
1920-1945

	1920-29 (%)	1929-33 (%)	1933-39 (%)	1940/45 (%)
A - Setores Produtivos				
a – Produção Agrícola	4,1	2,4	2,0	1,7
a1 – Agricultura de Exportação	7,5	3,1	1,2	
b – Produção Industrial	2,8	1,3	11,2	5,4
c - Produto Físico	4,4	1,4	5,0	3,2
B – Composição do Produto Físico	100		100	100
Agricultura	79		57	55
Indústria	21		43	45

Fonte: SUZIGAN, Wilson; VILELA, Aníbal V. **Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889 – 1945)**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, p. 180.e GRAHAM, Douglas H.; HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. **Migrações internas no Brasil (1872-1970)**. São Paulo, SP: Instituto de Pesquisas Econômicas; [Brasília]: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1984, p. 57

QUADRO 6
VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA – PRINCIPAIS CULTURAS

Produtos	Percentagem Média dos Períodos		
	1925/29	1932/36	1939/43
Algodão (em caroço)	5,9	14,0	21,6
Arroz	5,2	6,7	11,0
Cacau	1,4	1,8	2,2
Café	48,0	29,5	16,1
Cana-de-açúcar	3,5	5,7	7,5
Feijão	5,4	3,8	5,5
Fumo	2,8	2,6	2,2
Mandioca	4,7	6,8	7,0
Milho	16,3	15,9	16,0
Trigo	0,9	0,8	1,3
Outros	5,8	12,4	9,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: SUZIGAN, Wilson; VILELA, Aníbal V. **Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889 – 1945)**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, p. 189.

“Nos anos 1933-1939, i. e., no período pós-depressão até a II Guerra Mundial, a renda per capita do país manteve-se praticamente estagnada, ao nível de 1928[...]. Se a produção industrial não tivesse substituído a agricultura de exportação como o setor dinâmico da economia teria havido queda da renda per capita ao invés de apenas estagnação. [...] Nota-se, pois que no final da década dos 30, apesar de

agricultura ainda representar cerca de 57% do produto físico, o setor industrial ganhara bastante importância”²¹¹.

“O surgimento do algodão como o segundo principal produto de exportação reduziu os efeitos da crise cafeeira sobre o comércio exterior.[...]Nesse período (também) ocorreu um aumento extraordinário na importância relativa das culturas para o mercado interno (arroz, feijão, cana-de-açúcar, mandioca, milho, trigo, etc.) que passaram a representar 58% do valor das lavouras”²¹².

Por outro lado, é notório que atração de trabalhadores agrícolas de outros estados nacionais, principalmente do Nordeste e de Minas Gerais, vinha ao encontro da necessidade de resolver o problema das migrações intra-estaduais que se ampliava bastante nesse momento. Muitos dos trabalhadores agrícolas do interior do Estado de São Paulo, principalmente de suas regiões Nordeste e Central (a antiga região cafeeira: eixo Campinas-Ribeirão Preto- Araraquara) estavam sendo atraídos pelo acelerado crescimento industrial da capital paulista e do seu entorno²¹³. Outro aspecto importante é que a abertura da frente pioneira do Norte do Paraná também atraiu uma boa quantidade de trabalhadores rurais, principalmente, dessas mesmas regiões. Devemos acrescentar ainda, nesse sentido, que o “boom” algodoeiro ocorrido no interior paulista intensificou a necessidade de força de trabalho.

Há que se considerar, ainda, que se o encaminhamento tomado pela agricultura, notadamente a paulista, foi o da diversificação da produção, objetivando a manutenção da capacidade de importação, o abastecimento de matérias-primas para as indústrias em crescimento e da população urbana de gêneros de primeira necessidade, o preço das mercadorias agrícolas, cuja produção se expandia, foi mantido em bases reduzidas graças, entre outros fatores, à continua oferta de mão-de-obra. Como afirma Richard Dulley:

“ nesse período (de 1930 ao fim da II Guerra Mundial) o referencial de preços dos produtos agrícolas ao agricultor era dado pelo mercado, exceto nos casos do café e da cana-de-açúcar. Para compensar as flutuações desses preços. Os agricultores desfrutavam de uma série de condições favoráveis: a possibilidade de redução de custos operacionais, seja pela manutenção do relativo baixo nível dos salários, devido à facilidade existentes para o constante crescimento da oferta de mão-de-obra, seja pela não obrigatoriedade de pagamento em dinheiro dos salários, via

²¹¹ SUZIGAN, Wilson; VILELA, Aníbal V. **Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889 - 1945)**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, p. 180. Vemos nos dados acima que a participação da indústria na economia mais que dobrou no período. A importância setorial da indústria continuaria a aumentar em virtude do seu crescimento muito mais acelerado em comparação com a agricultura.

²¹² Fonte: SUZIGAN, Wilson; VILELA, Aníbal V. op. cit., p. 189-190. Todos esses produtos, embora com redução no início dos anos de 1930 tiveram, com exceção do milho e do feijão, crescimento de sua produção na agricultura paulista. Conf. NEGRI, Barjas. op. cit., p. 74

²¹³ HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de; GRAHAM, Douglas H. op. cit., p. 61

*todas as formas de meação ou cessão de terras para o plantio, ou plantio intercalar de culturas anuais de alimentação, nas culturas permanentes em formação*²¹⁴.

Talvez mais importante que tudo isso seja o fato de que não há garantias de que esses trabalhadores atraídos, inicialmente, para o trabalho agrícola tenham permanecido no meio rural. Aliás, é bem plausível que isso não tenha ocorrido. É possível que a experiência de atração de trabalhadores nacionais tenha reproduzido o que ocorreu com os estrangeiros na virada dos séculos XIX e XX, quando muitos trabalhadores após um estágio inicial em fazendas do interior passaram, na seqüência, a dirigir-se aos centros urbanos.

Neste sentido, o trabalho de Odair da Cruz Paiva nos é bastante revelador, pois ele demonstra que a documentação é omissa em relação aos migrantes nacionais após a sua chegada em São Paulo. Demonstra, ainda, por uma série de entrevistas realizadas com alguns migrantes que se empregaram na indústria Nitroquímica, localizada em São Miguel Paulista, que boa parte dele conheceu a trajetória de primeiro se empregar em fazendas do interior para depois se fixar em atividades industriais em São Paulo. Aliás, afirma, por meio da análise da dinâmica populacional do Estado, que havia uma grande instabilidade na fixação do migrante no interior paulista, o que se refletiu numa importante mobilidade da mão-de-obra e que o seu destino, em boa parte, foram as regiões mais industrializadas do Estado, concluindo que a dinâmica migratória do período não deve ser considerada apenas na vertente rural-rural, mas, também, no sentido rural-urbano:

“Percebemos que algumas regiões cuja evolução percentual [da população] foi bastante significativa – à exceção de Bauru e Araçatuba – foram aquelas mais próximas à Capital, como a Grande São Paulo, Santos e Campinas; regiões que tradicionalmente concentram boa parte do processo de industrialização no Estado.

*A questão da mobilidade da mão-de-obra migrante inserida no campo vem reforçar nosso argumento sobre a dinâmica do processo migratório que, em nosso ponto de vista, tinha dois aspectos interrelacionados: num primeiro momento ele porta uma dinâmica rural-rural e em seguida, na saturação ou na inviabilidade da continuidade no campo, estes trabalhadores migram para a cidade”*²¹⁵.

Outro elemento, a ser considerado nessa mesma direção, é ao aumento populacional significativo da Cidade de São Paulo, que passou de 570.000 habitantes em 1920, para 887.000 em 1930, 1.347.000 em 1940 e 2.227.560 em 1950. E na própria cidade de São Paulo é bastante significativo observar que o crescimento populacional explosivo de bairros e distritos até hoje identificados como local de estabelecimentos de migrantes, tais como São Miguel Paulista, Guaianases, Santo Amaro, Tucuruvi, Freguesia do Ó, Casa Verde. A

²¹⁴ DULLEY, Richard Domingues. op. cit. P. 79

²¹⁵ PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados...** op. cit., p.149/150

população dessas áreas cresceu entre 150% e 450% no período situado entre 1940 e 1950, sendo que os crescimentos mais expressivos, ocorreram em São Miguel Paulista, à época um distrito do Município de São Paulo, e na Casa Verde.

Assim, podemos concluir que boa parte da população migrante, embora tenha adentrado ao Estado para o trabalho agrícola, deslocou-se em seqüência para os centros urbanos, principalmente São Paulo, engrossando o contingente de trabalhadores urbanos. Sabemos, também, que a maior oferta de trabalhadores no mercado de trabalho urbano é um fator decisivo para a diminuição da taxa de salários pagos na indústria, o que contribui decisivamente para acelerar o seu processo de acumulação.

Portanto mesmo que, em princípio, a estratégia migrantista, baseada na retomada dos subsídios à vinda de mão-de-obra estivesse aparentemente voltada ao atendimento da agricultura, ela acabou por favorecer o processo de desenvolvimento industrial que tinha o mercado interno brasileiro como seu mercado cativo e como seu elemento dinâmico. Em reforço a isso podemos utilizar a afirmação:

“A efetivação da política migratória abriu-nos um amplo espectro de questões. [...] Também auxiliou na montagem de um processo de modernização conservadora, no qual a emergência do modelo de substituição de importações, como alternativa mais eficaz para a reprodução do capital no país, necessitou da arquitetura de uma complexa rede de relações políticas que adequassem antigos e novos interesses políticos e econômicos, como também mantivessem cativos ou sob controle a população trabalhadora no campo e na cidade.

*O tema da industrialização surgiu com força no período, catalisando para a região centro-sul – particularmente São Paulo – a prerrogativa da modernização. Sua efetivação impulsionava novas necessidades, dentre elas a recomposição do perfil da mão-de-obra urbana”*²¹⁶.

²¹⁶ PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados...**op. cit., p. 247.

Seção 3 As políticas colonizadoras: a importância da fronteira econômica

3.1 Novas Formas de Integração Econômica

Como já foi afirmado em outras passagens desta tese, o ponto de partida estabelecido é que o avanço das fronteiras econômicas, a partir dos anos de 1930, foi provocado pela necessidade de integração do mercado interno. Esse objetivo encontra-se claramente expresso em inúmeras declarações de Vargas e de outros intelectuais que apoiavam o novo governo e o regime instituído a partir do movimento armado de 1930.

Isso é, sem dúvida, um fator distintivo desse processo em relação às experiências anteriores ocorridas no Brasil. Desde a colônia quando a ocupação econômica do território brasileiro se fixou, majoritariamente, na produção de alguns poucos produtos voltados ao mercado externo, a atividade econômica havia se concentrado, fundamentalmente, em seu litoral. É bastante evidente que a produção dominante era a destinada ao mercado externo, embora seja possível afirmar a existência de intensos fluxos comerciais internos nesse período.

Assim, as iniciativas de interiorização foram limitadas e vincularam-se, normalmente, ao desenvolvimento de atividades econômicas extrativas ou pecuárias, também, prioritariamente, voltadas, respectivamente, ao mercado externo ou a subsidiar as atividades econômicas exportadoras dominantes. Outras vezes, ligavam-se às práticas de apresamento dos indígenas, de procura de metais preciosos e gemas, ou ao estabelecimento de economias de subsistência, cujos exemplos mais significativos foram as desenvolvidas pelos habitantes da capitania de São Vicente.

Tal fato não se alterou, de forma significativa, com o processo de independência e de formação do Estado Nacional. É verdade que após esse período, o desenvolvimento de algumas outras atividades tornou o quadro um pouco mais complexo. Como exemplo, podemos apontar a produção do mate em parte do Mato Grosso e no sul do país - mas que também se voltavam ao mercado externo, por meio do complexo fluvial do Paraná; a produção do charque no Rio Grande do Sul e a estratégia de colonização com objetivos povoadores.

Os processos mais evidentes de avanço na fronteira econômica no período anterior a 1930 estiveram presentes na frente pioneira da economia cafeeira paulista, a marcha do café, e na economia da borracha no Norte do país. Tais atividades econômicas, contudo, deram

origem à formação de complexos econômicos regionais cujo centro dinâmico também se encontrava no mercado externo.

A economia cafeeira provocou um explosivo processo de inserção de novas áreas à atividade econômica no Oeste paulista, beneficiando-se, num primeiro momento, do domínio brasileiro e do quadro favorável dos preços desse produto no mercado mundial. Posteriormente, quando da sua primeira crise de superprodução, a marcha pioneira do café manteve-se devido à elasticidade da oferta de terras e mão-de-obra, alcançada com o sucesso da política de atração de trabalhadores imigrantes que substituíram a mão-de-obra escrava. A política de valorização dos preços do café, instituída em 1906, permitiu a continuidade e o aprofundamento do processo de interiorização da produção cafeeira²¹⁷. A economia da borracha também teve o seu auge sustentado pelo aumento da procura e dos preços internacionais, em virtude do aumento da demanda provocado pela generalização de sua utilização industrial.

Por ter conhecido o aumento de sua produção e o deslocamento geográfico das plantações num contexto de importantes transformações econômicas e sociais, tais como a introdução do transporte ferroviário e do trabalho livre, a economia cafeeira teve a possibilidade de desenvolver o seu mercado interno e, com isso, alcançar uma maior diversificação econômica²¹⁸, por meio do desdobramento do capital cafeeiro em outras “formas” de capital como o comercial, o industrial e o bancário²¹⁹. Esse processo pode ser considerado o embrião processo de integração do mercado interno nacional, que passou a ocorrer no período subsequente a 1930 e que foi impulsionado pela sua região mais dinâmica, a paulista²²⁰.

O avanço das fronteiras nas economias cafeeira e da borracha esteve, portanto, influenciado pelo sucesso das mesmas, durante um certo período, no mercado internacional e, por isso, não se vinculou a estratégias de unificação do mercado interno brasileiro. Tampouco estimulou a criação de um mercado nacional de trabalho, visto que a economia cafeeira

²¹⁷ Ver FURTADO, Celso. op. cit. cap. XXX

²¹⁸ Esse processo não ocorreu na economia da borracha em virtude da utilização do transporte fluvial e, principalmente, pelo aviamento como forma dominante das relações de produção, o que implicou na permanência da dependência pessoal entre os seringueiros e os seus agenciadores, inibindo, portanto, o desenvolvimento de relações de características mais marcadamente capitalistas e a construção de um mercado de maiores proporções.

²¹⁹ Ver SILVA, Sérgio. op. cit. cap. 3

²²⁰ Ver CANO, Wilson. op. cit., p. 62-63 e NEGRI, Barjas. op. cit. p. 34

pautou-se na atração prioritária de trabalhadores estrangeiros²²¹ e a economia da borracha, mesmo utilizando majoritariamente o trabalhador nacional, baseou-se em relações de trabalho de forte dependência pessoal, o que, por si só, já caracteriza a inexistência de um mercado mais livre de trabalho

Assim foi, objetivamente, no período que nos ocupa que a necessidade de integração do mercado nacional, inclusive o de trabalho, respondeu pelos processos de avanço da fronteira econômica, conduzindo a novas formas de integração num espaço econômico muito mais amplo, de características nacionais. As constantes afirmações de Vargas, ressaltando a necessidade de superação do “arquipélago econômico” brasileiro, constituem-se como uma de suas mais importantes evidências.

*“Alguns comparam o nosso país a uma ilha ou a um arquipélago. Há regiões ricas, intensamente povoadas e industrializadas, e há regiões pobres, onde falta densidade demográfica e onde a escassez de população e de transportes ainda não proporciona os meios necessários à formação de suas riquezas. Não que essas zonas sejam áridas: é que a civilização ainda não chegou até lá, com a intensidade dos seus meios de produção. De modo que o sentido legítimo de nosso imperialismo é crescer dentro de nós mesmos e levar as nossas fronteiras econômicas até ao limite das fronteiras políticas, fazendo com que todo o Brasil prospere harmonicamente”*²²².

*A melhor situação econômica não coincide, como é sabido, com os núcleos de maior densidade demográfica, demonstrando isso, portanto, que há defeitos do sistema produtivo a corrigir. O deslocamento da mão-de-obra é feito sem método, por processos francamente rotineiros e, mesmo, nocivos. O governo irá sem perda de tempo, visto já estar em funcionamento e trabalhando com eficiência o Conselho de Imigração e Colonização, promover os meios de regular o assunto em relação às populações nacionais, criando o povoamento e organizar a exploração racional de faixas do Centro e do Oeste e estabelecendo núcleos novos de expansão das nossas energias produtoras. [...] É, aliás, no sentido de promover a colonização interior que o Governo dirige, atualmente, as suas vistas, com o intuito de fixar em zonas mais produtivas e menos propícias a flagelos os excedentes de população de certa regiões do país”*²²³.

A necessidade de conquista do interior amplificou a importância da política colonizadora. As práticas e as políticas colonizadoras sofreram a influência de uma série de reflexões que procuravam reorientar as funções exercidas pela colonização, principalmente as de caráter oficial. Expressão disso é que após um interregno de aproximadamente 16 anos, a Secretaria da Agricultura de São Paulo retomou, com a criação do Núcleo Colonial Carlos de Campos – no ano de 1927, no município de Cananéia - a idéia de instalação de novos Núcleos

²²¹ Embora tenha utilizado trabalhadores nacionais, esses foram numericamente inferiores aos estrangeiros durante todo o período em que ela se comportou como a economia mais dinâmica do país, tal quadro somente começou a se alterar em finais da década de 1920. Ver CANO, Wilson. op. cit., p. 49 e PAIVA, Odair da Cruz. **Brasileiros...** op.cit., p.16

²²² VARGAS, Getúlio. Discurso proferido em 18 de novembro de 1938. **Diretrizes...** op. cit., p. 131-132.

²²³ VARGAS, Getúlio. **Diretrizes..** op. cit.; p. 282-283 e 299. Entrevista concedida à imprensa em 10 de novembro de 1939.

Coloniais. Após a criação dos Núcleos Coloniais Boa Vista, Conde de Parnaíba, Martinho Prado Jr. e Visconde de Indaiatuba (todos localizados em regiões de tradicional produção cafeeira), em 1911, se estabeleceu na Secretaria da Agricultura paulista um debate a respeito da real conveniência de se manter a criação de Núcleos Coloniais no Estado²²⁴. Ao mesmo tempo, dizia-se que a criação de novos núcleos coloniais deveria ficar a cargo da iniciativa privada, com o Estado afastando-se ou reduzindo, em muito, a sua participação nesse processo.

A criação dos Núcleos Coloniais Carlos de Campos, em 1927, Barão de Antonina, em 1930, Prainha e Alecrim, em 1933,²²⁵ representa uma inflexão na política da Secretaria de Agricultura, colocada em prática nos anos anteriores. Entretanto, a localização desses últimos núcleos demonstra que houve uma mudança de orientação da Secretaria Estadual da Agricultura de São Paulo em relação aos objetivos dos núcleos coloniais oficiais. Se os criados até 1911, principalmente no período situado entre 1900 e 1911, tiveram o objetivo de colaborar para o desenvolvimento da acumulação de capital no complexo cafeeiro²²⁶, os que foram criados em finais dos anos de 1920 e início dos anos de 1930 passaram a ter como objetivo o despertar de regiões não anteriormente tocadas pela marcha do café e que, por isso, eram consideradas como “regiões adormecidas”²²⁷.

Essa mudança de orientação assume maior significação, se atentarmos para o fato de que esses novos objetivos conferidos aos núcleos coloniais aproximavam-se bastante das concepções defendidas pelo pensamento modernista e pelo setor mais radical do tenentismo. O modernismo, tanto em suas tendências “à esquerda” como “à direita”, defendia abertamente, em finais dos anos de 1920, a intervenção do Estado nos locais onde não parecia haver a possibilidade de um impulso modernizador próprio. O “Clube 3 de Outubro”, que aglutinava a ala mais radical do tenentismo, passou a reivindicar a instalação de núcleos de

²²⁴ PAIVA, Odair da Cruz. **Colonização...** op. cit., p. 49 e COSTA, Julio César Zorzenon. **Política colonizadora, industrialização e desenvolvimento regional e o Núcleo Colonial Barão de Antonina.** . Universidade de São Paulo: FFLCH (Dissertação de Mestrado em História Econômica), 2000, p. 6-8.

²²⁵ Dos Núcleos Coloniais citados, somente o Núcleo Colonial Barão de Antonina atingiu em seu processo de efetivação as características próprias de um Núcleo Colonial, a instalação dos outros não prosperou, ou foram abandonados, com é o caso do Núcleo Colonial Carlos de Campos, que não consta da relação oficial da Secretaria (ver Anexos), ou não evoluíram no sentido de se configurar como um Núcleo Colonial, podendo ser mais bem classificados como áreas de colonização, que possuem uma infra-estrutura material e humana mais simples.

²²⁶ Ver GADELHA, Regina Maria D’ Aquino Fonseca. op. cit., p. 134

²²⁷ Ver MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** 2 ed. São Paulo: Polis/Hucitec, 1994, p. 161 e FERLINI, Vera Lúcia Amaral; FILLIPINI, Elizabeth. **Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica.** In: Revista Brasileira de História, São Paulo: Marco Zero, nos. 25/26, 1993, p. 121.

colonização, principalmente, nas áreas mais atrasadas economicamente²²⁸. Uma observação atenta das posteriores propostas de colonização oficial, encaminhadas no período do primeiro Governo Vargas, demonstra que os princípios acima indicados estiveram presentes ao longo de todo o período.

Podemos inferir com isso, que houve, no período que nos ocupa, uma reorientação e uma evidente definição a respeito do papel da colonização. Essa nova orientação se expressou por meio de uma espécie de “divisão do trabalho colonizador”. As áreas que pudessem ser inseridas de maneira “espontânea” nos circuitos econômicos, seguindo dinâmica própria do capital privado, e que conseguissem atrair um contingente de trabalhadores e/ou pequenos proprietários já “disciplinados” para uma produção agrícola de excedentes, poderiam, e deveriam, ser objetos de uma colonização privada. As áreas consideradas adormecidas e não interessantes à inversão privada de capitais, e para as quais seriam dirigidos os trabalhadores menos disciplinados para uma produção para o mercado, deveriam ficar a cargo de programas oficiais de colonização. Por isso, a colonização oficial, durante o período, foi se tornando, paulatinamente, resultado de propostas e ações planejadas, com alto grau de controle sobre os colonos, processo esse que chegará ao seu auge com a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, em 1943.

Por outro lado, embora a colonização, oficial ou privada, estivesse ligada ao desenvolvimento de atividades agrícolas, ela não se encontrava distante dos objetivos de integração do mercado nacional e do desenvolvimento de um novo padrão de acumulação, pelo fato de que a agricultura estava, como já foi dito, passando a assumir um novo e importante papel. A produção agrícola foi se modificando no período para atender de forma mais direta as necessidades de matéria-prima, por parte das indústrias que desenvolviam e para o atendimento das populações urbanas. Acreditava-se que a colonização, ao se basear na pequena propriedade, imporia a necessidade dos colonos tornarem-se consumidores de mercadorias industriais.

O novo papel assumido pela colonização baseada na pequena produção agrícola pôde se vincular ao novo tipo de desenvolvimento que se procurava implementar no país, já que o desenvolvimento industrial, estimulado endogenamente, passou a necessitar de ampliações constantes do mercado interno. Na medida do possível, as mais diferentes regiões deveriam ser introduzidas no processo econômico. Era necessário, portanto, integrar aos circuitos do

²²⁸ CAMARGO, Aspásia Alcântara. **A Questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)**. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Difel, 1981, p. 134.

capital as regiões consideradas não produtoras e não consumidoras de mercadorias.

A colonização tornou-se, assim, uma forma privilegiada de integração econômica, permitindo que a conquista territorial interna desse curso à expansão capitalista. A conquista interna, subordinando novas áreas aos centros dinâmicos da atividade econômica, comportou-se como fator fundamental para a integração econômica e para a manutenção da integridade territorial do país e, dessa maneira, para a formação de um mercado potencial de grandes proporções:

“Como superar a vulnerabilidade da economia brasileira calcada em exportações de produtos primários e em economias regionais estanques, que punham em questão a viabilidade e a unidade do país?”

A política de desenvolvimento acelerado, além de galvanizar apoio de setores fundamentais, parecia ser a resposta mais eficaz ao problema da fragmentação do país em economias regionais pouco integradas. Embora o programa de Vargas não contivesse medidas efetivas visando um desenvolvimento mais equilibrado entre regiões do país e a redistribuição da renda, o discurso e as medidas implementadas no sentido de criar um verdadeiro mercado nacional sugerem que o programa de crescimento acelerado, consistia em um verdadeiro projeto de consolidação da nação a partir da hegemonia do capitalismo industrial”²²⁹.

A expansão territorial necessária ao desenvolvimento capitalista, com a criação de entornos e anexação de áreas satélites que impulsionaram o processo de acumulação, pôde, aqui, realizar-se internamente, devido à abundância de fundos territoriais no Brasil. A colonização, baseada na pequena propriedade apresentou-se, assim, compatível com o processo de diversificação econômica e com o desenvolvimento industrial. Isso se vinculava também à idéia de reconstrução do país, à superação de seu “arquipélago econômico”²³⁰ provocado pelas práticas econômicas do regime, vigente no pré-1930, por meio do “imperialismo interno”.

A divisão do trabalho colonizador a que nos referimos anteriormente se evidencia no fato de que no período conviveram simultaneamente experiências e propostas colonizadoras de caráter privado e oficial que apresentaram grande visibilidade. O exemplo mais significativo para o primeiro caso é o da colonização do Norte paranaense. O segundo caso pode ser verificado, ao lado das práticas de colonização desenvolvidas no Sudoeste paulista e no Vale do Ribeira, na grande solenidade com que foi apresentado o programa marcha para o Oeste que visava integrar, principalmente, os Estados de Goiás e Mato Grosso à atividade econômica.

²²⁹ CORSI, Francisco Luiz. **Política econômica e nacionalismo no Estado Novo**. In: SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2 ed rev. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002. p. 6.

²³⁰ VARGAS, Getúlio. **Diretrizes...** op. cit., p. 285

3.2 A divisão do trabalho Colonizador – A colonização Privada

Embora tenha ocorrido uma experiência coetânea desenvolvida pela CAIC que encaminhou um processo de colonização na antiga região cafeeira da situada entre os leitos das estradas de ferro Paulista e Mogiana, por meio de retalhamento de antigas fazendas de café, e, também, na região da alta Paulista, onde desenvolveu um novo programa de colonização privada no Estado, o Norte do Paraná é o caso considerado como exemplar desse processo de integração econômica, gerado pelo avanço da fronteira, por meio da colonização, baseada em pequenas e médias propriedades: *“no norte do Paraná podem ser observadas fazendas que se aproximam dos 1.000 alqueires ou mesmo os ultrapassam. Mas aqui elas têm nas vizinhanças, milhares de pequenas propriedades com uma dezena de alqueires, uma trintena no máximo”*²³¹.

A colonização efetuada no Norte do Paraná, pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, CTNP, empresa, inicialmente de capital inglês e, posteriormente nacionalizada, foi o mais destacado exemplo de iniciativa privada de colonização do período. Essa experiência foi responsável pela inserção econômica de uma área, até então, pouco tocada pelo desenvolvimento econômico.

O Norte do Paraná, ou melhor, a região do *“novo norte paranaense”*²³², resultou da ação colonizadora da Companhia de Terras do Norte do Paraná, que foi substituída, a partir de 1944, por uma companhia de capital nacional (basicamente paulista e ligada ao capital industrial), a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Esta ocupação, que se deu sob forma de colonização dirigida, envolveu uma área superior a 500.000 alqueires paulistas e teve como centro irradiador o município de Londrina.

Nesta área foi estabelecido, o que podemos denominar, um complexo colonizador, com a construção de aproximadamente 4.000 km de estradas de rodagem e com a aquisição de uma estrada de ferro que atingiu Londrina em 1935 e Apucarana em 1937²³³. Envolveu, também, a construção de usinas Hidrelétricas e de Cimento (que se localizava no Estado de

²³¹ MONBEIG, Pierre. op. cit., p, 214.

²³² O Norte do Paraná já havia sido resultado de ocupação pelo avanço das frentes pioneiras do café, na década de 1920, principalmente em sua parte Leste. Ocupação baseada na grande propriedade cafeicultura. Não é desta que se procura tratar no trabalho. Este procura enfocar a região que ficou conhecida como “Novo Norte”, melhor identificado pelo desenvolvimento de municípios hoje bastante importantes como Londrina e Maringá, que se caracterizaram, em suas origens, pelo estabelecimento de pequenas e médias propriedades, produtoras de café.

²³³ MONBEIG, Pierre. Op. cit. P, 207

São Paulo, mais precisamente em Itapeva) e Indústrias de Cerâmica e fazendas de engorda de gado ²³⁴.

A organização das propriedades, tanto no que diz respeito à sua localização e à sua aquisição pelos colonos, quanto ao sistema produtivo, que envolvia a constituição de redes de produção, distribuição, circulação e consumo, demonstra a existência de uma planificação do processo de ocupação demográfica e produtiva da região.

A venda dos lotes foi financiada. Para garantir o pagamento das prestações, o colono recebia orientação e acompanhamento técnico durante as primeiras plantações. Os lotes eram interligados por meio de estradas de rodagem que também procuravam ligá-los aos patrimônios ²³⁵ e às cidades menores que distavam não mais do que 18 km uns dos outros. Esses, por sua vez, interligavam-se a centros urbanos maiores, que foram planejados como pólos regionais, e estavam situados a uma distância aproximada de 100 km. Tais pólos teriam fácil acesso ao transporte ferroviário e seriam servidos de estradas que os ligariam diretamente ao Estado de São Paulo e, daí, com a capital paulista ²³⁶.

“Graças a essa rede, que era excepcional não só pela densidade, mas também pela quantidade, não existe um lote sequer que não tenha articulação por um bom caminho e não há um só colono muito afastado de um centro comercial. [...] O sistema rodoviário do Norte do Paraná foi concebido de maneira a facilitar as relações entre os sítios e as cidades e do campo com as casas de comércio e as estações ferroviárias. Sua amplitude e sua qualidade são um bom exemplo de ação dos loteadores para proteger o pioneiro contra o isolamento e para amparar a economia totalmente orientada para o comércio” ²³⁷.

O tamanho das propriedades variava de acordo com a proximidade dos patrimônios ou das cidades. As mais próximas, voltadas a atender o mercado local tinham extensão de aproximadamente três alqueires. As mais distantes, que produziam para o mercado paulista ou para a exportação, embora pudessem variar de tamanho, tinham, em média 20 alqueires ²³⁸.

²³⁴ Para tal, ver: AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1977, pp. 36 a 40 e JARRETA, Maria Helena. **Contribuição para a análise de um espaço norte paranaense: a área colonizada pela Companhia de Terras do Norte do Paraná**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros (Anais do 4º. Congresso da AGB), julho de 1984, pp. 83 a 93

²³⁵ Segundo Ana Maria Chiarotti de Almeida, os patrimônios “são pequenos núcleos populacionais planejados e implantados pela CTNP, onde se localizavam a igreja, a escola, o salão de festas, o campo de futebol, o campo de bocha, a escola, a venda e a máquina de beneficiamento de cereais. Circundados pelos sítios, além de constituírem espaços para as atividades lúdico-religiosas dos habitantes rurais, cumpriam a função de intermediar as relações sócio-econômicas entre campo e cidade”. Ver ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. **A morada do vale, sociabilidade e representações: um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal**. Londrina: Editora UEL, 1997, p. 43.

²³⁶ ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. op cit., p. 94.

²³⁷ MONBEIG, Pierre, p. 232

²³⁸ ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. op. cit., p. 95.

A opção pela pequena propriedade é normalmente explicada pelo fato de que esse era o melhor meio de se garantir o rápido povoamento e o suprimento de mão-de-obra, uma vez que se acreditava que as condições econômicas do período, marcadas pela forte crise, impediam que os mesmos fossem alcançados pelo regime de grandes propriedades. Também, pelo interesse de se estabelecer uma atividade econômica regional com alto grau de dinamismo próprio, que possibilitasse o consumo de mercadorias e serviços oferecidos por empresas criadas pela própria companhia colonizadora, como é o caso das já citadas companhias: a usina hidrelétrica e a fábrica de cimento. Mas, é importante destacarmos o que afirma Maria Helena Oliva Augusto:

“Também, a companhia agia como intermediária, adquirindo a preços compensadores a produção cafeeira das diversas propriedades; nesse sentido, a impossibilidade de pequenos proprietários dispersos se colocarem no mercado do produto em condições de defender seus interesses conduzia a que tivesse condições (a Cia.) de auferir lucros também dessa forma. Fica claro, então, que a colonização é levada a efeito ‘como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio (...)’²³⁹. Surge, assim, como resultado direto da necessidade de reprodução da sociedade capitalista”²⁴⁰.

Assim, o processo de Colonização do Norte do Paraná, nas décadas de 1930 e 1940 representou a incorporação da região pela expansão do capitalismo brasileiro, no estágio de desenvolvimento que este começava a assumir no momento, ou seja, quando a agricultura passava a se subordinar em relação à industrialização. A experiência privada do Norte do Paraná parece ter seguido o encaminhamento “natural” do capital agrário e comercial no período. Entretanto, muito mais do que isso, esse encaminhamento encontrava-se relacionado com as novas exigências colocadas pelo novo padrão de acumulação que se processou no pós 1930, que subordinava esses mesmos capitais a uma nova lógica de acumulação. Para lá dirigiram-se as frentes pioneiras paulistas baseadas no café. E, nesse momento, a agricultura de exportação conservava o aspecto instrumental de alcançar divisas para a importação de equipamentos industriais.

“O café alcançou o Paraná num momento em que já não se encontrava nele a base da acumulação capitalista no Brasil; entretanto, persistia na cafeicultura uma fonte de recursos essencial para a capitalização de um outro setor – o industrial – que havia assumido a dominância. [...] No momento em que se intensifica no estado (do Paraná) a cafeicultura, ao setor exportador – apoiado no café – ainda cabia importante função no sentido de propiciar divisas para a industrialização que se expandia”²⁴¹.

²³⁹ a passagem citada é de MARTINS, José de Souza. **Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. Estudos Históricos**, no. 10. Departamento de Educação, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, 1971.

²⁴⁰ AUGUSTO, Maria Helena Oliva. op. cit., p. 38-39.

²⁴¹ AUGUSTO, Maria Helena Oliva. op. cit., op. cit., p. 39.

A opção pelo café se explica pelo fato, já aduzido anteriormente, que a comercialização do café, por meio de pequenos proprietários, levaria, necessariamente à intermediação da companhia colonizadora, que compraria a produção, a preços compensadores em regime de monopólio e poderia revendê-la a preços mais compensadores ainda, catalisando, assim, a acumulação de capital mediante o controle dos mecanismos de fixação dos seus preços. Por outro lado, na década de 1930 apresentava, ainda, uma outra grande vantagem, que era a não restrição à produção cafeeira que vigorava sobre São Paulo²⁴². Afora, o seu caráter altamente ufanista, a citação que se segue ilustra bem o caso:

*“Na verdade, a afluência de imigrantes para o Paraná nesse período de quarenta anos representou a mais importante experiência de migração e colonização bem sucedida neste século no Brasil. Mais uma vez, teve basicamente o caráter de um movimento do campo para o campo, animando-o a finalidade de desenvolver a lucrativa cultura do café nas terras férteis das zonas norte e oeste do Paraná. [...] é interessante notar que o sistema de posse da terra nas regiões norte e oeste do Paraná resultou em numerosas propriedades pequenas e médias, nas quais famílias independentes de agricultores deram sadia base social ao meio rural.[...] O Paraná foi essencialmente colonizado por paulistas, com participação insignificante de imigrantes de outros Estados. Com isto, o Estado beneficiou-se muito ao receber uma estirpe promissora de capital humano do Estado mais avançado do país. Além disso, os mais bem treinados paulistas não foram tanto empurrados do meio onde viviam como atraídos para empreendimentos mais lucrativos no Paraná, contribuindo, no processo, com apreciável espírito empresarial e um volume razoável de capital físico”*²⁴³.

Era, portanto, uma nova área a serviço da inversão privada de capitais. Aí o processo de integração econômica poderia se dar de forma “espontânea” com pouca necessidade de intervenção estatal, já que o capital, pela sua própria dinâmica, para lá se dirigia:

*“[...] pouco financiamento público direto e planejamento foram necessários desde que a lucratividade de uma cultura comercial de exportação como o café era suficiente alta para que forças e organizações privadas de mercado pudessem estimular, financiar e dirigir este grande movimento migratório”*²⁴⁴.

A região, ao ser conectada de forma mais consistente aos circuitos de reprodução econômica, pôde, ainda, responder a outras exigências do novo padrão de acumulação, tais como a de se tornar uma região consumidora de mercadorias, além de colaborar na produção de gêneros de primeira necessidade como alimentos e matérias-primas a baixo custo, reduzindo, dessa maneira, os custos da produção industrial, pelo rebaixamento dos montantes destinados a cobrir o capital constante e o capital variável.

²⁴² AUGUSTO, Maria Helena Oliva e JARRETA, Maria Helena, op. cit. 34

²⁴³ GRAHAM, Douglas. **Algumas considerações econômicas para a política migratória no meio brasileiro.** In: **Migrações internas no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, Monografia no. 5, 1971, p, 23 - 25.

²⁴⁴ GRAHAM, Douglas. op. cit., p. 23

A facilidade de comunicação com o mercado tanto local como o interestadual e a relativa proximidade com o centro dinâmico da economia nacional, de onde partiam os influxos de integração econômica, explicam o rápido desenvolvimento econômico e populacional da região a partir da experiência da colonização, de tal sorte que a população triplicou nas três primeiras décadas, atingindo 48,6% da população paranaense em 1960²⁴⁵ e a sua produção cafeeira atingiu a cifra de 48% da produção brasileira no mesmo período²⁴⁶, a metade de todo o estado.

Não se pense, contudo, que as razões para esse explosivo processo de transformação capitalista e de crescimento econômico, bem como o aparente sucesso na atividade colonizadora reside no simples fato de que essa experiência originou-se de uma iniciativa privada. Essas se encontram, sobretudo, no fato de que a iniciativa privada pôde incorporar um processo que já se encontrava em curso pela própria dinâmica do desenvolvimento capitalista. Não se tratou de um empreendimento privado com objetivo de introduzir a região nos processos de desenvolvimento, mas o seu contrário, o de capturar para o capital uma oportunidade de inversão em atividades imobiliárias, agrícolas e comerciais de uma região que se tornava atraente para o investimento privado e que seguia os influxos da economia dominante no período, a paulista. Era uma área que se anexava ao processo de expansão paulista que, naquele momento, já era marcado pelo desenvolvimento industrial. Foi incorporada como área subordinada, mas integrante do desenvolvimento econômico que se processava de maneira centralizada em São Paulo.

A justificativa oficial para a venda de terras do Norte do Paraná à CTNP foi o objetivo de se evitar a posse ilegal das terras. Entretanto, a CTNP não encontrou a terra tão vazia como se afirmava, ela era, embora pouco densamente, ocupada, por posseiros, safristas e por população indígenas. Personagens esses que impuseram alguns problemas que tiveram, de uma maneira ou outra, que ser resolvidos para não impedirem o desenvolvimento da atividade colonizadora..

Não tardou também que se tivesse vez na região o surgimento de mecanismos de exploração do pequeno proprietário pela CNTP, como afirma Almeida:

“[...] os migrantes, ao se tornarem, no Norte do Paraná, pequenos proprietários não capitalizados, produtores de mercadorias e de seus meios de subsistência, vivenciaram uma situação inovadora e contraditória determinada pelo modo específico pelo qual se integraram às atividades agrícolas da região. Apesar de se transformarem em proprietários de terra e assumirem a condição de trabalhadores

²⁴⁵ ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. op. cit., p. 22

²⁴⁶ AUGUSTO, Maria Helena Oliva. op. cit., p. 40

independentes, conviviam com a possibilidade de proletarização virtual, caso não conseguissem pagar as terras para a CNTP, enfrentar as oscilações do mercado e as possíveis crises da cafeicultura. Consequentemente, na prática, foram obrigados a incorporar a maioria dos membros da família na produção e em funções assalariadas, utilizando o sobretrabalho, cujos resultados revertiam em dinheiro para o pagamento das terras”²⁴⁷.

Muito além de uma estirpe promissora de capital humano do Estado mais avançado do país, o pequeno proprietário, premido pela necessidade de pagamento das prestações do lote, com dificuldades de colocar a sua produção no mercado, teve que aceitar a venda de sua produção a preços condicionados pela companhia e, com isso incorporar todos os membros da família na atividade produtiva na pequena propriedade, aumentar jornada de trabalho familiar e empregar alguns membros em trabalho assalariado em outras atividades, possibilitando um sobretrabalho apto a ser apropriado, em forma de pagamento das prestações do lote. Como vemos, o pequeno proprietário esteve submetido a mecanismos de apropriação do excedente, que reproduzem as formas clássicas de formação de capital, nas áreas de avanço da fronteira econômica.

Não nos parece aleatório, portanto, que no processo de nacionalização da companhia, ocorrido em 1944, essa tenha sido adquirida por capitais paulistas que vislumbravam importantes investimentos no setor de bens de capital, ligado ao setor ferroviário. Entendemos que a significativa atividade econômica alcançada na região permitia que se projetasse um interessante mercado para a inversão em equipamentos de transporte ferroviário, além de se comportar como um grande elemento de formação de capital num setor nascente, que somente nesse momento começava a superar a desvantagem comparativa de sua produção interna.

A colonização do Norte do Paraná esteve, desde o seu início, ligada ao dinamismo da economia paulista, a integração da região se deu de forma muito mais estreita com São Paulo do que com qualquer parte do território nacional, inclusive o próprio Paraná. O sistema de transporte procurava ligá-la com São Paulo, onde uma parte considerável de sua produção seria exportada ou consumida. De São Paulo chegavam os principais produtos manufaturados e insumos industriais, assim como o principal contingente migratório.

A relação do Norte do Paraná com a economia paulista seria posteriormente confirmada pelas próprias autoridades paranaense na década de 1960, com a Criação da CODEPAR. Nessa instituição que procurou desenvolver políticas estaduais para o desenvolvimento do Paraná, com a unificação econômica das regiões que compunham o

²⁴⁷ ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. op. cit., p. 25 e 26

Estado, as autoridades políticas e econômicas sempre aludiam ao fato de que a maior parte do excedente econômico norte paranaense era desviado e apropriado pela economia e pelos grupos empresariais paulistas. Tratava-se, segundo essas autoridades, de mudar o sentido dessa integração econômica, fazendo com que a economia do norte do Estado viesse a “beneficiar” a economia paranaense²⁴⁸. Nessa avaliação, o Norte do Paraná era entendido como uma região periférica ao desenvolvimento econômico paulista.

Mas, é importante, nesse aspecto, ressaltar, ainda, de acordo com Maria Helena Oliva Augusto, para além de uma incorporação periférica, puramente espacial, é preciso reconhecer que o caráter subordinado da economia norte paranaense aos influxos econômicos paulistas representou a sua incorporação por uma atividade econômica agrícola e por os pequenos proprietários que estavam se subordinando ao processo de acumulação industrial, que tinha São Paulo como seu centro dinâmico.

É necessário reconhecer que a expansão econômica não se restringe aos limites administrativos estaduais. Esse é mais um elemento que reafirma que no momento todos os esforços encontravam-se canalizados para a construção de um espaço econômico nacional, com a integração do mercado interno, inclusive do mercado de trabalho. A centralização política conduzida pelo Estado, no primeiro governo Vargas, que se ampliou durante o Estado Novo, quando a autonomia dos Estados foi fortemente reduzida, serviu, indubitavelmente, de elemento facilitador para o encaminhamento do processo de articulação da economia do Norte do Paraná à economia paulista, que marchava rumo à industrialização.

Por último, é importante frisar que a colonização do Norte paranaense também contribuiu diretamente para a industrialização, no período pós-segunda guerra, como se pode observar na seguinte passagem:

*“Além de melhorar as condições para absorção de mão-de-obra, o rápido crescimento econômico do Paraná também contribuiu diretamente para o financiamento da industrialização de São Paulo. Isto ocorreu devido a alta taxação sobre os lucros da exportação do café no pós-guerra (através de uma supervalorização das taxas de câmbio). Esta renda foi posta à disposição, a taxas de câmbio subsidiadas, da importação de bens de capital para o setor industrial”*²⁴⁹.

3.3 A colonização oficial

Situação semelhante, pelo menos no que diz respeito à intensidade do processo, não poderia ocorrer nas regiões para onde se dirigiram os programas oficiais de colonização, embora seja possível inferir que o exemplo da colonização do norte do Paraná possa ter se

²⁴⁸ Ver AUGUSTO, Maria Helena Oliva. op. cit., p. 42.

²⁴⁹ GRAHAM, Douglas; HOLANDA Filho. op. cit., p. 72.

tornado um modelo a ser perseguido, numa vertente oficial, na colonização de outras áreas do território nacional.

A colonização oficial, como já foi dito, passou a se destinar ao despertar de regiões consideradas adormecidas, que não haviam sido tocadas pelo avanço de frentes pioneiras e que também não eram consideradas interessantes para a inversão privada. Nesse caso, também, parece que se reproduziu a tônica presente em todas as outras manifestações econômicas do período. Apesar da forte intervenção econômica, o Estado brasileiro e o governo Vargas nunca preconizaram a estatização da economia. Agiam direta ou indiretamente onde os investimentos privados fossem insuficientes ou desinteressantes do ponto de vista econômico. Esse é o caso do processo que se consolidou na colonização do Oeste brasileiro, principalmente naquilo que ficou conhecido como Marcha para o Oeste.

Cumprindo basicamente o que se esperava dele nesse momento, que interferisse diretamente nas regiões e atividades econômicas que não apresentavam um impulso próprio no sentido da modernização, o Estado passou a encaminhar e a substituir a ação privada no processo de conquista do interior brasileiro, nas regiões de Mato Grosso e Goiás, num processo colonizador que se basearia também no estabelecimento de pequenas propriedades de caráter familiar.

Esse papel reservado ao Estado como elemento dinamizador do interior brasileiro fica evidenciado na afirmação expressa em um artigo do Professor João Villas-Boas, publicado na Revista Ciência Política:

“Que representa, porém todo esse esforço progressista, limitado a tão minguados recursos financeiros, diante da vastidão do Estado e das distâncias consideráveis que medeiam entre os agrupamentos de população reduzida.

Como a grande maioria dos Estados brasileiros, Mato-Grosso não pode atender às necessidades dos seus habitantes, nem promover o próprio desenvolvimento com a exploração das suas fabulosas riquezas naturais, utilizando-se apenas dos seus exíguos recursos orçamentários.

Só a União poderá fazê-lo. E é o que já está fazendo, desde o momento em que o Sr. Presidente da República, numa visão superior dos mais vitais interesses do Brasil, traçou o programa de realizações práticas, que sintetizou na fórmula – “Marcha para o Oeste”²⁵⁰.

Como veremos esse processo não apresentou os mesmos resultados da atividade colonizadora empreendida no Norte do Paraná, pois a incorporação da região não conheceu a mesma velocidade e não alcançou os objetivos que, segundo João Vilas-Boas, no mesmo artigo, haviam sido anunciados por Vargas:

²⁵⁰ VILLAS-BOAS, João. **O sertão e a política construtiva do presidente Getulio Vargas**. In: Revista Ciência Política. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência Política/DIP, no. 5, 1941, p.26.

“[...] É necessário à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros, o que só pode ser feito aumentando o rendimento do trabalho agrícola. Com esse intuito é que se empenha o Governo Nacional em fixar no campo os brasileiros animosos, reunindo-os em núcleos de colonização”²⁵¹.

É evidente, contudo, que havia o interesse em incorporar a região Centro-Oeste à economia nacional e também que essa incorporação devia ocorrer principalmente pelo desenvolvimento de atividades agrícolas, baseadas em pequenas propriedades, cuja produção deveria voltar-se ao mercado, possibilitando, assim, que o pequeno proprietário se convertesse em um consumidor de mercadorias industriais.

A necessidade de incorporação da região Centro-Oeste vinculou-se a uma série de avaliações presentes no momento em questão como um verdadeiro caso de segurança nacional. O Oeste brasileiro, principalmente Mato Grosso, era considerado como uma região em eminente perigo de desmembramento do Território Nacional. Na região ainda estava presente a memória da ocupação militar efetuada pelo Paraguai, na segunda metade da década de 1860, que, segundo as avaliações feitas pelo Dr. João Villas-Boas, em seu artigo, só pôde ocorrer não apenas pela segregação da região em relação ao restante do país, mas também em virtude do seu despovoamento e das longas distâncias.

Tal situação teria sido amenizada pela ação posterior do governo imperial em fortificar a região; mas, apesar da aparente segurança da região possibilitada pela presença militar, a situação econômica do Norte Mato-grossense permaneceu em estado de letargia: *“Toda a região do Norte e do Centro do Estado definha”*. Tal situação contrastava com a pujança do sul do Estado que se beneficiou de seu contato econômico com São Paulo durante as duas primeiras décadas do século XX: *“Em contraposição o Sul entra numa fase de franca prosperidade. O intercâmbio com o Estado de São Paulo, facilitado pela Noroeste, atrai para ali uma população heterogênea de comerciantes, agricultores, artesões e aventureiros de toda a casta”*²⁵².

Segundo esse mesmo autor, o surto desenvolvimentista no Sul do Mato Grosso, havia possibilitado inclusive um aumento da segurança na fronteira paraguaia, às custas, no entanto, de um maior descuido com a segurança na fronteira boliviana²⁵³. Esse breve surto econômico e povoador do Sul, todavia, refluíu no período coincidente com o termino da primeira Grande

²⁵¹ Discurso de Vargas no dia primeiro de maio de 1941. Citado por VILLAS-BOAS, João. Idem, p. 28.

²⁵² VILLAS-BOAS, João. op. cit., p. 23

²⁵³ É interessante observar que a região fronteira com a Bolívia havia sido o local de exílio de uma parte significativa de combatentes da Antiga Coluna Miguel Costa - Prestes.

Guerra, fazendo com que todo o Estado entrasse novamente “*no ritmo monótono da sua vida regular*”²⁵⁴. Assim, na conclusão do referido autor, a defesa militar não seria suficiente para assegurar a presença do Estado no território Nacional; era necessário, pois, cuidar de sua defesa econômica.

Ainda segundo o autor, isto só começara a ocorrer com a ascensão de Vargas, que teria alcançado o mérito de superar os “*golpes profundos de retardamento, em consequência das lutas partidárias,... [que] perturbavam o comércio, sacrificavam indústrias, arrasavam propriedades e despovoavam cidades*”²⁵⁵. A ação do governo teria começado com um plano de transportes para a região e teria sido coroada, logo após a chegada do Estado Novo, com o estabelecimento de um importante plano povoador e colonizador baseado em pequenas propriedades²⁵⁶.

Percebe-se, por meio da avaliação acima resumida, que a colonização oficial no Oeste brasileiro inscrevia-se numa preocupação relativa à segurança nacional e à possibilidade de enfrentamento dos riscos de desmembramento dessa região do território brasileiro. Tais riscos, contudo, só seriam verdadeiramente solucionados se a referida região se integrasse de forma mais efetiva à atividade econômica nacional. A colonização baseada na pequena propriedade seria o fator que asseguraria a manutenção dessa parte do território, superando os custos e a ineficiência de uma defesa apenas militar. Infere-se que a colonização não teria apenas o efeito de assegurar a manutenção de parte significativa, de aproximadamente 1/5 do território brasileiro, mas seria elemento fundamental para o desenvolvimento do mercado interno nacional e para a exploração de sua riqueza natural, o que serviria de alavanca para o desenvolvimento industrial, fim real de toda ação integradora da região.

A ocupação do Oeste, apesar de se basear em atividades primárias, representava, na visão de alguns contemporâneos, um efetivo programa de fomento industrial. Nesse sentido, as afirmações apresentadas pelo Dr. Djacir Menezes, membro do Conselho Nacional do Trabalho, em conferência denominada “O Nacionalismo econômico no pensamento do Presidente Vargas” e realizada no Instituto Nacional de Ciência Política, transcrita na Revista Ciência Política, assumem grande importância instrumental.

O autor inicia, este artigo, criticando o liberalismo como doutrina elaborada pelos países centrais, para justificar a sua expansão imperialista e como elemento de sustentação de

²⁵⁴ VILLAS-BOAS, João. op. cit., p. 24

²⁵⁵ VILLAS-BOAS, João. op. cit., p. 24

²⁵⁶ VILLAS-BOAS, João. op. cit., p. 29

uma Democracia fictícia e formal, que havia se instalado no Brasil, no período anterior a 1930. Em seguida defende o regime instaurado no pós 1930, principalmente com a instalação do Estado Novo, como uma Democracia realista e funcional.

Seguindo esse percurso, o autor afirma que esse regime e o seu chefe se caracterizavam por expressar um verdadeiro nacionalismo, cuja meta era superar a ação da finança internacional que impedia o alcance de “*soluções dos problemas sociais que, por sua vez, só podem ter soluções nacionais condicionadas às particularidades geográficas, étnicas, históricas econômicas de cada povo*”²⁵⁷. Segundo o autor, a única solução possível encontrava-se “*na defesa autárquica das nações, consultando, não os desígnios desumanos da finança internacional, mas os interesses legitimamente brasileiros*”²⁵⁸.

Dessa maneira, o presidente e o novo regime conseguiram dar passos a dois encaminhamentos necessários ao desenvolvimento brasileiro: a neutralização do problema da formação de núcleos homogêneos de imigrantes estrangeiros, que só chegaram a apresentar algum risco em virtude da “*imprevidência política dos governos da primeira Republica, distraídos com os sucessos eleitorais*”²⁵⁹; e a industrialização brasileira, simbolizada pelo programa de construção da grande siderúrgica. Essas duas atitudes haviam possibilitado a emergência do imperialismo brasileiro, que, na visão do autor, citando Vargas, “*era pacífico: visava à conquista do próprio país, para dilatar suas fronteiras econômicas até as lindes de suas fronteiras políticas*”²⁶⁰. A decisiva opção pela conquista interna, ao permitir o aproveitamento de nossas riquezas naturais, representaria a possibilidade de desenvolvimento industrial:

*“Acelera-se a conquista de nossas próprias riquezas naturais. As fronteiras econômicas se dilatam dentro do território afim de coincidir com suas fronteiras políticas. No estabelecimento da coincidência dessas duas fronteiras está o mais luminoso programa de desenvolvimento industrial, livrando assim nossa economia de influências estranhas dotando o Estado dos meios necessários para exploração e aproveitamento os nossos recursos naturais”*²⁶¹.

Finalmente, o autor defende a industrialização como fator de desenvolvimento ao criticar uma pretensa vocação agrícola brasileira, afirmando que tal visão se prende a teorias estranhas à realidade brasileira, como por exemplo, o liberalismo, e que se comportam como expressões de interesses externos, dos países centrais.

²⁵⁷ MENEZES, Djacir. **O nacionalismo político no pensamento do Presidente Vargas**. In: Revista Ciência Política. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência Política/DIP, no. 5, 1941 p. 63

²⁵⁸ MENEZES, Djacir. op. cit., p. 64

²⁵⁹ MENEZES, Djacir. op. cit., p. 65

²⁶⁰ MENEZES, Djacir. op. cit., p. 65

²⁶¹ MENEZES, Djacir. op. cit., p.66

“O velho chavão, que o acacianismo nacional repercutiu para nos convencer de que o “Brasil é um país essencialmente agrícola”, foi forjado pelas nações industrializadas, que estavam interessadas no nosso agrarismo eterno. Elas exportaram para nós seus artigos maquinofaturados e levaram nossa matéria prima, beneficiando-se, ainda por cima, com o mecanismo parasitário de uma política de padrão ouro sangradora da nossa economia. Ainda nos escravizaram habilmente a teorias que exprimem interesses alheios e não os nossos. A título de ciência, se impuseram doutrinas contrárias aos interesses nacionais, realejados nas escolas superiores, onde formaram elites afeitas às sutilezas da especulação juriforme, mas alheias, frequentemente, à gravidade dos problemas econômicos, encarados com a facilidade literária da oratória parlamentar”²⁶².

A avaliação acima mostra-se extremamente interessante, pois expressa que o processo de conquista do interior brasileiro, consubstanciado no programa “Marcha para o Oeste”, mesmo que fundamentada em atividades ligadas ao setor primário da economia seria fundamental, a partir da expansão capitalista e da integração do mercado, para o desenvolvimento industrial do país.

O Imperialismo interno brasileiro estaria, sem dúvida, contribuindo para a emergência de um novo padrão de acumulação, que para ocorrer necessitaria de uma ação estatal que procurasse intervir na economia, ultrapassando o livre jogo das forças de mercado. Ou seja, a industrialização deveria ser estimulada de maneira clara e eficaz pelo Estado. Dentre esses estímulos, estava a conquista do Oeste por elementos majoritariamente brasileiros, para que não se repetissem os riscos à soberania nacional que chegaram a ser aventados pelos imigrantes que haviam se estabelecido em núcleos homogêneos.

Assim segurança nacional, preservação do território, mercado para o desenvolvimento industrial do país eram aspectos que se encontravam correlacionados na expectativa do processo de colonização do interior brasileiro. A percepção de que esse processo de integração e de consolidação da unidade nacional estava sendo conduzido pela industrialização que se concentrava no Centro-Sul, especialmente, São Paulo apareceu de, forma clara, nas interpretações de R. P. Castelo Branco, escritor e jornalista piauiense, difundidas nas páginas da Revista Cultura Política, da qual ele era um assíduo colaborador:

“As principais metrópoles do país transformaram-se em vivos focos de irradiação, não só econômica como cultural. O Rio de Janeiro e São Paulo, sobretudo, erguem parques industriais de 1ª. grandeza, exercendo sobre o resto do país, dia a dia mais, esta dualidade de forças peculiar aos corpos em movimento: uma centrípeta, alargando-a mais e mais; outra centrífuga prendendo os demais centros em seus elos econômicos e sociais. Com seu desenvolvimento e a especialização das economias regionais, integram-se todas elas, cada vez mais fortemente, num poderoso organismo homogêneo,

²⁶² MENEZES, Djacir. op. cit., p. 66

*revitalizado pela circulação interna do pensamento e da riqueza. O estímulo deste intercâmbio [...] é assim obra do mais puro nacionalismo”*²⁶³.

Podemos observar que o autor acima trabalha com razoável clareza em relação ao processo de integração do mercado interno. Para ele, essa integração era comandada pelo processo de industrialização que se encontrava concentrado nas principais metrópoles brasileiras, particularmente São Paulo, chegando, inclusive a abordar a constituição de economias regionais especializadas integradas pelo centro, num organismo homogêneo. Esse seria o caso do Oeste brasileiro, que povoado e integrado economicamente à base da pequena propriedade, especializar-se-ia na produção de gêneros destinados aos centros urbanos e no consumo de mercadorias industriais.

Essa é também uma das interpretações presentes na historiografia, Alcir Lenharo, ao analisar o processo de Marcha para o Oeste, como importante elemento de constituição da ideologia Estado-novista, chega a afirmar que:

*“[...] a mudança da paisagem social da Amazônia, de Mato Grosso e de Goiás se amarra na idéia de ampliação do mercado interno de consumo para absorver a crescente produção industrial. Isto através da irradiação da pequena propriedade, tomada como o meio de se aumentar o rendimento do trabalho agrícola”*²⁶⁴.

Existem interpretações que trabalham com a idéia de que o processo de ocupação do Oeste, por meio de um projeto colonizador baseado na pequena propriedade, estaria voltado, no longo prazo, a homogeneizar as condições de desenvolvimento do país, única forma de se garantir a manutenção de sua integridade territorial. Isto é o que considera Luis Diniz Lopes Filho, ao analisar a política territorial de Vargas como expressão de uma ideologia geográfica que procurava identificar a construção da nacionalidade brasileira como resultado da construção de seu território, observa que a manutenção da integridade do território nacional era o objetivo máximo do processo de conquista territorial, empreendida pela Marcha para o Oeste. Essa manutenção da integridade territorial só seria alcançada, na visão de Vargas e dos ideólogos do regime, se os desequilíbrios econômicos regionais fossem atenuados. Por isso, as colônias agrícolas previstas seriam pólos irradiadores de desenvolvimento regional:

“A integração proposta pelo presidente consiste, pois, numa modernização da estrutura produtiva em toda a extensão territorial do país, objetivo este que exigiria a montagem de um setor de bens de produção (para difundir o progresso técnico por todos os setores produtivos e por todas as regiões do país), e um desenvolvimento da atividade mineradora, capaz de mobilizar os recursos ainda

²⁶³ BRANCO, R. P. Castelo. **A unidade brasileira e suas causas determinantes**. In: Revista Cultura Política. Rio de Janeiro: DIP, abril de 1941, ano 1, no. 2 p. 90.

²⁶⁴ LENHARO, Alcir. **A conquista do corpo geográfico...** op. cit. , p. 97

inaproveitados do território nacional para a implantação das indústrias de base”

²⁶⁵.

Esse mesmo autor afirma, no entanto, que, para tal, seria necessária uma etapa anterior, em que a indústria nacional tivesse assegurado a sua dinâmica própria, a partir do favorecimento daquelas indústrias que, no momento em questão, encontravam-se espacialmente concentradas.

“Mas, antes que o progresso técnico se irradiasse por todo o território, o Brasil continuaria marcado por uma profunda heterogeneidade, expressa na existência do que Vargas denominou de “regiões geo-econômicas”. Até o dia em que o Brasil pudesse finalmente constituir “um corpo econômico homogêneo”, O Estado deveria ajustar suas prioridades segundo as características de cada região, tal como segue: “no centro, a carência de transportes, o aproveitamento das vias fluviais, os meios de acesso às riquezas do sub-solo, serão as prioridades dominantes, conjugadas com os esforços para acelerar o povoamento. No Norte, o reagrupamento das populações, o combate às endemias, a valorização e industrialização dos produtos nativos, com a melhoria das comunicações e transportes, constituirão núcleo do esforço geral da União, dos Estados e Municipalidades. No Nordeste, onde já são vultosas inversões de dinheiro público em obras de fixação da população, é preciso prosseguir nos rumos traçados – açudagem, irrigação, estradas e policultura. No sul, onde se acham localizadas as maiores lavouras e cerca de 80% das indústrias, persistiremos na obra encetada, de apoio aos empreendimentos produtivos” ²⁶⁶.

Nesse sentido, o processo de integração econômica do Oeste serviria como base de apoio para o desenvolvimento industrial paulista, mesmo que se cogitasse, no futuro, uma possível desconcentração dessa atividade. Tal consideração pode ser pertinente, se atentarmos que ela reflete uma postura bastante presente na concepção de mundo e de sociedade, influenciada, entre outras tendências, pelo Positivismo que impregnava Vargas, ou seja, a idéia de que todo processo deve seguir etapas bem definidas.

As etapas a serem seguidas, bem como a defesa da industrialização como sinônimo de progresso e modernização, são um elemento presente e importante no pensamento e na prática positivista. Assim, antes de generalizar-se por todo o território brasileiro, a industrialização deveria ter uma base sólida a ser constituída pelo favorecimento do setor industrial que se apresentava no momento e que se concentrava em São Paulo. Não entendemos, portanto, ser fortuita a afirmação de Vargas na existência de duas economias: uma “sujeito” – caracterizada por São Paulo - e outra “objeto” – o Oeste - do imperialismo brasileiro. Podemos, dessa forma, compreender que a proposta de colonização do Oeste, no momento que nos ocupa, voltava-se, sim, a favorecer a acumulação urbano-industrial, cujo centro estava localizado em São Paulo. Só posteriormente, a partir dessa concentração inicial é que poderíamos pensar

²⁶⁵ DINIZ FILHO, Luís Lopes. op. cit., p. 91.

²⁶⁶ DINIZ FILHO, Luís Lopes. op. cit., p. 91.

numa desconcentração industrial e na homogeneização do desenvolvimento. Nesse momento, os graus de desenvolvimento deveriam ser desiguais para que a industrialização tivesse curso.

Outra interpretação interessante é a que sustenta a tese de que o processo de colonização por meio de pequenas propriedades, entre outros atributos, significaria uma estratégia cautelosa de enfrentamento ao latifúndio, por tudo o que ele representava em termos de atraso, auto-suficiência, poder local e ênfase na atividade exportadora. Na medida em que um enfrentamento direto aos interesses representados pelo latifúndio poderia ter um resultado politicamente catastrófico, o governo preferiu aparentemente conciliar com os mesmos e não enfrenta-los diretamente, mas enfraquecê-los paulatinamente pelo crescimento da produção familiar destinada ao mercado interno. O enfrentamento ao latifúndio dar-se-ia pela consolidação de uma classe de pequenos proprietários, numericamente significativa, que poderia contrabalançar a influência política e econômica dos grandes proprietários de terra:

“Delineia-se, assim, a estratégia de colonização: armar um cerco ao latifúndio, de fôlego longo. Apoiar a pequena propriedade de modo a que ela, lentamente, corroesse a velha ordem latifundiária, e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia”²⁶⁷.

Essa visão é presente em pensadores do período, dentre os quais Oliveira Vianna, para quem, a pequena propriedade era fundamental para a efetiva constituição da sociedade brasileira. Segundo esse autor, enquanto a grande propriedade continuasse hegemônica, o Brasil estaria sem *“quadros sociais completos; sem classe média; sem classe industrial; sem classe comercial”*²⁶⁸.

Essa perspectiva é bastante generosa e tentadora, pois efetivamente pode sugerir a hipótese de que o processo de colonização oficial do oeste teria como referência dois exemplos históricos: o avanço das fronteiras ocorrido nos Estados Unidos, no século XIX, e o processo brasileiro que se desenvolvia simultaneamente, a colonização do Norte do Paraná.

A relação com o ocorrido nos Estados Unidos, no século XIX, é bastante interessante e realmente apresenta razoáveis similitudes com o que se pretendia alcançar no Brasil, ressaltando, evidentemente, que lá o avanço das fronteiras econômicas rumo ao oeste serviu, de acordo com a tradicional tese de Turner²⁶⁹, como fator legitimador da democracia liberal e aqui, ao contrário, era utilizado para justificar e legitimar o regime autoritário²⁷⁰.

²⁶⁷ LENHARO, Alcir. op. cit., p. 98

²⁶⁸ PAIVA, Odair da Cruz. **Colonização....**op.cit., p. 34

²⁶⁹ Ver VELHO, Otavio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1976, cap. 1.

²⁷⁰ VELHO, Otavio Guilherme. op. cit., cap. 1.. Ver também: RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste**. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970 e LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Papirus, 1986

O avanço norte-americano ao Oeste, sustentado na pequena propriedade de caráter familiar, permitiu ao mesmo tempo a construção de um mercado interno para as indústrias concentradas no Nordeste daquele país e a construção de uma espécie de parceria entre as duas regiões que isolou econômica, mas principalmente politicamente, o sul latifundiário²⁷¹. É verdade que tal situação levou ao risco de secessão, mas esta pôde ser evitada com a superioridade material do Norte e, levou, no final das contas, ao estabelecimento de uma hegemonia industrialista sobre a economia e a política norte-americanas. No caso brasileiro, ainda, o controle de todo o processo por um Estado interventor tenderia a afastar de forma mais efetiva qualquer risco posterior de secessão.

A experiência coetânea que se desenvolvia no Norte do Paraná também pode demonstrar, pelo explosivo crescimento populacional da região, que o pequeno proprietário poderia se transformar em um agente numericamente importante e que tal dimensão acarretaria uma ampliação de sua participação política, num futuro razoavelmente próximo.

Ao mesmo tempo, a não interferência direta, num primeiro momento, ao poder do latifúndio se revelava instrumentalmente importante para o processo de povoamento do Oeste, de acordo com as características que se pretendia imprimir a ele, ou seja, um povoamento que articulasse tal região não só ao mercado brasileiro, mas também o fizesse com a garantia de seu controle nacional.

Vargas por varias vezes se referiu ao esforço do governo em garantir a fixação da população no Nordeste, no entanto, esse esforço limitava-se, apenas, à realização de obras que procuravam amenizar as causas naturais que geravam fatores de expulsão da população nordestina, tais como as obras de combate à estiagem²⁷². As questões relativas ao combate às causas sociais de expulsão populacional mereceram prudência muito maior. Nesse sentido, as críticas em relação aos latifúndios, como fator de geração de excedentes populacionais e de sua expulsão, não encontraram a mesma ênfase nos discursos presidenciais.

Pode-se argumentar que uma intervenção na estrutura fundiária era algo que fugia às possibilidades do período, pois corresponderia a uma espécie de suicídio político, na medida em que, com tal atitude, o governo desencadearia fortes pressões dos grupos dominantes do

²⁷¹ MOORE, Barrington. **Origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.116-119.

²⁷² Ver citação na página 152 desta tese. Mesmo esses esforços eram considerados insuficientes por autoridades locais como fator de fixação populacional. Odair da Cruz Paiva apresenta, em seu trabalho, uma série de telegramas enviados por prefeitos nordestinos reclamando da demora em se concluir obras de combate à seca. Nesses telegramas, os prefeitos são enfáticos em afirmar que a não realização de tais obras acarretava como consequência a fuga de população e a formação de um enorme contingente de retirantes.

Nordeste, num momento em que precisava constituir bases de apoio. Essa questão, contudo, explicita o fato de que a política migratória, que foi se elaborando, apresentava um caráter refinado no que se refere à idéia de política como administração de conflitos e interesses, com o propósito de alcançar objetivos definidos.

Assim, ao assumir a posição de não intervir na estrutura tradicional da economia e sociedade nordestinas, e ao passar a subsidiar a produção e a distribuição do açúcar, o governo, ao mesmo tempo em que não gerou descontentamentos entre os grupos dominantes da região, permitiu que o nordeste cumprisse a função de fornecedor de uma abundante força de trabalho que poderia atender às novas exigências migratórias.

A manutenção da tradicional estrutura da propriedade nordestina pode ser considerada uma importante face da política migratória do período e ajuda-nos a compreender como essa política foi sendo elaborada não apenas no sentido de dirigir os movimentos populacionais para determinadas regiões, mas também de como “produzir” esses mesmos movimentos populacionais.

Tratava-se, ainda, de um “tipo” de deslocamento populacional que se vinculava aos objetivos de ocupação do interior com segurança nacional. Se a ocupação do Oeste permitiria a sua ligação, via mercado, com as regiões mais industrializadas, situadas ao Sul, principalmente São Paulo, o seu povoamento com contingentes populacionais nacionais, vindos do nordeste garantia a sua ocupação com um elemento humano menos contaminado por influências externas e, portanto, mais expressivo de uma identidade e de uma cultura efetivamente nacionais. A caracterização do nordestino, como um “tipo” humano que preservou mais diretamente as características nacionais, é encontrada nesta passagem de R.P. Castelo Branco:

“Enquanto o sul, com a imigração intensiva, enveredava por estradas novas em sua civilização [...] o norte se conservava fiel ao bloco original [...] no Setentrião todos os elementos culturais gravitaram em torno de Salvador e Recife cuja influência se irradiava avassaladora, favorecendo a unidade espiritual, ao contrário do sul. [...] Isolado do contato externo, exceção feita da influência espiritual francesa, recebida mais ou menos indiretamente, o nortista elaborou uma mentalidade muito mais nativista e una.

Deste modo, segregado de qualquer corrente migratória ponderável, isento de fatores estranhos que perturbassem a elaboração de sua sólida unidade e conservando, na formação racial, unicamente os elementos primitivos, o nortista é, em geral, um brasileiro de várias gerações, por todos os costados, radicalmente nativista [...]. E graças a isto, cabe sem dúvida, a ele, ou mais precisamente, ao nordestino, o grande papel de guardião da unidade brasileira

[...] Animados desta extraordinária força centrífuga, os nordestinos desempenham, modernamente, o papel que os bandeirantes desempenharam no passado, em relação à unidade nacional, espalhados pelo Brasil como uma teia defensora contra

*a desagregação, que a diferença de progresso e de migração, os erros políticos e a trama oculta dos imperialismos já teriam, sem ela, realizado”*²⁷³.

Assim, a colonização por meio da pequena propriedade no Oeste brasileiro seria fator de união das características do Sul e do Nordeste, do mesmo modo que a sua realização seria resultado dessa união. Do Sul, identificado com a modernização e com a industrialização, viriam os influxos econômicos que permitiriam a incorporação dessa região, ao mercado brasileiro, como produtora e consumidora de mercadorias. Essa região, entretanto, não dispunha de excedentes populacionais significativos, uma vez que parte de sua população já estava sendo atraída pelo crescimento industrial dos centros urbanos e pela frente pioneira que estava se abrindo no Norte do Paraná, de tal sorte que a sua própria agricultura já reclamava da ausência de braços que eram buscados, inclusive, no próprio Nordeste ou em Minas Gerais.

É do Nordeste, portanto, que deveriam vir os recursos humanos necessários à tarefa de povoamento e colonização. Elementos humanos que, além de excedentes em seus lugares de origem, apresentariam a vantagem de não se encontrarem contaminados por culturas e ideologias estranhas, nem representarem interesses de firmas e governos estrangeiros e que não gerariam “quistos étnicos” em uma parte do território potencialmente ameaçada de desmembramento. Mais ainda, era um contingente populacional que poderia ser convertido à economia de mercado e a relações sociais mais próximas das exigidas pelo avanço capitalista, bastando para tal que nele fossem incutidos, como afirmou Vargas, “*hábitos de atividade e economia*”²⁷⁴. Daí a necessidade de agrupá-los, controlá-los e discipliná-los em colônias agrícolas regidas por forte hierarquia e controle.

A colonização do Oeste responderia, dessa forma, aos imperativos de integração do mercado sobre a égide do novo padrão de acumulação e permitiria certa garantia de nacionalização do território. Tal processo permite vislumbrar que a integridade do território ao mesmo tempo em que seria garantida pelo desenvolvimento do mercado e da industrialização seria, reversamente, um fator de impulsão ao desenvolvimento industrial, na medida em que representaria a construção de um novo mercado para a produção brasileira.

Paralelamente à formulação do programa de integração, colonização e povoamento do Oeste, que ficaria conhecido como Marcha para o Oeste, já se desenvolviam, em São Paulo, experiências oficiais de colonização em regiões não tocadas pelas frentes pioneiras do café, consideradas adormecidas e denominadas como “sertão” ou “Amazônia Paulista”. São os

²⁷³ BRANCO, R. P. Castelo. **Imigração e nacionalismo**. In: **Cultura Política**. Rio de Janeiro: DIP, Ano II, no. 15, maio de 1942, p. 28 -30.

²⁷⁴ VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil...**op. cit., vol. 1, p. 28.

Trabalhadores nortistas encaminhados rumo Oeste por iniciativa do Governo

Extraído de CARVALHO, Péricles Melo. **A concretização da “Marcha para o Oeste”**. In: **Cultura Política**. Rio de Janeiro: DIP, Ano I, no. 8, outubro de 1941.

casos do Núcleo Colonial Barão de Antonina, localizado em Itaporanga, e das áreas de colonização do Vale do Ribeira, localizados, respectivamente, nas regiões Sudoeste e Sul do estado.

Nesses casos, principalmente no caso do Núcleo Colonial Barão de Antonina, as autoridades preocupavam-se em afirmar que estava se construindo uma nova experiência colonizadora: “*O NCBA seria o ponto inicial de uma nova política de colonização para o estado de São Paulo*”²⁷⁵. Segundo essas mesmas autoridades, seria o NCBA “*uma mostra de uma política inteligente e persuasiva de assimilação*”²⁷⁶ e uma “*colméia de trabalho e nacionalização em pleno sertão paulista*”²⁷⁷. Isso permite observar que nesse núcleo já se imprimiam características da política colonizadora que se objetivaria implementar no Oeste, a ênfase na produção em pequenas propriedades voltadas ao mercado e a nacionalização dessa produção, pela priorização do elemento nacional e assimilação do estrangeiro. Em relação a essa situação, ao comentar a posição de técnicos, que pautados na experiência concreta do NCBA, defendiam a ampliação da instalação de núcleos coloniais, Odair da Cruz Paiva observou:

*“O Núcleo colonial emergia como a concretização de uma ação mais efetiva e moderna do Estado no fomento à pequena produção. O Estado criava, nesses núcleos, uma organização mais complexa. [...] Neste sentido, o Núcleo Colonial, na perspectiva dos técnicos, representava uma ação modelo, onde o Estado assumiria, de forma efetiva, parcela importante da responsabilidade no fomento à pequena produção”*²⁷⁸.

Neste sentido, é possível inferir que na virada das décadas de 1930 e 1940, a experiência colonizadora do NCBA permitiu que se formasse, do ponto de vista técnico, uma evidência concreta de que a estratégia oficial de colonização de regiões consideradas adormecidas e não atraentes à inversão privadas poderia ser estendida ao Oeste, como interessante à realização de um novo tipo de colonização adequado aos processos de desenvolvimento em curso no período. Isso ganha mais destaque, se observarmos que a experiência paulista do NCBA começava a demonstrar que era possível produzir e

²⁷⁵ **A colonização oficial em São Paulo e o Núcleo Colonial Barão de Antonina.** Boletim do SIC. São Paulo, no. 2, outubro de 1940, p. 13

²⁷⁶ **A colonização oficial em São Paulo e o Núcleo Colonial Barão de Antonina.** Boletim do SIC. São Paulo, outubro de 1940, p. 16

²⁷⁷ Nome de um filme a respeito do NCBA, produzido pelo DPDC (Departamento de Produção e Difusão Cultural), antecessor do DIP, em 1938.

²⁷⁸ PAIVA, Odair da Cruz. **Colonização...**op. cit., p. 79-80.

comercializar um importante insumo agrícola, como o algodão, a preços inferiores à média do mercado²⁷⁹, como pode ser observado no quadro abaixo:

QUADRO 7
PREÇO MÉDIO DO ALGODÃO – Bruto por Arroba em Cr\$

Ano	Preço Médio por Arroba – NCBA (1)	Preço Médio por Arroba - Est. de S. Paulo (2)	Proporção do Preço Médio por Arroba do NCBA em relação ao Preço Médio por Arroba do estado de S. Paulo.
1942	17,37	19,2	90,46%
1943	22,00	25,7	85,60%
1944	20,00	27,5	72,72%
1945	19,25	27,8	69,24%

Fontes: (1) Relatórios da Agricultura do NCBA (1942, 1943 e 1945) Hi: 4184/04 de janeiro de 1943; 4272^a/03 de dezembro de 1943; 5204^a/20 de novembro de 1945

(2) ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. de. Op. Cit. , p. 173.

Uma possível influência da experiência concreta do NCBA com a consolidação da política de colonização do Oeste pode ser sugerida pela participação do Sr. Henrique Doria de Vasconcelos na composição do CIC, após 1938. Ele havia sido o chefe do Departamento de Terras e Colonização (DTC) paulista, no início da década de 1930 e o responsável pela efetiva instalação do NCBA, após 1931. Embora num primeiro momento, tenha participado do CIC como observador indicado do Estado de São Paulo, a participação paulista era tida como fundamental devido à experiência acumulada por esse estado nos assuntos relativos à colonização. Talvez esse fato não possa ser encarado apenas como uma coincidência, já que o NCBA era visto, como já afirmado anteriormente, como um laboratório de novas experiências colonizadoras.

²⁷⁹ Ver COSTA, Julio César Zorzenon. op. cit., p. 140-141.

3.4 A colonização do Oeste e a Nacionalização

De acordo com os interesses e as influências, descritos anteriormente, o governo procurou empreender, de forma mais decisiva, a colonização do Oeste com a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, as CANs, por meio do Decreto-Lei no. 3.059 de 14 de fevereiro de 1941. A criação das CANs que se destinavam a ser a “*espinha dorsal da Marcha para o Oeste*” foi precedida por uma nova organização dos núcleos coloniais estabelecida no Decreto-Lei no. 2.009 de 09 de fevereiro de 1940, de tal sorte que esses dois instrumentos legais encontram-se relacionados²⁸⁰.

O Decreto-Lei 2.009, por sua vez, reitera princípios formulados nos instrumentos legais, acerca da colonização e da assimilação dos estrangeiros, instaurados em 1938. Além de reforçar o direito de inspeção, pelo governo federal, de qualquer núcleo colonial, seja ele privado ou oficial, explicita as condições para a localização dos núcleos, para a sua organização produtiva e administrativa e também para a aquisição dos lotes e para a concessão de favores aos colonos. Em relação a esse último aspecto, reafirma o Decreto 3.010 de 20 de agosto de 1938, ao dispor que “*serão cassados os favores estabelecidos neste decreto aos colonos, que nos núcleos coloniais transgredirem ou deixarem de cumprir*” as suas disposições. O Decreto 3.010 é o que regulamenta o Decreto-Lei 406 de 04 de maio de 1938, que versa sobre a entrada de estrangeiros no Brasil. O Decreto 3.010, entre as suas várias disposições, apresenta um de seus títulos voltado à questão da concentração dos estrangeiros e de sua assimilação.

Nesta parte o texto dispunha, no artigo 165, que nenhum núcleo colonial poderia ser constituído por estrangeiros de uma só nacionalidade; que o Governo Federal, por meio da DTC, fiscalizaria os núcleos coloniais estaduais, municipais e, até mesmo particulares; que essa fiscalização seria exercida com o objetivo de impedir a criação de núcleos coloniais com estrangeiros de uma só nacionalidade, de evitar que neles ocorresse a preponderância ou concentração de estrangeiros de uma nacionalidade e de evitar, ainda, que os colonos estrangeiros deixassem, nos primeiros quatro anos, a profissão com a qual foram admitidos no país. Previa, em seu artigo 166, que em qualquer núcleo colonial fosse mantido um mínimo de 30 % de brasileiros natos e um máximo de 25 % de estrangeiros de cada nacionalidade; que

²⁸⁰ O Decreto-Lei de criação das CANs faz várias referências ao Decreto-Lei que dá nova organização aos núcleos coloniais, tais como em seu primeiro artigo, indicando as CANs como uma outra possibilidade de colonização e no artigo 16 que trata sobre os lotes urbanos e rurais. Os artigos que tratam das condições para a criação das colônias, das áreas dos lotes, das benfeitorias, dos auxílios aos colonos, bem como dos fatores que poderiam levar à sua reclusão reproduzem, de forma praticamente literal, os artigos do Decreto-Lei anterior.

na falta de brasileiros, o CIC poderia autorizar a fixação de imigrantes portugueses; que nenhum colono poderá tomar posse do lote sem apresentar prova de que está inscrito no Registro de Estrangeiros; que para os colonos já localizados será exigida a prova de registro perante a autoridade policial e que para cômputo, dessas percentagens seriam considerados os maiores de 12 anos, de ambos os sexos. No artigo 167, dispunha que o CIC receberia, semestralmente, uma relação dos estrangeiros localizados nos núcleos coloniais. No artigo 168, que as escolas dos núcleos coloniais deveriam ser em número suficiente, que nelas a direção e o ministério das aulas, no ensino primário, fossem exclusividade de brasileiros natos. No artigo 169, que nenhum núcleo colonial, estabelecimento de comércio, indústria ou associação nele existente poderia ter denominação em idioma estrangeiro. Por ultimo, afirmava que, em caso de inobservância dos dispositivos legais, o CIC poderia tomar as providências administrativas que julgasse conveniente. Sobre essas providencias poderia caber recurso, porém, sem efeito suspensivo.

Nesse “emaranhado” de instrumentos legais, como Decretos e Decretos-Lei, verifica-se que as CANs foram introduzidas como elementos necessários à conquista nacional do interior brasileiro, nos vários sentidos possíveis atribuídos a este termo: por basear-se no elemento brasileiro; por procurar disciplinar o trabalho do migrante brasileiro; por controlar a presença e a atuação estrangeira e, conseqüentemente, por evitar a formação de colônias que ameaçassem a integridade territorial. Uma integridade territorial que só seria assegurada pela integração econômica da região e que só teria sentido, caso se voltasse também à expansão do mercado, que se tornaria cativo da produção nacional.

Para esse fim, a criação das CANs incorporava, indubitavelmente, elementos presentes nos instrumentos legais, que forjavam uma política relativa aos problemas migratórios, e nas experiências colonizadoras coevas, tanto as de caráter privado, como oficial. Das colônias oficiais, incorporava a centralização e a hierarquização burocrática, o controle administrativo sobre os colonos, a produção em pequenas propriedades dirigidas ao abastecimento industrial e urbano e a preocupação com a nacionalização da iniciativa. Questões como as referidas, principalmente as três primeiras, em certa medida, encontravam-se presentes também nas iniciativas particulares. Mas, destas, principalmente da que ocorria no Norte do Paraná, a criação das CANs incorporou a preocupação com a formação de um grande complexo colonizador voltado a transformar-se num espaço irradiador de desenvolvimento preenchendo o vazio demográfico.

Esse era o fator que diferenciava a proposta oficial de colonização do oeste da experiência colonizadora privada: a colonização oficial voltava-se a regiões desinteressantes ao investimento privado. Ela não estava capturando um processo em curso, uma oportunidade de desenvolvimento oferecida pelo avanço do capital, pelo contrário, deveria ser o instrumento de impulsão desse desenvolvimento capitalista na região de sua instalação:

“[as CANs foram armadas como] “um rosário de colônias”, pontos avançados de penetração, impulsionadores da “Marcha para o Oeste” e de conquista da Amazônia. Do modo como foram planejadas, as colônias funcionariam como cidades-indústrias lançadas no vazio. [...] A criação das colônias agrícolas nacionais constitui um momento de uma escalada da política colonizadora, que começou a ser pensada após a famosa proclamação da “marcha para o Oeste”²⁸¹”

Dáí o caráter estratégico de sua localização e a preocupação em alcançar, efetivamente, a conversão dos colonos a um novo tipo de relações sociais. Dentre as CANs projetadas, pelo menos duas, as de Dourados, em Mato Grosso²⁸², e a de Goiás²⁸³, em Goiás, “teriam o mercado paulista em mira”²⁸⁴. As outras, do Pará, Amazonas, Maranhão, Piauí e Paraná visavam, mais diretamente incentivar o desenvolvimento local e regional, vinculando-se aos mercados mais próximos, como os das capitais dos estados. Mesmo nessas CANs, no entanto, a preocupação com a nova ordem capitalista em curso encontrava-se expressa no fato de que o artigo 5 do Decreto-Lei dispunha o seguinte:

“Fixada a região onde a colônia deverá ser fundada, será projetada a sua futura sede, escolhendo-se para isso a zona que oferecer melhores condições.

Parágrafo único. No projeto da sede serão observadas todas as regras urbanísticas, visando a criação de um futuro núcleo de civilização no interior do país”.

Dessa maneira, é lícito inferir que se os objetivos em relação às sedes das CANs eram transformá-las em postos avançados de civilização e modernização no interior do país, isso objetivaria, também, a transformação das mesmas em centros consumidores de mercadorias industriais. Por isso, mesmo vinculando-se mais diretamente a uma economia regional, as outras CANs, que não a do Mato Grosso e a de Goiás, também procuravam transformar o interior do país em centros consumidores de mercadorias produzidas nas regiões industrialmente mais dinâmicas do país.

²⁸¹ LENHARO, Alcir. **A conquista do corpo geográfico...**op.cit., p. 125.

²⁸² A CAN de Dourados, criada pelo Decreto-lei 5941 de 28 de outubro de 1943, havia sido instalada, em realidade, no recém criado Território Federal de Ponta-Porã. Tal território, criado juntamente com outros, pelo Decreto-lei 5812 de 13 de setembro de 1943, tinha por objetivo garantir maior controle federal sobre as áreas de fronteira. Isto mostra a relação existente entre colonização e garantia da segurança e da integridade territorial, uma vez que a CAN de Dourados não deveria ter uma área inferior a 300.000 hectares. Tal território, entretanto, teve existência efêmera, deixou de existir com a constituição de 1946.

²⁸³ A CAN goiana foi criada pelo Decreto no. 6.882 de 19 de fevereiro de 1941, no município de Goiás. Entretanto, tal CAN deu origem ao Município de Ceres.

²⁸⁴ LENHARO, Alcir. **A conquista do corpo geográfico...**op.cit., p. 122.

Por outro lado, estavam previstas em todas as CANs uma série de medidas destinadas a amparar os colonos. Medidas essas que demonstram o esforço de padronização das relações sociais e da atividade produtiva no interior das CANs. O artigo 6 em seu Decreto-Lei de criação (3059/41) previa “*a fundação de um aprendizado agrícola destinado a ministrar aos filhos dos colonos instrução rural adequada, dotado de oficinas para trabalhos de ferro, madeira, couro, etc., onde os colonos e seus filhos farão aprendizagem desses misteres necessários ao homem rural*”.

O artigo 8 indicava a manutenção de “*escolas primárias para a alfabetização de todas as crianças em idade escolar*” e o artigo 9 que os “*colonos serão reunidos em cooperativas de produção venda e consumo*”. O artigo 13 previa, ainda, a possibilidade de “*assistência médica e farmacêutica e serviços de enfermagem até a emancipação da colônia*”; “*trabalho a salário ou empreitada em obras ou serviços da colônia*”; “*empréstimos de máquinas e instrumentos agrícolas e animais de trabalho*”; “*transporte da estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial até a sede da colônia*”. Os três últimos auxílios citados ocorreriam durante o primeiro ano de estada dos colonos, a partir de sua instalação.

O artigo 12 informava que os lotes, casas e benfeitorias nele existentes seriam concedidos gratuitamente, embora a ligação desse Decreto-Lei com o Decreto-Lei 2009 abrisse a possibilidade de cobranças de prestações anuais.

A concessão e a permanência nos lotes, contudo, estariam subordinadas a uma série de condições. O artigo 11 estabelecia a preferência, na concessão dos lotes, “*aos elementos locais e dentre esses os de prole numerosa, assim considerados os chefes de família que tenham, no mínimo, cinco filhos menores que vivam sob a sua dependência*”. A primeira parte desse artigo é o que se pode considerar como letra morta, uma vez que a justificativa das CANs era a de povoar regiões consideradas vazias do ponto de vista demográfico. O próprio artigo 1º. do Decreto-Lei afirmava que as CANs destinavam-se “*a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para o trabalho agrícola e, **excepcionalmente**, agricultores qualificados estrangeiros*”. Parece ser uma situação que procurava resolver problemas oriundos da expropriação de posseiros, que, por ventura, habitassem a região, onde a colônia fosse instalada²⁸⁵. A sua

²⁸⁵ Este parece ser o caso das colônias do Pará e do Paraná, visto que a primeira se instalou em um local onde já existia uma ocupação previa um pouco mais numerosa e a segunda onde haveria uma colônia militar de defesa das fronteiras. No caso das colônias de Mato Grosso e Goiás, não há indicações de que no local haveria, nem proximamente, o numero de famílias que as colônias procuravam atender, ou seja cerca de cinco mil. Devemos lembrar que Dourados, quando foi transformado em Município, em 1935 tinha uma população de menos de

segunda parte, no entanto, caracteriza o empenho em tornar o lote produtivo, ao procurar assegurar uma força de trabalho familiar razoavelmente numerosa. No próprio artigo 12, em sua alínea b encontra-se disposto que seria dado aos concessionários de lote um prazo determinado para tornar o lote produtivo “*em condições satisfatórias de técnica e extensão*”.

Assim, o artigo 24 determinava que fosse excluído do lote o colono que deixasse de “*cultivá-lo dentro dos prazos estabelecidos para cada colônia, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, a juízo da administração da colônia*”. Além disso, previa a exclusão se o colono desvalorizasse “*o lote, explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento, em desacordo com o plano previamente aprovado*” e se “*por sua má conduta tornar-se elemento de perturbação para a colônia*”.

Segundo Lenharo - citando o sr. José de Oliveira Marques, no seu relatório de visita às colônias encaminhado ao Ministro da Agricultura - o conceito de má conduta incluía um espectro razoavelmente amplo que iria desde a rebeldia da mentalidade nômade, avessa à “*disciplina aos hábitos de sedentaridade que a agricultura exige*”, ao consumo de bebidas alcoólicas. Em relação a esse fato, Lenharo observa que os estabelecimentos comerciais possuíam licença para funcionamento em caráter precário e só poderiam funcionar até às 18 horas.

Pelo exposto, podemos observar que com a criação das CANs, O Estado objetivava integrar as regiões onde elas se instalariam no esforço de formação de um mercado interno de características nacionais. Para tal, além de planificar a sua localização numa perspectiva de irradiação do desenvolvimento era necessário, em conjunto, forjar o elemento humano viabilizador dessa empreitada. Daí, a preocupação em privilegiar o trabalhador nacional “*cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres*”, que seriam aqueles que se disporiam, efetivamente, a migrar para uma nova área de avanço da fronteira, de pequeno interesse econômico num primeiro momento.

Para tal, seria necessário também que se mantivessem abertos os fatores de oferta desse trabalhador; daí decorre a manutenção dos fatores de repulsão no Nordeste brasileiro por meio da estratégia de convivência da pequena propriedade com o latifúndio. Tal diagnóstico partia da idéia de que a generosidade dos fundos territoriais permitiria a reforma

20.000 habitantes, dispersos em 21.250 km² e que área total da colônia quando entrasse em pleno funcionamento seria de menos de 10% dessa extensão territorial. É que a população do município de Ceres foi calculada em 19.000 em 2004.

da propriedade da terra sem uma reforma agrária, nos locais onde a grande propriedade se encontrava estabelecida de longa data.

Assim, o trabalhador com tal perfil teria o mérito de assegurar a integração econômica da região sem riscos à segurança nacional. Era um trabalhador menos influenciado por visões estranhas à cultura brasileira e disponível a uma migração onde se pudesse vislumbrar acesso à propriedade familiar e a melhores condições de vida. Seria um caso distinto do que estava ocorrendo com o Norte do Paraná, que recebia pequenos proprietários portadores de uma pequena poupança e interessados em utilizá-la na aquisição de pequenas propriedades. Essa diferença foi ressaltada por Douglas Graham ao comparar as características dos trabalhadores envolvidos nessas duas experiências de colonização

“O Paraná foi essencialmente colonizado por paulistas, com participação insignificante de imigrantes de outros Estados. Com isto, o Estado beneficiou-se muito ao receber uma estirpe promissora de capital humano do Estado mais avançado do país. Além disso, os mais bem treinados paulistas não foram tanto empurrados do meio onde viviam como atraídos para empreendimentos mais lucrativos no Paraná, contribuindo, no processo, com apreciável espírito empresarial e um volume razoável de capital físico. Goiás, porém, não teve idêntica sorte. A maioria dos imigrantes que entrou em Goiás, nas décadas de 1950 e 1960, era constituída de camponeses sem terra, expulsos do Leste e do Nordeste pelas secas, miséria rural e excesso de população. Foi mínimo o estoque de capital físico e humano que lhes acompanhou o êxodo”²⁸⁶.

Nesse sentido, diferentemente da maioria daqueles que rumaram em direção ao Norte paranaense, o trabalhador que seria dirigido ao Oeste precisava ser organizado e disciplinado para que se tornasse produtivo. A esse papel deveria se voltar a colonização oficial. Esse era o seu outro objetivo, que não se encontrava claramente expresso nos instrumentos legais, mas que é facilmente perceptível nas falas dos técnicos e autoridades governamentais, daí o misto de planejamento, de controle e de paternalismo que caracterizariam a relação entre o Estado e os colonos e estariam sustentando esses projetos colonizadores

Apesar, ou talvez por causa de seus ambiciosos objetivos, durante o primeiro governo Vargas, as CANs quase não saíram do papel, ou como afirmou Lenharo: *“o Estado Novo não conseguiu explorar como queria o investimento político que fizera sobre sua colonização na Amazônia e no Oeste. Até 1945 os trabalhos pouco avançaram”²⁸⁷.*

De fato, a CANs do Piauí e do Maranhão não foram efetivamente instaladas, as outras obedeceram a um ritmo muito lento de instalação e povoamento. A CAN de Dourados,

²⁸⁶ GRAHAM, Douglas. op. cit., p. 25. A referência aos anos 1950 e 1960 em relação à migração para Goiás deve-se ao fato de que a CAN goiana só foi instalada de maneira irregular, e passou a funcionar efetivamente, num modelo já distante daquele que havia sido planejado, nos últimos anos da década de 1940. Ver a página seguinte.

²⁸⁷ LENHARO, Alcir. op. cit. p. 132.

embora tenha sido encarada como colônia modelo e sobre a qual “*a propaganda do Estado Novo operou sem cessar*”²⁸⁸, somente teve a sua demarcação definitiva em 1948 e a de Goiás, a primeira a ser criada por decreto, teve ocupação irregular e passou por constantes processos de venda, transferência e alienação de terras. Ainda, ambas conheceram, a partir dos anos de 1950, um processo de concentração e especulação fundiária que provocaram a emergência de grandes propriedades baseadas no trabalho assalariado.

Muitas razões podem ser evocadas para explicar o insucesso da colonização oficial do Oeste, pelo menos no que respeita aos seus objetivos iniciais. A primeira, e a mais aparente, é que esse programa se apresentava como algo muito superior às reais capacidades do Estado brasileiro. A magnitude das distancias a serem vencidas e dos espaços a serem ocupados impunha uma quantidade de recursos financeiros e, até mesmo humanos, superiores aos existentes e eram inexecutáveis em curto prazo.

Sobre esse tipo de avaliação, contudo, devemos ter em mente que o regime, quando da formulação de suas políticas migratórias e colonizadoras, não vislumbrava a sua queda, em 1945. Como já foi dito, o Governo Vargas, principalmente após a instalação do Estado Novo, imaginava a sua continuidade por um prazo historicamente dilatado. Por outro lado, e relacionado a isso, o governo tinha clareza de que o alcance de resultados com a colonização do Oeste só ocorreria em longo prazo:

“Na realidade, o período do Estado Novo constituiu apenas uma fase dentro de um processo de reestruturação do espaço nacional que, iniciando-se por volta de 1930, só chegou a atingir uma configuração mais integrada a partir de meados da década de 1950.

*Isto, porem, não implica que o Estado Novo tenha fracassado completamente na execução de suas políticas territoriais, pois, apesar da grandiosidade dos objetivos propostos, o regime estava consciente de que a transformação expressiva do território só poderia ser alcançada a longo prazo. No que diz respeito às políticas de colonização, Otávio Guilherme Velho considera que Getúlio Vargas dificilmente poderia ter imaginado que seria possível povoar e explorar uma área tão grande num curto período de tempo, apesar de seus discursos sugerirem o contrário. [...] Com efeito, é preciso considerar que as políticas territoriais do Estado Novo não poderiam chegar a uma reestruturação ampla do território nacional a curto e médio prazo – aliás, deve-se notar que a ocupação plena do território não foi atingida mesmo nos dias atuais”*²⁸⁹.

Assim, seria um forte anacronismo atribuir ao governo a não realização de um programa que ele não teve tempo de viabilizar, uma vez que o mesmo terminou antes do que ele próprio supunha. Podemos, ainda, inferir que a preocupação em ocupar o interior por meio

²⁸⁸ LENHARO, Alcir. op. cit. p. 132.

²⁸⁹ DINIZ FILHO, Luis Lopes. op. cit., p. 200-201

de pequenas propriedades como forma de integrar o mercado e favorecer a industrialização era, sim, um objetivo das políticas colonizadoras do primeiro governo Vargas.

Outra razão que pode ser aventada para a não realização total dos propósitos da colonização do Oeste é a de que aqueles espaços que se consideravam vazios, na realidade não eram assim tão vazios. Embora com uma pequena densidade demográfica, o Oeste já se encontrava atravessado por várias relações de propriedade que implicavam na permanência de alguns interesses que, por isso, impuseram algumas resistências à sua ocupação nos moldes em que esta era intentada.

No caso do Mato Grosso, segundo Lenharo, algumas formas pretéritas de organização baseadas na grande propriedade, como usinas de açúcar, fazendas de exploração do mate, principalmente as pertencentes à Cia. Matte Larangeira, e fazendas de criação de gado, funcionando com base em relações sociais próximas a formas compulsórias de trabalho, continuaram, mesmo pressionadas pelo Governo Federal, a possuir certo grau de influência sobre as autoridades regionais²⁹⁰. Havia ainda problemas relacionados à existência de áreas de garimpo, de exploração da borracha e de drogas do sertão, além de regiões ocupadas por índios. Todas essas atividades acarretavam *“pelo menos dois sérios dilemas para a política colonizadora: como ficariam suas terras e como eles participariam da empreitada da colonização através de seu trabalho?”*²⁹¹.

Sem dúvida, a existência de tais interesses e os conflitos por eles originados teriam capacidade de influenciar as características e atrasar os processos de instalação da colonização. Nesse sentido, a razão para o insucesso das CANs parece ser mais profunda que a anteriormente apresentada. Mostrava a permanência, no próprio aparelho de Estado, de interesses de classes que este entendia haver superado, como construtor da harmonia do organismo social que imaginava ser. Ou seja, o Estado mesmo com sua capacidade de intervenção e a pretensão de, mediante suas práticas orientadas tecnicamente, superar os interesses de classe, não conseguia impedir a continuidade de conflitos sociais, mesmo que

²⁹⁰ Segundo Lenharo, a Cia. Matte Larangeira contribuía com grande parte das rendas, ao mesmo tempo em que adiantava empréstimos ao governo estadual. A companhia também havia sido responsável por obras de infraestrutura, tais como organização do transporte fluvial e abertura de trechos auxiliares de estrada de ferro. Por isso, o seu papel na economia e colonização do estado era ressaltado por autoridades locais. Entretanto, a atitude da companhia em utilizar a violência para a preservação de suas imensas posses, submeter os trabalhadores e, principalmente, em exportar a sua matéria-prima para ser industrializada na Argentina eram focos constantes de tensão com o Governo Federal, que tencionava intervir nos negócios da companhia, impedindo a renovação de seus contratos e utilizando suas terras para a colonização.

²⁹¹ LENHARO. op. cit, p. 136-137

esses se expressassem em um programa considerado importante, como a colonização do Oeste brasileiro.

Essa também parece ser a razão para que o programa encontrasse, também, resistências por aqueles que viabilizariam a empreitada, ou seja, os trabalhadores. A colonização da região Oeste não exerceu a atração que pretendia sobre o trabalhador nordestino. A prática de uma pequena agricultura familiar, disciplinada e produtora para o mercado não respondia exatamente aos seus interesses de mobilidade:

“O trabalhador ‘nacional’ escolhido como matéria-prima da nova colonização não respondia exatamente como dele se esperava. Desde o momento de sua saída do ponto de origem, passando por roteiros improvisados de instalação e produção material, o migrante não se apresentava como o tipo adequado do colono em busca da compra de um pedaço de terra previamente demarcado e produtor de bens estipulados por uma administração burocratizada, a intervir no seu cotidiano, no seu estilo de trabalho, na direção de sua vida. [...] As razões que motivavam a evasão do migrante não coincidiam exatamente com as intenções de mobilidade e localização levantadas pela política estatal. Impunha-se ganhar o migrante para uma causa que não era a sua”²⁹².

Tal fato não quer dizer que não houve, nesse período, movimentação de migrantes nordestinos para a região Oeste. Essa movimentação ocorreu ²⁹³, mas, os migrantes parecem ter preferido outras oportunidades que lhes eram possibilitadas, como a prática do garimpo, à aquisição da pequena propriedade colonizadora em empreendimentos oficiais.

Por outro lado, sob a aparência de recrutamento de migrantes para a colonização da Amazônia ocorreu a prática de sua mobilização para formação do batalhão da borracha, principalmente após 1942, em virtude das necessidades da “economia de guerra”. A insalubridade e a violência das condições de trabalho ali presentes, impostas por companhias extrativas ou seringalistas ávidos de lucros facilmente alcançáveis pelas condições do mercado da borracha presentes no momento, tiveram como subproduto a inviabilidade da utilização desses trabalhadores como elementos de construção de uma ulterior experiência colonizadora, caso esses a desejassem.

Assim, a ação governamental em instituir um programa racional de colonização foi limitada por forças as quais o Estado era incapaz de responder, mesmo com a ampliação de sua capacidade de intervenção nos assuntos econômicos e sociais no período em questão. O Estado, apesar de se colocar como o ente articulador da unidade nacional e o responsável pela

²⁹² LENHARO. op. cit, p. 135/136

²⁹³ No período entre 1940 e 1950 a população do Estado de Goiás aumentou em 47,01% sendo menor apenas que a do Estado do Maranhão e do Território de Rondônia. Em Mato Grosso, a taxa de migração no período foi negativa, mas isso deve-se fundamentalmente, à desmobilização dos batalhões da borracha em 1945. No final da década o movimento migratório para o Estado passou a aumentar e ganhou forte impulso no início dos anos de 1950.

preservação da harmonia do organismo social, não conseguiu impedir que os diferentes interesses sociais se expressassem e se impusessem. Acabou, por isso, sucumbindo às condições impostas pelo estágio em que o desenvolvimento capitalista nacional se encontrava. É válido afirmar que as condições para a integração total da região oeste ao mercado nacional não se encontravam totalmente maduras, naquele momento, pois demandavam um maior aprofundamento do processo de desenvolvimento econômico, o que ainda estaria por acontecer.

*“As políticas de colonização não lograram induzir movimentos expressivos de ocupação do interior, ou mesmo alterar a organização do espaço rural, devido a influência dos setores oligárquicos junto ao Estado e do próprio conservadorismo da ideologia do regime. O movimento de unificação do mercado, por sua vez alcançou resultados sensíveis, como a extinção dos impostos interestaduais e a melhoria das condições de planejamento e financiamento do setor de transportes. Apesar disso, a expansão da rede viária não foi suficiente para estimular um amplo movimento de ocupação dos oeste ou para integrar todas as regiões do país num sistema efetivamente nacional, pois isso exigiria superar as limitações próprias da industrialização restringida e da forma espacialmente concentrada pela qual a indústria se expandiu”*²⁹⁴.

No que se refere aos processos de avanço da fronteira econômica, o Estado não conseguiu refrear os conflitos que deles se originaram. Sabemos que as regiões de fronteira se caracterizam por serem historicamente convulsionadas, pois os novos interesses e os novos grupos de ocupação passam a se confrontar com interesses e grupos anteriormente estabelecidos. No caso do Oeste, muito além dos índios, que, na maior parte das vezes, foram vítimas de violências e expropriações, o processo colonizador encontrou interesses vinculados à grande propriedade extrativa e pecuária, que exerciam, no próprio dizer da época, ações de exploração natural e social que se aproximavam do banditismo.

Assim, embora o plano de ocupação do interior tenha sido planejado e racionalmente elaborado pelo Estado, ele permaneceu como um caráter fortemente abstrato. Não foi totalmente “comprado” pelas forças sociais envolvidas. O Estado não dispunha, por isso, de mecanismos institucionais, nem mesmo políticos, para assegurar a sua rápida consecução. Não tinha como “engessar” a sociedade e garantir que seus propósitos fossem realizados de acordo com sua idealização. As forças sociais exerceram resistências e conseguiram escapar da ação normativa do Estado, por mais que esse pudesse se colocar como “construtor da nacionalidade”. Aquela parte do território nacional não se comportou como um espaço inerte ou como um objeto à espera de sua moldagem pela ação racional do Estado, revelou-se, isto

²⁹⁴ DINIZ FILHO, Luis Lopes. op. cit., p. 202.

sim, como espaço eivado de contradições sobre o qual a ação do Estado não teve domínio absoluto, seja pela inércia exercida pelos interesses da grande propriedade, seja pela visão dos trabalhadores que para lá se objetivava encaminhar.

Se a isso somarmos o fato de que os migrantes nordestinos também eram atraídos e estimulados a se dirigirem para os centros urbanos, em franco processo de industrialização e para a agricultura paulista, em processo de reestruturação, veremos que essa força de trabalho era bastante disputada e não tão disponível assim. Tal situação demonstra que a necessidade de recursos humanos para a viabilização dos projetos colonizadores do Oeste brasileiro superava a sua disponibilidade, por mais que esses continuassem a ser “produzidos” pela existência de um excedente populacional gerado pela permanência do latifúndio e pela eclosão de “causas naturais” como a seca e a fome²⁹⁵. Assim, tais projetos colonizadores também sofreram o imperativo da consideração de sua efetiva prioridade, nos processos de desenvolvimento em curso naquele momento.

Pretendemos afirmar com isso, que o processo de formação de um mercado nacional de trabalho impunha a adoção de prioridades que precisavam ser elencadas. O Estado participou, efetivamente, na definição da ordem dessas prioridades, canalizando os fluxos populacionais e dirigindo pessoas para várias regiões necessitadas de acréscimos numéricos em sua força de trabalho. Algumas dessas regiões possuíam necessidades mais urgentes, naquele momento, do que a região Oeste, onde o processo de ocupação era recente e vislumbrava-se um longo prazo para a sua real consecução. Talvez aí, resida a explicação para a lentidão da implantação da colonização.

Coloca-se, dessa forma, em evidência outra razão, talvez a mais importante para que a política de colonização do Oeste brasileiro, alinhavada pelas CANs, não fosse rapidamente viabilizada. A tentativa de uniformização da região, tanto no que diz respeito àquilo que seria produzido quanto das relações sociais que deveriam presidir essa produção, não foi acompanhada na mesma intensidade pela participação e interesse direto do capital. Os processos de desenvolvimento de um novo padrão de acumulação, de características urbano-industriais, não precisaram capturar a região na mesma velocidade imaginada pelo governo, ou pelo menos, durante o período de duração do governo. O Estado se antecipou à própria

²⁹⁵ Neste aspecto é interessante observar o que afirma Jacques Lambert acerca do excedente populacional nordestino, o que se constitui, evidentemente, numa grande idealização: “*O Nordeste é um centro de emigração intensa, não o bastante para lhe diminuir a população, pois a fecundidade é lá tão grande que a pressão se renova constantemente e está sempre superpovoado*”. LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. 6 ed. São Paulo: Nacional, 1970, p. 76.

dinâmica do processo de integração do mercado nacional, procurando conduzir essa dinâmica. Parafraseando Douglas Graham, poderíamos afirmar que a ação do Estado configurou-se “*como um caso clássico de construção da infra-estrutura antes da procura*”²⁹⁶.

Tal situação somente ocorreria, alguns anos depois, quando o processo de aceleração da industrialização tornou imperativa a sua incorporação. Por isso, a sua efetiva incorporação pôde esperar mais um pouco e os recursos humanos, necessários para a sua consecução no momento que nos ocupa, puderam ser canalizados para outras necessidades mais urgentes, tais como o abastecimento de mão-de-obra para os setores agrícola, industrial e de serviços paulistas, que se encontravam em grande expansão e, durante o período da Segunda Guerra, para a extração da borracha no Norte do País.

Mesmo assim, a ação do Governo Vargas, na colonização da região Oeste, não pode ser considerada um caso fracassado ou que se desviou de seus objetivos iniciais. Com esse programa, o Governo Vargas deixou bem claro o que desejava: um processo de povoamento nacional do interior, baseado na pequena propriedade, que possibilitasse a sua ocupação com segurança, favorecendo a manutenção da integridade territorial do país, e procurando construir, por meio das potencialidades desse território, um amplo mercado nacional, integrando aos processos econômicos. Em suma, procurou, não só, transformar a região em produtora de mercadorias e consumidora cativa de produtos industriais brasileiros, mas também impôs o necessário reconhecimento de que a ocupação e integração do interior seriam fundamentais para a integração do mercado interno brasileiro e para o desenvolvimento da produção industrial. Permitiu, dessa forma, o estabelecimento de uma das bases necessárias para o avanço do desenvolvimento industrial do país.

Avaliação semelhante, de que tal política visava à construção das bases para o desenvolvimento nacional, foi feita logo na sequência do primeiro Vargas. O Sr. Renato Barbosa, Cônsul-Geral do Brasil em Santiago do Chile, em um artigo da Revista de Imigração e Colonização, publicada pelo CIC, em junho de 1946²⁹⁷, procura defender a política relativa aos deslocamentos populacionais desenvolvida ao longo do Governo Vargas, pleiteando a sua

²⁹⁶ GRAHAM, Douglas. op. cit., p. 24. Graham faz essa afirmação em relação às tentativas de colonização de Goiás na década de 1950. Entretanto, o processo analisado pelo autor é, em parte, desdobramento do processo iniciado na década de 1940.

²⁹⁷ BARBOSA, Renato. **Normas gerais sobre a migração, imigração e colonização**. Revista de Imigração e Colonização, Ano VII, no. 2, junho de 1946.

continuidade, num momento em que ela começava a sofrer uma série de modificações importantes²⁹⁸.

Neste artigo, o autor começa demonstrando sua preocupação com um dos principais problemas do período, que em sua opinião poderia diminuir o ritmo de crescimento industrial alcançado pelo Brasil, ou seja, o aumento do custo de vida nos centros urbanos, atribuído ao desequilíbrio entre o grande crescimento industrial e o menor crescimento da produção agrícola, por isso advoga a realização da proposta colonizadora:

*“O encarecimento do custo de vida nas grandes capitais não pode ser unicamente atribuído aos custos do transporte. [...] só a imigração ou migração sob técnica colonizadora poderia, se não desfazer, pelo menos atenuar esse desequilíbrio entre produção agrícola e industrial”*²⁹⁹.

Afirma, ainda, que tal intento estava sendo corretamente buscado pela política do governo Vargas, expressa na Marcha para o Oeste: *“O Brasil tem 80% de sua população na faixa litorânea [...]. A sábia compreensão disso deu origem a um programa político sob o título de ‘Marcha para o Oeste’, por isso que imensas e ricas terras estão a exigir de nós ocupação e trabalho”*³⁰⁰.

Para que, contudo, tal processo de ocupação favorecesse o desenvolvimento urbano e industrial, o autor considerava necessária a manutenção da prioridade ao trabalhador brasileiro nos processos de ocupação do interior, por meio da colonização. Só assim se poderia, efetivamente, garantir a posse nacional do território, valorizar as tradições culturais brasileiras e, ao mesmo tempo, corrigir as distorções econômicas e assegurar a continuidade do desenvolvimento econômico. Por isso argumenta sobre a vantagem da migração de trabalhadores nacionais sobre a imigração estrangeira nos processos de colonização. Para tal, salienta que as migrações internas eram mais antigas que a imigração estrangeira e que as primeiras, desde tempos mais remotos, tinham sido o fator de conquista da integridade territorial brasileira:

“Se a imigração foi um dos fatores do nosso desenvolvimento econômico, a migração bem mais antiga, tem significado maior, pois a ela devemos a garantia das proporções geográficas do território nacional e a nossa política integrada profunda e indiscutivelmente na sublimada espiritualidade do cristianismo. [...] Julgamos ser para nós a migração uma tese tão importante quanto a imigração, chegamos mesmo a considerá-la de maior valia, não só porque nos oferece um

²⁹⁸ Essas modificações relacionam-se à diminuição das restrições sobre a entrada de estrangeiros, visando estabelecer uma nova fase expansiva da imigração para o Brasil. Ver **Relatório do Conselho de Imigração e Colonização**. Revista de Imigração e Colonização, Ano VII, no. 1, março de 1946.

²⁹⁹ BARBOSA, Renato. op. cit., p. 233.

³⁰⁰ BARBOSA, Renato. op. cit., p. 234.

excelente recurso para corrigirmos tanto quanto possível a nossa antieconômica Geografia Humana, como também na técnica da colonização que estabelecemos o núcleo brasileiro familiar brasileiro deve figurar”³⁰¹.

O autor, portanto, evidencia, neste artigo, uma avaliação da política implementada pelo governo Vargas como fator que uniria a ocupação do interior brasileiro pelo trabalhador brasileiro com o desenvolvimento industrial que ocorria nos centros urbanos, daí a necessidade de sua continuidade.

Outrossim, o programa de colonização do Oeste permitiu ao Governo Vargas, ao modelo de Estado que ele procurava implementar no país, a elaboração de uma formidável teia ideológica na qual aparecem como elementos construtores da nacionalidade e de uma nova estrutura capitalista. Criou um ambiente ideológico que permitiu a aceitação da idéia de que cabia ao Estado se tornar o elemento forjador da sociedade e do progresso material da nação. Possibilitou, ainda, a identificação entre a “conquista” nacional de territórios com a construção da nação. Serviu, portanto, como uma representação social legitimadora da política de colonização e de integração de novas áreas aos circuitos econômicos.

O governo procurou encaminhar as medidas necessárias que permitissem a construção de uma base material para a expressão dessa ideologia. Assim, a lentidão da incorporação do Oeste, por meio da sua colonização, não se deveu apenas a atuação do governo, mas, sobretudo, ao próprio processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, aos ritmos ditados pelas condições do processo de acumulação e à definição, pelo capital, de seus interesses mais urgentes. Processos sobre os quais o Estado não possuía total controle.

A incorporação da região dar-se-ia, de forma mais efetiva com a aceleração do desenvolvimento a partir da década de 1950. Só que aí, as condições históricas serão outras, o que implicou outras características para o seu processo de incorporação por meio de políticas de colonização e de imigração dirigida.

Assim, a diferença de resultados na ocupação da região Oeste, em comparação com o norte do Paraná, não pode ser explicada pelos simples fato de que a primeira foi resultado de uma ação oficial e a segunda de uma ação privada. Deve ser entendida no interior do processo de participação do Estado na integração do mercado brasileiro, inclusive do mercado nacional de trabalho, e de acordo com o ritmo ditado pela acumulação capitalista, num país que procurava instituir um novo modelo de desenvolvimento.

³⁰¹ BARBOSA, Renato. op. cit., p. 237.

A proposta de colonização do Oeste, ao estabelecer um ponto de contato entre os interesses industriais concentrados no Centro-Sul e os interesses presentes na manutenção da estrutura latifundiária do Nordeste, não deixou de reproduzir as características históricas das políticas territoriais brasileiras, quais sejam: a de servir de fator de coesão aos grupos dominantes e de permitir aos trabalhadores a sua participação, apenas, como “*instrumentos da construção do território nacional*”, como se encontra expresso nessas afirmações de Robert de Moraes:

“A imagem da terra a ocupar é bastante cara às classes dominantes, a população sendo vista como um instrumento desse processo [...]. Observa-se, então que as classes dominantes forjam sua identidade tendo a concepção de conquista territorial como um de seus componentes fortes de solidariedade. A idéia do nacional tem, assim, forte conotação cartográfica. Não é sem motivo que na ensaística autoritária brasileira seja bastante recorrente a avaliação “do povo com que contamos para construir o país”. Esta temática vai aparecer, notadamente, nos momentos de reordenamento institucional, quando assumem novas facções das classes dominantes no comando do aparelho de Estado”³⁰².

Se é verdade, portanto, que o processo histórico de integração do mercado interno brasileiro, para qual concorreram de forma importante os processos de deslocamentos populacionais, permitiu a entrada do país numa longa fase de crescimento econômico e provocou a ampliação das desigualdades regionais do país também permitiu que se aprofundassem novas formas de exploração social. A subsunção das diferentes atividades econômicas à dinâmica da acumulação de capital, que a partir desse momento começou a ser comandada pelas atividades urbanas e industriais, explicitou muito mais que apenas o aprofundamento das desigualdades regionais. Evidenciou a construção de novas formas de subordinação das relações de trabalho e de apropriação do excedente pelo capital

Esse aspecto merece ser destacado, pois muito se fala acerca do caráter concentrado do desenvolvimento econômico no Brasil, o que denotaria a exploração e o imperialismo da região sudeste industrializada sobre as outras regiões agrícolas do país, mormente a região nordeste que passou a se articular como uma nova região periférica do centro industrializado. Esse discurso regionalista, entretanto, encobre a questão de que nem todos saíram perdendo nesse processo de desenvolvimento industrial concentrado. Tal processo não atingiu, com a mesma intensidade, toda a sociedade nordestina. Como afirmou Robert de Moraes:

“A construção das identidades regionais é uma manifestação [...] das ideologias geográficas. O estabelecimento de laços entre os indivíduos tendo como referencia os locais de origem ou residência atua no sentido de criar falsas comunidades de

³⁰² MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ideologias geográficas**. 3 ed. São Paulo:Hucitec, 1996, p. 98-99.

*interesse, veiculando uma ilusão sem referencia objetiva. As desigualdades de classe diluem-se na identidade regional*³⁰³.

A manutenção e o aprofundamento da concentração fundiária no nordeste brasileiro foram fatores importantes para a geração dos deslocamentos populacionais. Não foram os grandes proprietários que migraram, pelo contrário, os processos migratórios e colonizadores permitiram a distensão da problemática da terra, pelo simples fato de que se afirmava que a generosidade dos fundos territoriais brasileiros permitiria a mudança na estrutura de propriedade fundiária sem a necessidade da reforma agrária³⁰⁴. O avanço da fronteira econômica funcionaria como fator de inserção de novas áreas nos circuitos econômicos e também serviria como válvula de escape para tensões sociais advindas da concentração fundiária. A fronteira econômica pôde, pois, unificar interesses dos grupos dominantes do Sudeste industrializado aos do Nordeste agrário.

O próprio movimento migratório serviu como elemento de alcance de concessões governamentais aos grupos dominantes do Nordeste. Ao associar a migração somente a “causas naturais”, como o flagelo das secas, os dirigentes políticos e grandes proprietários de terras conseguiam investimentos governamentais para a construção de açudes e outras obras contra a seca³⁰⁵. Muito desses investimentos, muito mais do que a resolução dos problemas, serviram para aumentar o poder pessoal do grande proprietário, pelo controle de algo fundamental como a água.

Sobre os trabalhadores nordestinos, os que migraram primeiramente e continuaram a migrar, é que, efetivamente, recaíram os problemas e a exploração. Foram esses trabalhadores que, permitindo o avanço da fronteira econômica ou alimentando o mercado de trabalho urbano, se transformaram em instrumentos da construção de uma nova estrutura econômica no país. No caso do avanço da fronteira, o que se pretendia era que eles produzissem para o mercado. Tal produção poderia ser alcançada se, além dos meios de subsistência, esse mesmo trabalhador pudesse produzir, em moldes tradicionais, um excedente intercambiável, o que só seria possível com o aumento da jornada de trabalho, aumentando o caráter penoso do próprio trabalho. Ao se subordinar à esfera da circulação, dominada pelo capital, esse pequeno proprietário seria, sem dúvida, pressionado e expropriado de certa quantidade de sobretrabalho.

³⁰³ MORAES, Antonio Carlos Robert de. op. cit., p. 101.

³⁰⁴ Alguns autores do período, como Oliveira Vianna, afirmavam a impossibilidade de luta de classes no Brasil devido a abundância de terras. Ver DINIZ FILHO, Luís Lopes. op. cit., p. 214.

³⁰⁵ PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados...** op. cit., p. 108-111

Era esse o modelo que se pretendia construir na fronteira Oeste, baseando-se na mística da construção de pequenas propriedades em terras devolutas. Isso é mais uma expressão de como o Estado estaria mobilizando pessoas e recursos próprios no desenvolvimento de um novo padrão de acumulação no país.

Seção 4:

A Reorganização do mercado urbano de trabalho:

O desenvolvimento de uma nova estrutura econômica no Brasil centrada na acumulação industrial, mesmo que restrita, e voltada à produção para o mercado interno, implicou a necessidade de reorganização do mercado de trabalho urbano, com a necessidade de atração de um grande contingente de trabalhadores destinados a proporcionar uma força de trabalho superabundante. Esse processo, já bastante discutido pela historiografia brasileira, é tradicionalmente relacionado a dois objetivos primordiais: o de se garantir uma oferta de trabalhadores que impedisse a pressão sobre a massa de salários, o que poderia travar o processo de acumulação de capital; e o de desmobilizar a organização de trabalhadores.

Esses dois aspectos, presentes na preocupação de reorganização do mercado urbano de trabalho, apresentavam fortes interdependências, uma vez que uma maior oferta de trabalhadores provoca, ao mesmo tempo, baixa de salários e desmobilização. Por outro lado, as movimentações operárias fabris, no início do século, contaram, em sua organização e encaminhamento, com importante participação de trabalhadores estrangeiros, muitos dos quais adeptos de posturas revolucionárias. Ora, a formação de um mercado de trabalho urbano, abundante e adequado ao novo padrão de acumulação, voltava-se fundamentalmente a favorecer e a acelerar a própria acumulação industrial. Não é de se estranhar, portanto, que se pensasse em substituir, na formação desse mercado de trabalho urbano, os trabalhadores estrangeiros por trabalhadores nacionais, oriundos do interior, submetidos anteriormente a formas tradicionais de dominação e, por isso, considerados menos organizados.

Além do mais, alguns fatores objetivos impunham e favoreciam a reorganização do mercado de trabalho urbano, já a partir dos primeiros anos da década de 1930: nesse momento já era sensível a diminuição do fluxo tradicional de imigrantes originários da Europa, principalmente da Europa do Norte e Mediterrânea, processo este que se intensificou durante a década de 1920. O avanço da produção industrial e da agrícola “não café” paulista, já no período anterior dominado pela acumulação cafeeira, havia acelerado a desestruturação de complexos econômicos regionais no Nordeste e em Minas Gerais³⁰⁶ e possibilitado uma certa integração, mesmo que limitada, pois voltada prioritariamente aos portos, através do sistema de transporte ferroviário. Tais fatos, tornaram mais elástica a oferta de trabalhadores nacionais. Além desses processos, a crise da economia da borracha nos anos de 1920 impediu

³⁰⁶ Conforme NEGRI, Barjas. op. cit. p. 29

que essa continuasse disputando trabalhadores nacionais com as regiões dinamizadas pela produção industrial.

Nesse sentido, se somarmos às questões acima o fato de que a década de 1930 conheceu uma aceleração dos processos migratórios intra-estaduais e intra-regionais no sentido campo-cidade, principalmente em direção a São Paulo e ao Distrito Federal³⁰⁷, podemos afirmar que nesse período, efetivamente, inicia-se a consolidação de um mercado de trabalho urbano com características nacionais, “*transformando as classes sociais regionalizadas em classes sociais nacionais*”³⁰⁸.

O início desse processo de nacionalização do mercado de trabalho urbano encontra-se marcado, já nos primeiros momentos do governo provisório, pela instalação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Não nos parece ser apenas coincidência que o trabalho apareça, nesse primeiro momento, em um Ministério que também se preocuparia com atividades econômicas tipicamente urbanas, como a indústria e o comércio. Parece-nos indicar que a preocupação com o trabalho e sua regulamentação, voltar-se-iam às atividades econômicas urbanas. A própria organização da legislação trabalhista, vinculada, apenas, aos trabalhadores urbanos, veio, posteriormente, reforçar essa intenção.

Um dos primeiros atos do Ministério do Trabalho foi a implementação da “lei dos dois terços”, pelo decreto 19.482 de 12 de dezembro de 1930. Esse instrumento legal é o mesmo que impedia o desembarque no Brasil de estrangeiros que tivessem viajado em 3ª. classe e, como já foi dito neste trabalho³⁰⁹, voltavam-se a preocupações emergenciais com o mercado de trabalho urbano em virtude do desemprego provocado pelos impactos da crise econômica. Entretanto, o seu artigo 3º. era bem claro no que se refere à necessidade de que os empregadores, em qualquer atividade econômica, tivessem em seu quadro de funcionários 2/3 de trabalhadores brasileiros natos:

“Art. 3º Todos os indivíduos, empresas, associações, companhias e firmas comerciais, que explorem, ou não, concessões do Governo federal ou dos Governos estaduais e municipais, ou que, com esses Governos contratem quaisquer fornecimentos, serviços ou obras, ficam obrigadas a demonstrar perante o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro do prazo de noventa dias, contados da data da publicação do presente decreto, que ocupam, entre os seus empregados, de todas as categorias, dois terços, pelo menos, de brasileiros natos”.

³⁰⁷ HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de; GRAHAM, Douglas. op. cit., p. 61.

³⁰⁸ CHAUI, Marilena. **Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira**. In: CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. Ideologia e mobilização popular. São Paulo/Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978, p. 20.

³⁰⁹ Ver página 114 desta tese

É verdade que o parágrafo único, desse mesmo artigo, previa exceções no caso da inexistência de trabalhadores brasileiros natos, para o exercício de funções rigorosamente técnicas. Mesmo nesses casos, a lei dispunha, entretanto, que deveriam ser privilegiados os trabalhadores naturalizados e, somente, após esses, os estrangeiros. De todo modo, essa mudança na proporção de empregados deveria ter a aquiescência do Ministério do Trabalho:

“Parágrafo único. Somente na falta, de brasileiros natos, e para serviços rigorosamente técnicos, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, poderá ser alterada aquela proporção, admitindo-se, neste caso, brasileiros naturalizados, em primeiro lugar, e, depois, os estrangeiros”.

Parece-nos evidente, todavia, que tal dispositivo legal teria muitas dificuldades para ser cumprido imediatamente. Deve ser lembrado que esse decreto surgiu há apenas dezessete dias após a criação do próprio Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e que, portanto, o Ministério deveria ter enormes dificuldades materiais e pessoais de fiscalizar o seu cumprimento.

Por outro lado, o decreto previa, em seu artigo 4º, que os desempregados, brasileiros ou estrangeiros, deveriam comparecer às delegacias de recenseamento do Ministério do Trabalho ou, na ausência destas, às Delegacias de Polícia para verificação da tomada de medidas convenientes acerca de sua ocupação, principalmente, em atividades agrícolas.

Dessa forma, é evidente que se estavam tomando, primeiramente, medidas destinadas a diminuir a tensão em relação às questões sociais nos centros urbanos, mas é evidente, também, que tal decreto já demonstrava a intenção de se criar um mercado de trabalho urbano de novo tipo: formado majoritariamente por trabalhadores nacionais, que não favorecesse o aguçamento de tensões sociais e trabalhistas e sobre o qual o governo dispusesse de maiores possibilidades de controle.

Por isso é interessante observar que o governo agia, nesse processo inicial de nacionalização do mercado de trabalho urbano, com extrema cautela. Se por um lado, o governo agia no sentido de amenizar a problemática do desemprego, impedindo o desembarque de trabalhadores estrangeiros não qualificados e procurando dirigir os “sem-trabalho” para o campo; por outro, o fato de permitir que, na ausência de brasileiros, as atividades estritamente técnicas, necessárias à continuidade das atividades econômicas, pudessem continuar a ser desempenhadas por trabalhadores estrangeiros, demonstra que o governo também se precavia contra as pressões salariais originárias da falta de trabalhadores especializados em setores específicos.

Assim, parece evidente que o governo se preocupava com a formação de um mercado de trabalho urbano que não tornasse mais agudas as tensões sociais; que não favorecesse uma queda ainda maior nos salários, dificultando, assim, o consumo urbano; e, ao mesmo tempo, que não provocasse pressões salariais advindas da pequena oferta de trabalhadores em algumas atividades necessárias à indústria, o que certamente, dificultaria a acumulação de capital nesse setor.

Quando se afirma que, nesse momento, estava se iniciando um processo de nacionalização do mercado de trabalho urbano, devemos atentar para os sentidos desses termos. É um processo por que, realmente, tal questão teria que estender no tempo, não seria possível resolvê-la num curto espaço de tempo, diante da aguda situação que as crises do início da década de 1930 provocavam. Nacionalização do mercado urbano de trabalho, pois o elemento priorizado seria o trabalhador nacional e porque se procuraria, enfim, construir um mercado de trabalho urbano de dimensões verdadeiramente nacionais, que se reproduzisse endogenamente, sem acréscimos constantes de força de trabalho externa. Esse trabalhador urbano nacional, entretanto, também deveria ser formado, qualificado e disciplinado para o exercício de funções que exigiam qualificações específicas.

Nesse sentido, a formação de um mercado nacional de trabalho urbano voltava-se sem dúvida a favorecer o desenvolvimento do novo padrão de acumulação que deslanchava. Por isso, oferta abundante de força de trabalho, desmobilização política e trabalhista, controle sobre a organização dos trabalhadores, disciplinamento e formação dos trabalhadores foram aspectos que nortearam a ação estatal na construção desse mercado urbano de trabalho.

Compreendem-se, assim, os motivos que levaram o “combate” aos estrangeiros e a aceleração na introdução e consolidação de uma legislação trabalhista voltada, exclusivamente, aos trabalhadores urbanos a se tornarem os primeiros elementos da ação governamental na reorganização do mercado de trabalho urbano. O combate aos estrangeiros relaciona-se ao fato de que esses eram, muitas vezes, identificados como elementos articuladores das mobilizações trabalhistas ocorridas nas primeiras décadas do século XX e como portadores de ideologias exóticas, fomentadoras dos conflitos de classe que poderiam comprometer a harmonia social e, posteriormente, como representante de firmas e governos estrangeiros. A legislação trabalhista, por seu turno, servia, ao mesmo tempo, como fator de atração dos trabalhadores e como importante peça de disciplinamento e controle dos mesmos. Vejamos, separadamente, esses dois movimentos.

4.1 A Questão dos Estrangeiros:

Já foi relatado, anteriormente, que a imigração estrangeira passou a ser questionada no período em estudo neste trabalho. Nesses questionamentos, estavam incluídas a ação dos imigrantes no sentido de criar núcleos nacionais homogêneos, responsáveis pelos enquistamentos étnicos, que chegavam, na opinião dos ocupantes da esfera de poder a ameaçar a integridade territorial do país, pela participação dos estrangeiros na direção e pela organização de mobilizações trabalhistas. O primeiro aspecto explica, em parte, a preocupação com a participação desses trabalhadores nos processos de conquista territorial. O segundo ajuda a compreender a tentativa de minorar a sua influência na reorganização do mercado urbano de trabalho.

Se observarmos a ação restritiva do Estado em relação aos imigrantes, no mercado urbano de trabalho, veremos que, num primeiro momento, a argumentação se voltou ao combate e ao controle sobre aqueles que manifestavam uma posição próxima ao que poderíamos denominar de esquerda. São esses os mais visados num primeiro momento. A preocupação com aqueles que foram identificados como adeptos de visões à direita, como o fascismo e o nazismo, passou a ocorrer, mais tarde, principalmente, após o golpe do Estado Novo.

De certa maneira, tais ações em relação aos imigrantes reproduzem a postura do Governo Vargas frente à polarização política organizada ocorrida nos seus anos iniciais. Frente às tendências políticas mais organizadas, que representavam a polarização existente, casos da Aliança Nacional Libertadora (ANL), de tendências comunista ou nacionalista de esquerda, e Ação Integralista Brasileira (AIB), de tendências fascistas, o Governo, inicialmente, reprimiu muito mais duramente a primeira organização. Serviu-se, inclusive da AIB, aproximando-se em parte da mesma, para isolar e atingir a ANL sendo que a Revolta dos comunistas, em 1935, foi utilizada, como justificativa para o Golpe de 1937. Somente após a revolta dos integralistas, em 1938, após a proibição de partidos políticos organizados, o governo passou a reprimí-los, principalmente porque, além do caráter organizado e partidário do movimento, identificou que os mesmos, apesar de defensores do Estado autoritário, eram contrários à modernização e aproximavam-se, e em muito, das visões dos regimes imperialistas da Alemanha e da Itália³¹⁰.

³¹⁰ O movimento integralista era apoiado pela Itália e encontrava respaldo da Embaixada desse país para ações no Brasil. Ver: SEINTEFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. 3 ed. Barueri, SP: Manole, 2003. p. 97-98

A repressão aos imigrantes estrangeiros, considerados como adeptos de visões revolucionárias, não era novidade. Desde o regime, anterior quando ficaram famosas as afirmações de que “*a questão social era um caso de polícia*”, os militantes políticos e sindicais estrangeiros eram um dos alvos prioritários do regime. Como exemplo pode ser citada a lei Adolfo Gordo, que previa a expulsão de imigrantes que se integrassem em lutas sindicais, e que foi amplamente utilizada na década de 1910. Esse princípio foi incorporado, posteriormente, na Constituição Brasileira, após a reforma de 1926. Assim:

*“No início do século XX, o estrangeiro representava o trabalhador urbano, ligado ao incipiente desenvolvimento industrial e elemento constituinte da classe operária que emergia ameaçadora. Assim, ele era visto pelas elites oligárquicas da época como indesejável, perigoso e responsável pela disputa de classes, pela incitação aos movimentos políticos e sociais. Além desses elementos, também viam nele o detentor de ideologias adversas à ordem constituída, como por exemplo, anarquismo e comunismo e mais tarde fascismo e nazismo”*³¹¹.

No início do Governo Vargas, tal situação não sofreu grande mudanças nesse sentido, o foco da repressão ao movimento sindical autônomo, continuou sendo as tendências que se situavam à esquerda. Como os trabalhadores estrangeiros eram considerados os mais organizados, é evidente que a repressão a esse movimento tivesse o controle e a restrição aos imigrantes estrangeiros portadores de visões subversivas como um de seus focos principais:

*“[...] de 1930 a 1937[...] as idéias liberais, conservadoras, comunistas, fascistas, integralistas, circulavam concomitantemente, tendo seus adeptos certa “liberdade de ação”. Ou melhor, mais liberdade para aqueles cujas correntes tendiam para o lado do conservadorismo cristão, do Estado centralizador e da contenção dos movimentos operários, uma vez que, em 1933, o governo criara a Delegacia Especial de Segurança Pública e Social, que tinha nos seus primeiros planos a repressão ao operariado identificado com a ameaça comunista. O aparelho policial do Estado, articulado por Vargas na caça aos comunistas, contou também com a função da vigilância constante junto à DESPS, pois a aparelhagem da Polícia Especial, ou Polícia Política, estava voltada para a repressão dos subversivos”*³¹².

Assim, num primeiro momento, pode-se dizer que a idéia de nacionalização do mercado de trabalho urbano esteve ligada à permanência e ao aprofundamento da preocupação com a organização política e sindical dos imigrantes adeptos de posturas de esquerda, em suas vertentes anarquistas e/ou comunistas e à procura de minimizar os seus efeitos no que concerne à ampliação da luta de classes e aos impactos que a organização dos trabalhadores pudesse ter sobre os custos da produção industrial. Tais posições ficam evidentes no decreto 19770 de 19 de março de 1931, que versava sobre a organização dos sindicatos. Tal decreto prescrevia, nas alíneas c e f de seu primeiro artigo, que para o seu funcionamento, os sindicatos deveriam observar as seguintes condições:

³¹¹ PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 42.

³¹² PERAZZO, Priscila Ferreira. op. cit., p. 42-43.

c) exercício dos cargos de administração e de representação, confiado à maioria de brasileiros natos ou naturalizados com 10 anos, no mínimo, de residência no país, só podendo ser admitidos estrangeiros em número nunca superior a um terço e com residência efetiva no Brasil de, pelo menos, 20 anos;

f) abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos, estranhos à natureza e finalidade das associações.

Por outro lado, a nova dinâmica do capitalismo brasileiro, cada vez mais assentada na acumulação urbana e industrial, colocava em pauta a necessidade de formação de um mercado urbano de trabalho abundante, na qual a oferta de trabalhadores não implicasse na existência de pressões salariais. Isso explica, em parte, a preocupação em se privilegiar o trabalhador brasileiro e ampliar a sua participação na constituição desse mercado, uma vez que o trabalhador brasileiro, oriundo do interior era considerado menos impregnado por essas visões internacionalistas que estimulavam a luta política e sindical, como forma de conquistas de melhores salários e condições de trabalho.

Entendia-se, assim, que a chegada de trabalhadores nacionais aos centros urbanos mais dinâmicos da produção industrial teria como desdobramento um processo de desmobilização trabalhista, aspecto bastante interessante para a continuidade da própria acumulação de capital³¹³.

A partir de 1938, após o golpe e a desmobilização dos agentes políticos, nacionais e estrangeiros, identificados como comunistas, o processo de controle sobre os imigrantes estrangeiros assumiu outras características. Voltou-se ao perigo dos portadores de ideologias nazi-fascistas, principalmente aos de origem alemã, embora as preocupações com a presença comunista entre os imigrantes não tenham sido colocadas de lado, como afirma Vargas em 1940:

*“No mundo contemporâneo há clima propício a todas as ideologias. Não devem procurar o Brasil os que professam convicções em desacordo com as nossas, os que pretendem infiltrar no espírito brasileiro o falso cômodo internacionalismo que dissolve as energias patrióticas e pode servir a tudo e a todos, conforme o prelo e as ocasiões. Esses não terão mais entrada no país”*³¹⁴.

No entanto, “o combate” aos imigrantes identificados com posturas nazi-fascistas e que se dirigiu principalmente aos de origem alemã³¹⁵, está relacionado a aspectos diferentes

³¹³ Não quero afirmar com isso que estão corretas as avaliações de que o grau de mobilização e consciência de classe dos trabalhadores brasileiros eram inferiores ao dos estrangeiros, aspecto esse, inclusive, que não é objetivo desse trabalho e demandaria outros tipos de investigação. Pretendemos apenas afirmar que tal visão era corrente na avaliação do governo e de muitos dos intelectuais que lhes davam apoio.

³¹⁴ VARGAS, Getúlio. op. cit., p. 293. Discurso pronunciado em 31 de dezembro de 1940.

³¹⁵ Embora os imigrantes italianos, identificados com a propaganda e a agitação fascista, também fossem alvos da preocupação governamental, os mesmos eram considerados pelas autoridades policiais e militares como bem

daqueles que haviam sido dirigidos aos imigrantes considerados subversivos de esquerda. Não se tratava, como é claro, de uma preocupação com o acirramento das relações trabalho-capital, mas da ameaça que esses imigrantes poderiam representar à soberania nacional e à integridade territorial brasileira.

A consolidação, com a instauração do novo regime em 1937, da ideologia nacionalista que fora gestada nas primeiras fases do Governo Vargas, em conjunto com o afastamento da ameaça comunista, criaram as condições para que se voltasse a um problema colocado em segundo plano, embora já denunciado anteriormente³¹⁶, ou seja a possibilidade de que um segmento importante dos imigrantes alemães estivesse, como passou a se dizer na época, servindo de quinta-coluna para uma possível anexação alemã de partes significativas do território nacional por meio de uma invasão militar³¹⁷ ou para a implementação, por meio do Estado alemão, de um plano de desmembramento do território brasileiro³¹⁸.

Essa preocupação marca, efetivamente, o início das medidas de controle dos imigrantes identificados com as posições nazi-fascistas. Essas medidas acabaram por se generalizar para todas as comunidades de imigrantes dos países do eixo, principalmente a alemã, mesmo em relação àqueles que não comungavam de tais visões e encontram-se na base dos vários decretos nacionalizadores editados principalmente em 1938 e, também, em 1939.

Dois aspectos devem ser salientados em relação à introdução dessa nova preocupação com os imigrantes estrangeiros. O primeiro é que eles explicitam e iniciam um enfrentamento político do Brasil com os países do Eixo, principalmente a Alemanha. Segundo, é que eles demonstram o interesse em utilizar a problemática dos imigrantes estrangeiros como fator de difusão da ideologia nacionalista do Estado que, em plena elaboração desde os primeiros momentos do primeiro governo Vargas, fortalece-se a partir de 1937.

A Alemanha, durante boa parte da década de 1930, era tida e imaginada por membros do governo e por uma parte da intelectualidade que o apoiava como exemplo de modernidade, embora, como já foi dito, havia uma grande preocupação com a dificuldade de assimilação de seus imigrantes e descendentes e com a tendência em construir “enquistamentos étnicos”. Até o golpe de 1937, o relacionamento dos dois países era razoavelmente amistoso. Em 1935

menos organizados que os imigrantes e descendentes de origem alemã. Ver: SEINTEFUS, Ricardo. op. cit., p. 115.

³¹⁶ SEINTEFUS, Ricardo. op. cit., p. 30-32

³¹⁷ PERAZZO, Priscila Ferreira. op. cit. p. 49-50

³¹⁸ SEINTEFUS, Ricardo. op. cit., p. 109. Segundo o autor, em março de 1938 o embaixador alemão no Brasil, passa a assumir a opinião de Fritz Plugge, cidadão alemão e membro do NSDAP (Partido Nacional-Socialista Alemão do Trabalho), que aconselha Berlim a “separar o três estados do Sul do resto do Brasil”.

e 1936, os dois países haviam se associado no combate ao comunismo e do ponto de vista econômico, o comércio brasileiro com a Alemanha, impulsionado comércio de compensação, cresceu 465%, sendo que, nesse período, o Brasil, também se torna o primeiro exportador de algodão para a Alemanha, superando os EUA³¹⁹.

A partir do golpe de 1937, entretanto, com o aprofundamento da orientação nacionalista do governo e a pressão desencadeada pela Alemanha contra as tentativas de maior controle brasileiro sobre os imigrantes alemães, os incidentes diplomáticos entre os dois países se multiplicaram. Para isso, também, contribuiu a tentativa de golpe levada a efeito pelos integralistas em maio de 1938, ainda que o governo alemão não apoiasse, ao contrário da Itália, esse movimento.

Em 1938, com os decretos nacionalizantes outorgados pelo governo brasileiro, principalmente o Decreto-Lei 383, de 19 de abril, que vedava a participação e a propaganda política por parte de estrangeiros no país, as relações políticas com a Alemanha se tornaram tensas. A embaixada alemã reagiu agressivamente a esses decretos, principalmente em relação ao acima indicado, e o embaixador alemão, Karl Ritter, na pressão para a revogação dos decretos e da prisão de alguns líderes da NSDAP, envolveu-se em um incidente diplomático com o Ministro brasileiro das relações exteriores, Oswaldo Aranha. Tal incidente provocou séria crise política entre os dois países.

Essa crise política não chegou a implicar a diminuição significativa e imediata na atividade comercial entre os dois países, mas serviu para que, a partir do final de 1938, por meio de negociações visando à pacificação política, o Brasil conseguisse encaminhar as relações diplomáticas entre os dois países para objetivos voltados, fundamentalmente, para a “cooperação econômica”³²⁰.

Tal fato permitiu que o país retomasse a uma posição pendular frente à Alemanha e os Estados Unidos, o que seria de enorme importância para a manutenção de uma certa neutralidade frente ao conflito militar que já se prenunciava, mas também para a estratégia de encontrar parceiros estrangeiros para o financiamento do projeto siderúrgico. Isto demonstrou que, embora tivessem um conteúdo político específico, as atitudes do governo brasileiro em relação aos imigrantes do eixo, principalmente os alemães, e sua firmeza na condução da crise diplomática frente às exigências alemãs, renderam boas perspectivas econômicas,

³¹⁹ SEINTEFUS, Ricardo. op. cit, p. 21

³²⁰ SEINTEFUS, Ricardo. op. cit, p. 149.

principalmente no que diz respeito à estratégia da criação e instalação de indústrias base no país.

Paralelamente, e relacionadas ao processo rapidamente descrito anteriormente, as novas atitudes governamentais frente aos imigrantes estrangeiros representaram um reforço do nacionalismo brasileiro e da prática de se utilizar essa ideologia como uma forma de tentar estabelecer a unidade e a harmonia do corpo social brasileiro. O perigo alemão foi fortemente amplificado para reforçar a idéia de que tal harmonia não era alcançada devido à existência de elementos estranhos e nocivos no corpo nacional. A problemática alemã e o suposto risco que ela oferecia à soberania nacional foram, portanto, mais um instrumento utilizado para a ampliação do controle sobre a sociedade brasileira.

Essa questão, contudo, não quer dizer que a ameaça não existia e que não era compreendida pelo governo, o serviço secreto brasileiro sabia da existência de um projeto de se utilizar os imigrantes e os descendentes alemães presentes no Brasil como possibilidade de construção de uma “Alemanha Antártica” no Brasil³²¹. Tal receio ampliou-se ainda mais por ocasião dos processos de anexação da Áustria e Tchecoslováquia pelo regime nazista alemão. Assim, embora o perigo alemão, como aponta a historiografia, estivesse sendo superestimado³²², era um fato que assumia certa concretude para a época,

Dessa maneira, devido à concepção de que a propaganda nazista teria muito mais eficiência e agilidade se concentrando nas principais capitais e cidades do país, a política de controle e de repressão aos imigrantes alemães, e italianos e japoneses em menor escala, passou a ser desencadeada principalmente nos centros urbanos³²³. Assim, a política em relação aos imigrantes e descendentes do eixo, no período pós 1938, acabou por provocar impactos no mercado de trabalho urbano.

Podemos observar, portanto, que a mudança de orientação nas políticas relativas ao elemento estrangeiro foi um fator importante na reorganização do mercado de trabalho urbano, que passou por um processo paulatino de nacionalização a partir do período que nos ocupa. Num primeiro momento, essa política atingiu os que eram considerados como portadores de ideologias subversivas e internacionalistas e, posteriormente, principalmente

³²¹ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 46-47.

³²² O número de militantes ativos do NDASP no Brasil foi estimado em um número não superior a três mil, porcentagem razoavelmente insignificante diante da colônia de origem alemã existente no país. Entretanto há que se considerar que para um país com pequena tradição de organização política e que procurava naquele momento congelar a participação política da sociedade, mesmo essa pequena porcentagem poderia ser considerada expressiva.

³²³ PERAZZO, Priscila Ferreira. op. cit. p. 21.

após 1938, aqueles que eram considerados representantes de interesses de governos e firmas estrangeiras, principalmente alemãs.

Como o crescimento industrial - que atingiu a cifra de 11,25%, em média, entre os anos de 1933 e 1939, e 5,4 % entre os anos de 1940 e 1945³²⁴ - provocou a ampliação da demanda por trabalhadores, estes passaram a ser procurados entre os trabalhadores de origem nacional. Em São Paulo, onde esse crescimento foi mais acelerado, os trabalhadores recrutados eram, principalmente, migrantes oriundos do próprio interior paulista, das regiões Norte e Nordeste do Estado de São Paulo. Essa migração intra-estadual só se tornou possível e mais elástica devido à possibilidade de recrutamento de migrantes nordestinos que os substituíram na atividade agrícola e que também passaram a ser utilizados no avanço da fronteira agrícola Oeste de Estado. Entretanto, isso não quer dizer que uma boa parte desses migrantes nordestinos não tenha ajudado, também, a alimentar diretamente esse novo mercado urbano de trabalho.

A mudança no perfil da força de trabalho urbana, na cidade de São Paulo, que era onde se concentrava o processo de desenvolvimento industrial, pode ser demonstrada pelo quadro abaixo:

QUADRO 8
BRASILEIROS E ESTRANGEIROS ENTRADOS NA CIDADE DE SÃO PAULO – 1921/39

Anos	Brasileiros	Estrangeiros
1921	6.923	32.678
1922	7.354	31.281
1923	14.578	45.240
1924	12.076	56.065
1925	15.906	57.429
1926	19.366	76.796
1927	30.806	61.607
1928	55.431	40.847
1929	50.218	53.262
Total	212.658	455.205
1930	8.720	30.924
1931	10.174	16.216
1932	18.345	17.420
1933	30.330	33.680
1934	37.824	30.757
1935	50.849	21.131
1936	57.643	14.854
1937	74.085	12.384
1938	47.755	8.549
1939	100.139	12.207
Total	435.864	198.122

³²⁴ GRAHAM, Douglas; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de op. cit., p. 57

Fonte: Boletim do Departamento Estadual de Estatística. São Paulo, no. 9, setembro de 1940. In PAIVA, Odair da Cruz. **Brasileiros na Hospedaria dos Imigrantes**. São Paulo: Memorial dos Imigrantes, 2001, p. 16. e PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados...**op. cit., p. 226

4. 2 A Legislação Trabalhista: Atração e Controle dos Trabalhadores

A legislação trabalhista também exerceu importante papel no processo de reorganização do mercado de trabalho urbano, no sentido de adequá-lo aos interesses do novo padrão de acumulação que deslanchava. Por um lado, serviu como fator de atração de trabalhadores; por outro como fator de controle e disciplinamento dos mesmos.

Devemos ter em conta que a substituição de trabalhadores estrangeiros, ou melhor, a primazia concedida aos trabalhadores brasileiros nos processos de deslocamento populacional, no sentido campo-campo e também, nesse caso, na formação do mercado urbano de trabalho, portanto, no deslocamento sentido campo-cidade, gerava uma situação nova. Ao contrario do que havia ocorrido anteriormente, quando a maior parte dos trabalhadores urbanos, das regiões mais dinâmicas, como a da capital paulista e seu entorno, induzida pela economia cafeeira, era constituída por estrangeiros, a partir desse momento, o mercado urbano de trabalho passou a ser alimentado por trabalhadores nacionais, oriundos de regiões menos desenvolvidas ou industrializadas. Nesse sentido, a existência ou a consolidação de uma legislação trabalhista, que garantia alguns direitos - como a definição de uma jornada de trabalho, períodos de férias, da possibilidade de apresentação de reclamações às juntas de conciliação e julgamento e, posteriormente, o salário mínimo - passaria a funcionar como um forte atrativo.

Não é de se estranhar que a legislação trabalhista, apontada pelo governo, como uma de suas maiores realizações, não tenha sido estendida ao campo. Isto é mais um elemento que indica a existência e a fixação de graus desiguais de desenvolvimento entre diferentes regiões e espaços, fator importante na determinação das condições de movimentação populacional de trabalhadores ³²⁵.

Assim, além da impossibilidade de política de se confrontar diretamente com os grandes proprietários de terra; do interesse em se estabelecer atitudes conciliatórias com algumas oligarquias regionais; e da extrema cautela numa possível mudança da estrutura fundiária do país, a constituição de uma legislação trabalhista que dissesse respeito apenas aos trabalhadores urbanos tem a ver com a estratégia de utilizá-la como um mecanismo de atração

³²⁵ PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados...**op. cit., p. 242

de trabalhadores. Tal fato é percebido pelo Sr. Péricles Melo Carvalho, que antes de exaltar a ações governamentais do governo Vargas na implementação da Marcha para o Oeste, demonstra preocupação com o papel da legislação trabalhista na atração de trabalhadores para os centros urbanos:

“A legislação social de amparo e proteção ao trabalhador brasileiro havia de produzir os benefícios de que está eivada logicamente, nos centros urbanos, antes de cristalizar-se na extensão dos meios rurais. E assim acontecendo concorreu para drenar ainda mais para o litoral a grande massa de trabalhadores dos campos que buscavam nas cidades o bafejo da proteção prodigalizada aos operários urbanos. [...] A assistência médica e os ambulatórios de que por intermédio dos institutos desfrutavam os trabalhadores urbanos; a assistência técnica de escolas profissionais, acessíveis; o ensino gratuito, e a assistência educacional; as garantias de assistência policial e a segurança da propriedade; o cooperativismo político, econômico e sindical, com o perfeito equilíbrio da comunidade e o congraçamento das classes para o benefício individual e coletivo; as vias de comunicação e acesso, permitindo-lhes o comércio mais rápido e maior ativação da riqueza; a assistência social com a proteção da família, a proteção das mulheres e dos menores; os seguros sociais aos acidentados; o amparo à velhice; a higiene do lar, com a construção de moradias baratas para os operários; a alimentação sadia e acessível, com refeitórios públicos, orientados e dirigidos pelo governo; a condenação dos locais insalubres e a regulamentação do horário de trabalho, para não falar ainda no salário mínimo e na legislação de previdência que estabeleceu os seguros doenças, acidentes, à gestante, à invalidez e a possibilidade do fomento da economia com os recursos de empréstimo, pensões e aposentadorias, lastreados nas organizações para-estatais dos Institutos; tudo isso constitui uma soma ponderável de desequilíbrio na balança do urbanismo com o ruralismo”³²⁶.

É possível afirmar que a exclusividade da legislação trabalhista no meio urbano funcionava como um sucedâneo da concessão de lotes de terra aos trabalhadores que se dirigiriam ao avanço Oeste da fronteira econômica. Era um fato que poderia ser vislumbrado pelos migrantes como uma melhoria nas condições de vida.

Por outro lado, se a chegada de pessoas oriundas de regiões interioranas favorecia o recrutamento de trabalhadores que haviam sofrido formas de dominação marcadas por relações personalistas, próximas ao que poderíamos denominar como uma dominação de cunho tradicional, por isso, menos propensos, naquele momento, para organização trabalhista, isto, em contrapartida, impunha a necessidade de uma nova disciplina, diferente da exigida no trabalho do campo. O trabalho em atividades fabris exige um controle muito mais rígido do que aquele exigido pelo trabalho no campo em aspectos relativos a horários, assiduidade e produtividade. Por isso, a legislação trabalhista deveria cumprir um papel também disciplinador. Deveria cumprir nas cidades uma função semelhante a dos administradores e burocratas dos núcleos de colonização estabelecidos no campo. Não é fortuito, portanto, que a

³²⁶ CARVALHO, Péricles Melo. **A concretização da “Marcha para o Oeste”**. In: **Cultura Política**. Rio de Janeiro: DIP, Ano I, no. 8, outubro de 1941, p. 18.

denominação da supervisão operária nas fábricas, ao lado das de mestre e contramestre, englobava, também a categoria de capataz.

Nesse processo, um instrumento passou a ter um significado bastante importante: a carteira de trabalho. Esse instrumento, ao garantir a adesão do trabalhador a um contrato de trabalho, regulado pela legislação trabalhista, permitia, ao mesmo tempo, o controle sobre a vida e o desempenho profissional desse trabalhador, transformando-se em mecanismo de controle sobre ele. A esse respeito, não deixam dúvidas, e são bastante interessantes, as palavras do Ministro do Trabalho, por ocasião da outorga da CLT, Alexandre Marcondes Filho, inscritas nas próprias carteiras profissionais:

“Por menos que pareça e por mais trabalho que dê ao interessado, a carteira profissional é um documento indispensável à proteção do trabalhador.

Elemento de qualificação civil e de habilitação profissional, a carteira profissional representa também título originário para a colocação, para a inscrição sindical e, ainda, um instrumento prático do contrato individual de trabalho.

*A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examina, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. **Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência**”*³²⁷

A carteira profissional, portanto, é a expressão de como a legislação trabalhista teve uma grande importância na reorganização do mercado urbano de trabalho, na medida em que era um instrumento de acesso a direitos não presentes no trabalho rural, dominado pelas relações e pelos mecanismos de controle pessoal. Por essa via funcionava como elemento de atração populacional; por outro lado, ao mesmo tempo, gerava a possibilidade de um controle direto sobre o trabalhador, convertendo-se em fator de disciplinamento e de inculcação dos princípios de obediência à ordem estabelecida. Atuando, pois, como fator de atração e de disciplinamento a legislação trabalhista desempenhava um importante papel na reorganização e nacionalização do mercado de trabalho urbano:

“Os benefícios oferecidos pelo Estado atuavam como armadilhas de envolvimento e enquadramento dos trabalhadores, fato de alta significação para uma classe que ampliava rapidamente os índices de sua proletarização. São Paulo, por exemplo, receberia somente entre os anos de 1936-1940 mais de 295 mil imigrantes de outros estados, principalmente nordestinos. Ao comentar o aparecimento dos sucessivos decretos que foram introduzindo a carteira profissional como documento de identificação do trabalhador, um funcionário do governo não escondeu a malha do seu envolvimento para ter acesso às “regalias” trabalhistas. As férias remuneradas e o direito de apresentar reclamações perante as Juntas de Conciliação e Julgamento ficavam adstritos somente aos trabalhadores sindicalizados. E, sem carteira, não era permitido sindicalizar-se. Já anteriormente ao decreto de 21 de março de 1932, afirma o autor, o uso da carteira não respeitava a divisão entre a

³²⁷ Alexandre Marcondes Filho. Apresentação da Carteira Profissional. Página 4 do documento.

vida civil do cidadão e sua vida profissional; o patrão ao anotar a data da dispensa do trabalhador, também considerava sobre sua conduta e aptidões profissionais”
 328

A legislação estava também voltada a legitimar o papel dos sindicatos como a forma de representação dos trabalhadores e os sindicatos passaram a ser pelo decreto n. 19.770, de 19 de março de 1931, organismos tutelados pelo governo, de tal forma que passaram a ser considerados elementos fundamentais na construção de relações solidárias entre as classes sociais e o Estado.

Dessa forma, o processo de reorganização e de nacionalização do trabalho urbano procurou, por meio da construção de seu novo agente, o trabalhador e operário nacional solidificar a concepção harmônica e organicista de sociedade e estabelecer uma paz social e uma unidade nacional que provocasse mais que um relaxamento, um anestesiamiento dos conflitos sociais. Procurou forjar um novo tipo de trabalhador que se comportasse, dentro das visões da época, como pacífico, ordeiro; como parte constituinte e harmônica do corpo social nacional.

Entretanto, apesar da aparência e da ideologia de neutralidade, tal preocupação que norteou a formação do mercado de trabalho urbano, ao tentar evitar e reprimir a organização trabalhista, atuava, indubitavelmente, como catalisadora da nova modalidade de acumulação urbana e industrial. Isso nos permite afirmar que a reorganização do mercado urbano de trabalho, por meio da construção de uma nova modalidade de deslocamentos populacionais, também apresentava uma intencionalidade em contribuir com o deslanche de um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil.

Dessa maneira, ao tomar medidas iniciais visando evitar acirramentos da tensão social, em virtude do desemprego provocado pela crise; ao procurar controlar e assimilar os estrangeiros; ao buscar a criação de condições de atração de trabalhadores nacionais para o trabalho nos centros urbanos; e, ainda, ao estabelecer elementos legais no objetivo de controlar e disciplinar esse trabalhador nacional em construção, o governo procurou criar condições para a formação de um mercado de trabalho urbano equilibrado. Um mercado de trabalho que, ao mesmo tempo, não implicasse pressões demasiadas sobre a taxa de salários e impedisse também, pela ampliação do número de desclassificados, um aviltamento no consumo urbano, que, de outra maneira, obstaria a própria produção industrial.

³²⁸ LENHARO, Alcir. **Sacralização da política...** op. cit., p. 26

Nesse sentido, a última questão a ser enfrentada deveria ser a formação profissional desse trabalhador urbano. Para tal, em consonância com o Ministério da Educação e entidade empresariais, o governo instituirá, em 1942, uma ampla reforma na formação e na educação técnica e industrial, com a introdução das Escolas Técnicas Federais e do Senai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese procurou contribuir para a compreensão do período do primeiro governo Vargas (1930-1945), no tocante à participação desse governo nos processos de desenvolvimento, enfocando, neste sentido, as funções reservadas aos processos de deslocamento populacional e a elaboração e aplicação, por parte do governo, de políticas referentes a esse assunto.

Para tal, partiu-se do pressuposto de que o desenvolvimento econômico, conhecido a partir da década de 1930, originou-se da ênfase na substituição da estrutura anterior, baseada na produção de produtos primários destinados ao mercado externo, por uma nova, baseada no mercado interno e na produção industrial. Isso foi provocado por fatores objetivos, como o impacto da grande crise econômica mundial de 1929/30, pela crise do antigo sistema de dominação política e de estruturação estatal, desencadeada pelo movimento de 1930 e, também, pela decisiva definição do novo governo brasileiro em encaminhar esse processo. O fio condutor desta tese baseou-se no pressuposto de que havia uma intencionalidade do novo governo em criar as condições necessárias para o país voltar-se para o mercado interno e para a industrialização.

Dessa maneira, a integração do mercado interno e a necessidade de torná-lo disponível para uma produção nacional, principalmente industrial, que começara a atender faixas de procura anteriormente supridas por produtos importados, tornaram-se metas importantes, cujo alcance passou a ser constantemente perseguido pelo novo Governo.

A realização desses objetivos, num país como o Brasil, naquele contexto histórico, não era uma tarefa de fácil consecução. Devemos lembrar que o Brasil, além de possuir um território de dimensões continentais, se apresentava como uma economia compartimentada em diferentes complexos econômicos regionais. Ao mesmo tempo, durante a década de 1930, o país encontrava-se marcado por uma conjuntura econômica crítica e atravessado por crises e polarizações políticas que indicavam um processo de redefinição da participação dos diferentes segmentos sociais na estrutura de poder.

A magnitude da empreitada a ser encaminhada influenciou decisivamente na reestruturação do Estado brasileiro. De um Estado de características liberal-oligárquicas, sustentado por arranjos políticos de bases regionais e locais e, por isso, fortemente federalista, onde dominavam as oligarquias dos Estados mais poderosos, passou-se a um processo de mudança

para um Estado centralizado, equipado por novas instâncias burocráticas que procuravam, simultaneamente, administrar interesses divergentes e intervir mais diretamente nos assuntos econômicos e sociais.

A ampliação das tarefas do Estado, dos seus instrumentos e de suas instituições de intervenção, levaram à prática da constante regulamentação de aspectos relativos aos assuntos econômicos e sociais da nação. Nesse sentido, os mais variados processos tornaram-se objetos de políticas específicas, buscando controlá-los e dirigí-los a objetivos mais ou menos definidos.

Dessa maneira, a hipótese presente neste trabalho vinculou-se à idéia de que a necessidade e a procura da integração do mercado interno brasileiro levaram, também, à implementação de novas políticas relativas à problemática dos deslocamentos populacionais que ocorriam sob o território nacional e à tentativa de fazer com que eles se adequassem às exigências colocadas pela nova estrutura econômica que estavam surgindo no país.

As características dos deslocamentos populacionais já estavam sofrendo modificações que demonstravam a ocorrência de um processo de mudanças da estrutura capitalista nacional. O propósito deste trabalho foi demonstrar que o governo no pós 1930 procurou, por meio de instituições e instrumentos legais, criar políticas que interferissem diretamente, controlassem e dirigissem esses deslocamentos populacionais a fins claramente definidos. O entendimento aqui preconizado foi, portanto, o de que as políticas relativas aos deslocamentos, gradualmente construídas ao longo do período, subordinaram-se aos objetivos de favorecer a integração do mercado interno, inclusive do mercado de trabalho, no sentido de torná-lo efetivamente disponível à produção industrial brasileira que crescia de com maior velocidade.

Como a intencionalidade no sentido da construção de uma nova estrutura capitalista no Brasil tornou-se mais evidente a partir da emergência do Estado Novo, em finais do ano de 1937, a utilização das políticas migratórias, voltadas aos objetivos acima descritos, também se tornou mais evidente a partir desse período. Tais políticas, contudo, foram caudatárias de vários princípios que foram sendo amadurecidos e implementados nos períodos precedentes do primeiro governo Vargas. Dessa forma, se as políticas relativas aos deslocamentos populacionais, objetivando a integração do mercado, foram intensificadas e aprofundadas a partir do Estado Novo, elas, no entanto, não se limitaram, apenas, a esse período. A intencionalidade em encaminhar um novo padrão de deslocamentos populacionais, condizentes com uma nova estrutura econômica, esteve presente em todo o primeiro governo

Vargas, mormente a partir de 1933 quando atividade industrial, que passou a crescer, até 1939, a uma taxa média de 11,25% , comandou a recuperação da economia brasileira.

Outra idéia, também presente neste trabalho, é a de que a passagem para uma estrutura econômica sustentada na produção para o mercado interno e a integração desse mercado foram os fatores que permitiram a entrada do Brasil numa longa fase de crescimento e desenvolvimento econômicos. Tal vigor econômico (expresso no fato de que a economia brasileira foi uma das que mais cresceram mundialmente, no período situado entre 1930 e 1980) por ter se baseado, contudo, na combinação de graus desiguais de desenvolvimento entre as diferentes regiões, originando e aprofundando a reorganização da economia e do espaço econômico brasileiros, processou-se de maneira a intensificar as distorções e os chamados desequilíbrios regionais.

Além disso, e talvez mais importante, é que esse crescimento se deu pela subordinação das novas atividades e das novas relações de trabalho, introduzidas na produção agrícola e nas regiões de avanço da fronteira, aos processos de acumulação industrial que, naquele momento, já se concentravam no Centro-Sul, principalmente em São Paulo. Isso, associado ao processo de formação de um mercado de trabalho urbano de características nacionais e condizentes com as novas exigências do novo modelo de desenvolvimento, significa dizer que esse crescimento econômico se constituiu a partir, também, de novas formas de apropriação do excedente econômico pelo capital industrial.

Tal situação torna-se evidente se observarmos algumas questões desenvolvidas neste trabalho. O avanço das frentes pioneiras, sustentadas em projetos colonizadores baseados na pequena propriedade transformariam trabalhadores familiares anteriormente excedentes, ou produtores de subsistência, em sua região de origem, em trabalhadores familiares produtores de mercadorias destinadas aos centros urbanos e consumidores de mercadorias industriais. Isto só poderia ocorrer com o aumento de sua produtividade, principalmente por meio da ampliação da jornada de trabalho. Como a reprodução da força de trabalho familiar seria assegurada por uma parcela da produção do próprio lote, o aumento de produtividade, mediante aumento da jornada de trabalho, não seria incorporado aos preços finais da mercadoria. O resultado seria que o preço da mercadoria encontrar-se-ia abaixo dos custos reais de produção.

O movimento migratório para atividades agrícolas no interior paulista ilustra situações nas quais o capital industrial pôde, também, se beneficiar, mesmo indiretamente, do desenvolvimento de novas atividades econômicas. Como a produção agrícola não diminuiu

sensivelmente durante o período e a agricultura aprofundou as suas funções de produtora de matérias-primas industriais, de gêneros voltados a abastecer a população urbana e de geradora de divisas para a importação de bens de capital e intermediários³²⁹, a manutenção da oferta regular de trabalhadores recrutados em outros estados da federação, impediu uma pressão altista sobre os salários pagos no campo. Tal fato contribuiu para que os preços das mercadorias destinadas às cidades não se elevassem e que as exportações se mantivessem. Esses aspectos representam fatores estimulantes para o crescimento do país.

Ao mesmo tempo, as migrações no sentido dos centros urbanos mantiveram, e até ampliaram, a oferta de trabalhadores no mercado urbano de trabalho. Dessa forma, também, contribuíram para rebaixar, ou pelo menos não elevar, os salários industriais.

Dessa maneira, é possível afirmar que o grande impulso econômico conhecido, a partir do momento em foco neste trabalho, não encontrou correspondência em uma significativa melhora nas condições de vida de uma importante parcela da sociedade brasileira. Nesse processo, os deslocamentos populacionais tiveram uma atuação decisiva: se de um lado, garantiram a oferta de trabalhadores necessários à integração do mercado nacional, por outro, as formas pelas quais se desenvolveram não possibilitaram, contudo, que esses trabalhadores colhessem todos os frutos do desenvolvimento econômico.

Assim, as características assumidas pelos deslocamentos populacionais no período, bem como das políticas aplicadas em relação a eles, reproduziram práticas tradicionais na sociedade, na política e na economia brasileiras, permitindo que alguns segmentos dos grupos dominantes estabelecessem formas de conciliação e combinação de interesses, enquanto a uma parcela importante do povo e dos trabalhadores continuaram sendo vistos como instrumentos da construção de um novo espaço econômico nacional.

Por isso, a análise empreendida acerca dos elementos constituintes da política relativa aos deslocamentos populacionais, bem de sua efetiva aplicação, revela que, malgrado a preocupação com o desenvolvimento e com a garantia da soberania e da integridade nacionais, o Governo Vargas, mesmo não representando diretamente os interesses industrialistas, atuou de forma a favorecer o processo de acumulação do capital industrial.

Ao mesmo tempo, a identificação dos ideais de progresso, modernização e desenvolvimento com a industrialização, presentes no pensamento de Vargas, bem como no de vários técnicos e intelectuais que o apoiaram, aproximou o seu governo dos interesses

³²⁹ O avanço da cotonicultura no interior paulista é um caso exemplar dessa situação.

defendidos pelas mais destacadas lideranças industriais. O próprio processo de constituição de um Estado cada vez mais centralizado e intervencionista foi um importante elemento de favorecimento a um processo endógeno de desenvolvimento industrial, que não poderia se realizar, simplesmente pelo livre jogo das forças de mercado.

A sociedade e a economia brasileiras passaram por um acelerado processo de modernização marcado por um forte nacionalismo. Esse processo procurou modificar as características da economia brasileira e a sua participação na divisão internacional do trabalho. Como a industrialização não poderia ser alcançada com base no mercado externo e como o Brasil dispunha de um mercado interno de grandes potencialidades, esse processo de desenvolvimento procurou reproduzir internamente os processos de conquista e anexação de novos mercados. Os generosos fundos territoriais brasileiros passaram, então, a ser encarados como sucedâneos dos mercados externos das nações líderes do capitalismo mundial.

Esse processo também esteve baseado em idéias e práticas opostas às defendidas pelo Liberalismo econômico. Esse rompimento com o Liberalismo não significou, todavia, um rompimento com o capitalismo. Assim, é possível perceber que se pretendeu construir no Brasil uma estrutura econômica e social que é tradicionalmente denominada como “capitalismo autoritário”. A superação do *laissez-faire* se deu, dessa maneira, com a construção de uma ordem política social e econômica influenciada por visões próximas ao Positivismo, com a necessária implantação de um modelo econômico e social baseado nos princípios do organicismo social.

Desta maneira, a intenção clara em se avançar na construção de uma nova estrutura capitalista, nucleada pela produção industrial voltada ao mercado interno, levou ao estabelecimento de uma institucionalidade que ao mesmo tempo em que procurava impulsionar a industrialização, procurava, também, controlar e dirigir os movimentos da sociedade. A política relativa aos deslocamentos populacionais, ao ser um importante componente desse processo, expressou, assim, de forma clara, os elementos nele presentes. A política relativa aos deslocamentos populacionais obedeceu aos princípios da planificação e racionalização, expressou a nova visão de desenvolvimento, na qual havia o predomínio da cidade sobre o campo e incorporou a preocupação estatal com o controle do território e da sociedade nacionais.

A plena disponibilidade do mercado para a produção industrial brasileira impunha a necessidade de manter a integridade territorial do país. Acreditava-se que essa integridade corria sérios riscos em virtude da desnacionalização de partes expressivas do território

nacional por meio da fixação de colônias homogêneas de estrangeiros, pela existência de vastos territórios intocados e desconectados da atividade econômica e pelo caráter autárquico e localista do latifúndio exportador. A política relativa aos deslocamentos populacionais esteve baseada, por isso, desde os seus primeiros momentos de elaboração, na preocupação em manter a integridade territorial do país, por meio do povoamento nacional e da incorporação produtiva das áreas vazias, utilizando-se para tal das pequenas propriedades de caráter familiar.

Essas pequenas propriedades teriam ainda o mérito de permitir a produção de matérias-primas e gêneros alimentícios para os centros urbanos em franca expansão e, simultaneamente, ampliar o consumo de mercadorias urbanas. Tal situação seria alcançada com a conversão dos pequenos proprietários para uma economia de mercado. À pequena propriedade e ao processo de povoamento e de colonização do interior brasileiro foram atribuídos, portanto, importantes funções: serviriam para favorecer a padronização das relações sociais brasileiras, por meio da construção de um novo trabalhador do campo e, simultaneamente, para iniciar um combate ao caráter autárquico do latifúndio localista e exportador.

Ao se voltarem, também, à tarefa de integração e ampliação do mercado interno brasileiro, as políticas relativas aos deslocamentos populacionais visavam também formar um mercado de trabalho de dimensões verdadeiramente nacionais, tanto no campo quanto nas cidades, no qual a força de trabalho pudesse ser recrutada internamente. Dessa maneira, as regiões dinâmicas da economia nacional não teriam necessidade do recurso a trabalhadores estrangeiros, que, por serem, muitas vezes, considerados como portadores de ideologias internacionalistas ou, então, como representantes de interesses de firmas e governos estrangeiros, eram considerados, também, como ameaças potenciais à harmonia social, à integridade territorial e ao desenvolvimento brasileiro.

Os deslocamentos populacionais deveriam, dessa forma, ser o fator de fornecimento de uma força de trabalho nacional que permitisse atender à nova situação da agricultura e às novas relações de trabalho nela presentes e, ao mesmo tempo, favorecesse a formação de um mercado de trabalho urbano mais elástico e condizente com o novo panorama e desenvolvimento do país.

Podemos afirmar que o governo procurou aplicar vários desses propósitos no controle e na direção dos movimentos populacionais. O governo permitiu e favoreceu a reintrodução e a reorganização dos subsídios à atração de mão de obra para os centros mais dinâmicos da

economia. Ao facilitar o acesso, a seleção e o recrutamento de trabalhadores agrícolas fora das fronteiras do Estado de São Paulo, favoreceu a sua agricultura no processo de readequação frente às exigências do novo padrão de acumulação. Ao mesmo tempo, propiciou a substituição dos trabalhadores e pequenos proprietários que se dirigiam às frentes pioneiras do Norte do Paraná e daqueles que rumavam à capital paulista, que se encontrava em pleno processo de crescimento urbano e industrial. Assim, a reintrodução dos mecanismos de subsídios à atração de mão-de-obra também possibilitou a ampliação da oferta de trabalhadores urbanos.

O governo também procurou utilizar as políticas colonizadoras como fator de integração de novas regiões aos circuitos econômicos. Favoreceu tal prática por meio da iniciativa particular onde a expectativa de lucratividade permitia e favorecia o investimento privado: o caso exemplar dessa atitude é o norte do Paraná. Experimentou e tomou a iniciativa colonizadora oficial onde o capital privado não se interessava ou era insuficiente. Este foi o caso da proposta colonizadora articulada às CANs.

Essas alternativas colonizadoras, comandadas pelas iniciativas privadas ou estatais expressaram uma divisão do trabalho colonizador. Ao Estado coube, efetivamente, a tentativa de por meio de políticas colonizadoras, acelerar a conexão de novas regiões aos circuitos econômicos, regiões essas pouco atrativas à inversão privada. A ação colonizadora estatal foi, pois, caudatária de vários dos elementos presentes na definição da política relativa aos deslocamentos populacionais. O processo de colonização do Oeste foi pensado como uma forma de integrar tal região à economia nacional a partir dos influxos que partiam de sua região mais dinâmica, ou seja, o Centro-Sul industrializado. Assim, embora voltada a práticas agrícola, a colonização do período procurava favorecer o desenvolvimento do novo padrão de acumulação urbano-industrial.

A colonização oficial, consubstanciada pelas CANs, não apresentou os resultados pretendidos. Serviu, porém, para galvanizar um sentimento nacionalista e permitir a expressão ideológica que apresentava o Estado como construtor da nacionalidade. Além disso, e talvez mais importante, a proposta de colonização do Oeste permitiu a percepção da necessidade de efetiva integração do território nacional como aspecto imprescindível do desenvolvimento industrial. Tal fato constituiu-se assim no estabelecimento das bases que permitiriam a aceleração do processo de industrialização ocorrido no pós-Segunda Grande Guerra, embora, a partir daí, em bases distintas do que havia sido planejado.

O governo também procurou construir um mercado de trabalho urbano condizente com as novas necessidades e que também se baseasse nos princípios do organicismo social e, por isso, na defesa da harmonia, hierarquia e do controle social. Isso se expressou na procura da própria nacionalização desse mercado urbano de trabalho, por meio da diminuição da influencia estrangeira, a partir de uma legislação restritiva. Somado a isso, o governo procurou utilizar a legislação trabalhista como forma de atração, de construção e de controle de um novo trabalhador urbano nacional que precisaria ser formado.

Dessa forma, este trabalho procurou demonstrar que o governo Vargas possuía uma forte intencionalidade em se utilizar os deslocamentos populacionais como ferramenta importante no deslanche de um novo padrão de acumulação no Brasil. Procurou, ainda, mostrar que esses deslocamentos populacionais, ao permitirem a integração do mercado nacional, criaram as bases para a entrada da economia brasileira numa longa fase expansiva. Devido, entretanto, ao fato ter beneficiado a aceleração da acumulação do capital industrial que se concentrava no Centro-Sul, tal processo acabou por gerar e ampliar fortes distorções e desequilíbrios na sociedade brasileira.

Por ter colaborado para aprofundar a desigualdade regional no país; por ter vislumbrado o trabalhador migrante apenas como um instrumento da construção de uma nova territorialidade e como parte de um corpo social, que deveria manter-se coeso e harmônico, as políticas relativas aos processos de deslocamento populacional, implementadas no primeiro Governo Vargas favoreceram, sem dúvida, a criação de novas formas de controle e de exploração social desses trabalhadores.

Assim, se, de um lado, a intencionalidade em estimular o desenvolvimento econômico, por meio da integração do mercado interno possibilitou a entrada da economia brasileira numa longa fase de crescimento e modernização; por outro, a maneira como tal processo se encaminhou impediu que o problema da desigualdade social fosse efetivamente combatido.

As problemáticas dos desequilíbrios regionais e da desigualdade social brasileiras ganharam uma intensidade ainda maior nos anos subseqüentes ao primeiro Governo Vargas, quando a concentração do desenvolvimento ampliou-se de maneira desmedida.

Por isso, este trabalho também teve por objetivo o estabelecimento de uma interlocução com a realidade brasileira contemporânea. Procurou, por meio da reflexão histórica, reafirmar o princípio de que um real e verdadeiro desenvolvimento deve basear-se em nossas potencialidades internas, na defesa e na ampliação do mercado interno brasileiro.

Procurou, contudo, também reafirmar que o verdadeiro desenvolvimento não pode se desligar dos aspectos sociais que lhes são correlatos. Este trabalho buscou, enfim, refletir também a idéia de desenvolvimento econômico e apontar que ele não é um fim que se encerra em si mesmo, mas, também, um meio para assegurar o alcance de conquistas sociais.

BIBLIOGRAFIA:

ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. De. **Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola**. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1982

ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. **A morada do vale, sociabilidade e representações: um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal**. Londrina: Editora UEL, 1997.

AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e realidade nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

Anais da semana de História agrária. Assis: ANPUH/UNESP, 1982

Atlas de população do Estado de São Paulo. São Paulo: Fundação SEADE, 1991

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1977.

BAENINGER, Rosana; SALES, Teresa. **Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século** in **Travessia: revista do migrante**. No. 36, janeiro-abril, 2000.

BAER, Werner. **A Industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 4 ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

BALAN, Jorge (org.). **Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Difel, 1974.

_____. **Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa**. IN: BALÁN, Jorge. **Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro**. São Paulo: Difel, 1974.

BANDEIRA, Moniz. **O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Ensaio, 1994.

BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BESCOW, Gabriela Carames. **A construção do homem rural: intelectualidade e diagnósticos sobre a nacionalidade brasileira**. Disponível em www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/Gabriela_Beskow.pdf, p. 10. Acessado em 15/01/2007, 15:30 h.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Breve história da hospedaria de imigrantes e da imigração para São Paulo. 2 ed. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2001, Série Resumos no. 7

BRUIT, Hector. **Agricultura e capitalismo**. in: **Anais da Semana de História Agrária**. Assis: ANPUH/UNESP, 1982

CAMARGO, Aspásia A. **A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)**, In FAUSTO, Bóris (org.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Difel, 1981, t. III, vol. 3.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930- 1970**. Campinas: Global/UNICAMP, 1985

_____. **O Brasil e a nova (des)ordem mundial**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARDOSO, Eliana A. **A economia brasileira ao alcance de todos**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989

CARONE, Edgard. **A República Nova: (1930-1937)**. Rio de Janeiro: Difel, 1974 .

_____. **O Estado Novo : (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CASTRO, Antonio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1968.

CHAUÍ, Marilena. **Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira**. In: CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo/Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978.

CORRÊA, Dora S. **O Núcleo Colonial Barão de Antonina - FFLCH - Universidade de São Paulo: Dissertação de Mestrado em História**, 1.988.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000.

_____. **Política econômica e nacionalismo no Estado Novo**. In SUZIGAN, Wilson; SZMRECSANYI, Tamás (orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2 ed. rev. São Paulo: Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial, 2002.

CORTES, Geraldo de Menezes. **Migração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olimpyo, 1952.

COSTA, Julio César Zorzenon. **Política colonizadora, industrialização e desenvolvimento regional e o Núcleo Colonial Barão de Antonina**. . Universidade de São Paulo: FFLCH (Dissertação de Mestrado em História Econômica), 2000.

DINES, Alberto; FERNANDES Jr., Florestan; SALOMÃO, Nelma (orgs.). **Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil**. Volume 3: visões do executivo. São Paulo: Editora 34, 2000.

DINIZ FILHO, Luís Lopes. **Território e destino nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1.937-1.945)**. Universidade de São Paulo: Dissertação de Mestrado em Geografia, 1.993

DRAIBE, Sônia Miriam. **Rumos e metamorfoses: as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAUSTO, Bóris. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral e FILLIPINI, Elizabeth. **Os núcleos coloniais em perspectiva historiográfica** In: **Memória, História, Historiografia** - Revista Brasileira de História 25/26. São Paulo: Marco Zero/ FAPESP/ANPUH/CNPq, 1993.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. **Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930**. São Paulo: editora 34. Revista de Economia Política, vol. 23, no. 1, jan./ mar. de 2003.

_____. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000.

GADELHA, Regina Maria D' Aquino Fonseca. **Os núcleos coloniais e a acumulação cafeeira (1895 -1920):** contribuição ao estudo da colonização. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.

GRAHAM, Douglas H. **Algumas considerações econômicas para a política migratória no meio brasileiro**. In: **Migrações internas no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1971.

GRAHAM, Douglas H.; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de **Migrações internas no Brasil, 1872-1970**. São Paulo, SP: Instituto de Pesquisas Econômicas; [Brasília]: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1984.

IANNI, Constantino . **Homens sem paz**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**. 2 ed. rev. e amp. São Paulo: Brasiliense, 1.988.

_____. **A formação do Estado populista na América Latina**. São Paulo: Ática, 1989.

JARRETA, Maria Helena. **Contribuição para a análise de um espaço norte paranaense: a área colonizada pela Companhia de Terras do Norte do Paraná**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros (Anais do 4º. Congresso da AGB), julho de 1984.

LAHUERTA, Milton. **Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização**. In: COSTA, Wilma Peres da e LORENZO, Helena Carvalho de (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1997.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. 6 ed. São Paulo: Nacional, 1970.

LEAL, Víctor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto** . São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LENHARO, Alcir. **A conquista do corpo geográfico do país**. Campinas: Unicamp. Capítulo inédito de: **A sacralização da política**. Campinas: Papirus. 1986.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1.973.

_____. **Fronteiras: A Degradação do Outro nos Confins do Humano**. São Paulo: Hucitec, 1.997

_____. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, Wilson. **Paraná: uma incógnita**. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos> Belo Horizonte: UFMG, 1960

MATA, Milton da. **Migrações internas no Brasil; aspectos econômicos e demográficos**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

MEDEIROS, Ana Lúcia e HIRST Mônica (orgs.). **1930: bibliografia histórica**. Brasília: UNB, 1987

MERRICK, Thomas William. **População e desenvolvimento econômico no Brasil, de 1800 até a atualidade**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1981.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Pólis/Hucitec, 1.994.

MOORE Jr. Barrington. **Origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ideologias geográficas**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A Dimensão territorial nas formações sociais latino-americanas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Revista do Departamento de Geografia no. 7, 1994.

MOTTA, Antônio Carlos Casulari Roxo da. **Análise de fatores determinantes das migrações em São Paulo**. In: **Informe Demográfico, no. 06**. São Paulo: Fundação SEADE, 1981.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2 ed. São Paulo: Saga, 1968.

NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. **A ordem nacionalista brasileira**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2002.

_____. **Desenvolvimento econômico através da substituição de importações.** São Paulo: Universidade de São Paulo, **Revista Geografia e Planejamento no. 33**, 1.985

NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880 -1990).** Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NEVES, Frederico Castro. **Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas.** Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 21, no. 40, 2001

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista e agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia brasileira: crítica à razão dualista.** Petrópolis: Vozes, 1.987

_____. **Elegia para uma re(li)gião:** Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PADIS, Pedro Calil. **A Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1981.

PAIVA, Odair da Cruz. **A colonização Oficial: Um Projeto Modernizador, Litoral Sul e Vale do Ribeira de Iguape nas Décadas de 1.930 e 1.940.** Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado em Sociologia, 1.993.

_____. **Brasileiros na Hospedaria de Imigrantes :a migração para o estado de São Paulo (1888-1993).** São Paulo: Memorial dos Imigrantes, 2001.

_____. **Caminhos cruzados : a migração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno nos anos 1930/50.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Tese (Doutorado), 2000

_____. **Colonização e (des)povoamento.** São Paulo: Pulsar, 2002.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. **Aspectos da Rede Fundiária em São Paulo no século XX. O Problema das Posses** in: **Anais da Semana de História Agrária.** Assis: ANPUH/UNESP, 1982.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil.** 24 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982

RANGEL, Ignácio. **Ciclo, tecnologia e crescimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1.970.

SANTOS, Theotônio dos. **Evolução histórica do Brasil:** da Colônia à crise da “Nova República”. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. [São Paulo]: EDUSP ; Rio de Janeiro, RJ : Paz e Terra, 1984.

SEINTEFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. 3 ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

SHWARCZ, Lilia. **As barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**. In: **Economia Política da urbanização**. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995,

_____. **Economia política da urbanização**. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOLA, Lourdes. **O golpe de 1937 e o Estado Novo**. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 20 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **O processo político-partidário na Primeira República**. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 20 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

STEIN, Stanley. **Origens e evolução das indústrias têxteis no Brasil - 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec/ Editora da Unicamp, 2000,

SUZIGAN, Wilson; VILLELA, Annibal V. **Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)**. Rio de Janeiro: IPEA, 1973.

SZMRECSANYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

VAINER, Carlos B. **Estado e migrações no Brasil: anotações para uma História das políticas migratórias** in **Travessia: revista do migrante**. no. 36, janeiro-abril, 2000.

VARGAS, Getúlio. **Diretrizes da nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, s.d. (194?).

_____. **Nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, s.d. (194?).

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1976.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia tropical**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1979.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo-Salvador: Hucitec/CEPA-BA, 1986.

WIRTH, John D. **A Política do desenvolvimento na era de Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS E BOLETINS DA ÉPOCA

A colaboração de São Paulo nos trabalhos do Conselho de Imigração e Colonização. São Paulo, Boletim do SIC, no. 2, outubro de 1940.

A colonização oficial e o Núcleo Colonial Barão de Antonina. São Paulo, Boletim do SIC, no. 2, outubro de 1940.

BARBOSA, Renato. **Normas gerais sobre migração, imigração e colonização**. Revista de Imigração e Colonização, Ano VII, no. 2, junho de 1946.

BRANCO, R. P. Castelo. **A unidade brasileira e suas causas determinantes**. In: **Cultura Política**. Rio de Janeiro: DIP, Ano I, no. 2, abril de 1941,.

_____. **Imigração e nacionalismo**. In: **Cultura Política**. . In: **Cultura Política**. Rio de Janeiro: DIP, Ano II, no. 15, maio de 1942.

CARVALHO, Péricles Melo. **A concretização da “Marcha para o Oeste”**. In: **Cultura Política**. Rio de Janeiro: DIP, Ano I, no. 8, outubro de 1941.

_____. **Política migratória do Estado nacional**. . In: **Cultura Política**. Rio de Janeiro: DIP, Ano II, no. 12, fevereiro de 1942.

DANTAS, Humberto. **Movimento de imigração interna em direção ao planalto**. Boletim do SIC, no. 3, março de 1941.

DUQUE, José Guimarães. **O fomento da produção agrícola**. In Boletim do IFOCS. Vol. II, n. 2, 1939.

MENEZES, Djacir. **O nacionalismo político no pensamento do Presidente Vargas**. In: Revista Ciência Política. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência Política/DIP, no. 5, 1941.

NEIVA, Arthur Hehl. **Getúlio Vargas e o problema da imigração e colonização**. In: Revista de Imigração e Colonização, 3(1): abril 1942.

Os objetivos da reforma do Serviço de Imigração e Colonização. São Paulo, Boletim do SIC, no. 2, outubro de 1940.

OLIVEIRA, Beneval. **As populações brasileiras e seus movimentos**. In: **Cultura Política**. Rio de Janeiro: DIP, Ano II, no. 15, maio de 1942.

_____. **Variações sobre povoamento e política demográfica**. In **Cultura Política**. Rio de Janeiro: DIP. Ano III, Número 33, outubro de 1943.

_____. **Variações sobre povoamento e política demográfica**. In **Cultura Política**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda. Ano 3, Número 33, outubro de 1943.

Os objetivos da reforma do Serviço de Imigração e Colonização. São Paulo, Boletim do SIC, no. 2, outubro de 1940.

POPEE, Paulo. **Leis imigratórias**. Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. No. 3, novembro de 1934.

Relatório do Conselho de imigração e colonização referente a 1945. Revista de Imigração e Colonização, Ano VII, no. 1, março de 1946

RICARDO, Cassiano. **Estado Novo e seu sentido bandeirante**. In **Cultura Política**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda. Ano 1, Número 1, março de 1941.

SILOS, Honório de. **Sampauleiros**. Boletim do SIC, no. 3, março de 1941.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Fronteira**. In **Cultura Política**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda. Ano 1, Número 2, abril de 1941

_____. **Oeste: ensaios sobre a grande propriedade pastoril**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990

VILLAS-BOAS, João. **O sertão e a política construtiva do presidente Getúlio Vargas**. In: Revista Ciência Política. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência Política/DIP, no. 5, 1941.

ANEXOS

DECRETO 19482 - 12 DE DEZEMBRO DE 1930**ADVERTÊNCIA**

Informamos que os textos das normas deste sítio são digitados ou digitalizados, não sendo, portanto, "textos oficiais". São reproduções digitais de textos originais, publicados sem atualização ou consolidação, úteis apenas para pesquisa.

Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO N. 19.482 - DE 12 DE DEZEMBRO DE 1930

Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que as condições financeiras em que a revolução encontrou o Brasil reclamam medidas de emergência, capazes de, melhorando a situação, permitir o prosseguimento da sua obra renovadora e reconstrutiva;

Considerando que a situação econômica e a desorganização do trabalho reclamam a intervenção do Estado em favor dos trabalhadores;

Considerando que uma das mais prementes preocupações da sociedade é a situação de desemprego forçado de muitos trabalhadores, que, em grande número, afluiram para a Capital da República e para outras cidades principais, no anseio de obter ocupação, criando sérios embaraços à pública administração, que não tem meios prontos de acudir a tamanhas necessidades;

Considerando que somente a assistência pelo trabalho é recomendada para situações dessa natureza, porquanto não vexe nem desmoraliza os socorros;

Considerando, também, que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para aumento da desordem econômica e da insegurança social;

Considerando, ainda, que os recursos financeiros ordinários não permitem ao Governo praticar, por si só, a aludida assistência;

Considerando, mais, que, se em qualquer regime político se impõe o respeito ao princípio da solidariedade humana, corolário da interdependência de todos os membros de uma coletividade social, com maior vigor esse respeito se impõe no regime democrático:

DECRETA:

Art. 1º Fica, pelo prazo de um ano, a contar de 1 de janeiro de 1931, limitada a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe.

Parágrafo único. As autoridades consulares só visarão os passaportes nas seguintes condições:

a) quando se tratar de estrangeiros domiciliados no Brasil, portadores de passaportes expedidos pelas autoridades nele acreditadas;

b) quando se tratar de estrangeiros cuja vinda tiver sido solicitada pelos interventores federais ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por exclusiva necessidade dos serviços agrícolas ou atendendo aos "bilhetes de chamada" emitidas por parentes a famílias de agricultores com colocação certa;

c) quando se tratar de estrangeiros agricultores, constituídos em famílias regulares, ou artífices introduzidos ou chamados por indivíduos, associações, empresas ou companhias, que satisfizerem a todos os requisitos constantes do art. 6º, § 1º, do decreto número 16.761, de 31 de dezembro de 1924, e respectiva portaria de 30 de junho de 1925.

Art. 2º Salvo o disposto no artigo anterior, a nenhum estrangeiro que pretenda, vindo para o Brasil, nele permanecer por mais de 30 dias, será permitida a entrada sem provar que possui, no mínimo, quantia correspondente, em moeda nacional, a dois e três contos de réis, tratando-se, respectivamente, de indivíduos até doze anos e maiores de doze anos de idade.

§ 1º A condição de posses pecuniárias poderá ser satisfeita por fiança idônea.

§ 2º À chegada do navio, deverão os estrangeiros declarar desde logo, às autoridades policiais, o tempo de sua permanência e os fins que os trouxeram a este país.

Art. 3º Todos os indivíduos, empresas, associações, companhias e firmas comerciais, que explorem, ou não, concessões do Governo federal ou dos Governos estaduais e municipais, ou que, com esses Governos contratem quaisquer fornecimentos, serviços ou obras, ficam obrigadas a demonstrar perante o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro do prazo de noventa dias, contados da data da publicação do presente decreto, que ocupam, entre os seus empregados, de todas as categorias, dois terços, pelo menos, de brasileiros natos.

Parágrafo único. Somente na falta, de brasileiros natos, e para serviços rigorosamente técnicos, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, poderá ser alterada aquela proporção, admitindo-se, neste caso, brasileiros naturalizados, em primeiro lugar, e, depois, os estrangeiros.

Art. 4º Todos os desempregados, nacionais e estrangeiros, deverão apresentar-se nas delegacias de recenseamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e, na falta destas, nas delegacias de polícia, fazendo declarações acerca de sua identidade, profissão e residência, afim de serem tomadas as medidas convenientes sobre sua ocupação, principalmente em serviços agrícolas.

§ 1º Os desempregados, nacionais ou estrangeiros, que, no prazo de noventa dias, contados da data deste decreto, não tenham feito as declarações a que alude este artigo, obtendo o documento comprobatório de sua apresentação àquelas delegacias, ficam sujeitos a processo por vadiagem, nos termos das leis penais em vigor.

§ 2º Ficam sujeitos às penas de que trata o art. 8º os indivíduos que, já estando empregados, fizerem declarações falsas, com o intuito de conseguir melhoria de colocação.

Art. 5º Fica instituído, durante o exercício de 1931, um imposto de emergência, sobre os vencimentos de todos os funcionários da União, civis e militares, quer sejam titulados, comissionados, contratados, mensalistas ou diaristas, na proporção de 1/2 % (meio por cento) para os vencimentos, gratificações, mensalidades ou salários até 500\$0; 1 % (um por cento) para os de mais de 500\$0 até 1:000\$0 e 2 % (dois por cento) para os de 1:000\$0 para cima.

§ 1º Não estão isentos do imposto os magistrados federais, de qualquer categoria.

§ 2º O desconto das importâncias relativas ao imposto será consignado nas folhas de pagamento.

Art. 6º O produto do imposto, mensalmente descontado em cada repartição pagadora, será depositado, em fundo especial, no Tesouro Nacional, à disposição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para ser empregado no serviço de localização de trabalhadores nacionais, em primeiro lugar, e de estrangeiros já residentes no país; em segundo, na forma dos decretos ns. 9.081, de 3 de novembro, e 9.214, de 15 de dezembro de 1911, em quaisquer unidades da Federação, inclusive no Distrito Federal e no Território do Acre.

Art. 7º Os auxílios até agora dados nos núcleos coloniais aos imigrantes agricultores passarão a ser concedidos aos trabalhadores constituídos em família a que aludem os decretos ns. 9.081, de 3 de novembro, e 9.214, de 15 de dezembro de 1911.

Parágrafo único. Esses auxílios são as seguintes:

- a) alimentação gratuita, durante os três primeiros dias de chegada ao núcleo;
- b) trabalhos e salário, ou empreitada, em obras ou serviços do núcleo, fazendo-se a distribuição dos serviços de sorte que a cada adulto de uma família correspondam, pouco mais ou menos, a juízo da administração, quinze dias de trabalho por mês;
- c) medicamentos e dieta gratuitamente, em caso de moléstia, durante o primeiro ano, a contar do dia em que o imigrante chegar ao núcleo;
- d) assistência médica gratuita, enquanto o núcleo não for emancipado;
- e) plantas, sementes e as seguintes ferramentas de trabalho: pá, alvião, machado e foice;
- f) transporte gratuito em estradas de ferro e companhias de navegação, até à última estação ou porto de destino;
- g) transportes da estação da via férrea, porto marítimo ou fluvial, até à sede do núcleo;
- h) fornecimento, por empréstimo, de instrumentos e máquinas agrícolas, para serem utilizados durante os primeiros seis meses.

Art. 8º Nos regulamentos que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio expedir para a execução das medidas constantes deste decreto serão estabelecidas multas de 2:000\$0 a 20:000\$0 e prisão até 30 dias, conforme a natureza da infração.

§ 1º Das penas impostas haverá recurso, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de sessenta dias, para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2º Caso o pagamento das multas não se efetue amigavelmente, serão elas cobradas por executivo fiscal.

§ 3º Os autos de infração, depois de julgados definitivamente, contra o infrator, constituem títulos de dívida certa e líquida.

§ 4º O produto das multas será incorporado ao fundo especial a que se refere o art. 6º para que tenha a aplicação ali prevista.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1930, 109º da Independência e 42º da República.

GETULIO VARGAS.

Lindolfo Collor.

J. F. de Assis Brasil.

ADVERTÊNCIA

Informamos que os textos das normas deste sítio são digitados ou digitalizados, não sendo, portanto, "textos oficiais". São reproduções digitais de textos originais, publicados sem atualização ou consolidação, úteis apenas para pesquisa.

Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO N. 24.215 - DE 9 DE MAIO DE 1934 (*)***Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional***

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, na conformidade do art. 1º do decreto número 19.398, de 11 de novembro de 1930; e

Considerando que ainda subsistem os motivos determinantes da expedição dos decretos ns. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, 20.917, de 7 de janeiro de 1932, e 22.453, de 10 de fevereiro de 1933;

Considerando que tais decretos não constituíram legislação completa sobre o assunto;

Considerando que, dada a grande extensão territorial do país, é de imprescindível necessidade o povoamento de seu solo e conseqüente incremento da sua agricultura;

Considerando, por outro lado, que uma das mais prementes preocupações da sociedade é a situação de desemprego forçado de muitos trabalhadores que, em grande número, afluíram para a Capital da República e para outras cidades principais, na ânsia de obter ocupação, criando sérios embaraços à pública administração, que não tem meios prontos de acudir a tamanhas necessidades;

Considerando, finalmente, que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas freqüentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e da insegurança social;

Resolve:

Art. 1º A entrada de estrangeiros no Brasil regular-se-á pelas disposições da presente lei.

Art. 2º Não será permitida a entrada de estrangeiro imigrante, sem distinção de sexo, estando em alguma das condições seguintes:

I - Aleijado ou mutilado, salvo si tiver íntegra a capacidade geral de trabalho, admitida, porém, uma redução desta até vinte por cento, tomando-se por base o grau médio da tabela de incapacidade para indenização de acidentes no trabalho, verificada nos moldes dos dispositivos legais sobre o assunto;

II - Cego ou surdo-mudo;

III - Atacado de afecção mental, nevrose ou enfermidade nervosa;

IV - Portador de enfermidade incurável ou contagiosa grave, como lepra, tuberculose, tracoma,

infecções venéreas e outras referidas nos regulamentos de saúde pública;

V - Toxicômano;

VI - Que apresente lesão orgânica com insuficiência funcional, verificada conforme preceitua a legislação em vigor;

VII - Menor de 18 anos e maior de 60;

VIII - Cigano ou nômade;

IX - Que não prove o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para se manter e às pessoas que o acompanhem na sua dependência, feitas tais provas segundo os preceitos do regulamento que será expedido para melhor execução da presente lei;

X - Analfabético;

XI - Que se entregue á prostituição, ou a explore, ou tenha costumes manifestamente imorais;

XII - De conduta manifestamente nociva à ordem pública ou á segurança nacional;

XIII - Já anteriormente expulso do Brasil, salvo si o ato de expulsão tiver sido revogado;

XIV - Condenado em outro país por crime de natureza que determine a sua extradição segundo a lei brasileira.

§ 1º Para os efeitos da presente lei, considera-se imigrante todo estrangeiro que pretenda, vindo para o Brasil, nêle permanecer por mais de trinta dias com o intuito de exercer a sua atividade em qualquer profissão lícita e lucrativa que lhe assegure a subsistência própria e a dos que vivam sob sua dependência.

§ 2º A simples circunstância de viajar desacompanhada não constitui presunção de estar a estrangeira compreendida na condição XI dêste artigo.

§ 3º A enumeração das condições constantes dêste artigo não exclue o reconhecimento de outras que se verifique serem igualmente impeditivas da entrada de estrangeiro imigrante.

Art. 3º O desembarque de imigrantes por via marítima será permitido sómente pelos portos de Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, São Francisco do Sul e Rio Grande e pelos que venham a ser considerados, por força de lei, portos de desembarque para imigrantes.

§ 1º A entrada de imigrantes por via terrestre, aérea ou fluvial será permitida pelos pontos de fronteiras em que estiverem instaladas Inspetoria Federais de Imigração e seus postos de fiscalização, e obedecerá às mesmas exigências impostas á entrada por via marítima; mas aos nacionais dos países limítrofes que, por essa fronteiras, queiram imigrar para o Brasil será permitida, mediante apresentação de carteira de identidade, expedida por autoridade competente do país de origem, independentemente do "visto" consular.

§ 2º A concessão de que trata a segunda parte do parágrafo anterior só vigorará no caso de aceitarem os referidos países, para o mesmo fim, documento idêntico ou análogo, expedido por autoridades brasileiras.

§ 3º Nas estações de estrada de ferro e outros pontos de embarque, existentes nas fronteiras terrestres ou fluviais, não é permitida a venda de bilhetes de passagem para o interior do país aos nacionais dos países limítrofes que não tiverem o "visto" das Inspetorias Federais de Imigração lançado na respectiva carteira de identidade.

Art. 4º Os consulados brasileiros no país ou na região de procedência do imigrante deverão verificar,

por todos os meios ao seu alcance, a autenticidade dos documentos exigidos no regulamento a que se refere o art. 2º, condição IX, exigindo também o atestado de vacinação antivariólica, antes de visá-lo, de modo que se torne mais fácil aos consulados dos pontos de embarque, a aposição do "visto" regulamentar no respectivo passaporte.

Art. 5º O passaporte e demais documentos, devidamente visados, estabelecem a favor da seus portadores a presunção de que se acham em condições de entrar no território nacional.

Art. 6º Não estão sujeito a fiscalização da Imigração, ficando subordinados apenas á da Saúde Pública e da Polícia, os estrangeiros não imigrantes que se destinem ao Brasil.

Art. 7º O serviço de fiscalização de entrada e desembarque de estrangeiros em território nacional será feito pelas autoridades sanitárias, policiais e imigratórias, conforme preceituar o regulamento a que se refere a condição IX do art. 2º.

Art. 8º O transporte dos imigrantes agricultores constituídos, ou não, em famílias, por vias férreas e marítimas, até ao ponto do destino, correrá por conta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 9º O transporte em estradas de ferro ou de rodagem, desde a estação da via férrea, pôrto marítimo ou fluvial de desembarque, até ao núcleo colonial, ou localidade de destino, será facilitado pelos órgãos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, si o núcleo estiver sob a administração federal, e à custa dos Estados, empresa, associação ou interessados, em caso contrário.

Art. 10. Nenhuma empresa, associação ou companhia poderá promover a introdução de imigrantes no país, sem prévia autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de conformidade com o regulamento a que se refere a condição IX do art. 2º.

Art. 11. Qualquer estrangeiro que entre em território brasileiro, e não possua os documentos exigidos pela presente lei e respectivo regulamento, será considerado clandestino.

Parágrafo único. Os clandestinos são passíveis de expulsão e serão processados de acôrdo com o regulamento e as disposições penais em vigor.

Art. 12. Fica o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio autorizado a providenciar acêrca da tradução da presente lei e respectivo regulamento nas línguas estrangeiras de maior divulgação, conforme convier à administração pública.

Art. 13. O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1934, 113º da Independência e 46º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.

Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda.

Francisco Antunes Maciel.

(*) Decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1934. - Retificação publicada no Diario Oficial de 4 de agosto de 1934:

Art. 3º, § 1º - Em vez de - Inspetoria - leia-se- Inspetorias.

Art. 6º - Onde se lê - sujeito a - diga-se - sujeitos á.

Art. 9º - Em vez de - sua - leia-se - a - e em vez de - direta - leia-se - federal.

ADVERTÊNCIA

Informamos que os textos das normas deste sítio são digitados ou digitalizados, não sendo, portanto, "textos oficiais". São reproduções digitais de textos originais, publicados sem atualização ou consolidação, úteis apenas para pesquisa.

Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO N. 24.258 - DE 16 de MAIO DE 1934

Aprova o regulamento da entrada de estrangeiros em território nacional

O chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, de acôrdo com o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e para melhor execução do de n. 24.215, de 9 de maio de 1934,

decreta:

Art. 1º Fica aprovado o regulamento que a êste acompanha, da entrada de estrangeiros em território nacional, pelo Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1934, 113º da Independência e 46º da República.

Getulio Vargas

Joaquim Pedro Salgado Filho.

Oswaldo Aranha.

Francisco Antunes Maciel.

Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda.

Regulamento da entrada de estrangeiros em território nacional, a que se refere o decreto n. 24.258, de 16 de maio da 1934

CAPÍTULO I

DA ENTRADA DE ESTRANGEIROS IMIGRANTES

Art. 1º Para os efeitos do presente regulamento, considera-se imigrante todo estrangeiro que pretenda, vindo para o Brasil, nêle permanecer por mais de trinta dias, com o intuito de exercer a sua atividade em qualquer profissão lícita e, lucrativa que lhe assegure a subsistência própria a dos que vivam sob sua dependência.

Parágrafo único. Os imigrantes dividem-se em duas categorias: agricultores e não agricultores.

Art. 2º Os imigrantes agricultores ou jornaleiros rurais, constituídos, ou não, em famílias, só poderão entrar em território nacional si, além de não se acharem compreendidos em algum dos incisos do art. 2º do decreto n. 24.215, de maio de 1934, estiverem incluídos em qualquer das hipóteses, seguintes :

I - Quando sua vinda tiver sido solicitada pelos Governos Estaduais ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para atender à exclusiva necessidade de serviços agrícolas.

II - Quando contratados por qualquer sociedade, empresa, associação ou proprietário de terras incultas, sempre que seja provada, em relação às pessoas assim contratadas :

a) a existência de contrato de locação de serviços agrícolas, para localidades certas e determinadas do território nacional, onde devam ir exercer suas atividades, pelo prazo mínimo de três anos;

b) si constituídos em famílias, a existência de duas pessoas, no mínimo, maiores de 12 anos e menores de 60, aptas para o trabalho agrícola.

III - Quando venham a chamado de agricultor já domiciliado no país, sempre que seja provado :

a) em relação aos imigrantes, a existência de contrato de locação de serviços agrícolas, no local de domicílio da pessoa que os chame, pelo prazo mínimo de um ano;

b) em relação à pessoa que os chama, a efetividade, sua profissão e uma situação que permita responder, em qualquer eventualidade, pelo repatriamento dos imigrantes que chamou;

c) si constituídos em famílias, a existência, no mínimo, de duas pessoas, maiores de 12 anos e menores de 60, aptas para o trabalho agrícola.

Art. 3º Os imigrantes não agricultores, constituídos, ou não, em famílias, só poderão entrar em território nacional si, além de não estarem compreendidos em algum dos incisos

Art. 4º A entrada de imigrantes no território nacional deverá preceder, obrigatoriamente, o processo de "cartas de chamada", emitidas na forma dos arts. 9 a 13 do presente regulamento.

CAPÍTULO II

A ENTRADA DE ESTRANGEIROS NÃO IMIGRANTES

Art. 5º São considerados estrangeiros não imigrantes, para os efeitos do presente regulamento, todos aqueles que não estiverem compreendidos nas disposições do art. 2º, § 1º, do decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1934, e do art. deste regulamento.

Art. 6º Os estrangeiros não imigrantes só poderão entrar em território nacional si, além de não estarem incluídos em algum dos incisos III, IV, V, VIII, XI, XII, XIII e XIV do art. 2º do decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1933, preencherem as condições dos incisos I, e suas alíneas a ou b, e II do art. 3º deste regulamento.

Art. 7º À entrada de estrangeiros não imigrantes no território nacional deverá preceder o processo de "cartas de chamada", emitidas na forma do art. 14, e seus parágrafos, deste regulamento.

Art. 8º Estão excetuados do processo de "cartas de chamada" de que trata o capítulo III os seguintes estrangeiros não imigrantes :

a) funcionários ou agentes diplomáticos ou consulares de Governo Estrangeiro, bem como os membros

de sua família;

b) domésticos a serviço das pessoas a que se refere a alínea anterior, desde que satisfaçam as exigências do art. 23;

c) turistas, excursionistas, peregrinos, estrangeiros que venham a passeio, jornalistas, esportistas, enxadristas, jogadores de bilhar e congêneres desde que satisfaçam as exigências constantes do art. 24, e seus parágrafos 1º e 2º;

d) membros de congregações religiosas, missionários e sacerdotes, desde que satisfaçam as exigências do art. 25; preliminarmente, por si ou por intermédio de seus representantes legais nos Estados, resolverá acérca da conveniência, ou não, da sua vida.

e) estrangeiros não imigrantes que procurem o nosso país para fins de estudo, ensino, cultura científica, literária ou artística, desde que satisfaçam as exigências do art. 26 ou do seu parágrafo único;

f) estrangeiros não imigrantes que vierem, temporariamente, em viagem de negócios, ou como representantes de firmas comerciais estrangeiras, pelo prazo máximo de seis meses, contados da data do desembarque, uma vez satisfeitas as exigências do art. 27;

g) estrangeiros não imigrantes, e em trânsito, desembarcados para prosseguir viagem mais tarde, uma vez satisfeitas as exigências do art. 28;

h) estrangeiros não imigrantes que procurem o país para nêle aplicar capitais, desde que preencham as exigências do art. 29.

Parágrafo único. Estão isentos de certas formalidades, embora não excetuados do processo de "cartas de chamada", os estrangeiros não imigrantes que sejam artistas teatrais, concertistas, conferencistas, circenses, pugilistas, lutadores, pelotários, ilusionistas e outros congêneres, desde que satisfaçam as exigências do art. 30.

§ 1º Aceita a proposta, o interessado, empresa ou companhia deverá, perante a repartição referida neste artigo ou seus representantes legais nos Estados, declarar o número nacionalidade dos imigrantes e o número de famílias por êles formadas e de pessoas avulsas que as acompanhem, e, bem as sim, satisfazer as prescrições seguintes :

a) provar que se acha autorizada a funcionar no Brasil devidamente registrada, tratando-se de companhia ou sociedade anônima, de associação ou corporação qualquer;

b) indicar localidades a que se destinam os imigrantes;

c) especificar os trabalhos que aos imigrantes são oferecidos e as vantagens e obrigações recíprocas, nos termos do inciso II, alínea a, do art. 2º;

d) provar que dispõe de recursos que lhe garantam levar a bom termo a introdução dos imigrantes;

e) exhibir prova de propriedade, planta e localização das respectivas terras, tratando-se de proprietário de terras incultas.

§ 2º Preenchidas as formalidades previstas neste artigo e seu § 1º a repartição a que os mesmos se referem, por si ai por intermédio de seus representantes legais nos Estados, lavrará, em livro próprio, um termo de responsabilidade global, que será assinado pelo interessado, empresa ou companhia, em garantia dos imigrantes agricultores para cuja introdução houver sido requerido licença, e do qual, obrigatoriamente constará :

- a) o nome do interessado, empresa ou companhia requerente;
- b) número dos imigrantes que pretenda introduzir;
- c) as nacionalidades desses imigrantes;
- d) as localidades a que eles se destinam;
- e) a responsabilidade do interessado, empresa ou companhia requerente pela manutenção e repatriamento, caso os imigrantes venham a ficar desocupados ou infringam quaisquer dispositivos legais, conforme preceituam os arts. 40 a 47.

§ 3º Do termo de responsabilidade a que se refere o parágrafo anterior será extraída, em duas vias, uma certidão, assinada pela autoridade competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, entregando-se a primeira via ao requerente, para ser apresentada à autoridade consular, que, à vista desses documentos e preenchidas as demais formalidades legais, visará os respectivos passaportes, e enviando-se a segunda Chefatura de Polícia do Estado em que estiver situado o ponto de desembarque.

§ 4º A autoridade policial competente, de posse da segunda via da certidão de que trata o parágrafo anterior, procederá na

CAPÍTULO III

DOS PROCESSOS DE "CARTAS DE CHAMADA"

Art. 9º É de exclusiva competência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio promover a introdução de imigrantes agrícolas, nos termos do inciso I do art. 2º deste regulamento, em território nacional.

§ 1º Pelos seus órgãos autorizados, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio obterá a relação dos imigrantes agricultores e respectivas famílias que deverão embarcar, e enviará uma via dessa relação à autoridade consular brasileira da região de procedência e outra ao Chefe de Polícia do Estado onde se dará o desembarque, comunicando a este, ao mesmo tempo, as localidades de destino.

§ 2º A autoridade consular brasileira, de posse da relação a que se refere o parágrafo anterior, agirá de acordo com o que preceitua o art. 4º do decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1934, sendo visados os passaportes dos imigrantes pela autoridade consular brasileira do ponto de embarque, na forma das leis em vigor.

§ 3º A polícia do local de desembarque, de posse da relação e da comunicação relativa ao destino dos imigrantes, auxiliará as autoridades imigratórias na fiscalização, prestando-lhes todo o concurso necessário ao perfeito encaminhamento dos imigrantes ao local de destino.

Art. 10 As propostas de introdução em território brasileiro de imigrantes agricultores, nos termos do inciso II do art. 2º deste regulamento, serão feitas, pelos interessados, empresas ou companhias, diretamente à repartição competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que, art. 2º do decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1934, preencherem as seguintes condições :

I - Possuir meios de subsistência para sua manutenção, provada a posse na conformidade do art. 21, e seu § 1º, do presente regulamento e arbitrada a importância em :

- a) 2:000\$ (dois contos de réis), em moeda nacional, para os menores de 12 anos de idade; e,
- b) 3:000\$ (três contos de réis), em moeda nacional, para os maiores de 12 anos.

II - Apresentar; além da prova do inciso I, pessoa idônea, que, mediante termo, assinado perante a

autoridade policial , competente, se responsabilize, durante cinco anos, pela sua , conduta, manutenção e repatriamento (modelo n, 1 anexo).

forma do § 3º do art, 9º .

Art. 11. Os imigrantes agricultores introduzidos no país, conforme o artigo anterior, que procurarem, de qualquer modo burlar o presente decreto e seu regulamento serão considerados clandestinos, podendo-se-lhes aplicar a lei de expulsão .

Art. 12. Os pedidos de introdução em território brasileiro de imigrantes agricultores nos termos do inciso III do art. 2º serão feitos, pelos interessados, ao Chefe de Polícia, no Distrito Federal e nas capitais dos Estados, e á autoridade policial local, no interior dos Estados.

§ 1º O interessado instruirá sua petição :

- a) com a prova de terem sido satisfeitas as exigências das alíneas a, b e c do inciso III do art. 2º;
- b) com prova de que reside na localidade há mais de dois anos e está ocupado em mistéres agrícolas.

§ 2º Nos Estados, a autoridade policial local remeterá o processo e o têrmo de responsabilidade, de que tratam os parágrafos 2º e 3º do art. 10 ao respectivo Chefe de Polícia ou á autoridade por êle designada, para decisão final.

§ 3º Deferido o pedido, expedir-se-á, em três vias, uma autorização de livre embarque e desembarque, assinada pelo Chefe de Polícia ou autoridade por êle designada, contendo especificadamente (modêlo n. 2 anéxo) :

- a) a qualificação de ambas as partes;
- b) a relação dos documentos constantes do processo;
- c) a transcrição do têrmo de responsabilidade;
- d) o ponto de desembarque dos imigrantes.

§ 4º A primeira e terceira vias da autorização de livre embarque e desembarque serão remetidas, pela Chefatura de Polícia que a expedir, á repartição a que se refere o art. 10 ou seus representantes legais nos Estados, afim de que, guardando em seu poder a terceira via, aponha seu "visto" na primeira.

I - A repartição a que se refere o art. 10 e seus representantes legais nos Estados poderão recusar o "visto" a que alúde o presente parágrafo, devendo, porém, neste caso, declarar expressamente no documento o motivo da recusa.

,II - A primeira via, em qualquer caso, deverá ser de volvida á Chefatura de Poícia expedidora, para ulterior entrega á parte interessada.

III - A segunda via será remetida, dirêtamente, pela Chefatura de Polícia á delegacia de origem, derpois de observadas as formalidades previstas neste parágrafo.

Art. 13 Os pedidos de introdução, em território brasileiro, de imigrantes não agricultores, nos têrmos do art. 3º dêste regulamento, serão feitos pelos interessados ao Chefe de Polícia, na Distrito Federal e nas capitais dos Estados e á autoridade policial local, no interior dos Estados.

§ 1º O interessado deverá instruir sua petição com documentos que provem :

- a) sua qualidade de ascendente, descendente, ou das pessoas por êle chamadas, que poderão vir

acompanhadas das respectivas famílias, constituídas estas pelo cônjuge e filhos do casal;

b) sua capacidade econômica;

c) o motivo da chamada;

d) sua identidade e boa conduta;

e) a satisfação das exigências contidas nos incisos I e do art. 3º, na forma da art, 21, seus parágrafos e alíneas, relação a todas as pessoas chamadas, sem exceção;

§ 2º O processo de "cartas de chamada" seguirá exatamente as normas fixadas nos §§ 2º a 4º do art. 12.

§ 3º Tratando-se de técnicos contratados, ficam os introdutores dispensados da prova da alínea a do § 1º deste artigo, que será substituída pela da existência de contrato de locação de serviços por tempo determinado.

§ 4º A permanência, no país, dos estrangeiros a que alúde o parágrafo anterior não poderá exceder do prazo estipulado no contrato, que poderá, entretanto, ser prorrogado, desde que se comunique essa prorrogação à autoridade policial competente.

Art. 14 Os pedidos de introdução, em território brasileiro, de estrangeiros não imigrantes, a que se refere o artigo 7º deste regulamento, serão feitos pelos interessados ao chefe de Polícia, no Distrito Federal ou nas capitais dos Estados, e à autoridade policial local, no interior dos Estados.

§ 1º Na sua petição deverá o interessado provar :

a) seu parentesco com os estrangeiros por ele chamados (ascendentes ou descendentes, irmãos, tios ou sobrinhos) ;

b) sua capacidade econômica;

c) o motivo justificado da chamada;

d) sua identidade e boa conduta;

e) a satisfação das exigências contidas no inciso I do art. 3º;

f) a satisfação da exigência constante do inciso II do art 3º.

§ 2º Estão isentos da apresentação da prova da alínea e do parágrafo anterior os cônjuges, filhos menores, mãe viúva e filhas solteiras maiores da pessoa que chama, provado quanto às filhas solteiras maiores, que estas vivem sob a proteção paterna.

§ 3º Os estrangeiros radicados no país, por serem casados com brasileiras, ou terem filhos brasileiros ou bens imóveis no Brasil, e aqueles que durante cinco anos ininterruptos tenham residido no Brasil, sem nota que os desabone, serão, uma vez aprovada essa qualidade, dispensados das provas a que se refere o § 1º, alíneas a, b, c e e.

§ 4º Tratando-se de noivos, será dispensada apenas a prova de parentesco, constando do termo de responsabilidade a declaração de que a noiva se hospedará, até à data do casamento, em casa de família idônea, e que o enlace se realizará ao ponto máximo de trinta dias, contados da data do desembarque.

§ 5º O processo das "cartas de chamada" será o mesmo de que tratam os §§ 2º a 4º do art. 12, diversificando, porém, quanto ao termo de livre embarque e desembarque, que será, extraído apenas em duas vias, excluídas a remessa da terceira via e ao Ministério do Trabalho e a obrigatoriedade do

respectivo "visto" na primeira via.

§ 6º Em se tratando de estrangeiros incluídos no parágrafo única do art. 8º, o processo de "cartas de chamada" obedecerá ao disposto no parágrafo anterior, ficando o introdutor dispensado da exibição das provas exigidas nas alíneas a e e do § 1º do art. 14, mas abrigado a apresentar :

1º, certidão ou pública-forma do contrato de locação de serviços artísticos;

2º; documento comprobativo de que é empresário legalmente constituído.

Art. 7 A permanência de estrangeiros nas condições do parágrafo anterior não poderá exceder do prazo estabelecido nos contratos de locação de serviços artísticos, que poderão ser renovados, comunicada, porém, a renovação à autoridade policial competente.

Art. 15. Os pedidos de autorização de livre embarque e desembarque, nos termos dos arts. 12 a 14, deverão sempre concernir a uma só pessoa, salvo em se tratando de cônjuge e filhos da pessoa chamada.

CAPÍTULO IV

DAS PROVAS E DOCUMENTOS

Art. 16 Tratando-se de imigrantes agricultores introduzidos na conformidade do inciso II do art. 2º, observar-se-ão, quanto à produção de provas, as disposições seguintes :

I. A prova a que se refere a alínea b do inciso II do artigo 2º será feita, perante a autoridade consular brasileira na região de procedência, mediante atestado médico, na conformidade do art. 74 do Regulamento de Passaportes, e, quando os imigrantes estiverem constituídos em famílias, por certidão de idade dos respectivos membros aptos para o trabalho agrícola.

II. A prova exigida pela alínea a, do § 1º do art. 10 será feita mediante a apresentação das seguintes documentos: certidão do registro da empresa ou companhia requerente, certidão de se achar quite do pagamentos dos respectivos impostos, certidão ou pública-forma do ato governamental que a autorizou a funcionar e atestado, fornecido pela autoridade local, de que está em pleno funcionamento.

III. A prova a que se refere a alínea c do § 1º do art. 10 será feita mediante a apresentação de instrumentos de contrato de locação de serviços agrícolas para localidade certa e determinada do território nacional onde devam os imigrantes exercer suas atividades pelo prazo mínimo de três anos, celebrado entre o interessado, companhia ou empresa e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

IV. A prova exigida pelas alíneas b, c e d será produzida da maneira indicada no inciso anterior.

V. A exigência contida na alínea e do § 1º do art. 10 será satisfeito por meio de documento hábil que prove domínio e posse da propriedade, planta a localização das terras, pelas formas legais.

§ 4º A guia para o resgate do valor de saque emitido a favor de menores será expedida à vista de documentos que provem :

a) a idade do menor;

b) achar-se ele matriculado em qualquer estabelecimento de ensino federal ou estadual;

c) si maior de 14 anos e não matriculado seguido a alínea anterior, estar exercendo um emprego ou ofício, prova que será feita mediante apresentação da caderneta de férias, ou pelo modo que a legislação estabelecer;

d) sua boa conduta.

§ 5º Tratando-se de obtenção de guia para o resgate do valor de saque de imigrante maior de 65 anos, deverá este provar que vive exclusivamente a expensas do fiador, além de apresentar os documentos exigidos pelas alíneas a, c e d do § 2º deste artigo.

§ 6º Nenhuma empresa de navegação efetuará a venda de passagens a imigrantes sem que nos passaportes destes constem as anotações relativas ao saque a que se refere o § 1º deste artigo, devidamente feitas pelo consulado que os visar.

Art. 22. Os estrangeiros a que se refere o art. 8º, alínea a, do presente regulamento, provarão sua condição pela simples apresentação do passaporte diplomático.

Art. 23. Os estrangeiros a que se refere o art. 8º, alínea b, deverão apresentar uma declaração escrita da autoridade a cujo serviço se acham, responsabilizando-se por sua manutenção enquanto estiverem em território brasileiro e pelo seu repatriamento no caso de virem a ser dispensados do serviço.

Art. 24 Os estrangeiros a que se refere a alínea c do artigo 8º, para a obtenção do "visto" no seu passaporte, deverão apresentar à autoridade consular brasileira, no ponto de embarque, qualquer dos seguintes documentos :

a) título comprobatório de que é comerciante estabelecido;

b) carta de banco declarando ser correntista e pessoa idônea, conhecida da respectiva gerência ou diretoria;

c) carta de apresentação ou recomendação de qualquer entidade oficial de turismo, tais como Touring Clubs, Automóvel Clubs, Rotary Clubs, e associações congêneres;

d) carta oficial do jornal ou agremiação a que pertencerem, da qual constará, sem prejuízo do disposto no § 1º deste artigo, a qualidade e o fim a que vêm ao Brasil, e que substituirá o documento da alínea c, quando se tratar de jornalistas, esportistas, enxadristas, jogador de bilhar e congêneres.

§ 1º Os documentos enumerados neste artigo devem declarar expressamente que a viagem do seu portador ao Brasil tem o caráter atribuído a alguma das classes previstas na, alínea c do art. 8º.

§ 2º A permanência, no Brasil, dos estrangeiros a que se refere a alínea c do art. 8º não deverá exceder de noventa dias, contados da data do respectivo desembarque, podendo esse prazo, entretanto, ser prorrogado por período igual, pela

Art. 17 A prova de parentesco será feita por meio de documentos oficiais, dos quais se possa inferir, categoricamente, o parentesco alegado.

Art. 18 O requisito de capacidade econômica, no qual se compreendem as exigências contidas nas alíneas b do inciso III do art. 2º, do § 1º do art. 14 e do § 2º do art. 21, será satisfeito mediante a apresentação de documento hábil em que fique provada a renda ou funções exercidas pelo interessado.

Art. 19 A prova de identidade, em qualquer caso, será feita mediante a apresentação de carteira de identidade ou profissional, brasileira, civil ou militar.

Art. 20 A boa conduta será provada mediante a apresentação de qualquer dos seguintes documentos :

- a. folha corrida ou atestado de bons antecedentes;
- b. atestado firmado por dois negociantes idôneos da localidade.

Art. 21 A prova de posse, exigida pelo inciso I do artigo 3º e pela alínea e do § 1º da art. 13 será

produzida com observância das disposições; contidas neste artigo.

§ 1º O estrangeiro deverá exhibir à autoridade consular brasileira do ponto de embarque, por ocasião da aposição do "visto" no respectivo passaporte, um saque, de caráter nominal, da quantia correspondente à sua pessoa, emitido em duas vias, por estabelecimento bancário local, sobre estabelecimento bancário no Brasil,

I. Por ocasião do desembarque, a autoridade imigratória aporá, ao saque de que trata este parágrafo, o carimbo de "Resgate Condiciona!" estampado no modelo anexo número 3.

II. É condição imprescindível, para o resgate do valor do saque, a apresentação de uma guia, conforme o modelo anexo n. 5, expedida pela autoridade policial.

III. A autoridade imigratória comunicará ao estabelecimento bancário sacado a data do desembarque do estrangeiro proprietário do saque, para os efeitos da contagem do prazo a que se refere o § 1º do art. 40.

IV. O valor do saque será resgatado pessoalmente, ou pelo representante legal do seu proprietário, em caso de incapacidade civil.

§ 2º As condições de obtenção da guia a que se refere o inciso II do parágrafo anterior consistem na apresentação, pelo estrangeiro imigrante, de :

- a) carteira de identidade ou profissional, brasileira, civil ou militar;
- b) Prova de renda e colocação;
- c) prova de boa conduta;
- d) prova de domicílio e residência;
- e) passaporte e documentos que dêe façam parte integrante.

§ 3º Tratando-se do caso de noiva, previsto no § 4º do art. 14, serão exigidas as provas das alíneas a, c e d do parágrafo anterior, sendo a da alínea b substituída pela apresentação obrigatória da certidão de casamento. autoridade policial competente, que, mediante a apresentação documento de que trata este artigo, fará, no passaporte, assinando-a, a declaração: "Prorrogado por dias".

Art. 25 Os estrangeiros compreendidos na alínea d do art 8º deverão apresentar à autoridade consular do ponto de embarque :

- a) uma declaração do superior da ordem a que pertençam, da qual conste o motivo expresso da sua vinda ao Brasil, si forem membros de congregação religiosa ou missionários;
- b) uma declaração, firmada por autoridade eclesiástica brasileira, da religião ou seita a que pertençam, autorizando-os a vir exercer seu ministério em diocese ou província eclesiástica determinada do território nacional, si forem sacerdotes.

Art. 26. Os estrangeiros compreendidos na alínea e do art. 8º deverão assinar, no consulado do ponto de embarque, uma declaração, da qual conste o motivo a que vêm ao Brasil e o compromisso de exhibir à autoridade policial competente, no prazo de quinze dias, contados da data do desembarque, em documento em que se confirme a sua declaração anterior, assinado pelo diretor da instituição a que vierem recomendados.

Parágrafo único. Os estrangeiros, não imigrantes, que venham ao Brasil para organizar ou realizar expedições ou excursões científicas pelo interior do país deverão satisfazer as exigências deste decreto, como incluídos na alínea e do art. 8º, e observar, para consecução do seu. objetivo, os dispositivos do

decreto n. 22.698, de 11 de maio de 1933.

Art. 27 Os estrangeiros compreendidos na alínea f do art. 8º deverão apresentar a autoridade consular do ponto de embarque, se vierem em viagem de negócios, documentos hábeis que provem sua qualidade de comerciantes, industriais, banqueiros ou de interessados em realizações concernentes aos ramos de atividade dessas classes.

Art. 28 Os estrangeiros compreendidos na alínea a do art. 8º deverão apresentar, para o "visto" do Consulado brasileiro no ponto de embarque, o passaporte já visado pela autoridade consular do país a que se destinam.

Art. 29 Os estrangeiros compreendidos na alínea h, do art. 8º deverão provar à autoridade consular do ponto de embarque, por meio de título de crédito, a transferência, para estabelecimentos bancários no Brasil, dos capitais que desejarem empregar no país.

Art. 30 Os estrangeiros compreendidos no parágrafo único do art. 8º deverão apresentar à autoridade consular brasileira do ponto de embarque uma autorização de livre desembarque, processada nos termos do § 6º do art. 14.

Art. 31 Os documentos que este regulamento exige e forem apresentados às autoridades consulares brasileiras nos pontos de embarque, serão por elas visados nos termos do art. 69 do Regulamento de Passaportes, e entrêgues às partes, afim de serem oportunamente exibidos.

1º Farão parte integrante do passaporte os documentos a que alude este artigo, devendo ser apresentados às autoridades policiais competentes sempre que forem exigidos.

§ 2º Excetua-se do parágrafo anterior, a primeira via da autorização de livre embarque o desembarque, quando se tratar de estrangeiros que a tenham recebido, de conformidade com o que preceituam o § 4º do art. 12, o § 2º do art. 13 e o § 5º do art. 14, caso em que será arrecadada pelas autoridades policiais do ponto de desembarque e por elas enviadas à autoridade policial que a. houver expedido, para servir de prova no desembarque do estrangeiro chamado.

§ 3º Na fôlha de identificação, emitida pela autoridade do lugar de procedência, serão mencionados os documentos que o estrangeiro deverá apresentar no ato do desembarque.

Art. 32 Os documentos apresentados no Brasil, para se obter uma autorização de livre embarque e desembarque de estrangeiros devem estar revestidos de tôdas as formalidades legais, e acompanhados de tradução, feita por intérprete comercial brasileiro, os que não forem escritos no idioma nacional.

Art. 33 No passaporte do estrangeiro, em todos os casos previstos no art. 8º, a autoridade consular brasileira lançará o "visto" e aporá o carimbo estampado no modelo anexo n. 4.

CAPÍTULO V

Art. 34. Os comandantes de vapores procedentes de qualquer pôrto estrangeiro ficam obrigados a entregar cada uma das autoridades de visita a bordo, logo que o navio tenha fundeado, uma lista organizada, segundo os modelos anexos, ns. 6 a 8, contendo os nomes e prenomes, de todos os passageiros que forem desembarcar no respectivo pôrto, seu sexo, idade, nacionalidade, profissão, grau de parentesco com o chefe de família que porventura acompanhem, religião, grau de instrução, localidade, e país de sua última residência, pôrto de procedência e lugar de, destino, assim como a lista dos passageiros em trânsito, de todas as classes.

§ 1º 4 lista destinada às autoridades policiais marítimas conterá três colunas de observações, obedecendo ao modelo anexo n 8.

§ 2º Além das listas a que se refere este artigo, deverão os comandantes de navios apresentar às autoridades policiais a lista nominal dos respectivos tripulantes, cujo número será declarado, por extenso,

pela autoridade consular brasileira, ao lançar-lhe o "visto", não podendo dela constar, em hipótese alguma, nomes de pessoas estranhas à tripulação.

Art. 35. Às autoridades sanitárias incumbe verificar, na ocasião do desembarque de estrangeiros compreendidos no presente regulamento, se os mesmos estão em alguma das condições constantes dos incisos I a VI do art. 2º do decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1934, e se possuem o atestado de vacinação antivariólica, visado pela Consulado brasileiro competente, consoante o art. 4º do referido decreto.

Parágrafo único. Estando o estrangeiro em algumas das condições referidas neste artigo, farão as autoridades sanitárias as declarações necessárias, ao lado do respectivo nome, tanto na lista de passageiros, que fica em seu poder, como na primeira coluna de observações da lista destinada à autoridade policial, a que se refere o § 1º do artigo anterior, lançando em ambas seu "visto".

Art. 36. As autoridades imigratórias verificarão, entre os estrangeiros a desembarcar, e pelo exame dos documentos que trouxerem, quais os que se encontram nas condições das alíneas I e II do art. 2º deste regulamento, e lhes darão o destino conveniente, depois de fazê-los identificar.

§ 1º As anotações relativas aos serviços imigratórios, serão feitas, tanto na lista que ficar em poder das respectivas autoridade, como na segunda coluna de observações da que se destina às autoridades policiais, já visada pelas autoridades sanitárias, sendo esta última, depois de receber aquelas anotações, igualmente visada pelas autoridades imigratórias, que a entregarão às autoridades policiais marítimas.

§ 2º A ficha de identificação será feita em duplicata e uma das vias se remeterá à Chefatura de Polícia do Estado em que estiver situada a localidade ou núcleo colonial a que se destinem os imigrantes, afim de que ela verifique, oportunamente, se se acham efetivamente localizados no ponto do seu destino, cumprindo à mesma Chefatura comunicar, imediatamente à repartição competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, qualquer infração verificada, depois de tomar as providências exigíveis no caso, de acôrdo com o presente; regulamento.

§ 3º O serviço de fiscalização do desembarque de estrangeiros e o de identificação de imigrantes, de que trata este artigo e seus parágrafos, competem, nos Estados, às inspetorias federais de imigração.

§ 4º Enquanto não estiver organizado o serviço de identificação a cargo das inspetorias federais de imigração, a que se refere o parágrafo anterior; caberá ao Chefe de Polícia do Estado em que desembarcarem os imigrantes destacar, para executá-lo junto às referidas inspetorias, funcionários do respectivo gabinete de identificação.

§ 5º Nenhum imigrante poderá desembarcar sem que o respectivo passaporte tenha recebido o "visto" das autoridades imigratórias de serviço a bordo, sendo indispensável essa formalidade para a retirada de sua bagagem das repartições aduaneiras.

Art. 37. As autoridades policiais marítimas, de posse da lista visada pelas autoridades sanitárias o imigratórias, tornarão efetivos os impedimentos nela, porventura, registados por essoutras autoridades.

§ 1º Os documentos dos estrangeiros incluídos no inciso III do art. 2º e no art. 3º serão examinados e visados conjuntamente pelas autoridades imigratórias e policiais marítimas do ponto de desembarque.

§ 2º As autoridades imigratórias procederão à, identificação dos estrangeiros referidos no parágrafo anterior, observando as prescrições do art. 36.

Art. 38. Os documentos dos estrangeiros não imigrantes à que se refere o capítulo II deste regulamento serão examinados e visados pelas autoridades policiais marítimas do ponto de desembarque, cumprindo às autoridades aduaneiras só entregar as respectivas bagagens, quando lhes for exibido o passaporte visado por aquelas autoridades.

§ 1º Quaisquer impedimentos que opuserem as autoridades policiais marítimas serão anotados na terceira coluna de observações da lista que fica em seu poder, cabendo-lhes tomar as providências necessárias para tornar efetivos quer os impedimentos da sua iniciativa, quer os da alçada das autoridades

sanitárias e imigratórias.

§ 2º Os motivos dos impedimentos a que se refere o parágrafo anterior, tal como consta da lista que fica em poder das autoridades policiais, serão por elas anotados nos passaportes dos estrangeiros impedidos.

Art. 39. Nenhum tripulante poderá desembarcar, sob pretexto algum, sem apresentação da respectiva caderneta de identidade profissional, que ficará em poder da autoridade policial a bordo, até seu regresso.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES

Art. 40. O infrator de qualquer dispositivo do presente regulamento está sujeito à pena de repatriamento ou à de, expulsão do território nacional.

§ 1º Não sendo resgatado dentro do prazo de 90 dias, contados da data do desembarque do imigrante, o valor do saque a que se refere o § 1º do art. 21, o estabelecimento bancário contra o qual êste for sacado fará o depósito judicial da respectiva quantia, nos termos da legislação em vigor e observado o § 2º dêste artigo, com citação da autoridade que tiver expedido a autorização de livre embarque e desembarque, afim de ser a mesma quantia levantada por quem de direito.

§ 2º As despesas exclusivamente judiciais se deduzirão do valor do saque, sendo depositado somente o saldo, cuja importância ficará em juízo até serem ultimadas as diligências para a captura e repatriamento do estrangeiro proprietário do saque.

§ 3º Se ultimadas as diligências a que o parágrafo anterior alude, e pronto para se repatriar o estrangeiro, conforme o art. 47, for, contudo, julgada procedente a defesa por êle promovida, a autoridade policial autorizará o levantamento do depósito, e, na hipótese contrária, lançará mão dêste, para fazer face às despesas de repatriamento.

§ 4º O saldo, porventura, existente, do saque, depois de feitas as despesas de repatriamento do estrangeiro, será restituído a êste, mediante recibo, lavrado, por termo, no processo da "carta de chamada", e, no caso de insuficiência do saldo para custear as aludidas despesas, será o deficit coberto pelo fiador do estrangeiro, de acôrdo com o termo de responsabilidade.

Art. 41. As despesas efetuadas com o repatriamento ou a expulsão dos estrangeiros que infringirem o presente regulamento depois de levantarem o valor do saque a que se refere o § 1º do art. 21 correrão por conta do respectivo fiador, de acôrdo com o termo de responsabilidade por êste assinado.

Art. 42. O repatriamento ou a expulsão de estrangeiro que, viajando como tripulante, deserte de bordo ou abandone o navio, permanecendo em território nacional, far-se-á por conta da empresa proprietária do navio de cuja guarnição fazia êle parte.

Parágrafo único. A pena de repatriamento do estrangeiro que se achar nas condições dêste artigo prescreverá no fim de um ano, contado da data da saída do navio do pôrto em que o tripulante o tenha abandonado ou haja desertado.

Art. 43. As emprêsas de navegação que transportarem estrangeiros com infração de qualquer das exigências dêste regulamento, emitirem bilhetes de passagem de ou para portos do território nacional que não sejam os declarados no art. 3º do decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1934, ou venderem passagens sem que os estrangeiros hajam cumprido todas as exigências legais, ficam obrigadas a manter tais passageiros a bordo e a reconduzi-los aos portos de procedência.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, serão as emprêsas de que êste artigo trata passíveis da multa do réis 2:000\$000 (dois contos de réis) a 10:000\$000 (dez contos de réis), imposta pelas autoridades imigratórias no pôrto do Rio de Janeiro e nos Estados.

Art. 44. As multas em que incorrerem as empresas de navegação serão pagas no Tesouro Nacional, ou nas suas Delegacias Fiscais e repartições aduaneiras, nos Estados, mediante guia das autoridades de imigração.

Parágrafo único. Da decisão que impuser a multa haverá recurso para o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, na, forma do decreto n. 23.121, de 23 de novembro de 1932.

Art. 45. Não será permitido a qualquer estabelecimento bancário, sob pena de multa de 10:000\$000 (dez contos de réis) em cada caso, elevada ao dôbro nas reincidências, o pagamento do saque de que trata o § 1º do art. 21 sem a apresentação da guia policial a que se refere o inciso II do mesmo parágrafo, à qual ficará em poder do aludido estabelecimento, para justificar o resgate do saque.

Parágrafo único. A multa a que se refere o presente artigo será cobrada executivamente pela Fazenda Nacional, bastando para início do respectivo processo a comunicação do fato pela autoridade policial competente, e, escriturada no Tesouro Nacional, ao qual será recolhida, à conta do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, servirá, para o custeio das despesas de repatriamento do estrangeiro, se da parte do fiador dêste se verificar insolvência.

Art. 46. A pena de repatriamento se cominará ao estrangeiro que a Justiça brasileira, durante o primeiro ano de sua permanência em território nacional, condenar por crime infamante.

Parágrafo único. Só depois de cumprida a pena se fará o repatriamento, à custa do fiador.

Art. 47. O repatriamento do estrangeiro infrator de alguma das disposições do decreto n. 24.815, de 9 de maio de 1934, ou dêste regulamento será, ordenado pelo chefe de Polícia do Distrito Federal ou de qualquer dos Estados, por despacho nos autos do processo da "carta de chamada", sendo concedido o prazo de dez dias ao infrator, depois de preso e identificado, para a defesa a que allude o § 3º do art. 40 do presente regulamento.

CAPÍTULO VII

DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS

Art. 48. Os processos de introdução de imigrantes agricultores obedecendo aos termos do inciso I do art. 2º dêste regulamento ficam isentos de quaisquer custas e emolumentos.

Art. 49. Estão sujeitos às taxas do Regulamento do Sêlo Federal os processos de introdução de estrangeiros feita nos termos do inciso II do art. 2º, sendo o termo de responsabilidade assinado na repartição competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e selado proporcionalmente.

§ 1º Para os fins dêste artigo, fica arbitrado o valor do termo de responsabilidade por pessoa, em 2:000\$000 (dois contos de réis), ou 3:000\$000 (três contos de réis), conforme o estrangeiro chamado seja menor ou maior de 12 anos.

§ 2º Sob nenhum pretexto e de forma alguma poderão as sociedades, empresas, associações e particulares, introdutores de imigrantes agrícolas, descontar nos salários dêstes qualquer despesa feita com a sua introdução.

Art. 50. Os processos de introdução de estrangeiros cujas categorias não se achem referidas nos arts. 48 e 49 estão sujeitas não só ao sêlo federal proporcional ao valor da responsabilidade, fixado na forma do § 1º do art. 49, mas também nos regimentos de custas dos Estados onde tiverem andamento.

Parágrafo único. As vias da autorização de livre embarque e desembarque estão isentas de qualquer sêlo ou emolumento, bem como os respectivos "vistos".

CAPÍTULO VIII

DAS EMPRÊSAS DE NAVEGAÇÃO

Art. 51. Só as empresas de navegação autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio poderão efetuar o desembarque de imigrantes em portos nacionais, se abertos ao tráfego internacional de imigração, conforme o art. 3º do decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1934.

Parágrafo único. No pedido de autorização, as empresas deverão declarar:

- a) o número e os nomes dos seus vapores;
- b) os portos habituais de sua escala;
- c) a lotação de cada vapor, discriminada por classe.

Art. 52. As empresas que houverem obtido a autorização na forma do artigo anterior, são obrigadas :

- a) a estabelecer uniformemente a classificação dos seus passageiros ;
- b) a avisar, por escrito, com a antecedência de dois dias às autoridades imigratórias, nos diversos portos, a data da chegada dos respectivos vapores, sob pena de poderem ser compelidas a conservar os estrangeiros a bordo até vinte e quatro horas após a chegada do navio.

Parágrafo único. Na classificação a que se refere a alínea a deste artigo, qualquer classe intermediária abaixo da primeira e, bem assim, a classe única serão sempre consideradas, respectivamente, como segunda e terceira classes.

Art. 53. Para fins estatísticos, deverão as empresas de navegação entregar às autoridades imigratórias, no dia da saída dos seus vapores, a lista minuciosa dos passageiros embarcados com destino a portos do exterior.

Art. 54. Os tripulantes de navios estrangeiros, dando baixa do serviço, poderão desembarcar em portos nacionais, como imigrantes não agricultores, observado o que dispõe o art. 3º deste regulamento.

Parágrafo único. Em caso de enfermidade, devidamente comprovada, o desembarque de qualquer tripulante estrangeiro poderá ser permitido, mediante solicitação do respectivo consulado, ficando a empresa a que pertencer o navio obrigada, logo que se verifique seu restabelecimento, a repatriá-lo, ou a regularizar sua situação como imigrante não agricultor, nos termos do art. 3º.

Capítulo IX

Disposições gerais

Art. 55. Os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos, se se tratar de estrangeiros imigrantes, por despacho, irrecorrível do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e se interessarem a estrangeiros não imigrantes, por despacho do chefe de Polícia do Distrito Federal ou do Estado em que ocorrem, cabendo á parte, nesta última hipóteses, recorrer para o ministro da Justiça e Negócios Interiores, cuja decisão será definitiva.

Art. 56. As repartições federais e estaduais a que incumba a execução de disposições do decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1934, e deste regulamento organizarão, dentro dos seus moldes administrativos, os serviços necessários para o seu fiel cumprimento.

Art. 57. Serão reconhecidos como válidos, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação deste regulamento, os "vistos" lançados anteriormente à mesma publicação, pelas autoridades

consulares, no passaporte e respectivos documentos de estrangeiros destinados ao Brasil.

Art. 58. Todo o estrangeiro que, residindo no território nacional, dele se ausentar por prazo não superior a um ano, contado da data da publicação do presente regulamento, estará isento de qualquer formalidade ou exigência neste consignada para o "visto" consular no passaporte, por ocasião do seu regresso, uma vez que, do "visto" policial de saída, a que se referem os arts. 48 e 51 do regulamento de passaportes, conste a declaração de que tenciona voltar ao Brasil no aludido prazo.

Parágrafo único. Para obter a declaração referida no final dêste artigo o interessado deverá apresentar á autoridade policial encarregada de visar o passaporte :

- a) atestado de sua residência;
- b) atestado de bom comportamento.

Art. 59. Revogam-se às disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1934.- Joaquim Pedro Salgado Filho.

ADVERTÊNCIA

Informamos que os textos das normas deste sítio são digitados ou digitalizados, não sendo, portanto, "textos oficiais". São reproduções digitais de textos originais, publicados sem atualização ou consolidação, úteis apenas para pesquisa.

Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO-LEI N. 383 - DE 18 DE ABRIL DE 1938***Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências***

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

decreta:

Art. 1º. Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.

Art. 2º. E'-lhes vedado especialmente:

1 - Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.

2 - Exercer ação individual junto a compatriotas no sentido de, mediante promessa de vantagens, ou ameaça de prejuízo ou constrangimento de qualquer natureza, obter adesões a idéias ou programas de partidos políticos do país de origem.

3 - Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro.

Essa proibição será estendida, a critério do ministro da Justiça e Negócios Interiores, a quaisquer sinais exteriores de filiação política, ainda que não constantes de disposições legais ou estatutárias.

4 - Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, e qualquer seja o número de participantes, com os fins a que se referem os incisos ns. 1 e 2.

5 - Com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências, discursos, alocações, diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão.

Parágrafo único. Excetuam-se da proibição contida no inciso 3º as bandeiras que sejam reconhecidas como símbolos de nações estrangeiras.

Art. 3º. É lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes e quaisquer outros estabelecimentos com o mesmo objeto, bem assim reunirem-se para comemorar suas datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica.

§ 1º. Não poderão tais entidades receber, a qualquer título, sub-venções, contribuições ou auxílios de governos estrangeiros, ou de entidades ou pessoas domiciliadas no exterior.

§ 2º. As reuniões autorizadas neste artigo não serão levadas a efeito sem prévio licenciamento e localização pelas autoridades policiais.

Art. 4º. As proibições contidas nos artigos anteriores alcançam as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por estrangeiros ou brasileiros, e por sociedades de qualquer natureza, fim, nacionalidade e domicílio.

Parágrafo único. Fica-lhes, contudo, ressalvado o direito ao uso de uniforme escolar e às reuniões para aulas e outros fins de ordem didática.

Art. 5º. Das entidades a que se refere o art. 3º não podem no entanto fazer parte brasileiros, natos ou naturalizados, e ainda que filhos de estrangeiros.

Os que infringirem o disposto neste artigo perderão, ipso facto, os cargos públicos que possuírem e ficarão inhabilitados, pelo prazo de cinco anos, para exercer cargo dessa natureza, além de incorrerem nas penas constantes da primeira parte do art. 10.

Art. 6º. As entidades referidas nos arts. 3º e 4º não poderão funcionar sem licença especial e registro concedido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na forma do decreto-lei n. 59, de 11 de dezembro de 1937, e do regulamento aprovado pelo decreto n. 2.229, de 30 de dezembro de 1937, cujas disposições lhes são aplicáveis.

Art. 7º As entidades, cujo funcionamento é proibido no art. 2º, ficam dissolvidas na data da publicação desta lei, sendo-lhes concedido o prazo de trinta dias para o encerramento de quaisquer negócios e operações.

Art. 8º. O Ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá ordenar a interdição das sedes e de todos os locais em que se exerçam as atividades que ficam vedadas por esta lei, bem como, a qualquer momento, vetar a realização de reuniões, conferências, discursos e comentários, e o emprego de qualquer meio de propaganda ou difusão, desde que os considere infringentes das disposições desta lei. Pelo mesmo motivo, poderá suspender, temporária ou definitivamente, quaisquer jornais, revistas e outras publicações, e fechar as respectivas oficinas gráficas.

Parágrafo único. Nos Estados e no Território do Acre, a faculdade conferida neste artigo poderá ser delegada, ainda que por via telegráfica, aos respectivos governos.

Art. 9º. O Ministério da Justiça e Negócios Interiores exercerá fiscalização permanente sobre as entidades mencionadas nesta lei. Para esse fim, o Ministro de Estado designará, dentro dos quadros do Ministério, os funcionários que se fizerem necessários, podendo delegar essa atribuição, nos Estados e no Território do Acre, a funcionários indicados pelos respectivos governos.

Esses funcionários exercerão gratuitamente a fiscalização, sendo-lhes apenas abonadas diárias e ajudas de custo, fixadas pelo Ministro e a critério deste.

Art. 10. Os que infringirem as prescrições desta lei incorrerão nas penas constantes do art. 6º do decreto-lei n. 37, de 2 de dezembro de 1937, ou serão passíveis de expulsão, a juízo do governo.

Parágrafo único. As penalidades cominadas neste artigo aplicam-se aos diretores das sociedades, companhias, clubes e outros estabelecimentos compreendidos nas proibições desta lei, bem como a quaisquer responsáveis pelos mesmos, seus sócios, contribuintes ou não, e empregados remunerados ou gratuitos.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data em que for publicada, e o seu texto será remetido, para este fim, aos governos dos Estados e do Território do Acre; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

Getulio Vargas.

Francisco Campos.

ADVERTÊNCIA

Informamos que os textos das normas deste sítio são digitados ou digitalizados, não sendo, portanto, "textos oficiais". São reproduções digitais de textos originais, publicados sem atualização ou consolidação, úteis apenas para pesquisa.

Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO-LEI N. 406 - DE 4 DE MAIO DE 1938***Dispõe sobre a entrada, de estrangeiros no território nacional***

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

decreta:

CAPÍTULO I***DA ENTRADA DE ESTRANGEIROS***

Art. 1º - Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo:

- I - aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos;
- II - indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres;
- III - que apresentem afecção nervosa ou mental de qualquer natureza. verificada na forma do regulamento, alcoolistas ou toxicomanos;
- IV - doentes de moléstias infecto-contagiosas graves, especialmente tuberculose, tracoma, infecção venérea, lepra e outras referidas nos regulamentos de saúde pública;
- V - que apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional;
- VI - menores de 18 anos e maiores de 60, que viajarem sós, salvo as exceções previstas no regulamento;
- VII - que não provem o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para manter-se e às pessoas que os acompanhem na sua dependência;
- VIII - de conduta manifestamente nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições;
- IX - já anteriormente expulsos do país, salvo se o ato de expulsão tiver sido revogado;
- X - condenados em outro país por crime de natureza que determine sua extradição, segundo a lei

brasileira;

XI - que se entreguem à prostituição ou a explorem, ou tenham costumes manifestamente imorais.

Parágrafo único - A enumeração acima não exclue o reconhecimento de outras circunstâncias impeditivas, não se aplicando aos estrangeiros que vierem em caráter temporário o disposto nos incisos I, V e VI.

Art. 2º - O Governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 3º - O passaporte e demais documentos, visados pelas autoridades consulares brasileiras, estabelecem a favor de seus portadores a presunção de que se acham em condições de entrar no território nacional.

Art. 4º - Ao desembarcar ou passar a fronteira, o estrangeiro exhibirá às autoridades encarregadas da fiscalização, para o necessário visto, o passaporte e a ficha consular de qualificação, com recurso à autoridade superior no caso de impedimento. Nesse caso, a entrada poderá ser autorizada provisoriamente na forma do regulamento.

Art. 5º - As autoridades brasileiras do país ou região de procedência dos estrangeiros, antes de apor o visto nos passaportes, deverão verificar, por todos os meios ao seu alcance, as condições de legalidade e autenticidade dos documentos exigidos por esta lei e respectivos regulamentos.

Parágrafo único - Os atestados relativos às condições físicas e de saúde dos estrangeiros, serão passados por médicos de confiança dos consulados.

Art. 6º - Não será aposto o visto:

- a) se a autoridade consular verificar que o estrangeiro é inadmissível no território nacional;
- b) se a autoridade consular tiver conhecimento de fatos ou razoável motivo para considerar o estrangeiro indesejável.

Art. 7º - O visto é válido pelo prazo de noventa (90) dias contados da data de sua aposição, podendo ser prorrogado por igual prazo, desde que a quota respectiva não esteja esgotada.

Art. 8º - Todo estrangeiro receberá do Consulado ao qual couber a concessão do visto um documento que reúna os dados referentes ao portador, contendo: nome, sobrenome, filiação, nacionalidade, lugar e data do nascimento e profissão.

Art. 9º - A entrada de estrangeiros será permitida:

- a) por via marítima, unicamente pelos portos de Belem, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, São Francisco do Sul ou Florianópolis e Rio Grande;
- b) por via terrestre, fluvial ou aérea, nos pontos onde houver Inspetorias Federais de Imigração ou posto do Departamento de Imigração.

CAPÍTULO II

CLASSIFICAÇÃO DE ESTRANGEIROS

Art. 10 - Os estrangeiros que desejarem entrar no território nacional serão classificados em duas categorias, conforme pretendam vir em caráter permanente ou temporário.

Art. 11 - São considerados como vindos em caráter permanente os que tencionem permanecer no território nacional por prazo superior a seis (6) meses.

Art. 12 - Os estrangeiros vindos para o Brasil em caráter temporário compreendem as seguintes categorias:

- a) turistas e visitantes em geral e estrangeiros em trânsito;
- b) representantes de firmas comerciais estrangeiras e os que vierem em viagem de negócios;
- c) artistas, conferencistas, desportistas e congêneres.

Parágrafo único - Os estrangeiros classificados neste artigo, poderão tornar permanente sua estada no território nacional, satisfeitas as exigências que forem estabelecidas no regulamento da presente lei.

Art. 13 - O desembarque dos estrangeiros em trânsito que tenham de demorar no país mais de uma semana, só será permitido se apresentarem à autoridade consular brasileira, para o visto, o passaporte já legalizado pela autoridade consular do país a que se destinam. Quando a demora for inferior a esse prazo, o visto será dispensado.

CAPÍTULO III

QUÓTAS DE ENTRADA

Art. 14 - O número de estrangeiros de uma nacionalidade admitidos no país em caráter permanente, não excederá o limite anual de 2 por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados no Brasil nesse caráter no período de 1 de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933.

§ 1º - Quando se tratar de nacionais de Estado constituído depois de 1 de janeiro de 1914, o cálculo da quota terá por base o número dos entrados em caráter permanente daquela data até 31 de dezembro de 1933, admitido o acréscimo de vinte por cento (20%) por período decenal ou fração, anterior à existência do Estado.

§ 2º - Ao domínio, posse ou colônia não caberá quota própria.

§ 3º - Os brasileiros naturalizados em outros países estão sujeitos à quota.

§ 4º - Quando um dos conjugues tiver nacionalidade diferente da do outro, prevalecerá a nacionalidade daquele, cuja quota não estiver esgotada.

§ 5º - Quando a quota de uma nacionalidade não alcançar três mil (3,000) pessoas, o Conselho de Imigração e Colonização poderá elevá-la até esse limite.

Art. 15. Ficam excluídos da quota:

- a) os estrangeiros vindos para o Brasil em caráter temporário;

b) a estrangeira casada com Brasileiro ou viúva de brasileiro, ainda que apátrida, e o estrangeiro casado com brasileira, quando esta vier com paasaporte brasileiro, e respectivos filhos menores;

c) os menores de um ano;

d) os estrangeiros domiciliados no tarritório nacional, que dele se ausentarem por prazo não superior a dois (2), anos, contados da data do visto de retorno na forma do art. 43.

Art. 16. Oitenta por cento (80 %) de cada quota serão destinados a estrangeiros agricultores ou técnicos de indústrias rurais.

Art. 17. O agricultor ou técnico de indústria rural não podera abandonar a profissão durante o período de quatro (4) anos consecutivos, contados da data do seu desembarque, salvo autorização do Conselho.

Art. 18. Quando entender conveniente as necessidades econômicas do País, o Conselho de Imigração e Colonização poderá permitir que o saldo das quotas seja aproveitado na introdução de agricultores de nacionalidade, cuja quota já se tenha esgotado.

Parágrafo único. A disposição contida neste artigo aplica se aos tratados bilaterais celebrados com os países de imigração.

CAPÍTULO IV

TRATADOS BILATERAIS

Art. 19. A União celebrará tratados bilaterais de imigração e colonização com o fim de atrair para o País o nele fixar trabalhadores agrícolas.

§ 1º Os governos dos Estados poderão propor ao Governo Federal a celebração desses tratados, ficando responsáveis perante a União pelas obrigações decorrentes dos mesmos.

§ 2º Ao Conselho de Imigração e Colonização caberá proceder aos estudos prévios para a celebração desses tratados, emitindo parecer fundamentado.

CAPÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 20. A visita a bordo, para o efeito da fiscalização e desembarque de passageiros, será feita conjuntamente pelas autoridades da Saúde Pública, da Imigração e da Polícia. A esta última caberá, opor seus próprios impedimentos e os requisitados pelas duas primeiras, incumbindo-lhe também torná-los efetivos.

Art. 21. Cabe à Polícia levantar os impedimentos ao desembarque de passageiros, sendo que os requisitados pela Saúde a Imigração não serão levantados sem prévio consentimento das respectivas autoridades.

Art. 22. Dentro do limite da quota, não havendo prejuízo à saúde pública ou à segurança nacional, e para a fim de legalização de documentos, poderá a Polícia autorizar, excepcionalmente, o desembarque de estrangeiros, mediante caução em dinheiro, correspondente ao preço da passagem de volta.

Parágrafo único. Findo o prazo concedido pela Polícia e não satisfeitas as exigências, será o estrangeiro

repatriado, correndo a respectiva despesa por conta da caução.

Art. 23. Durante a visita das autoridades competentes, fica o navio interdictado a outros visitantes, excetuados os representantes diplomáticos ou consulares e autoridades.

Art. 24. As autoridades em serviço terão livre entrada a bordo e no cais.

Art. 25. Será impedida a entrada do estrangeiro que não houver satisfeito os requisitos desta lei e do seu regulamento.

Parágrafo único. O comandante da embarcação é obrigado a reconduzir ao porto de procedência o passageiro impedido, prestando, perante o Departamento de imigração, uma caução, pecuniária ou fideijussória, de cinco a quinze contos de réis (5 a 15:000\$000), que será levantada mediante prova de desembarque autenticada pelo consul brasileiro do porto de procedência.

Art. 26. A fiscalização do estrangeiro após sua entrada compete à Polícia, salvo os casos de competência do Conselho de Imigração e Colonização, que serão por ele mesmo solucionados.

CAPÍTULO VI

IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO

Art. 27. Os estrangeiros destinados ao território nacional não poderão desembarcar ou transpor as fronteiras senão depois de identificados pelo Departamento de Imigração, segundo as normas que o regulamento desta lei estabelecer, excetuados os restantes do art. 12.

Art. 28. Dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data de seu desembarque, o estrangeiro deverá apresentar-se, para registro, à autoridade policial do lugar de destino.

§ 1º Durante o prazo de quatro (4) anos, contados da data do desembarque ou entrada no território nacional, qualquer mudança de trabalho, emprego ou domicílio importará novo registro perante a autoridade policial, que dará ciência devida ao Conselho de Imigração e Colonização.

§ 2º Se não houver mudança de trabalho ou emprego, o registro será apenas revalidado anualmente, até que se esgote o prazo.

Art. 29. Nenhum estrangeiro poderá permanecer por mais de seis (6) meses no território nacional, sem obter a carteira de identidade fornecida pelos serviços policiais de identificação.

Parágrafo único. A carteira não poderá ser fornecida sem exibição dos passaportes dos estrangeiros, visados pelas autoridades imigratórias, comprovando sua permanência legal no País, nos termos da legislação vigente na época de sua entrada.

Da carteira constará a declaração de que o estrangeiro tem permanência legal no País.

Na falta de passaportes, deverão os interessados exhibir certidões do Departamento de Imigração.

Art. 30. Ficam dispensados das exigências relativas ao registro os estrangeiros a que se refere o art. 12, letra a

Art. 31. Os estrangeiros do sexo masculino, maiores de dezoito (18) anos, atualmente residentes no Brasil, terão o prazo de um ano para o cumprimento do disposto no art. 28.

Art. 32. Os serviços de identificação civil ou militar do País enviarão ao Departamento de Imigração e à Polícia Civil do Distrito Federal cópia de todas as individuais dactiloscópicas de estrangeiros.

Art. 33. Os empregadores farão constar do livro de registro dos empregados, se forem estrangeiros, além do outras informações que o regulamento desta lei estabelecer:

- a) data de desembarque ou entrada no País, constantb do passaporte;
- b) nacionalidade, carater da admissão no território nacional.

Art. 34. Nenhum estrangeiro admitido em carater temporário poderá empregar-se no País, ressalvado o caso da letra c do art. 12.

O admitido como agricultor ou técnico de indústrias rurais não poderá empregar-se em zona urbana antes de decorrido o prazo de quatro (4) anos a que se refere o art. 17

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, todo estrangeiro apresentará ao empregador seu passaporte, visado pelo Departamento de Imigração.

Art. 35. As repartições públicas federais, estaduais e municipais, institutos e caixas de aposentadoria e pensões e congêneres, antes da decisão final dos requerimentos de licenças comerciais, registro do comércio, alvarás, carteiras profissionais, concessões, favores e análogos, exigirão que os estrangeiros provem entrada e permanência regular.

CAPÍTULO VII

HOSPEDAGEM E ENCAMINHAMENTO

Art. 36. Os serviços de Hospedagem e encaminhamento de estrangeiros agricultores ou técnicos de indústrias rurais serão efetuados, no ponto do rio de Janeiro pelo Governo Federal e, nos demais portos de desembarque de estrangeiros, pelo Governos estaduais, sociedades, empresas ou particulares que houverem promovido sua introdução.

Art. 37. Nenhumo serviço será prestado ao estrangeiro, na ocasião da sua entrada, por qualquer sociedade, empresa ou particular, sem prévia autorização do Departamento de Imigração.

Art. 38. Sómente depois da inspeção pelo Departamento de Imigração poderão os Estados, sociedades, empresas e particulares, prestar aos estrangeiros serviços de hospedagem, encaminhamento e quaisquer outros.

Quando se tratar de estrangeiros vindos espontaneamente ou introduzidos pelo Governo Federal, o seu transporte, bem como o das respectivas bagagens, poderá correr por conta da União, dos Estados ou dos particulares. A estes últimos e aos Estados caberá esse encargo quando a introdução for por eles promovida.

CAPÍTULO VIII

CONCENTRAÇÃO E ASSIMILAÇÃO

Art. 39. Nenhum núcleo colonial, centro agrícola ou Colônia, será constituída por estrangeiro de uma só nacionalidade.

Art. 40. O Conselho de Imigração e Colonização poderá proibir a concessão, transferência ou

arrendamento de lotes a estrangeiros da nacionalidade cuja preponderância ou concentração no núcleo, centro ou colônia, em fundação ou emancipados, seja contrária à composição étnica ou social do povo brasileiro.

§ 1º Em cada núcleo ou centro oficial ou particular, será mantido um mínimo de trinta por cento (30%) de brasileiros e o máximo de vinte e cinco por cento (25 %) de cada nacionalidade estrangeira. Na falta de brasileiros, este mínimo, mediante autorização do Conselho de Imigração e Colonização, poderá ser suprido por estrangeiros, de preferência portugueses.

§ 2º O Conselho agirá nesse caso na forma do presente artigo.

Art. 41. Nos núcleos, centros ou colônias, quaisquer escalas, oficiais ou particulares, serão sempre regidas por brasileiros natos.

Parágrafo único. Nos núcleos, centros ou colônias é obrigatório o estabelecimento de escolas primárias em número suficiente, computadas as mesmas no plano de colonização.

Art. 42. Nenhum núcleo, centro ou colônia, ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação neles existentes, poderá ter denominação em idioma estrangeiro.

CAPÍTULO IX

VISTO DE RETORNO

Art. 43. O estrangeiro que tenha entrado no Brasil legalmente em caráter permanente, e que dele se ausentar por prazo não superior a um ano, poderá regressar mediante simples autorização da Polícia, constante de documento especial na forma do regulamento.

§ 1º A validade desse visto de retorno poderá ser prorrogada por mais de um ano pela autoridade consular.

§ 2º A prova de entrada legal para os efeitos deste artigo será feita pelo passaporte e, na falta deste, mediante certidão do Departamento de Imigração, sem prejuízo das sindicâncias julgadas necessárias.

Art. 44. Voltando o estrangeiro ao país, o documento será arrecadado pela Polícia Marítima.

Parágrafo único. Em casos especiais, previstos no regulamento, o documento não será arrecadado senão depois de findo o prazo nele fixado.

CAPÍTULO X

LICENÇA DE IMIGRAÇÃO COLETIVA

Art. 45. Os Estados, sociedades, empresas e particulares que pretenderem introduzir estrangeiros, solicitarão licença prévia ao Conselho de Imigração e Colonização, declarando:

- a) número e nacionalidade dos estrangeiros que pretendam introduzir durante o ano;
- b) pontos de embarque no exterior e localidades a que se destinem.

§ 1º As sociedades, empresas ou particulares provarão ainda que se acham registrados na forma da lei e dispõem de recursos financeiros.

As sociedades provarão também que se acham autorizadas a funcionar no Brasil.

Em qualquer caso serão apresentados os contratos de locação de serviço, dispensadas destas exigências as companhias de colonização, que provarão, no entanto, o cumprimento do disposto no decreto-lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937.

§ 2º Na petição de registro serão especificados os trabalhos oferecidos aos estrangeiros e as garantias para sua fixação na agricultura ou indústrias rurais.

Art. 46. Concedida a licença, será a mesma registrada e comunicada, para os devidos fins, ao Ministério das Relações Exteriores.

Art. 47. O Departamento de Imigração poderá manter, junto às autoridades consulares, funcionários técnicos para cooperar in loco no serviço de selecionamento.

Parágrafo único. Para o mesmo fim os Estados, sociedades, empresas ou particulares, autorizados na forma do art. 45 poderão manter no exterior agentes ou prepostos de nacionalidade brasileira e acreditados na Departamento de Imigração.

CAPÍTULO XI

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Art. 48. Só as empresas de navegação registradas no Departamento de Imigração poderão transportar estrangeiros para os portos nacionais e pontos de fronteiras e desembarque a que se refere o art. 9 desta lei.

§ 1º O registro será renovado anualmente, constando do pedido respectivo:

- a) número e nome das embarcações,
- b) pontos habituais da escala;
- c) lotação, discriminada por classes;

Art. 49. As mesmas empresas ficam obrigadas a:

- a) estabelecer classificação uniforme dos passageiros;
- b) avisar, com a necessária antecedência, ao Departamento de imigração e às autoridades policiais, e de saúde, a data de chegada das embarcações;
- c) entregar às autoridades da Imigração e da Polícia:
 - 1) a lista nominal, visada pela autoridade consular brasileira, dos estrangeiros destinados a cada um dos portos nacionais;
 - 2) a lista dos passageiros embarcados nos portos nacionais com destino ao exterior;
 - 3) a lista nominal da equipagem, visada pelo Consul brasileiro, dela não podendo constar pessoas estranhas.

Art. 50. Nenhuma empresa venderá passagens a estrangeiros destinados ao Brasil sem que estes apresentem, visados pela autoridade consular brasileira, os passaportes e fichas consulares de qualificação exigidos por esta lei e seu regulamento.

Art. 51. Às embarcações que aportarem ao Brasil, é vedada a superlotação da terceira classe ou semelhante.

Art. 52. Os comandantes de embarcações que transgredirem as disposições desta lei e seu regulamento ficam sujeitos às penalidades e multa constantes da capítulo 13.

Parágrafo único. As embarcações, com seus acessórios, constituirão garantia das multas.

Art. 53. Os capitães dos portos, mediante requisição do Departamento de Imigração, impedirão a saída dos navios que, transportando estrangeiros, tiverem questões pendentes por infração das disposições legais e regulamentares.

Parágrafo único. De modo análogo se procederá quanto às aeronaves.

Art. 54. Aos comandantes ou responsáveis pelas embarcações incumbe:

- a) entregar à autoridade competente a lista de passageiros devidamente assinada;
- b) prestar à autoridade as informações exigidas e executar as providências requisitadas;
- c) fazer respeitar a bordo as autoridades em serviço;
- d) transportar para os portos de procedência os passageiros impedidos.

CAPÍTULO XII

FISCALIZAÇÃO DE AGÊNCIAS DE NAVEGAÇÃO E COLOCAÇÃO

Art. 55. Fica instituído no Departamento de Imigração, para os fins de fiscalização de suas relações com os operários urbanos e rurais, o registro das agências e sub-agências de companhias de navegação e agências particulares de colocação.

Art. 56. O registro dos estabelecimentos já existentes deverá ser requerido dentro do prazo de seis (6) meses a contar da data da publicação da presente lei, e o daqueles que forem instalados posteriormente, antes de iniciadas suas operações.

Art. 57. O registro constará do seguinte:

- a) para as agências e sub-agências das companhias de navegação:
 - 1) denominação e sede da companhia;
 - 2) nome, nacionalidade e domicílio dos agentes sub-agentes e vendedores ambulantes de passagens, mencionando, quanto aos últimos, as circunscrições onde operam;
 - 3) as demais informações a que se refere o art. 45, § 1º,

b) para as agências particulares de colocação:

- 1) firma comercial ou nome do proprietário;
- 2) nome, nacionalidade e domicílio dos sócios, bem como o capital;
- 3) sede da empresa, sucursais, filiais e respectivos endereços;
- 4) nome, nacionalidade e domicílio dos prepostos, representantes e empregados ambulantes, discriminadas as circunscrições onde operam.

Parágrafo único. Quaisquer alterações serão comunicadas imediatamente ao Departamento de Imigração.

Art. 58. As operações de câmbio só poderão ser efetuadas por bancos e casas bancárias.

Parágrafo único. As atuais casas de câmbio cessarão seu funcionamento até 31 de dezembro do corrente ano.

Art. 59. A venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou terrestres só poderá ser efetuada pelas respectivas companhias, armadores, agentes, consignatários, e pelas agências autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na forma desta lei.

Parágrafo único. Estas agências não poderão funcionar com menos de duzentos e cinquenta contos de réis (250:000\$000) de capital realizado e com depósito de cem contos de réis (100:000\$000) no Tesouro Nacional, em moeda corrente ou apólices da dívida pública federal.

Art. 60. As companhias de navegação e agências particulares de colocação, que tiverem quaisquer pretensões junto aos poderes públicos federais, estaduais ou municipais, deverão provar o implemento de todas as obrigações desta lei e do seu regulamento.

CAPÍTULO XIII

PENALIDADES

Art. 61 É possível de expulsão o estrangeiro que:

- a) não satisfaça as condições do art. 83;
- b) introduza ou procure introduzir estrangeiro sob falsa qualidade;
- c) não se registre na forma do art. 28.

Art. 62. As sociedades de qualquer espécie e firmas comerciais que incidirem no disposto na letra b será cancelado o respectivo registro ou autorização para funcionar, sem prejuízo das penalidades a que ficam sujeitos seus administradores.

Art. 63. Os nacionais incursos na alínea b do art. 61 serão punidos com pena de prisão celular de 2 a 4 anos.

Art. 64. A Polícia promoverá a imediata retirada do país do estrangeiro que exceder o prazo de sua estada legal conforme as letras a, b, e c do art. 12, salvo os casos previstos no parágrafo único do referido

artigo.

Parágrafo único. O prazo concedido ao estrangeiro para a sua retirada não poderá exceder de quinze (15) dias improrrogáveis a partir da data de notificação. Pena de expulsão.

Art. 65. Ao estrangeiro entrado nos termos da letra a do artigo 12, é vedado o exercício de qualquer atividade remunerada no país. Pena prisão celular de seis (6) meses a um (1) ano e expulsão.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à multa de um conto de réis a dez contos de réis (Rs. 1:000\$000 a 10:000\$000), todos quantos empregarem em seus serviços os estrangeiros a que se refere este artigo.

Art. 66. O estrangeiro agricultor ou técnico de indústria rural que exerça profissão estranha à sua categoria, dentro do prazo de quatro (4) anos, a contar da data de seu embarque, perderá o direito de permanência, procedendo-se à sua retirada na forma do art. 64.

Art. 67. O empregador estabelecido em zona urbana, que admitir empregado estrangeiro sem a exibição de passaporte visado pelo Departamento de Imigração, fica sujeito à multa de quinhentos mil réis a dois contos de réis (Rs. 500\$000 a 2:000\$000), e ao dobro na reincidência.

Art. 68. O funcionário público que deixar de cumprir ou fazer cumprir as disposições desta lei e seu regulamento, é passível de pena de suspensão até trinta (30) dias, dobrada na reincidência, em caso de culpa e demissão havendo dolo, sem prejuízo da responsabilidade criminal.

Art. 69. As companhias de transporte, firmas comerciais ou particulares, que transgredirem esta lei e seu regulamento, ficam sujeitas à multa de quinhentos mil réis a cinco contos de réis (500\$000 a 5:000\$000), dobrada na reincidência.

Art. 70. As multas serão impostas pelo Diretor do Departamento de Imigração e seus representantes legais, com recurso, sem efeito suspensivo, e interposto dentro de quinze (15) dias, para o Conselho de Imigração e Colonização.

CAPÍTULO XIV

SELO DE IMIGRAÇÃO

Art. 71. Fica criado o selo de imigração, que será cobrado na forma da tabela anexa.

Art. 72. Os encargos criados para a União pela execução desta lei serão custeados pela receita oriunda das seguintes fontes:

- a) selo de imigração;
- b) multas constantes desta lei;
- c) venda de terras devolutas da União;
- d) prestações pagas pelos colonos nos núcleos, centros e colônias mantidos pela União.

CAPÍTULO XV

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Art. 73. Fica creado o Conselho de Imigração e Colonização, constituído de sete (7) membros nomeados pelo Presidente da República, que dentre êles designará o presidente e os seus substitutos nas faltas e impedimentos.

Parágrafo único. O presidente em exercício terá voto de desempate.

Art. 74. Os Governos dos Estados poderão designar observadores junto ao Conselho.

Art. 75. A falta a tres (3) sessões consecutivas ou a dez (10) interpoladas durante o ano importará renúncia.

Art. 76. Incumbe ao Conselho:

- a) determinar as quotas de admissão de estrangeiros no território nacional, tendo em vista o disposto no capítulo III.
- b) organizar seu regimento interno;
- c) julgar os recursos interpostos dos atos praticados pelas autoridades incumbidas da execução desta lei;
- d) deliberar sobre os pedidos dos Estados, relativos à introdução de estrangeiros;
- e) decidir a respeito dos pedidos das empresas, associações, companhias e particulares que pretendam introduzir estrangeiros.

Art. 77. O Conselho de Imigração e Colonização reunir-se-á ordinariamente, uma vez por semana, e extraordinariamente, sempre que se tornar necessário ou quando convocado pelo presidente.

Art. 78. Para as deliberações do Conselho é necessária a presença, pelo menos, de quatro (4) membros, sendo as resoluções tomadas por maioria de votos.

Art. 79. Os observadores poderão discutir os assuntos, não tendo, porém, direito ao voto.

Art. 80. Servirá, em comissão, nas funções de secretário do Conselho, um funcionário do Departamento de Imigração, designado pelo seu diretor.

Art. 81. Cada membro do Conselho de Imigração e Colonização perceberá, a título de representação, a importância de cem mil réis (100\$000) por sessão a que comparecer.

CAPÍTULO XVI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 82. São excluídos das disposições da presente lei:

- a) os agentes diplomáticos e consulares de governos estrangeiros, os membros de suas famílias e domésticas a seu serviço; e os que vierem ao Brasil a serviço de seus governos;
- b) os membros oficiais de congressos ou conferências internacionais.

Art. 83. Todo estrangeiro deverá apresentar à autoridade policial competente, quando exigida, prova

da legalidade de sua permanência.

Art. 84. Os estrangeiros que se encontrarem irregularmente no território nacional por ocasião da publicação do regulamento da presente lei, poderão legalizar sua permanência dentro do prazo improrrogável de 120 dias, satisfeitas as exigências desta lei e do seu regulamento.

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrada em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em línguas portuguesa.

§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil.

§ 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.

Art. 88. As polícias estaduais e a do Distrito Federal organizarão dentro de seus quadros, um serviço destinado a cumprir o disposto ao art. 29 desta lei.

Art. 89. As atribuições conferidas à polícia quanto à fiscalização de entrada de estrangeiros serão exercidas, no Distrito Federal, pela Polícia Civil do Distrito Federal, e, nos Estados, pelas polícias locais, enquanto não for federalizada a Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, na forma da Constituição.

Art. 90. O Governo expedirá dentro de sesenta (60) dias os regulamentos necessários à execução desta lei. Enquanto não foram baixados esses regulamentos caberá ao diretor de imigração desolver os casos omissos, excetuados os que se refiram ao desembarque e à fixação de estrangeiros, que ficarão a cargo, respectivamente, da Polícia e do Serviço de Colonização.

Art. 91. A União organizará o plano de exploração econômica da Amazônia e sua colonização, de preferência com elementos nacionais.

Art. 92. O Governo abrirá os necessários créditos para a execução desta lei e de seu regulamento.

Art. 93. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

Getúlio Vargas.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Oswaldo Aranha.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Valdemar Falcão.

TABELA PARA COBRANÇA DO SELO DE IMIGRAÇÃO, A QUE SE REFERE O ART. 71

- 1) Visto consular em passaporte de estrangeiros que se destinam ao Brasil, por pessoa - 200\$000, ouro.

Observação - Estão isentos do emolumento os agricultores, os técnicos de indústrias rurais, e, havendo reciprocidade, os turistas.

- 2) Certidões expedidas pelo Departamento de Imigração - 20\$000 papel.

- 3) Registros anuais de companhias de navegação, empresas e sociedades de colonização - 1:000\$000 papel.

- 4) Idem, de agências de passagens, agências particulares de colocação e semelhantes - 500\$000 papel.

- 5) Visto de retorno - 20\$000 papel.

- 6) Visto especial de retorno - 100\$000 papel.

- 7) Revalidação consular de visto de retorno - 20\$000 ouro.

- 8) Alteração da classificação nos termos do art. 12, parágrafo único - 1:000\$000 papel.

- 9) Licença para a publicação de livros e boletins em língua estrangeira, por edição - 100\$000 papel.

10. Licença para a publicação de jornais e revistas em língua estrangeira, por ano - 500\$000 papel.

Observações:

1) O selo a que se referem os incisos 1 e 7 será cobrado nas Consulados. O dos incisos 2, 3, 4 e 8 no Departamento de Imigração; e o dos incisos 5 e 6 na Polícia, e o dos incisos 9 e 10 no Ministério da Justiça;

- 2) As sub-agências de sociedade ou firmas referidas nos incisos 3 e 4 pagarão a metade do selo;

3) A prorrogação do visto, a que se refere o inciso 1, nos termos do art. 7, importa pagamento de novo selo.

ADVERTÊNCIA

Informamos que os textos das normas deste sítio são digitados ou digitalizados, não sendo, portanto, "textos oficiais". São reproduções digitais de textos originais, publicados sem atualização ou consolidação, úteis apenas para pesquisa.

Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO N. 3.010 - DE 20 DE AGOSTO DE 1938

Regulamenta o decreto-lei n.406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe conferem o art. 74, letra a, da Constituição e o art. 90 do decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938,

decreta:

Art. 1º Este regulamento dispõe sobre a entrada e a permanência de estrangeiros no território nacional, sua distribuição e assimilação e o fomento do trabalho agrícola. Em sua aplicação ter-se-à em vista preservar a constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses econômicos e culturais.

Art. 2º O número de estrangeiros de qualquer nacionalidade admitidos anualmente no Brasil em caráter permanente não poderá exceder a quota fixada neste regulamento.

Art. 3º A quota a que se refere o artigo anterior corresponde à dois por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade que entrarem no país, com o mesmo caráter, no período de 1º de Janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933.

Art. 4º Quando a quota de uma nacionalidade não atingir três (3.000) pessoas; o Conselho de Imigração e Colonização (C. I. C.) deverá elevá-la até esse limite.

Art. 5º Poderá igualmente o C. I. C. permitir que o saldo real anual das quotas não utilizadas por uma nacionalidade seja aproveitado em favor de agricultores de outra nacionalidade cuja quota real já se tenha esgotado.

§ 1º Nas decisões que tomar com fundamento neste artigo, o Conselho terá em vista a necessidade de assegurar a integridade étnica, social, econômica e moral da Nação.

§ 2º Entende-se por saldo real a diferença entre a quota calculada na forma do art. 3º (quota real) e a parte dessa quota que tiver sido utilizada.

Art. 6º A critério do C. I. C., os saldos reais anuais das quotas poderão, outrossim, ser transferidos para o ano seguinte, em benefício do respectivo país, quando este tiver necessidade de aproveitá-los; vedada a transferência e o acúmulo de saldo de mais de um triênio.

CONCENTRAÇÃO E ASSIMILAÇÃO

Art. 165. Nenhum núcleo colonial será constituído por estrangeiros de uma só nacionalidade.

§ 1º O Governo Federal, por intermédio da D. T. C., fiscalizará os núcleos coloniais, fundados pelos Estados, Municípios, empresas ou particulares, gozem ou não os seus fundadores de auxílio oficial.

§ 2º A fiscalização será exercida com o fim de:

a) evitar que sejam creados núcleos coloniais com estrangeiros de uma só nacionalidade;

b) evitar a preponderância ou concentração de estrangeiros de uma nacionalidade, em conflito com a composição étnica e social do povo brasileiro;

c) evitar que o colono estrangeiro deixe, nos primeiros quatro anos, a profissão para a qual foi admitido no país, salvo autorização do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 166. Afim de evitar a concentração de estrangeiros em núcleos coloniais, emancipados ou não, fundados quer pela União, quer pelos Estados ou Municípios, quer por empresas ou particulares, a D.T.C. velará para que seja mantido um mínimo de 30 % de brasileiros natos e um máximo de 25 % de estrangeiros de cada nacionalidade.

§ 1º Na falta de brasileiros a D.T.C. solicitará autorização do Conselho de Imigração e Colonização, para localizar estrangeiros, de preferência de nacionalidade portuguesa.

§ 2º Nenhum colono poderá tomar posse do lote sem apresentar prova de que está inscrito no Registro de Estrangeiros.

§ 3º Para os colonos já localizados será exigida a prova de registro perante a autoridade policial.

§ 4º Nos atuais núcleos coloniais, fundados pela União, Estados, Municípios, empresas ou particulares, e cujas percentagens não satisfaçam os limites mínimo de 30 % para brasileiros e máximo de 25 % para cada nacionalidade estrangeira, as transferências só serão permitidas desde que não contrariem este dispositivo.

§ 5º Para cômputo, dessas percentagens serão considerados os maiores de 12 anos, de ambos os sexos.

§ 6º O cômputo será feito à vista da prova do registro de estrangeiros.

Art. 167 Semestralmente a D.T.C. enviará ao Conselho de Imigração e Colonização uma relação dos estrangeiros que se localizarem nos núcleos coloniais.

Art. 168. Nos núcleos coloniais quaisquer escolas, oficiais ou particulares, serão sempre regidas por brasileiros natos, e neles é obrigatório o estabelecimento de escolas primárias em número suficiente, computadas as mesmas no plano de colonização.

Parágrafo único. No provimento do cargo de professor primário exigida do candidato a prova, por

documento habil, da qualidade de brasileiro nato, alem dos demais documentos legais.

Art. 169. Nenhum núcleo colonial ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação nele existente poderá ter denominação em idioma estrangeiro.

Parágrafo único. A D. C. T., no caso de inobservância deste dispositivo, tomará as providências administrativas que julgar conveniente; cabendo do seu ato recurso, sem efeito suspensivo, para o Conselho de Imigração e Colonização, dentro do prazo de 15 dias contados da entrada do recurso na chefia do núcleo.

Art. 170. Para cumprimento dos dispositivos a que se refere este capítulo, os Estados, Municípios, empresas e particulares são localizar aqueles que procurem a lavoura, especificados a capacidade de colonização e o Índice de concentração;

ADVERTÊNCIA

Informamos que os textos das normas deste sítio são digitados ou digitalizados, não sendo, portanto, "textos oficiais". São reproduções digitais de textos originais, publicados sem atualização ou consolidação, úteis apenas para pesquisa.

Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO-LEI N. 868 - DE 18 DE NOVEMBRO DE 1938

Cria no Ministério da Educação e Saúde a Comissão Nacional de Ensino Primário.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário, que se comporá de sete membros, escolhidos pelo Presidente da República, dentre pessoas notoriamente versadas em matéria de ensino primário e consagradas ao seu estudo, ao seu ensino ou à sua propagação.

Art. 2º Compete à Comissão Nacional de Ensino Primário:

- a) organizar o plano de uma campanha nacional de combate ao analfabetismo, mediante a cooperação de esforços do Governo Federal com os governos estaduais e municipais e ainda com o aproveitamento das iniciativas de ordem particular;
- b) definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira;
- c) caracterizar a diferenciação que deve ser dada ao ensino primário das cidades e das zonas rurais;
- d) estudar a estrutura a ser dada ao currículo primário bem como as diretrizes que devam presidir a elaboração dos programas do ensino primário;
- e) opinar sobre as condições em que deve ser dado nas escolas primárias o ensino religioso;
- f) indicar em que termos deve ser entendida a questão da obrigatoriedade do ensino primário;
- g) estudar a questão da gratuidade do ensino primário, opinando sobre as contribuições com que as pessoas menos necessitadas são obrigadas a concorrer para as caixas escolares, bem como sobre o destino a ser dado ao produto destas contribuições;
- h) estudar a questão da preparação, da investidura, da remuneração e da disciplina do magistério primário de todo o país.

Art. 3º A Comissão Nacional de Ensino Primário escolherá o seu presidente, o qual lhe dirigirá os

trabalhos, como delegado do Ministro da Educação e Saúde, nas sessões a que este não comparecer.

Art. 4º A Comissão Nacional de Ensino Primário terá caráter permanente e se reunirá obrigatoriamente pelo menos uma vez em cada mês.

Parágrafo único. Até que, a juízo do Ministro da Educação e Saúde, estejam concluídos os trabalhos de preliminar definição de todos os pontos consignados nos itens do art. 2 desta lei, reunir-se-á a Comissão Nacional de Ensino Primário duas vezes por semana quando menos.

Art. 5º Aos membros da Comissão Nacional de Ensino Primário, si residentes no Distrito Federal, se pagarão diárias de trinta mil réis. Aos que residirem fora do Distrito Federal serão pagas diárias de cem mil réis, além de ajudas de custo equivalentes aos preços das passagens.

Parágrafo único. Aos membros que forem funcionários públicos, não serão contadas, para nenhum efeito, as faltas que derem ao seu serviço, por motivo de comparecimento aos trabalhos da Comissão Nacional de Ensino Primário,

Art. 6º O Ministro da Educação e Saúde designará um dos funcionários efetivos do seu Ministério para executar o expediente da Secretaria da Comissão Nacional de Ensino Primário.

Art. 7º O dia das sessões, a duração delas e a ordem de seus trabalhos constituirão matéria regimental.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta lei, no corrente exercício, correrão por conta dos recursos constantes da sub-consignação 41 da verba 3 do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema.

ADVERTÊNCIA

Informamos que os textos das normas deste sítio são digitados ou digitalizados, não sendo, portanto, "textos oficiais". São reproduções digitais de textos originais, publicados sem atualização ou consolidação, úteis apenas para pesquisa.

Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO-LEI N. 948 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 1938

Centraliza no Conselho de Imigração e Colonização as medidas constantes de diversos decretos em vigor, tendentes a promover a assimilação dos alienígenas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que são complexas e exigem a cooperação de vários órgãos da administração pública as medidas capazes de promover a assimilação dos colonos de origem estrangeira e a completa nacionalização dos filhos de estrangeiros, medidas constantes dos decretos-lei n. 383, de 18 de abril de 1938, n. 406, de 4 de maio de 1938, n. 639, de 20 de agosto de 1938, n. 868, de 18 de novembro de 1938 e decreto n. 3.010, de 20 de agosto de 1938;

Considerando a necessidade de centralizar e dirigir a aplicação dessas medidas;

DECRETA:

Art. 1º As medidas tendentes a promover a assimilação dos alienígenas, constantes dos decretos-lei n. 383, de 18 de abril de 1938, e seu regulamento; n. 406, de 4 de maio de 1938; completado pelo de n. 639 e regulamentado pelo de n. 3.010, ambos de 20 de agosto de 1938; e decreto-lei n. 868, de 18 de novembro de 1938, serão dirigidas e centralizadas pelo Conselho de Imigração e Colonização, que designará para essa função especial um de seus vice-presidentes.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

ADVERTÊNCIA

Informamos que os textos das normas deste sítio são digitados ou digitalizados, não sendo, portanto, "textos oficiais". São reproduções digitais de textos originais, publicados sem atualização ou consolidação, úteis apenas para pesquisa.

Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO-LEI N. 1.164 - DE 18 DE MARÇO DE 1939

Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

decreta:

Art. 1º As concessões de terras na faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo da fronteira do território nacional com os países estrangeiros não se farão sem prévia audiência do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 2º As terras públicas compreendidas nos primeiros trinta quilômetros contados da linha da fronteira serão divididas em lotes a serem distribuídos nas condições e de acordo com as restrições do Decreto-Lei n. 893, de 26 de novembro de 1938.

Parágrafo único. Essa distribuição incumbe ao Ministério da Agricultura, que para esse efeito organizará um plano de loteamento e colonização.

Art. 3º A distribuição das terras poderá ser feita a título gratuito :

- a) a praças de pret que tenham tido baixa das fileiras do Exército e da Marinha, ou das polícias militares;
- b) a militares reformados ou funcionários públicos aposentados.

Art. 4º Os lotes a que se refere o art. 2º só poderão ser concedidos a chefes de família que satisfaçam as seguintes condições:

- a) sejam brasileiros natos, casados com brasileiras natas;
- b) tenham aptidão para os trabalhos agrícolas.

Art. 5º As terras não poderão ser transferidas, a título oneroso ou gratuito, a quem não satisfaça as mesmas condições.

Art. 6º Em qualquer caso, é indispensável que os beneficiados fixem residência nas terras e aí se

dediquem efetivamente à agricultura ou a indústrias do campo. Pena de caducidade da concessão, caso a exploração agrícola não seja iniciada dentro do prazo de seis meses, ou seja paralisada.

Art. 7º Caducará ainda a concessão sempre que de qualquer modo se verificar o desvirtuamento do seu objetivo.

Art. 8º Ao conceder a autorização a que se refere o art. 1º o Conselho terá em vista :

a) que os concessionários sejam brasileiros e se achem constituídos em famílias, considerando-se brasileira a família cujo chefe for brasileiro ou tiver filhos brasileiros vivos, respeitada a restrição dos arts. 2º e 4º, sempre que a concessão se destinar à exploração agrícola ou de indústrias de campo;

b) o aproveitamento racional e imediato das terras, que não deverão constituir latifúndios inexplorados ou deficientemente explorados;

c) a predominância de brasileiros natos nos núcleos de população, na razão de 80 % ; observado, quanto à localização de estrangeiros, o disposto no Decreto n. 3.010, de 20 de agosto de 1938;

d) que o ensino de qualquer matéria seja dado em língua brasileira, e que nenhuma língua estrangeira seja ensinada a menores de 14 anos;

e) a exclusividade do pequeno comércio e do comércio ambulante a brasileiros natos.

Art. 9º Quando a concessão for dada a empresas, na organização destas serão observadas, ainda, as condições do art. 13.

Art. 10. Na distribuição de lotes de terras a que se refere esta lei, ter-se-à em vista a preferência absoluta para os brasileiros que, não sendo proprietários rurais ou urbanos, se acharem na posse efetiva de trecho de terra até dez hectares, e efetivamente o cultivem. A concessão do lote será, neste caso, gratuita, e feita administrativamente, não dependendo de sentença declaratória.

Art. 11. Nenhuma concessão de terras na faixa da fronteira compreenderá mais de dois mil hectares.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo consideram-se uma só unidade as concessões feitas a indivíduos da mesma família (até o 4º grau, consanguíneos ou afins), ou a empresas que contem e administradores comuns.

Art. 12. Nenhuma concessão relativa a vias de comunicação, dentro da mesma faixa, se efetivará sem prévia audiência do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 13. Apreciando a conveniência da concessão, do ponto de vista da segurança e defesa da Nação, o Conselho exigirá ainda:

a) que a administração da empresa esteja confiada a brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

b) que essa administração esteja investida de plenos poderes;

c) que o quadro do pessoal da empresa seja formado pelo menos de 2/3 de brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;

d) que a proporção estabelecida na alínea anterior seja observada com referência ao número de

empregados da mesma categoria;

e) que da administração faça parte um representante do Governo Federal, com direito de livre exame sobre os negócios e de veto a qualquer decisão, cabendo recurso para o Presidente da República.

Art. 14. Toda empresa industrial que se localize na faixa da fronteira (art. 1º), ou nela exerça sua atividade principal, deverá ter na administração e no quadro de empregados 2/3, pelo menos, de brasileiros.

Parágrafo único. O Conselho de Segurança Nacional poderá, contudo, exigir que para determinadas indústrias, a seu critério sejam observadas as condições do artigo anterior.

Art. 15. As empresas de serviços públicos deverão observar, nos seus quadros de administradores e empregados, o disposto no artigo 13.

Art. 16. Deverá ser brasileiro mais de metade do capital das empresas alcançadas pelas disposições desta lei. Pena de interdição do seu funcionamento.

§ 1º Si dentro de seis meses não se tiverem efetuado as transferências de ações que forem necessárias para a redução do capital estrangeiro à proporção deste artigo, a administração da empresa promoverá a venda das mesmas, por ordem da numeração respectiva, e depositará em juízo o que for apurado em dinheiro, deduzidas as despesas.

§ 2º A venda será feita em bolsa, quando a ação tiver cotação oficial; caso contrário, em leilão público.

§ 3º Cancelada a inscrição, será emitida segunda via da ação em favor do adquirente.

Art. 17. As empresas agrícolas e industriais que se acham em atividade na faixa da fronteira deverão adaptar-se as exigências desta lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo estende-se às quedas d'água já aproveitadas industrialmente a 10 de novembro de 1937.

Art. 18. Dentro da faixa da fronteira, referida no art. 1º, é verdade impressão ou a circulação de jornais, revistas, anuários, boletins e outras publicações periódicas em língua estrangeira. Pena de apreensão dos exemplares e fechamento da tipografia e prisão celular do responsáveis por um a três meses.

Art. 19. As concessões de terras até agora feitas pelo governos estaduais ou municipais na faixa da fronteira ficam sujeitas à revisão por uma comissão especial que para esse efeito será nomeada pelo Presidente da República. Até que este as confirme é vedada qualquer negociação sobre as mesmas.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

Getúlio Vargas

F. Negrão de Lima

A. de Souza Costa

Eurico G. Dutra

Henrique A. Guilhem

C. de Freitas Valle

João de Mendonça Lima

Fernando Costa

Gustavo Capanema

Waldemar Falcão

ADVERTÊNCIA

Informamos que os textos das normas deste sítio são digitados ou digitalizados, não sendo, portanto, "textos oficiais". São reproduções digitais de textos originais, publicados sem atualização ou consolidação, úteis apenas para pesquisa.

Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO-LEI N. 2.009 - DE 9 DE FEVEREIRO DE 1940***Dá nova organização aos núcleos coloniais***

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição.

decreta:

Artigo 1º Núcleo Colonial é uma reunião de lotes medidos e e demarcados, formando um grupo de pequenas propriedades rurais.

Artigo 2º A formação de núcleos coloniais poderá ser promovida :

- a) pela União ;
- b) pelos Estados e Municípios;
- c) por empresas de viação férrea ou fluvial, companhias, associações ou por particulares.

Artigo 3º O Ministério da Agricultura reserva para si o direito de inspecionar os núcleos coloniais fundados pelos Estados, Municípios, empresas de viação férrea ou fluvial, companhias, associações e particulares, embora os fundadores gozem ou não dos auxílios oficiais, de acordo com o Decreto n. 3.010, de 20 de agosto de 1936.

Artigo 4º Os núcleos coloniais serão estabelecidos em zonas rurais, desde que reünam as seguintes condições :

- a) situação climatérica e condições agrológicas exigidas pelas culturas da região;
- b) constituição física e composição natural que representem os tipos principais de terras apropriadas às culturas da região;
- c) localização em ponto próximo de centro de população servida por estrada de ferro, rodovia ou companhia de navegação;
- d) salubridade;
- e) existência de cursos permanentes d'água ou sistema de acudagem para irrigação e outros mistéres

agricolas;

f) área nunca inferior a mil hectares de terras de culturas ou cultiváveis, salvo casos especiais em que seja conveniente o aproveitamento de terras da União.

Parágrafo único. Nenhum núcleo colonial poderá ser estabelecido sem que tenha sido demarcado no todo ou na parte destinada à divisão em lotes.

Artigo 5º Escolhida a localidade para o núcleo e organizados e submetidos à aprovação do Ministro o plano geral e orçamento provável dos trabalhos, serão as terras divididas em lotes e executadas as respectivas obras.

Parágrafo único. A fundação de núcleos coloniais federais será feita por decreto.

Artigo 6º Si a posição e importância do núcleo exigirem a formação de uma sede, será reservada, para isso, área suficiente, bem situada, na parte mais plana da zona e que preencha as condições necessárias de salubridade, realizando-se o preparo local e as construções e obras indispensáveis, de acordo com o projeto aprovado pelo diretor da Divisão de Terras e Colonização. (D. T. C.)

Parágrafo único. A sede será o ponto de convergência das principais estradas do núcleo. No caso de já existir, em terras onde se leve a efeito a fundação de um núcleo colonial, povoação que satisfaça as exigências constantes deste Decreto será a mesma considerada como sede do núcleo.

Artigo 7º Os núcleos coloniais, além das casas destinadas à, residência do pessoal técnico, administrativo e operário e de trabalhadores, terão :

a) um campo de demonstração destinado às culturas próprias da região ou de outras economicamente aconselháveis;

b) escolas para ensino rural, de acordo com os programas estabelecidos pela Superintendência do Ensino Agrícola;

c) pequenas oficinas para o trabalho do ferro e da madeira;

d) serviço médico e farmacêutico;

e) cooperativas de venda, consumo e crédito.

Artigo 8º Além do que refere o artigo anterior, o núcleo colonial poderá manter ;

a) estações de monta, com reprodutores selecionados e aconselhados à região;

b) instalação para beneficiamento dos produtos agrícolas;

c) postos meteorológico-agrícolas;

d) animais de trabalho;

e) máquinas, instrumentos e utensílios agrícolas, sementes, adubos, inseticidas e fungicidas, para venda aos colonos, pelo preço do custo.

Art. 9º Fundado o núcleo colonial, a D. T. C. entrará em acordo com o governo da localidade para ser

estabelecida, no ponto mais conveniente, uma feira livre.

Art. 10. No projeto de organização do núcleo ficarão reservados os lotes :

- a) em que existirem riquezas naturais exploráveis ou quedas d'água utilizáveis em benefício coletivo;
- b) que não possuírem condições essenciais para serem habitados, podendo, neste caso, ser oportunamente aproveitados ou alienados.

Art. 11. Satisfeitas as exigências previstas no art. 23 e a legislação de entrada de estrangeiras, os lotes rurais dos núcleos coloniais serão distribuídos individualmente a:

- a) nacionais que queiram se dedicar à agricultura ;
- b) estrangeiros agricultores.

Art. 12., O Governo Federal entrará em acordo com os do Estado e Município em que se encontre situado o núcleo colonial, no sentido de ficarem isentos os concessionários de lotes rurais, durante os cinco primeiros anos de sua localização no núcleo, de todos os impostos e taxas, que incidam ou venham incidir sobre seus lotes, culturas, veículos destinados ao seu transporte e instalação de beneficiamento de seus produtos, inclusive o imposto territorial para os lotes rurais integralmente pagos.

Art. 13. O produto da venda dos lotes, nas núcleos coloniais da União, pertencerá ao Governo Federal e constituirá o fundo especial a que se refere o art. 72 do Decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938.

Art. 14. Os Lotes, nos núcleos coloniais, serão classificados em :

- a) rurais, destinados à lavoura e criação, cujo limite variara entre 10 e 50 hectares, salvo casos especiais, devidamente justificados e

submetidos à aprovação do Presidente da República.

- b) urbanos, situados na sede do núcleo, destinados a formar a futura povoação, tendo a sua frente voltada para ruas e praças e com uma área máxima de 3.000 metros quadrados, salvo se destinados a fins especiais.

Art. 15. Os lotes serão vendidos mediante pagamento a vista ou a prazo, na forma prevista no art. 22 e seus parágrafos.

Art. 16. Os lotes urbanos serão vendidos ao possuidor de lote rural mantido bem cultivado ou beneficiado e ao estrangeiro ou nacional que, dispondo de recursos, se obrigue a construir imediatamente a casa para residência, estabelecimento de comércio, indústria ou oficina de trabalho, de acordo com a planta aprovada pela administração do núcleo.

§ 1º Os lotes urbanos serão cercados pelo adquirente, pelo menos na frente, voltada para ruas e praças, de acordo com o sistema de cercas aprovado pela administração do núcleo.

§ 2º Dentro do prazo máximo de seis meses, a partir da data da expedição do título provisório de propriedade, deverá o adquirente de lote urbano satisfazer a exigência do parágrafo anterior e concluir a construção da respectiva casa, estabelecendo-se multas de 100\$0 a 500\$0 pela falta de cumprimento dessas obrigações.

§ 3º Para garantia das obrigações estabelecidas nos parágrafos anteriores, será expedido o título

provisório de propriedade, o qual será substituído pelo definitivo, depois de satisfeitas as referidas obrigações.

§ 4º Ao adquirente de lote urbano caberá a conservação das ruas e praças da sede, bem como a limpeza das valas que existirem no lote,

§ 5º Quando o lote urbano for pretendido por mais de uma pessoa, será posto em concorrência administrativa e adjudicado a quem maiores vantagens oferecer.

Art. 17. O preço de venda será estabelecido, por uma comissão de avaliação, composta de três funcionários designados pelo diretor da D. T. C., para cada grupo de lotes componentes do núcleo coloniai, antes de sua distribuição a colonos, por proposta da D. T. C. e aprovação do Ministro de Estado, observados os seguintes fatores:

- a) situação em relação aos mercados consumidores;
- b) distância média da sede do núcleo;
- c) vias de comunicação;
- d) salubridade;
- e) sistemas hidrográfico e orográfico, de forma a ser verificada a possibilidade da irrigação e do trabalho mecânico da terra;
- f) constituição física e composição natural, de maneira a caracterizar os principais tipos de terras apropriadas às culturas da região;
- g) florestas;
- h) culturas adaptáveis economicamente à região;
- i) preço médio dos terrenos limitrofes;
- j) finalidade social da colonização.

§ 1º Tal preço poderá ser alterado periodicamente, de acordo com o valor das terras.

§ 2º Ao preço do lote será adicionado, quando houver, o valor venal de casas, bemfeitorias e culturas, salvo quando estas, já pertencerem ao respectivo concessionário, que terá preferência para a aquisição do lote que ocupar.

§ 3º O valor venal, referido no parágrafo anterior, será avaliado de acordo com as instruções baixadas pela D. T. C., lavrando-se o respectivo termo.

§ 4º O ocupante de casa, já habitada por terceiro, poderá requerer, dentro do prazo de 30 dias, vistoria para nova avaliação.

§ 5º As culturas e bemfeitorias, existentes no lote a ser vendido, serão avaliadas pelo menor preço local, pela administração do núcleo, com aprovação do diretor da D. T. C. preço que será adicionado ao valor do lote.

Art. 18. É permitido ao côlono adquirir, a prazo, segundo lote rural, de preferência contíguo ou próximo, desde que obtenha o título definitivo do primeiro e tenha desenvolvido a cultura ou beneficiamento do mesmo, a juízo do Diretor do D.T.C.

Art. 19. Enquanto dever ao núcleo, o ocupante do lote não poderá, sem prévia autorização, vender, hipotecar, transferir, alugar, dar em anticrese, permutar ou alienar, de qualquer modo, direta ou indiretamente o lote, a casa e as benfeitorias, ficando vedado aos notários e escrivães passar escrituras e procurações de qualquer natureza, desde que os concessionários não exibam o respectivo título definitivo de propriedade.

§ 1º Enquanto dever ao núcleo não poderá o colono, sem prévia autorização, dispôr de benfeitorias, matas ou quaisquer bens no lote existentes.

§ 2º Os atos referidos neste artigo e seu parágrafo 1º serão regidos em instruções especiais baixadas pelo Diretor da D.T.C.

Art. 20. Ao colono, a partir de um ano após a sua localização no núcleo, caberá a limpeza das valas e valetas, até dois metros, inclusive, de largura e a conservação das estradas de rodagem e caminhos, com menos de sete metros úteis de plataforma, que atravessarem as respectivas terras.

Art. 21. Nos núcleos coloniais poderão ser mantidos armazens ou depósitos de gêneros alimentícios e outros, de primeira necessidade, para garantia do abastecimento da população, a preços módicos, por meio de cooperativas.

Art. 22. Os preços dos lotes, com ou sem casa, quando comprados a prazo, bem como quaisquer auxílios, quando não sejam remuneração de trabalho ou classificados como gratuitos, constarão de cadernetas entregues ao devedor, organizadas em forma de conta corrente, e constituirão débito dos colonos levado à conta do chefe da família.

§ 1º A amortização do débito do concessionário do lote rural ou urbano será feita em dez prestações iguais e anuais, vencendo-se a primeira no último dia do terceiro ano e a última no fim do décimo segundo ano de seu estabelecimento. Em falta de pagamento, cobrar-se-á o juro de mora à razão de 5 % ao ano sobre as prestações vencidas, não sendo permitido atraso superior a dois anos, quando se fará a cobrança executiva, na forma da legislação em vigor, a juízo da D.T.C.

§ 2º O concessionário de lote, que solver seus débitos antecipadamente, terá direito à bonificação, calculada à razão de 1 % ao mês se o respectivo prazo for inferior a um ano; e no caso de ser igual ou superior a um ano o prazo do vencimento, ou a venda se efetuar à vista, o desconto será de 12 % sobre a soma a ser paga na ocasião.

§ 3º Até o pagamento da primeira prestação anual, o colono será considerado ocupante do lote a título precário.

Art. 23. Só poderão adquirir lotes rurais :

a) quem, sendo maior de 18 anos, não for proprietário rural na região em que estiver localizado o núcleo colonial;

b) quem se comprometer a passar a residir com sua família no lote rural que lhe for concedido;

c) quem, satisfazendo as exigências da letra a, se obrigar a trabalhar e dirigir, no local, os trabalhos agrícolas do lote;

d) quem, satisfazendo as condições exigidas pelas letras a, b e c não exercer função pública, quer, quer

como funcionário, quer como extranumerário.

Parágrafo único. Serão respeitadas as concessões já outorgadas, bem como aquelas que decorrerem das legalizações e regularizações previstas no Decreto-lei n. 893, de 26 de novembro de 1938.

Art. 24. Aos colonos adquirentes de lotes serão expedidos os seguintes títulos :

a) provisório, ou de designação do lote rural ou urbano, que será entregue ao concessionário em seguida ao seu estabelecimento no lote;

b) definitivo, ou de propriedade do lote, que será expedido depois de haver o concessionário liquidado integralmente a sua dívida, quer seja o lote adquirido à vista ou à prazo, ou quando nas condições expressas no art. 30.

Art. 25. O título de propriedade do lote urbano será conferido quando o respectivo adquirente houver satisfeito todas as exigências deste Decreto.

Art. 26. Os títulos provisórios e definitivos serão passados pela D.T.C., de acordo com os elementos técnicos as existentes.

§ 1º Do título provisório passado ao adquirente de lote deverão constar o preço total do lote e as principais condições para obtenção do título definitivo.

§ 2º No verso do talão do título definitivo, tanto do lote rural como do urbano, serão anotados os números e as datas dos recibos de pagamento, o nome e a sede da estação fiscal arrecadadora, designação do livro e folha de escrituração do núcleo, onde foram lançados os pagamentos, bem como um esboço do lote extraído da planta do núcleo, com indicação dos azimutes verdadeiros e comprimento dos lados do polígono de divisas.

§ 3º Quando ocorrerem os casos previstos no art. 30, serão os mesmos anotados, igualmente, no verso do talão do título.

§ 4º As anotações referidas nos parágrafos anteriores serão assinadas pelo funcionário encarregado da escrituração da dívida colonial e visadas pelos chefes de secção.

Art. 27. Os pagamentos de lotes, Casas e benfeitorias serão feitos na estação arrecadadora mais próxima do núcleo, mediante guia do administrador ou zelador do núcleo na qual será marcado o prazo máximo de quinze dias para o recolhimento da importância respectiva.

§ 1º Os recibos expedidos pela estação arrecadadora serão registrados em livro próprio, no núcleo, designando-se o nome de quem efetuou o pagamento, importâncias pagas, discriminadamente, número e data dos recibos. nome e sede da estação arrecadadora.

§ 2º É expressamente vedado aos administradores ou zeladores dos núcleos coloniais receberem as importâncias relativas às prestações dos lotes, ou quaisquer outras, salvo casos especiais, autorizadas pelo Diretor da D.T.C.

Art. 28. Aos colonos agricultores, serão dadas as seguintes vantagens :

a) alimentação gratuita, durante três primeiros dias da chegada ao núcleo;

b) trabalho a salário ou empreitada, em obras ou serviços do núcleo, durante o primeiro ano a partir do

dia da chegada do colono ao núcleo ;

c) assistência médica gratuita até a emancipação do núcleo:

d) dieta e medicamentos. plantas, sementes. adubos, inseticidas, fungicidas e ferramentas agrícolas, gratuitos. durante o primeiro ano a contar da data da chegada do colono ao núcleo.

e) empréstimo, durante o primeiro ano da chegada ao núcleo, de máquinas e instrumentos agrícolas e de animais de trabalho:

f) transporte da estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial até a sede do núcleo.

§ 1º Após o primeiro ano, os fornecimentos especificados nas alíneas d e e poderão ser feitos mediante pagamento ou levados à, conta corrente do colono até o limite estabelecido pelo Diretor da D.T.C.

§ 2º Os colonos que derem grande desenvolvimento às culturas dos lotes, a juízo da administração, si estrangeiros, poderão ser creditados do valor correspondente às passagens pagas do exterior para o Brasil, e si nacionais, poderão receber reprodutores ou máquinas agrícolas. a juízo do Ministro.

Art. 29. Serão cassadas os favores estabelecidos neste decreto aos colonos que nos núcleos coloniais transgredirem ou deixarem de cumprir as disposições do Decreto n. 3.010 na forma de seu artigo 265.

Art. 30. Falecendo o chefe da família, em cujo nome houver sido expedido o título provisório de propriedade. o lote passará aos herdeiros ou legatários, nas mesmas condições em que fôra possuído.

Parágrafo único. Si o núcleo ainda não estiver emancipado, a transferência será feita administrativamente, por ordem oficial, sem intervenção judiciária.

Art. 31. Qualquer débito que, por ventura, haja contraído com o núcleo o chefe da família que falecer. deixando viúva e orfãos. Será considerado extinto, salvo o proveniente da compra do lote, casa e benfeitorias a preço.

Art. 32. Si o lote, casa e benfeitorias tiverem sido comprados a prazo e falecer o adquirente. deixando pagas. pelo menos, 3 prestações, serão dispensadas. em favor da viúva e orfãos. as demais prestações ainda não vencidas, expedindo-se título definitiva de propriedade.

Parágrafo único. A requerimento dos herdeiros dos concessionários de lotes. depois da verificada a extrema pobreza, poderá o Ministro relevar a dívida total contraída, pela aquisição do lote, casa e benfeitorias, determinando a expedição do título definitivo.

Art. 33. Será excluído do lote em que estiver localizado, o colono que :

a) deixar de cultivar o seu lote por espaço de três meses, salvo motivo de força maior, a juízo da administração do núcleo;

b) deixar de cultivar a área mínima dentro do prazo máximo, estabelecido pela administração, de acordo com as propostas aprovadas pelo Diretor da D.T.C., salvo justa causa, reconhecida pela administração.

e) desvalorizar o lote, explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do sólo e o respectivo reflorestamento, de acordo com o plano previamente aprovado, bem como deixar de cumprir as exigências constantes do artigo 20.

d) por sua má conduta tornar-se elemento de perturbação cara o núcleo ;

§ 1º. a exclusão, por motivo das alíneas c, b e c, deste artigo, será feita depois de intimado o colono e de praceder-se vistoria no lote, de que se lavrará um termo.

§ 2º. No caso da alínea d), será feito inquérito administrativo.

§ 3º. Cabe ao diretor da D.T.C., de acordo com os documentos comprobatórios, autorizar a expulsão do colono, com recurso ao Ministro de Estado.

§ 4º. Autorizada a expulsão será o colono notificado administrativamente para, no prazo de dez dias, a partir da notificação, desocupar o lote respectivo. Si não fôr encontrado o colono, depois de procurado em dois dias consecutivos, será feita a notificação por edital publicado no "Diário Oficial", com o mesmo prazo de dez dias.

§ 5º. Si, decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, não fôr o lote desocupado pelo colono, a União reocupá-lo-á administrativamente, caso a situação do colono seja a prevista no § 3º do artigo 22. Si, porém, o colono já honver pago, pelo menos, a primeira prestação anual a que se refere o § 1º do artigo 22, a União promoverá judicialmente a reintegração de posse do respectivo lote, para o que o Ministério da Agricultura enviará à Procuradoria da República da competente Região os documentos comprobatórios que instruirão o pedido de reintegração e dispensarão a sua justificação prévia.

§ 6º. Ao colono que fôr excluído caberá tão sómente a restituição das importâncias que haja recolhido aos cofres públicos, como pagamento. parcial ou total, das terras. casas e outras benfeitorias.

§ 7º. Do ato da exclusão do colono e da execução da respectiva decisão não caberá ação possessória, aplicando-se este dispositivo aos processos em curso em quaisquer instâncias e fases.

Art. 34. Será considerado abandonado o lote rural cujo concessionário deigar da cultivá-lo. na fórmula estipulada neste decreto.

As benfeitoriae existentes nos lotes revertidos á União, salvo caso de expulsão, serão avaliadas por uma comissão técnica, designada pelo Diretor da D.T.C., procedendo-se á respectiva venda em concorrência administrativa aprovada pelo Diretor da D.T.C.

§ 2º. Do produto da venda dos lotes e benfeitorias em concorrência, entregar-se-á aos concessionários o que exceder da importância de sua dívida.

Art. 35. A partir dos pontos marginais de estradas de rodagem, em tráfego ou em construção, ou de rios em que houver navegação, podem ser estabelecidas linhas coloniais.

Parágrafo único. A linha colonial a que se refere este artigo é uma estrada de rodagem ladeada de lotes, medidos e demarcados, seguidamente, ou próximos uns dos outros.

Art. 36. As linhas coloniais deverão estar situadas em zonas que satisfaçam as condições exigidas para os núcleos.

Art. 37. A emancipação do núcleo colonial será declarada pelo Governo, quando houver sido expedido a todos os concessionários de lotes os títulos definitivos de propriedade ou antes, si conveniente.

Parágrafo único. A emancipação dos núcleos coloniais se dará por

decreto.

Art. 38. Emancipado o núcleo, poderá o Governo ceder, à cooperativa agrícola organizada entre os colonos do núcleo, as instalações, instrumentos, máquinas agrícola, animais de trabalho, reprodutores e material dispensável.

Art. 39. Emancipado o núcleo, ficará este integrado na vida autónoma do respectivo município.

Art. 40. Os lotes vagos nos núcleos emancipados serão vendidos separada ou englobadamente, em concorrência administrativa, bem como as terras que forem requeridas e que estiverem por medir e demarcar, sendo as condições de venda estipuladas pelo Ministro.

Art. 41. Aos colonos do núcleo emancipado e que se encontrem em dia com as prestações de seus lotes será concedida uma redução sobre as prestações restantes, desde que pagas de uma só vez, nas condições seguintes :

25% si liquidadas dentro de 3 meses;

20% si liquidadas dentro de 6 meses;

15% si liquidadas dentro de 12 meses.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo são contados da data do ato da emancipação.

Art. 42. Quaisquer edifícios disponíveis e existentes em núcleos que forem emancipados poderão ser utilizados pelos Estados ou Municípios, com prévia autorização do Ministro de Estado, ou vendidos em concorrência pública.

Art. 43. Emancipado o núcleo, ficará o mesmo a cargo de um zelador e dos trabalhadores estritamente necessários ao cumprimento das obrigações que lhes forem determinadas pela D. T. C., inclusive a cobrança da dívida colonial.

Art. 44. Havendo terras devolutas no núcleo emancipado, o Governo poderá, quando entender conveniente, mandar dividi-las em lotes, promovendo para isso os necessários meios.

Art. 45. Os atuais centros agrícolas passam a denominar-se núcleos coloniais.

Art. 46. Os casos omissos deste decreto serão resolvidos por portaria baixada pelo Ministro de Estado.

Art. 47. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as leis e disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1940, 119º da Independência e 52º da República.

Getulio Vargas.

Fernando Costa.

ADVERTÊNCIA

Informamos que os textos das normas deste sítio são digitados ou digitalizados, não sendo, portanto, "textos oficiais". São reproduções digitais de textos originais, publicados sem atualização ou consolidação, úteis apenas para pesquisa.

Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO-LEI N. 3.059 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 1941***Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais***

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Art. 180 da Constituição,

decreta:

Art. 1º Além dos núcleos coloniais a que se refere o decreto-lei nº 2.009, de 9 de fevereiro de 1940, o Governo Federal, em colaboração com os Governos estaduais e municipais e todos os órgãos da administração pública federal e por intermédio do Ministério da Agricultura, promoverá a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, as quais serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros.

Parágrafo único. Todas as despesas decorrentes da fundação, instalação e manutenção das colônias, inclusive construção e conservação das vias principais de acesso, serão custeadas pela União, dentro dos créditos que forem destinados a esse fim.

Art. 2º As colônias serão criadas por decreto executivo e fundadas em grandes glebas de terras que deverão reunir as seguintes condições:

- a) situação climática e condições agrológicas exigidas pelas culturas da região;
- b) cursos permanentes d'água ou possibilidade de açudagem para irrigação.

Art. 3º Na escolha da região para a fundação da colônia, ter-se-á em vista a existência de quedas d'água para a produção de energia hidroelétrica.

Art. 4º Escolhida a região para a colônia, proceder-se-á à elaboração do plano geral de colonização e orçamento dos respectivos trabalhos, os quais deverão ser submetidos à aprovação do Presidente da República.

§ 1º A área do lote variará de 20 a 50 hectares.

§ 2º Tratando-se de regiões de florestas naturais, em cada lote será mantida uma reserva florestal não inferior a 25 % da sua área total.

§ 3º Sempre que possível será mantida uma grande reserva florestal típica da região, em torno da

colônia.

§ 4º Na elaboração do plano geral de colonização, serão respeitadas as belezas naturais da região, bem como cuidar-se-á da proteção à sua flora e fauna.

Art. 5º Fixada a região onde a colônia deverá ser fundada, será projetada a sua futura sede, escolhendo-se para isso a zona que melhores condições oferecer.

Parágrafo único. No projeto da sede serão observadas todas as regras urbanísticas, visando a criação de um futuro núcleo de civilização no interior do país.

Art. 6º Na sede da colônia será fundado um aprendizado agrícola destinado a ministrar aos filhos dos colonos instrução rural adequada, dotado de oficinas para trabalhos de ferro, madeira, couro, etc., onde os colonos e seus filhos farão aprendizagem desses misteres necessários ao homem rural.

Parágrafo único. Poderão ser instituídos cursos rápidos, para menores e para adultos com caráter eminentemente prático.

Art. 7º Serão mantidos postos de monta com reprodutores selecionados; instalação para beneficiamento dos produtos agrícolas florestais, agrícolas e de origem animal.

Art. 8º Serão mantidas ainda escolas primárias para alfabetização de todas as crianças em idade escolar.

Art. 9º Os colonos serão reunidos em cooperativas de produção, venda e consumo.

Art. 10. Em cada lote será construída pequena casa para residência do colono e sua família, do tipo mais conveniente à região.

Art. 11. Aprovado o plano geral de colonização e executados os respectivos trabalhos, será organizada a relação dos candidatos aos lotes, dando-se preferência, na distribuição, aos elementos locais e dentre estes os de prole numerosa assim considerados os chefes de família que tenham, no mínimo, cinco filhos menores que vivam sob a sua dependência.

Art. 12. Os lotes casas e quaisquer bemfeitorias nele existentes, serão concedidos gratuitamente, observadas as seguintes condições:

a) o colono terá, o domínio útil do lote, nele residindo e recebendo, para a sua exploração agrícola, sementes e material agrário mais urgente;

b) de acordo com a região e possibilidade de escoamento da produção agrícola para os centros de consumo, será marcado o prazo em que o lote deverá ser utilizado agricolamente em condições satisfatórias de técnica e extensão;

c) findo o prazo a que, se refere o item anterior e preenchidas as demais condições constantes deste decreto-lei, o colono receberá em plena propriedade o lote a casa e o material agrícola em seu poder, independentemente de qualquer pagamento.

Art. 13. Aos colonos serão facultados os seguintes auxílios, a partir da data de sua localização no núcleo:

1) trabalho a salário ou empreitada em obras ou serviços da colônia, pelo menos durante o primeiro

ano;

2) assistência médica e farmacêutica e serviços de enfermagem até a emancipação de colônia;

3) empréstimo, durante o primeiro ano de localização na colônia de máquinas e instrumentos agrícolas e de animais de trabalho;

4) transporte da estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial até a sede da colônia.

Art. 14. Na região em que for fundada a colônia, os lotes em que estiverem riquezas naturais exploráveis ou quedas d'água utilizáveis em benefício coletivo, não serão concedidos.

Art. 15. Na área em que for fundada a colônia, transferida por qualquer título ao domínio da União, os Estados e Municípios não poderão praticar atos que importem na cobrança de impostos e taxas sobre o lote, culturas, veículos destinados ao transporte de colono e o de sua produção, instalação para beneficiamento dos produtos agropecuários, bem como sobre o valor da terra, enquanto a colônia não houver sido emancipada.

Art. 16. Os lotes serão rurais e urbanos, segundo a definição do Art. 14 do decreto-lei 2.009, de 9 de fevereiro de 1940.

Art. 17. Os lotes urbanos serão concedidos gratuitamente ou vendidos mediante condições estabelecidas para cada colônia e submetidas à aprovação do Presidente da República.

Art. 18. até a expedição do título definitivo de propriedade o ocupante do lote não poderá vender, hipotecar, transferir, alugar, dar em anticrese, permutar ou alienar, de qualquer modo, direta ou indiretamente, o lote, a casa e as bemfeitorias, ficando vedado aos escrivães passar escrituras e procurações de qualquer natureza, desde que os concessionários não exibam o respectivo título definitivo de propriedade.

Art. 19. ao colono, a partir de um ano da sua localização na colônia, caberá a limpeza das valas e valetas, até dois metros, inclusive, de largura e a conservação das estradas de rodagem e caminhos, com menos de sete metros de plataforma, que atravessarem as referidas terras.

Art. 20. Os lotes rurais serão concedidos a cidadãos brasileiros maiores de 18 anos, que não forem proprietários rurais e reconhecidamente pobres, desde que revelem aptidão para os trabalhos da agricultura e se comprometam a residir no lote que lhes for concedido.

§ 1º Excepcionalmente, poderão ser concedidos lotes a agricultores estrangeiros qualificados que, por seus conhecimentos especiais dos trabalhos agrícolas, possam servir como exemplo e estímulo aos nacionais.

§ 2º E' vedada a concessão de lotes a quem quer que exerça função pública federal, estadual no municipal.

Art. 21. Os títulos definitivos de propriedade serão passados pela Divisão de Terras e Colonização, deles constando os elementos indispensáveis à sua individuação, e serão assinados pelo Presidente da República.

Art. 22. No caso de falecimento do chefe de família ocupante de lote, este passará aos herdeiros ou legatários, nas mesmas condições em que fora possuído.

Art. 23. Qualquer débito que, porventura, haja contraído o chefe de família que falecer, deixando viuva

e orfãos, será considerado extinto.

Art. 24. Será excluído do lote que ocupar, o colono que:

a) deixar de cultivá-lo dentro dos prazos estabelecidos para cada colônia, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, à juízo da administração da colônia;

b) desvalorizar o lote, explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento, em desacordo com o plano previamente aprovado;

c) por sua má conduta tornar-se elemento de perturbação para a colônia.

§ 1º A exclusão por motivo das alíneas a e b, deste artigo, será feita depois de intimado o colono e de proceder-se à vistoria no lote, de que se lavrar o termo.

§ 2º No caso da alínea c será feito inquérito administrativo.

§ 3º Cabe ao Diretor da Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, de acordo com os documentos comprobatórios, autorizar a exclusão, de cujo ato caberá recurso, ao Ministro de Estado.

§ 4º Autorizada a exclusão, será o colono notificado administrativamente para, no prazo de dez (10) dias, a partir da notificação, desocupar o lote respectivo. Não sendo encontrado depois de procurado dois dias consecutivos, será feita a notificação por edital publicado no Diário Oficial e em jornal editado na região, mais próxima com o mesmo prazo de dez dias.

§ 5º Se decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, não for o lote desocupado pelo colono, a União reocupa-lo-á administrativamente.

Art. 25. Ao colono excluído nenhuma indenização caberá pelas benfeitorias acaso existentes no lote.

Art. 26. A emancipação da colônia será declarada pelo Governo, mediante decreto executivo, quando houver sido expedido a todos os concessionários de lotes os títulos definitivos de propriedade, ou antes, se conveniente.

Art. 27. Emancipada a colônia, o Governo cederá à cooperativa organizada pelos colonos, as instalações, máquinas agrícolas, animais de trabalho e reprodutores nela existentes.

Art. 28. A concessão dos remanescentes das colônias emancipadas será regulada por instruções baixadas pelo Ministro da Agricultura.

Art. 29. Os edifícios existentes na sede das colônias emancipadas poderão ser transferidos para os Estados ou Municípios, mediante prévio acordo com o Governo da União. ou vendidos em concorrência pública.

Art. 30. Emancipada a Colônia, a cooperativa nela existente tomará a seu cargo o estipêndio do agrônomo encarregado da assistência técnica aos colonos.

Art. 31. As Colônias Agrícolas Nacionais, fundadas em observância às disposições deste decreto-lei, serão administradas por agrônomos de reconhecida capacidade profissional e reputação ilibada, nomeados em comissão, com o vencimento que for fixado.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1941, 120º da Independência e 53º da República.

GETULIO VARGAS.

F. Negrão de Lima.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

J. P. Salgado Filho.